

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO**REITOR**

Renato Godinho Navarro

VICE-REITOR

Dirceu do Nascimento

DIRETOR DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - ICHS

Luiz Tyller Pirola

VICE-DIRETORA DO ICHS

Hebe Maria Rola Santos

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA -DEHIS

José Arnaldo Coêlho de Aguiar Lima

COORDENAÇÃO DO LABORATÓRIO DE PESQUISA HISTÓRICA - LPH

Fábio Faversoni - Renato Pinto Venâncio - Rodrigo Patto Sá Motta

EXPEDIENTE Correspondência e contribuições devem ser encaminhadas para LPH-ICHS, rua do Seminário, s/nº, 35 420 000, Mariana, MG, tel: (031) 557 13 22.

DISTRIBUIÇÃO Editora da UFOP. Campus Universitário, Morro do Cruzeiro, 35.400-000, Ouro Preto, MG., tel: (031) 559 14 91.

CONSELHO EDITORIAL

Angela Castro Gomes/UFF - Carlos Guilherme Mota/USP - Ciro Flamarion Cardoso/UFF - Fábio Faversoni/UFOP - José Antônio Dabdab Trabulsi/UFMG - José Arnaldo C. Aguiar Lima/UFOP - Lucília Almeida Neves/UFMG - Marco Aurélio Santana/UFOP - Maria Lígia Prado/USP - Renato Pinto Venâncio/UFOP - Rodrigo Patto Sá Motta/UFOP

Charles Pessanha/IUPERJ (*ad hoc*) - João Pinto Furtado/UFOP (*ad hoc*) - José Carlos Reis/UFOP (*ad hoc*)

REVISÃO Mônica G.R. Alkmin, Mônica Santos de Souza, Rivânia Maria Trota, Clésio Roberto Gonçalves.

EQUIPE DE DIGITAÇÃO Alexandre G.F. Silva, Kelly Carvalho, Priscila Brandão

CAPA Elias Layon

Pede-se Permuta We Demand Exchange On Demande Échange

LPH: REVISTA DE HISTÓRIA

Nº 5. 1995. DEP. DE HISTÓRIA/UFOP

SUMÁRIO

ENTREVISTA

Entrevista com Laura de Mello e Souza 05

ARTIGOS

Contatos culturais na Península Itálica: as estatuetas de bronze
Maria Isabel D'Agostino Fleming 13

A Busca do relato verdadeiro: a narrativa histórica de Herodiano
Ana Teresa Marques Gonçalves 33

A Questão indígena em Minas Gerais: um balanço das fontes e da bibliografia
Crisoston Terto Vilas Bôas 42

Protestos, revoltas e fiscalidade no Brasil Colonial
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo 56

Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização
Carla Maria C. Almeida
Tirania e fluidez da etiqueta nas Minas setecentistas
Iris Kantor 112

História urbana de Mariana: primeiros estudos
Cláudia Damasceno Fonseca 122

*Uma Utopia para o passado: a Inconfidência Mineira nas leituras das **Cartas Chilenas*** Joaci Pereira
Furtado 138

Os Anarquistas e a questão da moral (1890-1930)
Jardel Dias de Cavalcanti 144

O Soviete de 1905
Ivan Antônio de Almeida 155

Cultura política e imaginário popular no segundo governo Vargas (1951-1954)
Luiz Vitor Tavares de Azevedo 166

COMUNICAÇÃO

Organizaciones obreras, clase obrera y vida cotidiana de los obreros: nuevos conceptos en la historiografía de los movimientos obreros en Europa
Henrike Fesefeldt 184

RESENHA

Bizière, J-M & SOLÉ, J. *Dictionnaire des biographies. La France moderne.*
Marcos Antônio Lopes 198

Este número é dedicado à memória do Prof. Luiz Vitor Tavares de Azevedo, falecido em janeiro de 1995. A título de homenagem, publicamos um de seus últimos trabalhos.

ENTREVISTA

Entrevista com Laura de Mello e Souza

**Entrevista realizada, em agosto de 1995, pelos Profs. Luiz Carlos Villalta,
Renato Pinto Venâncio e Fábio Faversoni
Depto. de História - UFOP**

1. Na sua trajetória intelectual, quais foram os historiadores mais importantes? Qual a contribuição particular você atribui a cada um deles do ponto de vista teórico e do ponto de vista temático?

Sofri influências variadas no decorrer de minha trajetória profissional. A maior delas foi a de Fernando A. Novais, porque não diz respeito apenas à sua obra - *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial* - mas ao convívio intenso que venho mantendo com ele desde 1972, quando fui sua aluna pela primeira vez, tanto no curso teórico como na turma de seminário, durante um ano inteiro. Nos seminários, as leituras eram variadas, os alunos não mais do que 25, e aprendíamos a ler, fichar e comentar textos de autores. O que me fascinava era um certo ecletismo de sua parte, apesar da nítida e sabida predominância do marxismo na sua formação. Foi nesses seminários que li Foucault pela primeira vez (*A História da Loucura*), tornando-me obsedada por suas idéias durante alguns anos, e Robert Mandrou, minha porta de entrada para a história das mentalidades; isto sem falar de clássicos da história da cultura, como Paul Hazard, e clássicos da sociologia, como Max Weber, Ferdinand Toennies e Celestin Bouglé. Devo minha formação intelectual a Fernando Novais, sobretudo na recusa a rótulos: não faço só história social, nem só história da cultura, nem só história das mentalidades, talvez por perseguir o horizonte que ele nos abriu, e que é vastíssimo.

Daquela época data a primeira grande influência temática que sofri; a da abordagem dos desclassificados sociais sugerida por Caio Prado Jr. em *Formação do Brasil Contemporâneo*. Digo temática porque, do ponto de vista teórico propriamente dito, fui influenciada mais pela leitura que Fernando Novais fez do *sentido da colonização* de Caio Prado Jr. do que pela abordagem deste

último, que apesar de brilhante e fundamental - sobretudo levando-se em conta a época em que foi escrita -, parece-me, em geral, pouco nuançada. Logo em seguida, li toda a obra de Gilberto Freyre, aproveitando mais uma vez a variedade temática que oferecia e, sobretudo, sofrendo profunda influência da forma como escrevia. Ainda no período de graduação, destaco a influência do antropólogo Oscar Lewis e seus vários livros sobre “cultura da pobreza”, que li todos, e dos quais gostei muito.

Na época em que realizei meus cursos de pós-graduação, li boa parte da obra de Antônio Gramsci - creio aliás que li quase tudo: *Os Intelectuais...*, *Maquiavel...*, os *Cadernos do Cárcere*, *A Questão Meridional* (que eu simplesmente adorava). Li também partes do *Capital* e os *Gundrisse*, mas não entendia quase nada destes, e daquele só pesquei alguma coisa mesmo do volume 1. Portanto, tive influência marxista nesta época, mas sobretudo por meio de Gramsci, que até hoje é o meu preferido. Dentre os autores nacionais, destaco o *Circuito Fechado*, do grande mestre Florestan Fernandes, alguns capítulos de *O Modelo Político Brasileiro*, de Fernando Henrique, e, mais do que todos, *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, de Maria Sílvia de Carvalho Franco. Este foi meu livro de cabeceira durante anos, e até hoje o considero uma obra prima.

Até agora, quase não falei de historiadores, mas sobretudo de cientistas sociais. Comecei a me deixar influenciar pelos historiadores propriamente ditos na década de 80, e creio que isto tem a ver com as características dos estudos de humanidades no Brasil da ditadura, e com a necessidade de engajamento político que nos obsedava. Nos anos 80, acho que posso resumir minhas leituras fundamentais a quatro autores: Jacques Le Goff (*Para um Novo conceito de Idade Média* e *O Nascimento do Purgatório* foram dois marcos), Marc Bloch (*Os Reis Taumaturgos*, a obra prima do século, talvez), Sérgio Buarque de Hollanda (tudo, absolutamente tudo, como continua sendo até hoje, mas com a predominância de *Visão do Paraíso* e *Caminhos e Fronteiras*) e Carlo Ginzburg (sobretudo *O Queijo e os Vermes* e *Mitos-Emblemas-Sinais*, mas vale igualmente todo o resto, sempre excelente). Foi quando dei uma guinada para a história da Cultura (e não das mentalidades, da qual sempre gostei muito, mas que me influenciou menos, pois a acho menos problemática no bom sentido).

Nos últimos anos, tenho lido com enorme consideração os livros de Braudel, sobretudo *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme* e tenho gostado muito da historiografia britânica, como Thompson (que na verdade é redescoberta pela primeira vez em 1973, mas sem entender direito o fundamental) e Trevor-Roper, que é um autor fora de moda, conservador demais mas brilhantíssimo e, sobretudo paradoxal - o que me agrada muito. Por fim, tenho me valido muito dos historiadores italianos mais antigos, que são notáveis: Eugênio

Garin, Federico Chabod, Délio Cantimori. Fico assim entre uma história social e uma história da cultura. Metodologicamente, creio que o que mais me fascina, hoje, são os trabalhos e as considerações da micro-história italiana neste sentido. Gosto muito de história da arte, tal como é feita pelos estudiosos ligados ao Instituto Warburg de Londres - Gombrich, sobretudo, e Panofsky; mas não sou especialista neste assunto, só curiosa.

2. Durante os últimos quinze anos, a historiografia relativa ao Brasil Colônia viveu um momento de profunda transformação. No seu entender, quais são os futuros campos de pesquisa em relação ao Brasil Colonial?

Creio que muito ainda está por fazer, porque por muito tempo a república e o império foram mais estudados do que a colônia, em parte devido à maior dificuldade oferecida pela leitura e manuseio da documentação colonial. Acho que a pesquisa daqui em diante deve ser conduzida de forma mais rigorosa, procurando inclusive preservar e divulgar acervos documentais que, com nosso clima e nossos políticos, podem desaparecer rapidamente. Sou a favor da publicação de documentos, da elaboração de edições críticas e, mais do que da realização de trabalhos imaginosos ou preocupados com modismos, daqueles que se voltem para a reflexão de questões importantíssimas ainda não esclarecidas: funcionamento da administração; enraizamento local das oligarquias; origem das fortunas; controle social; natureza do protesto, etc. Nem sei se sou capaz de fazer este tipo de trabalho, pois sou impaciente demais, mas os considero importantíssimos. Trabalhos como estes sobre a Fazenda Resgate - que não li ainda mas, pelo que soube, é fundamental, apesar de irregular - são muito úteis. Só queria esclarecer uma coisa: não sou contra trabalhos imaginosos e que sigam modas; acho que a imaginação histórica é justamente o que diferencia o grande historiador. Só penso que às vezes, entre nós, preocupamo-nos mais em fazer um trabalho à lá Darton ou à lá Chartier do que em ascultar quais as necessidades efetivas da nossa historiografia. Na verdade, cada um deve ajustar as escolhas feitas a seu próprio temperamento, acho fundamental voltar a discutir questões referentes a economia colonial, mas tenho certeza de que só entrarei nessa discussão de forma indireta dado o meu temperamento e minha vocação mais afeita às análises da cultura e da sociedade. De qualquer forma, tenho tais questões no meu horizonte. Acabei de escrever um artigo sobre os quilombos em Minas, onde enfatizo as relações entre civilização e barbárie evidentes no relato cotidiano de uma expedição; apesar deste ser o foco, dou bastante peso às relações entre

perseguição a quilombos e expansão da fronteira agrícola, cortejando inclusive o movimento de perseguição e os números referentes a doação de sesmarias nos governos do final do século.

Enfim, para fechar a questão: não podemos nos dar ao luxo, no Brasil de fazer história com base em historiografia, como grandes historiadores europeus o fazem: Perry Anderson, Hobsbawm, Braudel. Temos obrigação de ir aos arquivos, trancrever documentos, editá-los, denunciar a incúria administrativa e governamental neste campo. Estamos mais de cem anos atrasados, como disse Luís Felipe de Alencastro numa entrevista polêmica há cerca de um ano: não fizemos, até hoje, as nossas *Monumenta*. O historiador brasileiro em geral é muito preguiçoso no que diz respeito à frequência de arquivos.

3. Qual a pesquisa que você está desenvolvendo atualmente? Qual a relação que ela terá com seus trabalhos anteriores?

No momento estou envolvida com três projetos diferentes. Um, coletivo, sobre a vida privada no Brasil, para o qual devo escrever um capítulo referente ao período colonial. Outro, que já dura oito anos, sobre a vida cotidiana em Minas na segunda metade do século XVIII; ele acabou saindo um pouco dos trilhos originais, e tanto a parte já escrita, que é a primeira do livro - cerca de 200 páginas - quanto a que estou escrevendo se referem à percepção do meio natural e à vida nas fronteiras da capitania. A primeira parte chama-se, provisoriamente, “As bordas de Minas”. A segunda parte diz respeito à zona de mineração, mas sobretudo à sociedade e ao poder, e se chama “Os mineiros do centro”; explora a idéia de que este núcleo exporta valores e padrões sociais e políticos para o resto do território, mas se constitui, simultaneamente, em função dos elementos das bordas. A terceira parte chama-se algo como “Práticas desconcertantes”, e explora a idéia da revolta formal e da revolta informal, que venho expondo em outros artigos desde 1989, e que tem partes já redigidas. O todo procura repensar a questão da inconfidência, ou melhor, da sociedade da inconfidência frisando o problema da tensão entre reforma e sedição. É um trabalho muito complicado e pretensioso (creio que no bom sentido), e não consigo pôr um fecho na pesquisa nem dispor do tempo necessário para escrever. Creio que ficará enorme, o que talvez seja mau, e eu seja obrigada a cortar partes.

O terceiro projeto é sobre as revoltas e sedições do período colonial, e tem me entusiasmado bastante. É mais simples, quase só uma tipologia analítica, e deve ser publicado como livro mais geral, de divulgação.

4. O conceito de “desclassificação social”, tal qual você utilizou em seu primeiro livro e reafirmou em *O Diabo na Terra de Santa Cruz*, ainda lhe parece pertinente? Se você fosse reescrever *Os Desclassificados do Ouro*, quais seriam as mudanças de enfoque que você privilegiaria, caso julgasse necessário promover uma revisão? Ao analisar a pobreza e a desclassificação social, em *Os Desclassificados do Ouro*, você concede um lugar especial à mineração. Como você avalia hoje, à luz da historiografia recente, as posições da mineração e da agricultura na economia mineira e seus reflexos na organização das sociedades das Gerais?

Obviamente, todo trabalho historiográfico é datado, pois é também um pedaço da história intelectual do país em que foi escrito, e da pessoa que o escreveu - e, neste sentido, inserido no próprio movimento da história. Visto assim, *Desclassificados* foi um esforço considerável de pensar uma questão social e econômica - a da pobreza e da marginalidade - em chave histórica, referida ao mesmo tempo ao presente - os anos 70 de nossa história, com “milagre econômico”, pobreza e dependência - e ao passado - Minas, o ouro que vai embora, a miséria, etc. Portanto, um pouco da “história regressiva” cara a Marc Bloch. Foi uma tentativa de enfrentar a questão do engajamento e da crítica à ditadura, e acho que me saí bem, pois busquei uma análise mais flexível e aberta sem deixar, entretanto, de tocar nas questões fundamentais que as esquerdas debatiam então. Neste sentido, creio que o conceito de desclassificação social se mantém, e é operacional ainda hoje, indo além dos limites conceituais presente às vezes nas Ciências Sociais e lançando luz, de forma satisfatória, sobre uma realidade histórica. Gosto dele, e o mantenho. Aliás, acho que outros também vêm utilidade nele, pois é bastante invocado, para minha surpresa, inclusive entre alunos.

Já a questão da agricultura é mais complexa. Penso hoje que talvez tenha hipertrofiado o papel da mineração; quase não havia análises sobre a agricultura naquela época, e eu mesmo não as faria, pois não estudo a economia, como já disse, nem me sinto aparelhada para tal. Por outro lado, paira sempre a evidência irrespondível: com a decadência da mineração, os mineiros debandaram e fundaram um sem número de vilas e cidades nesse êxodo, inclusive em São Paulo. A análise dos troncos familiares dos antigos paulistas mostra tal fenômeno: boa parte dos que não remontam ao século XVI, remontam a este momento, ou seja, final do século XVIII e início do século XIX, quando os mineiros “voltaram” ou fugiram do marasmo econômico.

Por fim, se a mineração conviveu o tempo todo com a agricultura, foi aquela, e não esta, que deu o padrão civilizacional das Minas, que deu o tom que a distinguiu e fez dela a peça-chave da colônia no setecentos: a urbanização, e não ruralismo; apreço pela cultura, e inclusive a criação de um sistema cultural - no sentido de haver criação e consumo de bens culturais; pensamento crítico, etc. etc. etc.. Portanto, mesmo que caiba relativizar o que disse há quinze anos atrás, acredito que a análise não foi ainda ultrapassada e se mantém.

Durante algum tempo, pensei reparar certas passagens dos *Desclassificados...*, sobretudo aquela em que me valho muito da leitura de Wilson Cano para a economia mineira. É uma análise muito teórica e pouco empírica, muito generalizadora e, creio, pouco histórica. Mas resolvi deixar, como testemunho da concepção dominante na época em que escrevi, como pista que ajuda a entender os caminhos que trilhávamos então. A produção historiográfica estava numa crise considerável, e tirando um ou outro trabalho - sobre os quais pairavam, sempre olímpicos, os de Sérgio Buarque de Holanda - não era a história quem melhor pensava o Brasil, mas as Ciências Sociais. Foi de meados dos anos 70 em diante que as teses produzidas nos programas de pós-graduação vieram espanar essa conjuntura.

5. Carlo Ginzburg, em suas investigações sobre a história cultural, utiliza os conceitos de “cultura popular”, “cultura erudita” e “circularidade”. Roger Chartier recusa o estabelecimento de dicotomias culturais, pois entende que até o século XVIII haveria uma cultura comum às elites e às camadas subalternas, propondo-se a investigar como os mesmos elementos culturais foram apropriados de modos diversos pelos diferentes grupos sociais (não apenas classes). Como você avalia a utilização desses paradigmas nas investigações sobre a cultura no Brasil Colonial?

Esta pergunta é difícilíssima, precisaria quase escrever uma tese para respondê-la. Não simpatizo muito com a “teoria” que está por trás das concepções de Chartier, apesar de simpatizar muitíssimo com ele, que é uma pessoa muito gentil e afável, além de obviamente, inteligentíssimo. Chartier é um homem que constrói suas concepções sobre cultura em cima da experiência que tem da análise dos livros e da leitura: acaba numa análise da cultura letrada, ou do seu contrário - o que vem a ser o mesmo, dada a identidade do referencial. Escreveu muitos artigos, mas poucos livros, poucas análises recortadas. Tende, no limite, a afirmar que as diferenças de classe são menores do que a participação num universo de

cultura, o que pode ser sugestivo mas deve sempre ser matizado, pois descamba na indistinção. Ginzburg, por sua vez, escreveu vários estudos sobre objetos diversos: crenças populares de caráter extático e sua transformação num período de cem anos; crenças populares e eruditas no vôo noturno na cavalgada do exército furioso, e sua analogia com outras crenças milenares; a construção das concepções cosmogônicas de um moleiro, e seu choque com as crenças e saberes eruditos da mesma época; a relação entre os propósitos dos comitentes das obras de arte e os de um artista específico (Piero della Francesca), etc, etc, etc. A experiência de Ginzburg como historiador é incomparavelmente superior à de Chartier, não há como negar. Além disso, os resultados demonstrados a partir do manejo do conceito de circularidade atesta sua eficácia, quando bem utilizado. Sou fã de Ginzburg no tipo de análise que faz, e o acho quase inigualável, pois dá conta de uma gama variada de relações e nuances.

Para a análise da cultura na colônia, tenho certeza de que a influência de Ginzburg é mais profícua; tanto acredito nisso que *O Diabo na Terra de Santa Cruz e Inferno Atlântico* dialogam com Ginzburg, em dois momentos diversos: *O Queijo e os Vermes* e os *Andarilhos do Bem*, no primeiro caso; *Mitos-Emblemas-Sinais* e *História Noturna*, no segundo. A nossa realidade cultural é tão complexa e multifacetada que torna impositiva a adoção de um viés que leve em conta esse movimento todo. Agora, é óbvio que Chartier se mostra muito útil no tocante à análise da leitura e dos livros; da mesma forma, aliás, que Robert Darnton.

7. *Em entrevista à Folha de São Paulo, há tempos atrás, você se posicionou face à controvérsia existente em torno da figura do Tiradentes. Como você avalia hoje o papel desempenhado pelo Alferes? Como você avalia outra personagem controvertida de nosso passado: o governador das Minas, Luís da Cunha Menezes?*

Muita gente, inclusive amigos, criticou-me por dizer que Tiradentes era amalucado. Continuo achando que era mesmo, basta ler os Autos para ver como agia por instinto e impulso, envolvendo os outros sem pensar. A grande guinada veio com a prisão, quando ele realmente vira um sujeito fantástico, digno e reto como nenhum, assumindo para si a totalidade de uma culpa que, obviamente, era também de outros. Tenho bastante afinidade com a leitura que Maxwell faz dos grupos, e acho que Tiradentes, o Padre Correia e Alvarenga eram os mais estourados, dispostos a romper mesmo com tudo. Alguns poemas de Alvarenga sugerem que ele tinha muito claro o que significava ser

colônia e ser explorada: ele e Tiradentes me parecem os que percebem melhor os mecanismos da exploração e a necessidade de negá-la. Mas são elos de uma corrente, não são gigantes isolados: um pouco por acaso, outro tanto por mérito, deram a voz a cinquenta anos de insatisfação mais ou menos difusa. Do ponto de vista da ruptura, e não da reforma, são, a meu ver - e é temerário afirmar algo assim quando se tem por fonte básica as viciadíssimas Devassas - os mais significativos elementos de 1789, apesar do Cônego, de Gonzaga e de Cláudio serem muito mais cultos, articulados e brilhantes (mais reformadores do que revolucionários, possivelmente). Os dois primeiros eram amalucados, enquanto os três que acabei de citar eram ponderadíssimos (apesar do final trágico e enigmático de Cláudio, que pode sugerir desequilíbrio maior do que seus escritos fazem supor). Não é interessante que os amalucados enxergassem mais longe?

Já quanto a Luís da Cunha Menezes, acho que não é tão feio quanto pintam. Corruptíssimo sem dúvida, e meio boçal; mas tinha um projeto que desejava executar, e que passava pela circulação das elites locais no poder, deixando de lado - mesmo que momentaneamente - as restrições estamentais de cor e nascimento. Talvez fosse mais moderno, mais burguês do que seus antecessores - homens muito mais encantadores do que ele, e certamente muito mais cultos, como o Conde de Cavaleiros. Uma vez, Francisco Iglésias me disse que via o Fanfarrão como uma espécie de Ademar de Barros setecentista. Acho engraçada a comparação, bem provocativa - na melhor tradição mineira, à lá Feu de Carvalho. Tiradentes louco, e Fanfarrão populista. Fico por aqui, pois estou começando a dizer coisas que caberiam melhor na boca irreverente de um Darci Ribeiro.

ARTIGO

**CONTATOS CULTURAIS NA PENÍNSULA ITÁLICA:
AS ESTATUETAS DE BRONZE.****MARIA ISABEL D'AGOSTINO FLEMING****Museu de Arqueologia e Etnologia -USP****INTRODUÇÃO**

Uma primeira inserção da produção das estatuetas de bronze no processo histórico da Península Itálica leva à imediata associação com o tipo de desenvolvimento por que passou a arte itálica. O grande repertório de tipos, de estilos e de formas dessas estatuetas indica que na história da cultura artística da Itália antiga, anterior ao completo domínio romano, não se pode nunca falar de um desenvolvimento unitário (Bianchi-Bandinelli, 1976: *passim*). Este é o primeiro dado que resulta evidente pela diversidade de povos que a ocuparam e a povoaram e, sobretudo, pelo diferente grau de desenvolvimento que em um mesmo momento os diversos povos tinham atingido. Conseqüentemente distinguiram-se diversas estratificações. Há o substrato das populações existentes na Itália no início da Idade do Ferro, anterior à colonização grega, que se mantém substancialmente imutado, ainda que tenha havido contatos externos na região costeira desde tempos remotos (sécs. XIV-XIII a.C.) através de correntes de comércio provenientes da bacia do Egeu. Há, em seguida, a chegada dos colonos gregos e a formação, nas cidades fundadas e administradas por eles, de uma arte colonial, ligada à metrópole, mas diferente da arte da Grécia. Há, ainda, o reflexo desta cultura artística grega sobre os centros indígenas.

Para compreender melhor as condições nas quais se desenvolveu a arte itálica, devemos levar em conta alguns caracteres da arte grega na Itália e na Sicília. De fato, assiste-se ao progressivo retrocesso a condições mais primitivas dos próprios artesãos gregos imigrados, os colonos, em relação a uma cultura artística originária grega. Isso aconteceu, seja pela mistura de várias proveniências dos próprios colonos gregos (entre os quais não faltavam os artesãos e os artistas), seja pelas exigências

mudadas da clientela que reagia de modo diferente daquela da metrópole, porque colocada em outro contexto social e espiritual; ou seja, enfim, pela mistura que teve lugar com os usos e costumes das populações indígenas com as quais os gregos entraram em contato.

Deve-se também mencionar que algumas cidades da Itália meridional e da Sicília não são o produto da colonização de uma única pólis grega; que nessas cidades confluíam colonos de ambientes de origem cultural diversa; que as colônias, que por sua vez derivavam de outras colônias, assumiam obviamente um caráter sempre mais remoto em relação ao da metrópole.

A autonomia colonial logo articulou-se através do peso cada vez maior que foram assumindo Siracusa, na Sicília; Cuma e Tarento, na Itália meridional. Este último centro terá um papel de liderança na arte do período helenístico.

O declínio da influência direta da metrópole e conseqüente abrandamento do espírito grego determinaram o renascimento das autonomias indígenas. As populações do interior, com efeito, sempre submetidas à civilização costeira colonial, das quais obtinham sugestões contínuas, se encontraram, pela fraqueza do mundo colonial, obrigadas a definir tendências próprias com conseqüentes manifestações originais. Essas manifestações permaneceram substancialmente as únicas válidas para um notável número de populações e por um longo período de tempo.

É, por isso, necessário compreender a fundo o fenômeno do mundo indígena no séc. V e na primeira metade de séc. IV. a.C.: não se trata, de fato, mais de um mundo que reagia ao colonial, diversificando-se antagonicamente em relação a ele, mas de um mundo que chegou, para sobreviver, a incorporar as próprias normas de civilização.

Ao lado do mundo colonial grego, parte fundamental do desenvolvimento da arte itálica apóia-se na civilização etrusca, que se afirmou na região delimitada pelo Arno e o Tibre, com uma oligarquia dominante, economicamente potente e que se manteve por séculos, sendo responsável por uma produção artística de alto luxo. É testemunho a documentação material de tumbas que reproduziam os ambientes requintados dos vivos e perpetuavam o orgulho de uma casta.

Nesta circunstância e nas possibilidades de ativíssimas trocas comerciais e de trabalho dado aos artesãos gregos estabelecidos na Itália meridional e na própria Etrúria, residem os pressupostos históricos da arte etrusca.

Na Itália pré-romana a arte etrusca permanece, sem dúvida, a manifestação artística mais original e mais rica, superando em quantidade e variedade mesmo a produção artística da Apúlia, da qual também, em um certo momento, a Etrúria extraiu elementos estruturais e ornamentais.

Com a maior afirmação do mundo indígena, a partir da metade do séc. IV a.C. se estabelece uma certa unidade de linguagem artística na Itália sub-apenínica. Prevaleceram nesta linguagem, qualitativamente, as versões ápuas e etruscas, estas mesmas fortemente influenciadas pelas primeiras; mas começavam a distinguir-se características da Campânia e do Lácio.

A partir de uma linguagem comum médio-itálica, que estava se estabelecendo na Península no início do séc. III a.C., teria podido formar-se e caracterizar-se uma arte relativamente unitária e de um nível bastante elevado. O processo foi interrompido pela guerra anibálica, depois da qual restaram poucos documentos de uma cultura artística que não exprime uma linguagem articulada e na qual afloram elementos de várias proveniências e de vários acentos junto a resíduos de aquisição do helenístico. É sobre esta base, um tanto disforme e inconsistente que, com uma nova leva de obras e de artistas da Grécia, irá se constituindo a arte romana, que herdará dos predecessores itálicos e etruscos concepções de estrutura e simbologia iconográfica, mas, quanto à forma, bem pouco.

A PRODUÇÃO DE ESTATUETAS DE BRONZE NO CONTEXTO ARTÍSTICO-CULTURAL DA PENÍNSULA ITÁLICA

O quadro acima é o referencial que situa a produção artística e artesanal das estatuetas de bronze na Península Itálica em consonância com as tendências que variaram, conforme a maior ou menor intensidade dos contatos culturais em cada período e região, até o nascimento de uma unidade mais definida, renunciando a arte romana.

Assim, uma possível divisão cronológica são os períodos que tiveram seu início marcado por profundas modificações nas sociedades envolvidas na produção e consumo desses objetos desde o final da Idade do Bronze:

1. A Idade do Ferro (sécs. XII-VIII a.C.)
2. A fase orientalizante e a colonização grega (sécs. VIII-V a.C.)
3. O final do período clássico e o período helenístico (sécs. IV-I a.C.)

1. A Idade do Ferro (sécs. XII-VIII a.C.).

Na região dos Apeninos, no final da Idade do Bronze (séc. XIII a.C.), teve lugar uma cultura a que se convencionou chamar de “civilização apenínica”, a qual se desenvolveu mais na Itália meridional e se difundiu do sul para o norte. Das suas manifestações diferenciou-se mais tarde um aspecto “sub-apenínico”, em que se deve reconhecer uma fase distinta (sécs. XII-XI a.C.) que

representou um vasto fenômeno de unificação cultural. A esta segunda fase se usa estender o nome, também convencional, de “civilização vilanoviana”. Observada primeiramente na área centro-setentrional (a mesma área na qual mais tarde se desenvolverá a civilização etrusca) a “civilização vilanoviana” foi mais tarde reconhecida como extensa e particularmente florescente na Itália meridional entre a Campânia e a Lucânia. Esta civilização aparece como expressão, com variantes locais, de um tipo de cultura comum a populações diversas. Com a civilização vilanoviana da Idade do Ferro se forma efetivamente uma cultura unitária, ainda que com particularidades e atrasos locais, que, segundo Bianchi-Bandinelli (1976: 24), não tem nenhuma implicação étnica nem política.

Nas manifestações da arte figurativa vilanoviana, praticamente não houve espaço para estatuetas de bronze como elementos isolados. Elas estavam geralmente associadas a vasilhas de vários tipos, predominantemente com funções cerimoniais (urnas cinerárias, ossuários, vasos em forma de animais). Em grupos que representavam cenas do cotidiano, atividades de trabalho, batalhas, jogos ou cultos, essas figuras traziam as características formais de um certo primitivismo, tanto nos detalhes fisionômicos como na própria anatomia. O corpo cilíndrico, a cabeça apenas destacada de um longo pescoço, olhos salientes, cercados por um sulco, grande nariz triangular proeminente, as extremidades, mãos e pés, simplesmente esboçados com sulcos (Fig. 1).

Essas figurinhas estão em consonância com os exemplares da terracota aplicadas em vasos de impasto, que evoluíram de estatuetas isoladas, as quais, num momento histórico posterior à Idade do Ferro inicial, com a afirmação da colonização grega nas costas meridionais e sicilianas, e o rápido florescimento da cultura proto-etrusca no médio Tirreno, tiveram um vasto desenvolvimento e uma difusão bem maior. Essa produção de terracotas foi perdendo o significado original, predominantemente funerário para transformar-se em aplicações decorativas, ou em ex-votos oferecidos em santuários.



Fig. 1 - Ânfora em lâmina de bronze com figurinhas, séc. VIII a.C. Bizencio (Lago de Bolsena), necrópole Olmo Bello. Roma, Museu de Villa Giulia. R. Bianchi-Bandinelli, *Etruschi e Italichi Prima del Dominio di Roma*. Milão, 1976, nº 46.

Entre os centros de produção das figurinhas de bronze, a preponderância deve ser atribuída à Campânia, de onde provêm inúmeros bronzes decorados com carregadores de vasos, guerreiros, músicos, minotauros, macacos, cervos, gansos etc.. Segundo o local dos achados arqueológicos, resulta que esses objetos foram exportados para a Lucânia e a Daunia. Essa posição de liderança da Campânia é confirmada pela presença dos primeiros exemplos de uma escultura em pedra. São estatuetas votivas de pequenas dimensões que repetem tipos inalterados e fórmulas próprias da plástica reduzida.

2. A fase orientalizante e a colonização grega (sécs. VIII-V a.C.).

A última fase vilanoviana confirma-se coincidente com a civilização orientalizante, que devemos reconhecer como plenamente etrusca. A Campânia meridional, que apresentou um grande desenvolvimento vilanoviano, rapidamente evolui, como farão outros centros etruscos, para o orientalizante. Tem-se, portanto, a confirmação de dois fatos de grande importância cultural: o primeiro consiste numa

continuidade entre o período vilanoviano e o orientalizante, com uma interpenetração espontânea; o segundo evidencia que ao fundo espontâneo primitivo da cultura itálica vem sobrepor-se um patrimônio de formas mais cultas, fruto de elaboração secular em ambientes particularmente sensíveis à elegância e à correção da forma naturalística. O substrato primitivo reaparece sempre que falta o suporte da forma culta de derivação grega (Bianchi-Bandinelli, 1976: 45).



Fig. 2 - Fragmento de alça de enócoa de tipo ródio. Itália oriental, séc. VI a.C. Paris, Biblioteca Nacional. A - M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italiques*. Paris, 1984, n° 20.

O período entre a metade do séc. VIII a.C. e o início do séc. V a.C. representa o momento da formação e da articulação de uma civilização colonial de um lado e, de outro, o da aquisição de motivos coloniais por parte das populações indígenas e a criação de manifestações, mesmo que esporádicas, de uma arte local (Adam, 1980: passim) (Figs. 2 e 3).



Fig. 3 - Arqueiro a cavalo, ornamento de urna cinerário (*lebes*). Cápua, séc. V a.C. Paris, Biblioteca Nacional. A.-M. Adams, *Bronzes Campaniens du V^e Siècle Avant J.-C. au Cabinet des Médailles*. In: *MEFRA*. 92 - 1980 - 2. N^o 892, fig. 1.

As estatuetas de bronze, a partir do período orientalizante, sobretudo dos centros etruscos (Vulci, Chiusi, Veio, Cerveteri, Caere) e das colônias gregas da Sicília e Itália meridional (Piceno, Campânia principalmente) tiveram um grande impulso. Elas podem ser divididas em duas categorias: a) figuras isoladas ou componentes de vasos e outros objetos do mobiliário, como tripés e candelabros predominantemente - muitas dessas estatuetas são de um nível técnico e artístico elaborado e as personagens representadas continuam a tradição iniciada no período vilanoviano em que eram retratadas cenas do cotidiano, religiosas, cultuais, de jogos, batalhas etc. (Figs. 4 e 5); b) a segunda categoria é a de ex-votos, em geral figuras com acabamento mais simples e, em sua quase totalidade representando divindades do panteão grego: Hércules, Ares, Zeus, Hermes, Atena, Apolo, são as principais (Figs. 6 e 7).

Além da grande difusão na Península Itálica, a partir do final do séc. VI - séc. V a.C., os ex-votos tiveram grande penetração ao norte, principalmente na Gália (Boucher, 1976:21 e ss.).



Fig. 4 - Figura masculina. Base de incensório (*thymiaterion*). Etrúria meridional, séc. V. a. C.. Paris, Biblioteca Nacional. A.-M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italique*. Paris, 1984, nº 46.



Fig. 5 - Pé de cista: Hércules e Iolaos combatendo a Hídria. Vulci, séc. V a. C.. Paris, Biblioteca Nacional.. A.-M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italiques*. Paris, 1984, nº 26.



Fig. 6 - Hércules. Castelbellino (Ancona), sécs. VI-V a. C.. Florença, Museu Arqueológico. G. Colonna, *Italia Arte In: Enciclopedia dell'Arte Antica*, vol. IV. Roma, 1963, nº 56 a.



Fig. 7 - Minerva. Todi, Etrúria, séc. V a. C.. Paris, Biblioteca Nacional A.-M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italiques*. Paris, 1984, n.º 252.

3. O final do período clássico e o período helenístico (sécs. IV-I a.C.)

A civilização de tipo helenístico que se articulou sobretudo em Tarento e que, de lá, se difundiu em toda a Itália, teve muita ressonância, sobretudo, na Etrúria. A essa civilização corresponde, na Sicília, a cultura de Siracusa, que assimilou em grande medida motivos de Alexandria. O período que vai do final do séc. IV ao final do séc. III a.C., representa o apogeu da arte itálica, sob o ponto de vista da técnica e da adequação aos modelos canônicos (Fig. 8). Difunde-se uma prática de bom estilo que dá produtos suficientemente cultos e corretos, ainda que, às vezes, medíocres, muito próximos à produção greco-helenística (Adriani, 1970: 75 e ss.). Pode-se falar de uma Koiné cultural itálica que tende sempre mais a absorver em si o ambiente etrusco e lacial (Colonna, 1963:57).



Fig. 8 - Apolo. Etrúria, sécs. IV-III a.C.. Paris, Biblioteca Nacional. A.-M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italiques*. Paris, 1984, n° 245.

Na passagem do séc. III para o séc. II a.C., as formas são marcadas por uma vulgarização, tornando-se também mais pesadas (Fig. 9). À medida que se entra no século II, este fenômeno se acentua. Causas de origem geral como, em primeiro lugar, a decadência das cidades da Magna Grécia, determinam o estabelecer-se de um clima artístico qualitativamente mais baixo e mais aberto às deformações expressionistas (Balty, 1962: 196 e ss.).

No séc. I a.C., o estilo adquire um aspecto claramente tardo-helenístico e vai perdendo progressivamente a originalidade de modo que, quase insensivelmente, adentra-se na produção romana do período de Augusto e da dinastia Júlio-Cláudia.



Fig. 9 - Figura masculina, ofertante com coroa de folhas. Etrúria centro-meridional, sécs. III-II a.C.. Paris, Biblioteca Nacional. A.-M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italiques*. Paris, 1989, n° 319.

Em continuação ao período anterior, o período helenístico acrescentou outras personagens àquelas já consagradas entre os ex-votos de bronze. São as figuras femininas de ofertantes ou divindades de proveniência claramente oriental, como Cibele (Fig. 10).

CONCLUSÃO

A produção de estatuetas de bronze na Península Itálica, compreendida como fruto dos intensos contatos culturais ocorridos desde a Idade do Ferro até o séc. I a.C., apresenta uma enorme dificuldade de adequação a unidades de desenvolvimento da arte na Itália com possíveis seqüências entre si.

As unidades propostas neste trabalho, ainda que necessárias para sua exposição, apresentam um grave risco de homogeneização que não dá espaço às especificidades de



Fig. 10 - Figura feminina, ofertante. Carsoli, séc. II a. C.. Chieti, Museu Nacional. G. Colonna, *Italica Arte*. In: *Enciclopedia dell'Arte Antica*, vol. IV. Roma, 1963, nº 63.

algumas tradições mantidas apesar do peso da influência etrusca e grega na Península Itálica, pelo menos até o período helenístico. Além desses, há vários outros aspectos que não podem ser abordados em um trabalho de síntese e, entre eles, cabe destacar os repertórios iconográficos intimamente associados aos contextos de utilização das estatuetas ou figuras de bronze. É de especial interesse a distribuição das representações de figuras masculinas e femininas entre as estatuetas.

A abordagem desse problema leva ao confronto entre o mundo etrusco ou de influência etrusca (etrusco-itálico) e o mundo colonial grego, tendo como veículo dois tipos diversos de produções a partir do século VIII a.C.:

- a) objetos com decorações plásticas ou figuras isoladas de conotação funerária.
- b) ex-votos com sentido cultural.



Fig. 11 - Dançarina. Ornamento de recipiente (*cóttabos*) (?). Etrúria central, sécs. IV-III a.C.. Paris, Biblioteca Nacional. A.-M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italiques*. Paris, 1984, nº 78.

As duas categorias de bronzes apresentam uma diferença de repertório iconográfico nitidamente associada às diferentes funções que desempenham esses objetos de luxo, funerários, ou religiosos. Entretanto, é no interior mesmo de cada uma dessas categorias de objetos que as diferenças tornam-se mais significativas, segundo pertençam ao contexto etrusco-itálico ou ao colonial grego. Um dos elementos diferenciadores é a presença da figura feminina assim distribuída:



Fig. 12 - Figura feminina, ofertante. Itália setentrional, séc. VII a. C.. S. Boucher, *Recherches sur les Bronzes Figurés de Gaule Pré-Romaine et Romaine*. BEFAR. Roma, 1976, fig. 7.

Contexto etrusco-italico

A figura feminina aparece nos objetos das duas categorias. Na categoria *a*, são freqüentes as representações de mulheres em cenas de gênero (Fig. 11). Também na categoria *b* (ex-votos), ao lado de figuras emprestadas ao panteão grego, onde são dominantes as divindades masculinas, à exceção de Atena, é representada a figura da ofertante ou fiel, continuando uma tradição baseada no substrato itálico dos séculos VIII-VII a.C. e, sem dúvida, com raízes orientais e ligações precisas a figuras descobertas na Ásia Menor (Boucher, 1976:17) (Figs. 12 e 13).



Fig. 13 - Figura feminina, ofertante com um pássaro. Etrúria setentrional, Vêneto, séc. VI a.C.. Paris, Biblioteca Nacional. A.-M. Adam, *Bronzes Etrusques et Italiques*. Paris, 1984, nº 223.

Contexto colonial grego

É interessante notar a rara presença feminina nas figurações de adornos de vasos de bronze com sentido funerário e de ex-votos de conotação cultural. Nos casos de representações femininas, os motivos são de clara influência etrusca como, por exemplo, os exemplares campânicos de vasos com decoração plástica dos sécs. VI-V a.C., quando a Campânia foi absorvida pela órbita cultural etrusca (Fig. 14). Quanto aos ex-votos, há uma evidente separação de repertórios distribuídos entre as estatuetas de bronze e as de terracota. Aos bronzes estão associadas predominantemente as divindades masculinas e Atena e, às terracotas, as divindades femininas, entre as quais Deméter, Perséfone, Hera, Afrodite.

É possível fazer um paralelo entre essa distribuição de repertórios de bronzes e terracotas coloniais com a produção grega, desde o século VIII a.C. até o período helenístico, ainda que se note entre os ex-votos de bronze gregos a presença esporádica de figuras femininas de ofertantes, praticamente ausentes na Península Itálica.

A separação dos repertórios de ex-votos de terracota e de bronze no mundo colonial grego entre os sécs. VIII-IV a.C. é um aspecto relevante da produção artística e artesanal da Sicília e da Magna Grécia que deixa entrever diferentes esferas de atribuição e associação a cultos de naturezas diversas, onde se opõem as divindades ligadas à fecundidade e fertilidade e as intimamente associadas ao mundo masculino, responsável pela eficiência na defesa dos territórios ocupados.

A partir do final do séc. IV a.C. diminui a produção de ex-votos de terracota da área colonial grega, ao mesmo tempo em que são introduzidas personagens do mundo profano. Quanto aos ex-votos de bronze, o repertório é ampliado com a presença de divindades e personagens absorvidas do mundo oriental, como Cibele, e que, em parte, substituem as anteriores de terracota ligadas à fertilidade - situação típica do amálgama formado pelas monarquias asiáticas e egípcias.

Comparando a produção de estatuetas de bronze dos mundos etrusco-itálico e colonial grego, vê-se, através da produção etrusco-itálica helenística, abrir o caminho para a intensa produção do mundo romano, que levou para confins distantes da Europa e Oriente as heranças recebidas dos povos da Península Itálica.



Fig. 14 - Sátiro e Mênade, ornamento de urna cinerária. Sta. Maria Capua Vetere, séc. V a.C.. Londres, Museu Britânico. R. Bianchi-Bandinelli, *Etruschi e Italici Prima del Dominio di Roma*. Milão, 1976, nº 139.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAM, A.-M. Bronzes Campaniens du Ve Siècle Avant J.C. au Cabinet des Médailles. *MEFRA*, 1980:155-190.

ADAM, A.-M. *Bronzes Etrusques et Italiques*. Bibliothèque Nationale. Paris, 1984.

ADRIANI, A. “La Magna Grecia nel Quadro dell’Arte Ellenistica”. *La Magna Grecia nel Mondo Ellenistico. Atti del Nono Convegno di Studi sulla Magna Grecia* (Taranto, 1969). Tarento, 1970:72-104.

BALTY, J. Ch. Dégradations sucessives d’un type d’Hercule italique. *Coll. LATOMUS*, LVIII (1962): 197-215.

BIANCHI-BANDINELLI, R. *Etruschi e Italici Prima del Dominio di Roma*. Milão, 1976.

BOUCHER, S. *Recherches sur les Bronzes Figurés de Gaule Pré-Romaine et Romaine*. BEFAR. Roma, Paris, 1976.

COLONNA, G. Italica Arte In: *Enciclopedia dell’Arte Antica*, vol. IV. Dir. R. Bianchi- Bandinelli e G. Becatti. Roma, 1963.

ARTIGO

A BUSCA DO RELATO VERDADEIRO: A NARRATIVA HISTÓRICA DE HERODIANO.**ANA TERESA MARQUES GONÇALVES****Departamento de História - UFG**

Muito pouco se sabe sobre a vida particular e pública de Herodiano, o que faz com que os historiadores que trabalham com sua obra, intitulada *História do Império Romano depois de Marco Aurélio*, estejam sempre situados no campo das hipóteses. Atualmente acredita-se que ele tenha nascido por volta de 180 d.C., na região oriental do Império, pois escreveu em grego, e que tenha falecido na mesma região em torno do ano de 250 d.C. Sua condição social é incerta, mas na sua própria obra ele afirma que exerceu várias funções imperiais ou públicas, durante as quais foi testemunha de vários fatos que constituíram o objeto de sua narrativa (Herod. I, 2, 5).

Herodiano inicia o seu primeiro capítulo com as seguintes palavras:

“A maioria dos que se dedicam à composição de obras de história e aspiram manter viva a recordação de fatos acontecidos no passado, em seu afã de fama perene para seu ensino e com o fim de não passar sem glória e inadvertidamente pelo grande público, preocupam-se pouco com a verdade em seus relatos, mas cuidam sobretudo do vocabulário e do estilo, porque confiam que, ainda que suas palavras lidem com a lenda, eles recolherão o aplauso de seu auditório e não será questionada a exatidão de sua investigação” (Herod. I, 1, 1)¹.

O autor coloca-se, assim, ao menos a nível do discurso, ao lado de uma tradição historiográfica que remonta aos gregos, na qual busca-se os fatos verdadeiros mediante a feitura de uma investigação criteriosa do que será relatado. Moses Hadas, por exemplo, ressalta a influência da tradição literária grega e a de

¹ Pelo fato de Herodiano ter escrito sua obra em grego (koiné), absteremo-nos de apresentar as passagens aqui citadas no original. Preferimos inseri-las no corpo do texto mediante uma tradução portuguesa, feita por nós a partir do original grego.

Tucídides, em especial nas obras de Políbio, Tito Lívio, Tácito e Dionísio de Halicarnasso (HADAS, 1950, pp. 226-243). Gostaríamos de demonstrar neste trabalho que esta influência não se limitou às obras produzidas na República e nos dois primeiros séculos do Império, períodos nos quais o gênero historiográfico mais se desenvolveu em Roma. Ela permaneceu ativa no III Século d.C. e serviu de referência, tanto para a obra de Dion Cássio (BOWERSOCK, 1973, p.204), quanto para a obra de seu contemporâneo Herodiano.

Mas o que exatamente teria Herodiano retirado dos ensinamentos gregos acerca da confecção de obras de História?

Em primeiro lugar, Herodiano enfatiza que gloriosos e dignos de memória devem ser os fatos narrados e não os empreendedores da tarefa de relatá-los. Tanto que o nome do autor não aparece nenhuma vez discriminado na narrativa. Ele só aparece expresso junto ao título da obra, reponsabilizando-se pelo que está escrito. Contudo, participa de forma indireta no relato ao dar algumas opiniões morais e ao mostrar os procedimentos utilizados em suas investigações. O gênero histórico serviria, assim, para glorificar os autores dos feitos narrados e não os autores da narrativa dos feitos.

Em segundo lugar, a História, para Herodiano, não é o relato de todos os fatos ocorridos, mas sim a narração do que é considerado importante e digno de glória pelo narrador, que utiliza como critérios de escolha do que será narrado: a possibilidade de verificar a veracidade do fato; a grandeza em si do acontecimento; e a potencialidade didática da ocorrência. O bom historiador deve concentrar a sua atenção sobre os episódios importantes e significativos e organizá-los de uma forma lógica, para serem compreendidos pelos leitores de sua época e pelos leitores posteriores. Seguindo uma cronologia baseada na sucessão dos imperadores, Herodiano preocupa-se mais em fornecer elementos para a reflexão política e sobre as questões relacionadas ao poder, do que em especificar indubitavelmente o momento em que os fatos ocorreram. Os fatos só se tornam compreensíveis se dispostos de uma forma encadeada cronologicamente.

Segundo Herodiano: “*Minha intenção é relatar o que ocorreu em cada caso, ordenando os fatos cronologicamente e por reinados*” (Herod. I, 1, 6). Isto porque é o encadeamento cronológico dos fatos relatados que garante à obra uma coerência lógica e uma ordem de entendimento fundamentais para que a mensagem da obra seja bem compreendida pelo público. A sucessão dos fatos fundamenta a sua inteligibilidade, ou seja, o que ocorreu antes explica o que houve depois, do mesmo modo que o futuro confirma as previsões e os atos do passado e do presente. Desta forma, as digressões se caracterizam por explicar fatos passados que, de

alguma maneira, auxiliam na compreensão dos fatos narrados. Vide, por exemplo, a digressão que é feita ao tempo de Augusto para explicar a fácil entrada de Septímio Severo na Itália, onde os cidadãos estavam desacostumados do uso de armas de combate (Herod. I, 11, 3-6) ou a citação das guerras civis para explicar o uso de adagas por alguns senadores no III século d.C. (Herod. VII, 11, 4).

É por isso também que Herodiano se preocupa em começar cada livro com um resumo do anterior; para que a cronologia dos acontecimentos seja respeitada. Mais importante que datá-los é inseri-los numa cadeia causal. Acrescente-se a isto o fato de que a organização dos acontecimentos por reinado facilita a discussão acerca do poder de cada soberano, pois pode-se ver o que os bons imperadores fizeram em relação com as práticas dos maus governantes. Como o autor se preocupa mais com a mensagem que ficará para a posteridade sobre os cinquenta e oito anos narrados na obra do que com a exatidão das datas, é notável a falta do que chamaríamos de precisão no relato. São comuns as expressões: “*durante um curto tempo*” (Herod. I, 6, 1); “*durante uns poucos anos*” (Herod. I, 8, 1); “*não muito tempo depois*” (Herod. I, 10, 1); “*ocorreu por aquele tempo*” (Herod. II, 6, 3), entre outras. Seguindo uma cronologia causal, Herodiano preocupa-se em fornecer elementos para reflexão que se interliguem; deste modo mais do que batalhas, que serão o fio condutor das narrativas dos Breviários no IV século, ele narra costumes, perfis de agentes históricos, conjurações de corte, e tudo o mais que possa dar inteligibilidade ao relato e nos quais a natureza humana seja transformada em exemplo para as gerações vindouras. Um dos critérios de veracidade arrolados por Herodiano é exatamente o fato dos acontecimentos narrados serem necessários para a compreensão do que foi dito anteriormente e para o entendimento do que será dito depois. Se o fato narrado está servindo para dar seqüência lógica à narrativa, isto já serve para demonstrar a sua veracidade.

Em quarto lugar, os fatos devem ser encadeados para transmitir uma mensagem verdadeira sobre o passado e não de modo a adular ou criticar imperadores e outros agentes, cujo poder e posição elevada mereceram a atenção do historiador. Herodiano critica os que ressaltam fatos e situações não muito importantes para a compreensão da narrativa, visando algum fim diferente da rememoração constante de um passado glorioso romano, ao afirmar:

“Alguns por inimizades privadas ou por ódio aos tiranos ou por adulação ou honra aos imperadores, cidades ou particulares têm apresentado fatos triviais e sem importância com uma fama superior à verdade” (Herod. I, 1, 2).

O autor percebeu, assim, o poder das palavras e dos que as manipulam, pois, tanto podem construir um relato verdadeiro, quanto falso, uma imagem distorcida, ou uma que se aproxime do real vivido no passado. Pior que não controlar a veracidade por intermédio de técnicas precisas seria procurar deliberadamente o engano no lugar da verdade (Herod. III, 7, 3).

Que técnicas deveriam ser estas a garantir o princípio da veracidade?

Após criticar historiadores que não se dedicavam a uma investigação exata e cuidadosa dos fatos e nem se preocupavam com a causalidade discursiva, Herodiano indica como irá proceder para não repetir tais falhas metodológicas, isto é, que técnicas irá empregar:

“Eu não aceitei nenhuma informação de segunda mão, sem provas, nem testemunhos, mas, subordinado à recente recordação de meus leitores, eu recopiei os dados para a minha história com total respeito à exatidão” (Herod. I, 1, 3)

“Mas meu objetivo é relatar sistematicamente os sucessos de um período (...) que abarca o reinado de muitos imperadores, sucessos dos quais tenho conhecimento especial. Em consequência, somente apresentarei uma narração por ordem cronológica das ações mais importantes (...). Não ressaltarei nada por adulação, como faziam os escritores contemporâneos, nem tão pouco omitirei nada do que seja digno de menção ou de recordação” (Herod. II, 15, 6-7).

Então, as técnicas básicas seriam:

1º) ao relatar fatos não vivenciados, mas importantes para a compreensão da narrativa, buscar verificar a autenticidade das informações mediante a cópia de relatos anteriores já verificados, a conversa com pessoas mais velhas e que vivenciaram os fatos e a aceitação do relato pelo público leitor, que perceberia se há nele uma inteligibilidade clara. A veracidade é assim garantida não apenas por quem relata, mas principalmente por quem lê ou escuta a obra, pois ao tratar de fatos ocorridos em tempos próximos, a verdade encontra-se subordinada à recordação dos leitores. Herodiano não fornece o nome de seus informantes ou das fontes consultadas. Porém, como afirma Moses Finley, esse era o comum na historiografia antiga (FINLEY, 1986, pp. 19-47), já que a veracidade não advém somente da fonte das informações, mas principalmente da relação que se constitui entre o autor e o público por intermédio do que é narrado.

2º) dar primazia aos fatos presenciados pelo narrador, os acontecimentos por ele vistos e ouvidos. Por isso, Herodiano escolhe narrar fatos contemporâneos a si, como afirma:

“ Eu escrevi uma história sobre os fatos posteriores à morte de Marco, fatos que vi e escutei durante toda a minha vida. E de alguns deles participei diretamente em meus postos de serviço imperial e público” (Herod. I, 2, 5).

O ver e o ouvir eram critérios incontestáveis de veracidade para o homem antigo.

3º) ao crer que o conhecimento que está produzindo tem um aspecto durável, universal e didático e, portanto, uma utilidade e uma finalidade prática, o historiador deve escolher um tema ou um período que interesse às gerações posteriores. É a crença numa utilidade prática que leva os autores a procurarem a veracidade. Nesta busca do que deve ser mencionado e recordado, Herodiano indica o porquê de ter escolhido relatar o que viu e ouviu:

“Eu acredito que não desagradará aos leitores posteriores o conhecimento de um tão grande número de importantes acontecimentos concentrados em um tão curto espaço de tempo. Em todo caso se alguém passasse em revista todo o período que vai de Augusto, quando o regime romano se transformou em poder pessoal, não encontraria nos cerca de duzentos anos que vão até os tempos de Marco nem tão contínuos relevos no poder imperial, nem tantas mudanças de sorte em guerras civis e exteriores, nem comoções nos povos das províncias e conquistas de cidades (...), nem movimentos sísmicos e pestes, nem finalmente vidas de tiranos e imperadores tão incríveis que antes eram raras ou nem sequer se recordavam. Destes imperadores, uns mantiveram sua autoridade durante bastante tempo, enquanto para outros o poder foi passageiro; alguns, procurando somente o poder do título e da glória efêmera, rapidamente foram derrotados. Durante um período de sessenta anos, o Império Romano esteve em mãos de mais senhores do que o tempo exigia, e produziu um enorme número de situações cambiantes e surpreendentes” (Herod. I, 1, 3-5).

Os fatos narrados também recebem veracidade pelo caráter de excepcionalidade e de grandeza que o autor busca lhes imputar. Como sempre, são as situações de mudanças rápidas, num curto espaço de tempo, que despertam a atenção do historiador. Os fatos são relevantes e dignos de nota por assinalarem modificações profundas e relativamente rápidas na condição do corpo cívico organizado (MOMIGLIANO, 1984, p.52). Frente à importância da narrativa, a preocupação metodológica se constitui num elemento a mais para garantir a utilidade do relato para as próximas gerações.

4º) para garantir a veracidade de uma narrativa tão fundamental e para poder perceber a cadeia lógica que liga os fatos e que garante a sua inteligibilidade, o historiador deve dar um espaço temporal entre o momento em que os fatos ocorreram e o momento em que ele os relata. Herodiano só narra os fatos ocorridos até 238 d.C., apesar de ter morrido bem depois. Acreditamos que isto indica a necessidade desta distância temporal, para que o narrador tenha condições de identificar como os fatos devem ser relatados para que convençam o público.

5º) não inserir fatos que não sejam importantes para a compreensão do relato e de sua mensagem moral e, ao mesmo tempo, não omitir nada que seja digno de menção e de recordação. O relato deve ser equilibrado entre omissões intencionais e fatos dignos de integrarem o conjunto de *exempla* romanos. Da História de Herodiano não ficam de fora as lendas, os oráculos e os sonhos. As lendas descritas são vistas como mitos historicizados, na expressão de Jean Bayet (BAYET, s.d., p.58), ou seja, são histórias que hoje nós identificamos como lendas, mas que na época imperial tinham sua veracidade garantida pela tradição e atestada pela repetição, e que foram incluídas na trama histórica com um valor moral e ético. A lenda tem lugar no relato histórico quando auxilia na explicação dos fatos ocorridos e é apresentada com suas múltiplas versões. Para os romanos, ela preenchia as lacunas de seu conhecimento sobre o passado e deveriam fazer parte da memória política e cultural junto com os fatos propriamente históricos. Por exemplo, ao narrar a causa dos romanos venerarem a *Dea Mater*, o próprio Herodiano afirma que: “*Talvez seja uma exposição cheia de fantasia, mas oferecerá uma informação nada desprezível para os que não estejam familiarizados com a história dos romanos*” (Herod. I, 11, 1-5).

Os oráculos e os sonhos, por sua vez, só são relatados quando foram confirmados pelos acontecimentos posteriores. Após seu relato, Herodiano sempre faz questão de enfatizar que eles realmente indicaram algo que se efetivou, demonstrando a pertinência de seu relato, pois estimularam as ações humanas. Ao relatar os sonhos e os oráculos que previram a ascensão ao poder de Septímio Severo, Herodiano afirma: “*Se reconhece que todos estes prognósticos não se equivocaram e são verdadeiros quando os fatos posteriores lhes dão razão*” (Herod. II, 9, 3-7). Estas inclusões, portanto, não colocavam em perigo a veracidade e a pertinência do relato.

6º) o historiador não precisa necessariamente buscar uma verdade geral e única, renunciando às versões múltiplas, optando sempre pela versão mais verossímil, mais crível e semelhante ao real vivido no passado. Herodiano permite a primazia da dúvida e do questionamento, apresentando várias versões para um mesmo fato e permitindo que o leitor se incline pela que lhe pareça mais verdadeira ou mais provável. Por exemplo, ao falar de Pescênio Nigro, Herodiano afirma:

“Tem quem opine que a causa de Nigro (de vencer Severo), traído por Emiliano, esteve condenada ao fracasso desde suas origens. (...) Uns afirmam que Emiliano conspirou contra Nigro porque o invejava (...) Outros opinam que foi persuadido por seus filhos (...)” (Herod. III, 2, 3).

O próprio Herodiano não opta por nenhuma das duas versões possíveis para a traição de Emiliano, inserindo ambas em sua narrativa e lhes conferindo igual valor. Não importa qual das duas é a mais verdadeira, pois ambas ensinam quem as lê. Ambas são relatos de maus exemplos que devem ser evitados: quer agir por inveja, quer se deixar levar pela opinião dos mais jovens e menos experientes. Herodiano chega mesmo a admitir em alguns momentos que desconhece certas informações capazes de dotar um acontecimento narrado de uma veracidade indubitável. Por exemplo:

“Não sabemos se Maximiliano desconhecia o que se tramava ou se estava secretamente implicado nos preparativos (do motim contra Severo Alexandre)” (Herod. VI, 8, 5) e “Não sabemos se refletia a verdade ou se era uma invenção do Maximiano (o perigo bárbaro); não se pode dizê-lo com exatidão, posto que não houve ocasião de prová-lo” (Herod. VII, 1, 8).

Acreditamos que estas passagens, ao invés de um descuido com a questão da veracidade e da objetividade do relato, refletem uma preocupação do autor em separar o que foi comprovado e o que não pôde ser provado, mesmo mediante uma exaustiva investigação de provas e testemunhos. O primado da dúvida e da controvérsia não nos parece ser uma falha metodológica do autor, mas sim uma preocupação técnica em separar o provável/possível/desconhecido do confirmado por sua investigação ou por sua visão/audição.

Seguindo estes princípios e técnicas historiográficas de composição do discurso denominado de caráter histórico, expressos em sua própria obra, Herodiano acredita estar fornecendo ao seu relato dos acontecimentos, ocorridos entre 180 e 238 d.C., um cunho de veracidade e de objetividade e um valor de utilidade didática, mnemônica e política para a aristocracia romana, o seu provável público leitor, que compartilhava com ele o poder de construir a memória política romana. Como afirma Hannah Arendt (ARENDR, 1988, pp.72-79), todas as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são perecíveis, como que contaminadas com a mortalidade de seus autores. A capacidade humana para dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência e impedir sua perecibilidade era a sua recordação constante. É através da História que ocorre essa permanência temporal. A História acolhe em sua memória aqueles mortais que através de

feitos e palavras se provaram dignos da imortalidade, e sua fama eterna significa que eles podem permanecer na companhia das coisas que duram para sempre. Cabe, portanto, ao historiador Herodiano identificar que fatos e personagens merecem a imortalidade pela recordação e garantir a veracidade e a pertinência moral e didática do que passará, por critérios de forma e conteúdo, a integrar a memória política dos romanos.

BIBLIOGRAFIA

A) Fonte

HERODIANO. *Historia del Imperio Romano después de Marco Aurélio*. Traducción y notas por Juan J. Torres Esbarranch. Madrid: Gredos, 1985.

_____. *Histoire de l'Empire Romain après Marc-Aurèle*. Traduit et commenté par Denis Roques. Paris: Les Belles Lettres, 1990.

_____. *Storia dell'Impero Romano dopo Marco Aurelio*. Testo e versione a cura de Filippo Cassola. Firenze: Sansoni, 1967.

B) Obras

ANDRÉ, J.M., HUSS, A. *La Historia en Roma*. Madrid: Siglo XXI, 1975.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

BAYET, Jean. *La Religion Romana*. Madrid: Cristiandad, s.d.

BOWERSOCK, G.W. "Greek Intellectuals and the Imperial Cult in the Second Century A.D." *Le Culte des Souverains dans l' Empire Romain*. Genève: Fondation Hardt, 1973. t. 19. pp.179-206.

BURY, J.B. *The Ancient Greek Historians*. London: Macmillan, 1909.

FINLEY, Moses I. *Historia Antigua: problemas metodologicos*. Barcelona: Crítica, 1986.

HADAS, M. *A History of Greek Literature*. New York: Columbia University Press, 1950.

LACROIX, B. *L' Histoire dans l' Antiquité*. Paris: J. Vrin, 1951.

MOMIGLIANO, A. L' Histoire entre la Médecine et la Rhétorique. In: GADOFFRE, G. (Dir.) *Certitudes et Incertitudes de l' Histoire*. Paris: PUF, 1987, pp.31-41.

_____. *La Historiografia Griega*. Barcelona: Crítica, 1984.

_____. *Problèmes d' Historiographie Ancienne et Moderne*. Paris: Gallimard, 1983.

PIRES, F.M. "História e Poesia." *Revista de História*, São Paulo, n.121, pp.27-44, ago./dez. 1989.

STARR, R.J. "The circulation of Literary Texts in the Roman World." *The Classical Quarterly*, Oxford, Oxford University Press, v.37, n.1, pp.213-223, 1987.

WEIL, R. "Naissance et Mort de la Verité Historique dans la Grèce Antique." In: GADOFFRE, G. (Dir.) *Certitudes et Incertitudes de l' Histoire*. Paris: PUF, 1987, pp. 19-28.

ARTIGO

**A QUESTÃO INDÍGENA EM MINAS GERAIS:
UM BALANÇO DAS FONTES E DA BIBLIOGRAFIA¹****CRISOSTON TERTO VILAS BÔAS****Depto. de História - UFOP**

No Arquivo Público Mineiro há cópia de um mapa da Capitania de Minas Gerais onde se podem distinguir os limites da Comarca de Sabará e as terras adjacentes². Encimando o mapa, à maneira de um frontispício, uma imagem emoldurada destaca-se como metáfora da conquista e ocupação do território interior.

A imagem no mapa identifica os atores: um cartógrafo e um índio. O cartógrafo, com seu compasso, estabelece as medidas do reino, indica os acidentes e nomeia a terra. Vestido com suas roupas de reinol, sentado e circunspecto, seus olhos miram com atenção seu gesto de assinalar no papel as largas terras do oeste. Diante dele, sorrateiramente um índio se lhe opõe de arco flexionado. Este se posta do lado oeste, e sua flecha é dirigida para um ponto enigmático entre o corpo e o papel de seu inimigo.

O mapa identifica parte da terra que, por aquela época, não mais era “*povoada em derredor de diversissimas gerações de Indios muy barbaros e crueis*”³ conforme relata a crônica do Pe. João de Azpilcueta Navarro que por ali teria andado entre os anos de 1553 e 1555. Não mais tantas tribos, mas o índio no emblema do mapa da Comarca de Sabará é um testemunho histórico de que em fins do século XVIII ainda permanecia por ali, como “obstáculo à civilização”, grupos

¹ Este estudo foi apresentado no Seminário “Mariana, trezentos anos: um balanço da produção historiográfica”, promovido pelo Laboratório de Pesquisa Histórica do DEHIS-UFOP, Casa Setecentista-Patrimônio Cultural/IBPC e Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana. Mariana, 13-15 de outubro de 1994.

² Trata-se do *Mapa da Comarca do Sabará* por José Joaquim da Rocha, 1778.

³ Como se pode ler na Carta do Pe. João de Azpilcueta, escrita em meados do século XVI. Ver *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 6 (4): 1159-1162, 1901.

sobreviventes das guerras ofensivas empreendidas durante o transcurso dos séculos XVII e XVIII.

Considero esse mapa e seu emblema um mito iconográfico da conquista territorial, onde os atores são claramente identificados e seus lugares sociais bem discernidos. O índio está ali e resiste. E, no entanto, para a historiografia mineira, os indígenas em Minas Gerais tornaram-se como que invisíveis. Eles inexistem.

Assim ocorre com os estudos demográficos sobre populações mineiras que desconhecem inteiramente a presença das populações indígenas e, mais do que isso, seu papel na história política e social da Capitania e da Província.

Do mesmo modo, a revisão historiográfica que relativizou o lugar da “economia do ouro” no complexo econômico das Gerais e indicou a importância das atividades agrárias e pastoris, pouca atenção prestou às formas assumidas pelo trabalho indígena na organização desse complexo econômico.

A história administrativa tampouco analisou a questão relacionada à conquista de territórios ocupados pelo indígena. Não examinou o lugar destinado ao “índio desejável” na organização de forças-tarefas para o combate ao “índio selvagem e antropófago”, identidade genérica para todos os grupos que se interpunham aos adventícios nos diferentes períodos da história mineira⁴.

Não é diferente a história da igreja que pouca atenção ainda prestou ao papel sobrelevante do clero secular nas estratégias de “catequese e civilização” dos grupos indígenas de Minas Gerais, particularmente dos habitantes das “ubérrimas” matas mineiras do vale do Mucuri e do Rio Doce, para onde se encaminharam, desde meados do século XVIII, padres missionários, sobre os quais as “histórias dos municípios” dessa região tanto falam.

As populações indígenas de Minas Gerais são invisíveis até mesmo para aqueles pesquisadores influenciados pelos paradigmas da “nova história”, esse vasto leque que engloba os estudos orientados pela idéia de cultura, cotidiano e mentalidade, e que procuram atingir o “homem comum”, os que não deixaram de si testemunhos diretos.

⁴ Exemplo raro de estudo sobre os presídios e seu papel no controle das populações indígenas é a monografia de bacharelado de Elizabeth Salgado, *Aldeamento Indígena da Região da Mata Mineira - Presídios de Abre Campo, Rio Pomba e Cuieté (1730-1850)*. - Mariana: DEHIS-UFOP, 1986. (Inédito). Estudo largamente influenciado pela tipologia estabelecida por Laura de Mello e Souza em seu *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

E é sem dúvida dessa nova história, com o consórcio da antropologia, que se espera o máximo de atenção para a questão indígena em Minas Gerais.

Não somente porque é necessário rever o passado e recuperar a memória dos vencidos, mas porque ainda entre nós estão os sobreviventes do genocídio e do etnocídio, e deles podemos nos aproximar, oferecendo-lhes agora a memória cultural e política de seus antepassados, inscrita nos nossos arquivos.

Minas Gerais possui atualmente os seguintes grupos indígenas⁵: os Xakriabá⁶, com 6.000 indivíduos ocupando uma área de 46.000 he., demarcada no norte de Minas, próximo da cidade de Itacarambi; os Pataxó, com cerca de 200 indivíduos ocupando uma área demarcada de 3.200 he., próxima de Carmésia, no Vale do Aço; os Maxacali, com cerca de 600 indivíduos ocupando duas aldeias divididas por terras invadidas por fazendeiros no município de Bertópolis, no Vale do Mucuri; os Krenák, também com 200 indivíduos, aproximadamente, ocupando perto de Resplendor, no Vale do Rio Doce, uma área de somente 120 he. dos 4.000 he. que lhes pertencem e que apesar de já demarcada pela FUNAI, encontra-se sob o domínio de fazendeiros; os Pandakurú, que migraram de Pernambuco e que ocupam 60 he. de terras no município de Coronel Murta, no Vale do Jequitinhonha. Também os indígenas “Kaxixó”, que ora vêm reivindicando sua identidade étnica, moradores nas proximidades de Pompéu, na microrregião de Três Marias.

Os “Kaxixó” exemplificam esse movimento recente e que se manifesta com relativa intensidade pelo país afora, em que os povos indígenas “*em diferentes graus de aculturação ou caboclamento, reagem na defesa de seu patrimônio territorial e cultural*”⁷. Note-se que a população indígena em Minas Gerais está, hoje, em torno de 7.000 indivíduos, quando apenas uma década atrás era de 5.197. Como em todo o país, observa-se que vem ocorrendo em Minas o fenômeno da recuperação demográfica.

Esse fenômeno de resistência e recuperação étnicas impõe-se como mais uma razão para que sejam formuladas perguntas relevantes sobre os povos que até início do dezoito eram maioria sobre esse vasto território das Gerais e que, já em

⁵ As informações sobre as populações indígenas atuais, apresentadas aqui, me foram fornecidas por Marilda Quitino Magalhães, do CIMI - Conselho Indigenista Missionário (BH-MG), a quem agradeço.

⁶ Na grafia dos nomes dos povos indígenas sigo a convenção estabelecida em 1953 pela Associação Brasileira de Antropologia que, entre outras normas, indica que os nomes de povos e de línguas indígenas sejam empregados como palavras invariáveis, sem flexão de gênero nem de número. Ver *Revista de Antropologia*. 2 (2):150-154, 1954.

⁷ GOMES, Mércio Pereira. *Os índios e o Brasil*. - Petrópolis: Vozes, 1991, p. 61.

fins daquele século, foram reduzidos à minoria e encurralados pelos diferentes agentes neobrasileiros⁸ de ocupação.

Essas perguntas, a ciência histórica não as fez, infelizmente. Essa indigência bibliográfica é, por decorrência, também temática e conceitual. Assim, os grandes panoramas históricos das Minas que acompanham a linhagem inaugurada por Diogo de Vasconcelos⁹ mais desinformam, por sua perspectiva “canônica”. Situa-se neste plano a obra de Oíliam José, *Indígenas de Minas Gerais*, que não oferece algo como seu útil *Historiografia Mineira*¹⁰. Seu *Indígenas de Minas Gerais* repete, no essencial, as informações pouco precisas de Nelson de Senna¹¹. Além disso, expressa-se num tom que faz eco aos estereótipos étnicos presentes nos documentos que manuseou. Do mesmo modo, o trabalho de Daniel Carvalho, *Formação Histórica de Minas Gerais*, pouco acrescentou ao lugar comum de que “nas bandeiras paulistas, se os chefes e os oficiais possuíam sangue índio, o grosso da tropa era constituído por índios das fazendas, das aldeias próximas e até das reduções jesuíticas”¹².

Mesmo um autor que representou novidade nos estudos mineiros, como Charles R. Boxer, repete o mote do sangue índio correndo nas veias dos mineiros:

“Embora sangue europeu e africano predominassem no cadinho racial de Minas Gerais, correntes paulistas e ameríndias não eram de forma alguma insignificantes (...) houve alguns casamentos entre os dois grupos, e algumas famílias paulistas foram absorvidas na população geral, depois de uma ou duas gerações. Recorrendo à lista de escravos nos arquivos de Minas Gerais, também temos revelada a presença de numerosos escravos ameríndios. A maior parte era designada sob o nome genérico de Carijós e, sem dúvida, quase todos pertenciam ao sexo masculino. Deve ter havido, contudo, algumas mulheres, cujo sangue, com toda a certeza, veio a mesclar-se com o das famílias de seus senhores”¹³.

⁸ Chamo de neobrasileiros os agentes povoadores que chegaram após o “descobrimento”.

⁹ É necessário fazer justiça a Diogo de Vasconcelos. Sua perspectiva está superada em várias dimensões, mas ele continua a ser fonte de referência pela abrangência e intuição com que tratou diversos temas. Seu grande defeito talvez esteja em que suas informações não sejam acompanhadas da identificação das fontes que manuseou.

¹⁰ JOSÉ, Oíliam. *Indígenas de Minas Gerais*. - Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965. *Historiografia Mineira* também foi publicado pela Imprensa Oficial, em 1987.

¹¹ SENNA, Nelson de. “Sobre Ethnographia Brasileira - Principaes povos selvagens que tiveram o seo ‘habitat’ em território das Minas Geraes”. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. 25 (1): 337-355, 1937. Nelson de Senna arrola 177 grupos. Mas também não oferece suas fontes.

¹² CARVALHO, Daniel. *A Formação Histórica de Minas Gerais*. - Rio de Janeiro: Mec, 1956. p. 12.

¹³ BOXER, Charles. R. *A Idade do Ouro do Brasil*. - São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963, p. 154-155.

Nada de novidadeiro em Boxer, senão sua afirmação peremptória sobre a presença da mão-de-obra indígena escrava também nas atividades de mineração. Presença que, por sinal, já podia ser lida em Antonil em 1711¹⁴.

As pesquisas históricas não têm feito justiça à relevância das populações ameríndias, mas o mesmo acontece com os estudos antropológicos.

Os estudos atuais que estão sendo formulados pela antropologia, “tomada por uma profunda cliofilia”,¹⁵ têm-se ocupado muito pouco com as populações indígenas em Minas Gerais¹⁶. De destaque mesmo, podem-se assinalar as pesquisas sobre os índios Maxacali realizadas na década de 60 por três antropólogos. Trata-se de *Índios Maxacali: resistência ou morte*, de Marcos Magalhães Rubinger, na época professor da UFMG, Maria Stella de Amorim e Sônia de Almeida Marcato¹⁷. Esses pesquisadores não puderam nos oferecer o que prometeram devido ao furor da ditadura que, em 1964, prendeu e exilou Rubinger, idealizador do “*Projeto de pesquisa Maxacali*”, inspirado no conceito de *fricção interétnica* de Roberto Cardoso de Oliveira, outro antropólogo cujos trabalhos têm sido de grande relevância para a história etnológica.

Vale também assinalar os importantes estudos etnográficos e lingüísticos realizados na década de 40 pelo etnólogo paraense Rosário Guérios,¹⁸ elogiados inclusive por Herbert Baldus. Guérios registrou aspectos lingüísticos dos índios botocudos, entre outros, que permitem em linhas gerais restabelecer unidades genético-culturais relevantes para a confecção de “laudos étnicos”, esses

¹⁴ “Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos, e muitos índios, de que os paulistas se servem”. Ver ANTONIL, André João. *Cultura e Opulência do Brasil*. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. p. 167.

¹⁵ Essa é uma afirmação de Eduardo Viveiros de Castro, do Museu Nacional do Rio de Janeiro, e pode ser lida na resenha que fez do livro *História dos índios no Brasil*. Ver. CASTRO, Eduardo Viveiros de. “Histórias Ameríndias”. *Novos Estudos Cebrap*. (36): 22-33, julho de 1993.

¹⁶ Entretanto, o mesmo não se dá em relação aos grupos étnicos de outras regiões do Brasil. Com uma orientação histórica temos o excelente *Índios da Amazônia, de Maioria a Minoria (1750-1850)* - Petrópolis: Vozes, 1988, de Carlos de Araújo Moreira Neto, talvez o mais informado antropólogo brasileiro sobre a história etnológica do Brasil. E mais recentemente, os estudos dirigidos pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, publicados em *História dos índios no Brasil*. - São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/FAPESP, 1992. Mas antes desses, temos os inspiradores estudos clássicos da etnologia histórica brasileira realizados por Florestan Fernandes, Curt Nimuendajú, Egon Schaden e Dacy Ribeiro, entre outros.

¹⁷ Ver RUBINGER, Marcos Magalhães. *Índios Maxacali: resistência ou morte*. - Belo Horizonte: Interlivros, 1980. Apesar do livro trazer na capa e no índice uma única autoria, os capítulos identificam corretamente as outras autoras. Rubinger morreu em 1973, no exílio.

¹⁸ Guérios publicou diversos estudos lingüísticos sobre grupos indígenas de Minas Gerais. Ver, p.ex. GUÉRIOS, Rosário Farani Mansur. “Entre os botocudos do Rio Doce”. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18, 10 e 21 de junho de 1944. Cf. o resumo feito por H. Baldus na *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo (96): 217-218, 1944.

instrumentos necessários para a reconstrução da identidade étnica de grupos que se “desviram caboclos”.

Conclui-se, portanto, que se conhece de menos apesar da abundância de fontes e documentos.

Na abundância de fontes, destacam-se aquelas já publicadas e de fácil acesso tais como as descrições dos viajantes (Saint-Hilaire¹⁹, Wied,²⁰ Pohl,²¹ Spix e Martius,²² Freireyss,²³ entre outros) e os extraordinários relatórios de engenheiros do século XIX, como o de Pedro Victor Reinalt, publicado em 1846 na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*²⁴ ela mesma, em seus diversos volumes, um manancial inestimável para a pesquisa sobre indígenas de Minas Gerais; bem como os relatórios dos Diretores de Índios, como o de José Januário de Cerqueira, de 1886, inclusos como anexos em relatórios dos Presidentes da Província.²⁵

Entre os documentos, sobressaem naturalmente aqueles depositados nos diversos arquivos mineiros. Documentos de manuseio gravemente dificultado por

¹⁹ Ver, p.ex., SAINT-HILAIRE, Auguste De. *Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e de Minas Geraes*. - Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975. As diversas obras de Saint-Hilaire contêm informações sobre os índios Botocudo, Maxacali, Malali, Monoxó, Makuni e “Coroados”.

²⁰ WIED, Maximilian, Prinz von. *Viagem ao Brasil*. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989. Informações sobre os Botocudo.

²¹ POHL, João Emmanuel. *Viagem no interior do Brasil, empreendida nos anos de 1817 a 1821*. - Rio de Janeiro: INL, 1951. 2 vols. No segundo volume encontram-se os relatos sobre os Botocudo, os Maxacali e os “Moaquanhis”.

²² SPIX, Johan Baptist e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981. 3 vols. Traz importantes informações etnográficas sobre diversos grupos indígenas.

²³ FREIREYSS, Georg Wilhelm. *Viagem ao interior do Brasil*. - Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982. Um dos mais interessantes relatórios de viagem do início do século XIX.

²⁴ REINAULT, Pedro Victor. “Relatório da exposição dos rios Mucury e Todos os Santos”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 8: 425-452, edição de 1867 (2ª). Nesse relatório encontram-se importantes descrições etnográficas sobre os índios Puri, Pataxó e Botocudo.

²⁵ Os relatórios dos Presidentes da Província são fonte importante para o estudo da política administrativa em relação aos índios. Neles e nos anexos, podem-se obter informações valiosas sobre política de aldeamento, de ocupação e trabalho indígenas, de educação e mesmo estatística. Por exemplo, no relatório de J. J. Cerqueira obtêm-se dados demográficos e ocupacionais sobre os índios do aldeamento de N. Senhora dos Anjos de Itambacury. No aldeamento moravam 1002 índios botocudos, provenientes de diversos sub-grupos. E a informação de que, em 1886, “os próprios botocudos dão notícia de mil nômades que percorrem o interior d’esta extensa floresta banhada pelos rios S. Matheus, Itambacury e seus afluentes”. Ver. Anexo E (pp. 3-14) do *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Manoel do Nascimento Machado Portella, Ex-Presidente da Província de Minas Gerais Passou a Administração ao Exm. Sr. Dr. Antonio Teixeira de Sousa Magalhães, 1º Vive-Presidente da mesma Província*. Ouro Preto: Typographia de J. F. de Paula Castro, 1886. Agradeço ao Prof. Renato Pinto Venâncio por ter chamado minha atenção para a importância desses relatórios.

sua dispersão geográfica e inexistência de guia sistemático²⁶ são inestimáveis, caso o pesquisador esteja envolvido com a etno-história, ou seja, o estudo do regime de historicidade dos grupos tribais ou étnicos, de sua inscrição na temporalidade. Assim, por exemplo, quando o etno-historiador se depara com a vasta documentação relacionada com a atuação de Guido Thomaz Marlière, chama-lhe a atenção não as vicissitudes do “civilizador dos botocudos”, como a ele se referiu a história canônica, mas antes a riqueza de detalhes sobre as relações contraditórias que num momento unem os índios e o diretor contra os colonos e, em outro, unem colonos e índios contra diretor²⁷. Mesma importância adquire as correspondências entre os encarregados da administração das circunscrições, particularmente aqueles que, por sua riqueza de detalhes sobre as relações entre administradores, colonos e índios aldeados, nos oferecem subsídios para a montagem de uma “descrição densa” do cotidiano de uma microrregião mineira.

Inscribe-se neste caso, de forma exemplar, o rico acervo de documentos relacionados aos aldeamentos do Rio Pomba. Por exemplo, as instruções de Antônio José Dias Coelho, um homem de grande sensibilidade que, enviado para investigar as ações de “*portugueses com as nações de índios Croatos*” redige, na própria aldeia de São Januário de Ubá, um documento que é um monumento:

“(…) eu me encho de horror e espanto pelo que tenho visto e observado pessoalmente. (I) Tendo S. A. Real feito uma considerável e avultadíssima despesa a benefício desses infelizes e miseráveis índios, (...) nomeando-lhes pároco e diretor em data de novembro de 1764, pouco ou nenhum adiantamento lhe diviso, pois que apesar de alguns, todos os mais ignoram inteiramente os mistérios de nossa Santa Religião e o idioma português. (II) Devendo o seu reverendo Pároco, e o Diretor defender as terras que lhe são dadas para a sua residência e a cultura, consentem que estes mesmos índios as negociem com os portugueses a troco de cachaça e de insignificantes bagatelas enganando desta forma os miseráveis com quinquilharias sem valor para lhes apanharem as suas aldeias com o título de compra, quando nem eles têm autoridade de as vender, nem os portugueses de as comprar. (III) Eu mesmo tenho visto e observado que aqueles portugueses mais velhacos e astutos têm tido a providência que depois de lh’as tomarem as suas aldeias, não os correm de sua vizinhança, mas soltam-lhe a sua criação para lhes destruir o milho, batatas e bananas a fim de que os miseráveis se ausentem e desta forma lhes têm tomado

²⁶ Ainda está para ser confeccionado um guia completo das fontes mineiras. Entretanto, recentemente foi publicado pelo Núcleo de História Indígena e do Indigenismo da USP um importante instrumento de pesquisa que traz informações sobre o acervo do Arquivo Público Mineiro. Cf. MONTEIRO, John Manuel (Coordenador). *Guia de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em Arquivos Públicos – Acervos das Capitais*. - São Paulo: NHII/USP, 1994.

²⁷ Ver a documentação relativa ao diretor na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vols. 10, 11, 12.

todas as suas aldeias e posto em tal desesperação de fugirem e entranhar-se outra vez pelas matas (...) (IV) Sou mais informado que muitos portugueses os costumam alugar para o seu trabalho e que depois de servidos não só lhes não pagam o seu suor, o que devem logo fazer, como lhes dão pancadas e os maltratam e correm ameaçando-os a castigos. (...) / Aldeia de Ubá, 31 de maio de 1810 / Antônio José Dias Coelho / Brigadeiro-Inspetor e Deputado da Junta.²⁸

Junte-se a este documento as listas nominativas dos habitantes da Capela de São Januário de Ubá e de São João Batista do Prezídio²⁹, da Freguesia de Camargos³⁰ e da freguesia de Rio Pomba³¹, depositadas no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, listas onde se identificam os moradores “internos e externos” das freguesias, o sexo, a idade, se casado ou solteiro e a ocupação. Documentos que reportam à situação dos aldeamentos mineiros no início do século XIX e de grande valor para o estudo demográfico da Capitania.

Não se pode deixar absolutamente de lado o acervo do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, em especial a documentação relativa aos párocos da freguesia, como os do Padre Manoel de Jesus Maria, “filho de João Antunes, branco, e da africana Maria, natural de Angola”³², situação a que o Processo de Habilitação às Ordens Sacras não faz segredo, e que nomeado Capelão-Cura assumirá ao longo de sua vida os títulos de Cônego Doutoral na Catedral de Mariana, Comissário do Santo Ofício e da Bula da Santa Cruzada, Protonário Apostólico de Sua Santidade, Examinador Sinodal, Juiz das Justificações da Guerra e Vigário Capitular do Bispado. Prestígio tal junto a D. Fr. Domingos da Incarnação Pontevel permitiu-lhe fazer com que a Arquidiocese de Mariana tivesse o privilégio histórico de ordenar um dos padres índios da Igreja Brasileira. Trata-se do Pe. Pedro da Mota, índio Croato que estudou no Seminário de Mariana e foi ordenado em 1790, aqui em Mariana, pelo próprio Arcebispo³³.

²⁸ Apud CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Os Sertões de Leste; chegadas para a história da Zona da Mata*. - Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, pp. 15-19 infra. Infelizmente, esse autor não indica o códice e o Arquivo onde se encontra este e o documento indicado mais à frente (ver nota 33). Não consegui localizá-lo no *Arquivo Público Mineiro*.

²⁹ Ver cód. 398 do *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*.

³⁰ Ver cód. 522 do *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*.

³¹ Ver cód. 701 do *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*.

³² Ver Processo de Habilitação *De Genere, Vitae et Moribus* - *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Armário 09 - Pasta 1576.

³³ Sobre “padres índios puros”, assim informa Arlindo Rubert: “Padres índios puros foram descobertos os seguintes: Pe. Antonio Alvares da Cunha, natural de Extremoz, Capitania de Pernambuco, que foi coadjutor de S. Amaro, ordenado por volta de 1773 com o Pe. Antonio Dias da Fonseca, ambos índios; Pe. José Inacio da Silva Pereira, índio guarani, filho legítimo de Apolinário da Silva Pereira e Adriana Maurícia, natural da freguesia de S. Antonio da Guarda Velha, no Rio Grande do Sul, ordenado no Rio de Janeiro a 20/09/1783; Pe. Antônio José de Araújo Silva, filho legítimo de João Cajú e Maria Ubapú, índios guaranis da aldeia de S. Nicolau de Rio Pardo, ordenado no Rio de Janeiro a 12/03/1785 por D. José Justiniano Mascarenhas Castelo Branco; Pe. Filipe (sic) da Mota, da diocese de Mariana, discípulo do Pe. Manuel de Jesus Maria, missionário dos índios coroados, ordenado em 1790 em Mariana por D. Fr. Domingos da Incarnação Pontevel”. Cf. RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil - Expansão Territorial e Absolutismo Estatal (1700-1822)*. Vol. III - Santa Maria (RS): Editora Pallotti, 1988. p. 291. Sobre o Pe. Pedro da Mota ver o Processo de Habilitação (Armário 10 - Pasta 1736) no *Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana*. Deixo aqui registrado meu agradecimento ao diretor desse Arquivo, Monsenhor Flávio Carneiro, que me franqueou seu acervo bibliográfico pessoal e me orientou na busca desse documento precioso relativo ao Pe. Pedro da Mota sobre quem escreveu uma “biografia etno-histórica”.

Tem-se ainda documentos que assinalam o ponto de vista dos colonos e permitem observar a complexidade das relações entre brancos e índios numa região de aldeamento. Este é o caso da petição que os moradores da microrregião do Rio Pomba enviaram à Rainha, em 1782. Nesse documento, apesar do filtro ideológico e do português empolado ou rústico do escrivão, lê-se um manifesto dos colonos pobres nos seguintes termos:

“Dizem os possuidores de terras, dentro dos limites da Freguesia do Mártir São Manoel dos Sertões do Rio Pomba e Peixe, dos índios Coropós e Coroatos da Capitania de Minas Gerais, alguns dos suplicantes já existentes na dita Freguesia, e outros que se estão estabelecendo, para se transporem a ela, maiormente por que o Governador e o Capitão-General desta Capitania, a requerimento do Vigário dela, manda que cada um que tiver terras ponha nelas alguma gente para assim melhor se povoar a dita Freguesia, (...) o Revmo. Vigário da dita Freguesia, Manoel de Jesus Maria, alcançou do Governador e Capitão-General, que então era Luis Diogo Lobo da Silva, favorecedor da cristianização dos índios, despacho, para que preferissem em possuir terras dos sertões da dita Freguesia, aquelas pessoas que ajudassem a estrada de que o dito Vigário tanto carecia, por naquele tempo andar atualmente a pé o dito Vigário, proferindo que V. M. as faculta gratuitamente aos que concorrem com o seu exemplo, diligência, zelo e caridade para a redução e cristianismo dos preditos índios; e animando o dito Vigário aos suplicantes com este despacho fizeram o caminho do lugar da Aldeia, em que se erigiu a Matriz, para sair à povoação com muito trabalho, por naquele tempo tudo estar muito bravo. Outros dos suplicantes têm o merecimento de acompanharem a pé, com sacos às costas, por remotas aldeias, com risco de vida. E de próximo alguns dos suplicantes fizeram um novo atalho, mais breve, para sair do aldeamento da dita Matriz para a Capital. E como se acham com estes merecimentos e já vão principiando a haver dúvidas, e comumente os que se arriscam a estas diligências laboriosas e de risco de vida são os pobres e humildes, e depois de haver picadas, caminhos, e menos risco, os ricos e poderosos costumam tirar as terras dos pobres e humildes, com o seu respeito, porque a pobreza sempre foi desprezada, aborrecida e desatendida; e outras vezes alcançam cartas de sesmarias subornando a verdade, e com elas cobrem o trabalho

dos pobres e lhe chamam suas. E os pobres que não têm dinheiro para as grandes despesas de sesmarias, juiz, escrivães e medidores, e menos para correr demanda, se vêem obrigados a deixá-las e perderem o seu trabalho, o que está claro, que ainda os mesmos índios a quem assiste todo o direito, por repetidas ordens de V. M., lhe haviam tirado as suas (...) se lhes não acudisse, com toda a providência o General Conde de Valadares, como consta (...) nos documentos juntos. E como entre os suplicantes também se acha por possuidor de terras um benfeitor dos mesmos índios, qual o Guarda-Mor Manoel da Mota Andrade, que teve ânimo de por no estudo, e concorrer com todas as despesas até receber a ordem de Presbítero, o Padre Pedro da Mota, índio Croato, como consta dos documentos. Este, igualmente, com os suplicantes recorrem a V. M. para que seja servida confirmar o despacho junto proferido a 2 de maio de 1768 do General que então era Luís Diogo Lobo da Silva, o qual General tanto atendia aos que trabalham na civilização dos índios; que ainda nas informações que tomava, nos requerimentos dos que pretendiam sesmarias, não permitia [as sesmarias] nos estabelecimentos dos índios, nem em prejuízo dos empregados na redução deles; como tudo se verifica nos ditos documentos.”³⁴

Livros de batismos, correspondências, petições, relatórios e processos eclesiásticos, associados aos informes etnográficos sobre os grupos tribais editados desde o início do século passado e acessíveis em publicações como a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, já citada, os *Anais da Biblioteca Nacional* e a *Revista do Arquivo Público Mineiro* permitem, sem dúvida, recompor um pouco os “imponderáveis da vida social” dessa microrregião mineira. É, pois, plausível que uma “escavação arquivística” ofereça materiais da mesma monta para as demais regiões de Minas.

Resta-me agora sinalizar os caminhos por onde os estudos sobre Índios em Minas Gerais devem seguir.

Uma História Etnológica de Minas Gerais deve começar pela identificação dos grupos indígenas que habitaram essas terras mineiras. A informação sobre os grandes troncos lingüísticos dominantes e as formações tribais específicas são imprescindíveis para se recuperar o estoque de manifestações étnicas aparentemente desaparecidas³⁵. Ora, ao se constatar que o grupo Xacriabá pertence ao tronco lingüístico Jê, essa informação se torna preciosa, pois permite, por comparação com outros grupos aparentados, o exame da cultura imemorial desse grupo do norte de Minas Gerais e anteriormente também em Goiás. Quando se

³⁴ Apud CASTRO, Celso Falabella de Figueiredo. *Op. cit.* pp. 54-55 infra.

³⁵ Sem dúvida alguma, os trabalhos de Aryon Dall’Igna Rodrigues são os mais significativos no campo dos estudos etno-lingüísticos. Ver RODRIGUES, Aryon Dall’Igna. *Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. - São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

verifica que as famílias Purí, Botocudo e Maxacalí pertencem ao grande tronco Macro-Jê, a perda cultural decorrente do genocídio é amenizada em favor da recuperação da identidade étnica dos sobreviventes. Os dados sobre a composição lingüística destes grupos permitem também notar a distribuição das populações ameríndias e suas migrações pelo vasto território interior, além de esclarecer sobre o impacto da conquista do território pelos neobrasileiros ao longo desses quatro séculos.

Mas o grande tema é, sem dúvida, o que diz respeito ao processo de depopulação ameríndia que tem início já no século XVI, com o descimento para aldeias da Capitania do Espírito Santo, de índios do Rio Doce. Notícia da entrada dos Padres Domingos Garcia e Diogo Fernandes, informa que “*duma vez entrou 180 léguas, e, só, à sua conta, trouxe mais de 10.000 almas*”.³⁶ O Pe. Serafim Leite, em sua monumental *História da Companhia de Jesus* é fonte e manancial de fontes primárias importantes para analisar também a depopulação da região oeste, a banhada pelo Rio São Francisco, que foi devassada insistentemente pelas entradas de apresamento desde meados do XVI. Do mesmo modo, são importantes os estudos sobre as bandeiras paulistas que penetraram também o território mineiro, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII. Essas bandeiras têm hoje, em John Monteiro, seu mais arguto inquiridor.³⁷

John Monteiro, analisando fontes inéditas para a História Etnológica Paulista, fornece-nos o paradigma de pesquisa arquivística que ainda não foi explorada em Minas Gerais. Também em Minas temos inventários e testamentos não publicados, livros de notas, atas das Câmaras e, sobretudo, livros de batismos, que podem nos oferecer importantes dados sobre o século XVIII.

Para o século XIX, os acervos das Câmaras Municipais³⁸, bem como os códices depositados no Arquivo Público Mineiro³⁹, são abundantes em informações

³⁶ Ver LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa: Livraria Portugalíia; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938. Tomo II - Livro II, p. 184.

³⁷ Ver MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

³⁸ Que pode ser atestado pelo *Arquivo da Câmara Municipal de Mariana*. Também em Mariana, o arquivo da *Casa Setecentista* certamente possui acervo de importância, como me alertou sua diretora, a historiadora Kátia Napoleão. Infelizmente, ainda não tive tempo de explorar este importante arquivo.

³⁹ Sobre a questão indígena em particular a documentação em grande parte manuscrita e inédita é abundante. Ver códices SC 197 - 1773; SC 334 - 1808/1814; SC 343 - 1809/1821; SC 369 - 1814/1821; SC 373 - 1816/1825; SP 59 - 1827/1836; SP 508 - 1854; SP 540 - 1854/1860; SP 565 - 1855; SP 610 - 1856; SP 897 - 1861; SP 1009 - 1863 e SP 1161 - 1866. Além dos códices relativos ao Fundo da Secretaria de Governo, sub-série Catequese (Índios), SP/SG 1/4, 1863-1866. O Prof. Tarcísio Rodrigues Botelho (a quem agradeço pelas valiosas informações arquivísticas) me indicou um conjunto de documentos depositados em caixas, relativas aos índios do norte de Minas Gerais. São os seguintes: SP, PP 1/10, Cx. 48, Doc. 15 e SP/PP 1/10 Cx. 15. Além desses documentos, indicou-me um outro conjunto de documentos microfilmados da *Casa dos Contos*, em Ouro Preto. Esses documentos são os seguintes (apresento seguindo a ordem: {nº} - [rolo] - (foto)): {08062} [540] (0959); {09001} [543] (0969); {09205} [544] (0607); {09261} [544] (0849); {09497} [545] (0615); {09938} [547] (0019); {10440} [540] (0933); {10564} [511] (0465); {10644} [511] (0696).

cruciais para a definição dos índices de destribalização e a intensidade do impacto da política de “catequese e civilização” na reordenação territorial da população indígena e mesmo de sua reação, perceptível quando os mesmos refluem para áreas de refúgio nas matas mais densas e altos cursos dos rios, onde se tornam hostis e refratários ao contato interétnico.

Ora, estes mesmos documentos são fontes para o estudo das relações interétnicas, isto é, entre índios e índios, índios e negros e índios e brancos. Este é talvez o campo para o qual as pesquisas histórico-etnológicas devem orientar-se, em razão da confluência entre história demográfica e etnologia que implica.

Este campo incorpora os estudos acerca do contato nas frentes de expansão que operaram diretamente sobre os índios. Assim, como exemplo, a frente mineradora fez uso específico do escravo indígena, ora vinculando-o à procura de ouro e pedras preciosas, sobretudo como “carregadores”, ora à produção de alimentos, ora ao trabalho doméstico. Já a frente de extração de poaia, madeiras e peles que se instalou na região do médio Jequitinhonha e do Mucuri, e que foi sucedida por outra, dedicada à criação de gado e à pequena lavoura atuou diferentemente sobre a composição dos grupos étnicos. Por exemplo, a última frente de expansão agro-pastoril ocorrida no final do século passado permitiu uma sobrevivência aos Maxacali por ter sido agenciada por uma população de baixa densidade, facultando aos índios encontrarem bolsões de refúgio. Assim, os indígenas puderam controlar o contato, mantendo-se relativamente afastados, no que eram favorecidos pela existência de matas, ao contrário da outra área (a do Alto Jequitinhonha e Pardo), onde predominavam os descampados.⁴⁰

Ainda nessa vertente, pode-se estudar o papel assumido pelo consórcio entre o Estado e as companhias estrangeiras interessadas na instalação de empresas de navegação, sobretudo a do Rio Doce no século XIX, bem como o impacto da imigração européia, sobre as populações indígenas.⁴¹

Ainda no campo da temática violência, resistência e assimilação podem ser pesquisados os massacres organizados pelas expedições militares e para-militares, como a que foi organizada no ano de 1766, quando “*por ordem de 22 de*

⁴⁰ Ver RUBINGER, Marcos Magalhaes *Op. Cit.*, p. 11 e MELLATTI, Júlio Cezar. “Triptico Maxacali”. *Anuário Antropológico/82*. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁴¹ Pode ser consultado, no *Arquivo Público Mineiro*, um conjunto bastante volumoso de documentos, reunidos sob a rubrica “Junta de Civilização e Conquista dos Índios da Navegação do Rio Doce”.

Março se crearam n'estas Minas, terços auxiliares de botecudos, pardos e pretos" e, em novembro daquele ano, "os moradores do termo de Mariana foram obrigados a contribuir com a somma de 777 oitavas de ouro para as despezas com a conquista dos índios Puris e Botocudos".⁴² A crônica da guerra contra os Botocudo, declarada em Carta Régia de 13 de maio de 1808 por D. João VI, indica a ferocidade da estratégia: o uso de cães especialmente treinados, alimentados inclusive com carne de indígenas assassinados; expedições específicas em direção a determinadas aldeias com a finalidade de matar indiscriminadamente homens, mulheres, velhos e moços, reservando-se as crianças para o tráfico e alguns homens "carregadores"; uso de índios recrutados como soldados, estimulados a cometerem violência contra os Botocudo; contaminação proposital por agentes patogênicos letais para o indígena, como o sarampo, por exemplo.⁴³ Da repressão aos índios não se isentam nem mesmos os padres missionários. Assim, em 1883, os padres do Mucuri organizaram uma expedição punitiva contra os índios Pojixá que resultou em cerca de 300 índios assassinados⁴⁴. Tem-se aí um campo de estudos sobre controle populacional indígena que inclui o papel das tropas militares, da catequese e da reunião dos indígenas em aldeamentos.

Os interessados no dezoito mineiro não podem deixar de examinar as conseqüências políticas do apresamento, transferência e aldeamento de populações indígenas de diversas regiões do Brasil para terras hoje pertencentes ao território mineiro. São significativos os documentos relativos às Capitânicas de Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia e mesmo a de Pernambuco. Tomando como exemplo a Capitania de Goiás, tem-se o acervo relacionado ao Governador D. Luis de Mascarenhas, que em 1741 lançou bando convocando "índios carijós e bastardos forros, vadios para a luta" contra os Kayapó, que na época habitavam as vastas extensões de terras compreendidas a oeste do São Francisco, até o Rio Tocantins, e que foram traspassados a espada, sem distinção de sexo. Este governador declarava, em 1745, "guerra continuada até se domesticar, afugentar ou mesmo extinguir tais gentios".⁴⁵ D. Luís Mascarenhas foi o responsável pela transferência de indígenas Bororo do Mato Grosso para a região hoje do Triângulo Mineiro⁴⁶ e o uso desses índios como força-tarefa na guerra contra os Kayapó.

⁴² Ver. "Compêndio das épocas da capitania de Minas Geraes, desde o anno de 1694 até o de 1780". *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, 8: 63, edição de 1868 (2ª).

⁴³ Ver MARCATO, Sônia de Almeida. "A repressão contra os Botocudos em Minas Gerais". *FUNAI - Boletim do Museu do Índio*, Série Etno-história, nº 1, maio de 1979.

⁴⁴ *Ibidem*.

⁴⁵ Conforme se pode ler em BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A Decadência das Minas e a Fuga da Mineiração*. - Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros/UFMG, 1971. pp. 132-137.

⁴⁶ Ver SOUZA, Luís Antônio da Silva e. *O Descobrimento da Capitania de Goiás - Govêrno, População e Coisas mais Notáveis*. - Goiânia: UFG, 1967.

* * *

Os temas aqui assinalados fazem a fortuna daquilo que designei como *História Etnológica*. Esta representa ainda um modo de ser cartógrafo, como aquele representado no mapa a que aludi no início deste estudo. Um cartógrafo relativizador, é certo, mas que ainda se coloca do lado leste do discurso. Entretanto, será possível uma *Etnologia Histórica*? Isto é, um discurso a partir do oeste, que seria aquele do índio cujo arco continua, de certo modo, ainda flexionado? Ou será isso uma melancólica esperança de “cartógrafo” contaminado pelos “anthropological blues”, como tão bem assinalou Roberto da Matta?⁴⁷ Certo é que, após o encontro, cartógrafo e índio não mais se enxergam sozinhos; eles precisam um do outro como seu espelho e seu guia.

⁴⁷ Sobre os “anthropological blues”, ver DA MATTA, Roberto. “O ofício de Etnólogo, ou como ter *anthropological blues*”, in NUNES, Edson (org.). *A Aventura Sociológica - Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ARTIGO

PROTESTOS, REVOLTAS E FISCALIDADE NO BRASIL COLONIAL***LUCIANO RAPOSO DE ALMEIDA FIGUEIREDO****Departamento de História - U.F.F.**

“The history of utopian thought is a history of protest”¹

“... que as conquistas deste Reino se achavam em manifesto perigo, assim pela grande inquietação dos ânimos de seus habitantes que contra a devida desobediência e contra o sossego público multiplicam os motins e rebeliões que são os princípios por onde caminham as monarquias para a sua ruína...”²

A fiscalidade metropolitana executada no Brasil se inscreve entre as mais importantes e permanentes diretrizes da política colonial, do século XVI ao XVIII. Nesse período, não apenas ganha complexidade, pela multiplicação de impostos e pela necessária diversificação da máquina administrativa fazendária, mas assume gradativamente uma importância dramática como fator de equilíbrio das finanças metropolitanas. Acompanhando de perto essas medidas, eclodem freqüentes manifestações de resistência, protestos e revoltas contrárias aos impostos, ora se opondo ao seu lançamento ora a algum aumento.

A história da montagem da fiscalidade no Brasil é, numa simetria inquietante, a história dos protestos e das resistências antifiscais. Reis, Rainhas, governadores, Câmaras, padres, contratadores estruturam ao longo dos tempos coloniais uma rede de obrigações fiscais sob a forma de direitos, subsídios,

* Esse artigo foi discutido no Seminário organizado pelo Gabinete de Sociologia Histórica da Universidade Nova de Lisboa/ Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, em março de 1994, na mesa *A fiscalidade no Antigo Regime*, tendo como debatedor o prof. dr. Joaquim Romero de Magalhães. Sou grato ao prof. dr. Francisco Bethencourt pelo convite. Registro ainda especiais agradecimentos aos professores Laura de Mello e Souza, da Universidade de São Paulo, e Caio Cesar Boschi, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, pela leitura crítica e comentários.

¹ PEETSCH, Frank R.. “Political utopia or the contemporary relevance of the idea of possibility”. *Universitas - an interdisciplinary journal for the sciences and humanities*, 4, 1992, v. 34.

² Arquivo Histórico Ultramarino, códice 253. consulta do Conselho Ultramarino, 1712, fl 65v-66.

donativos, contribuições e tributos que atingem camadas sociais variadas, de proprietários a trabalhadores livres, de prostitutas a vadios e desclassificados. A uns empurra para a pobreza, a outros solapa ganhos e rendimentos. Quando, em algumas conjunturas de crise, reúne-se um consenso na comunidade quanto aos prejuízos causados por um imposto definido como injusto, ou porque excessivo e ilegítimo, ou porque já fora pago, aquilo que parece desigual e desarticulado se reúne para protestar.

Estas são as duas linhas de força estudadas ao longo desse artigo. Apresentamos discussões ainda preliminares do projeto de pesquisa voltado para o doutorado - desenvolvido junto ao departamento de História da Universidade de São Paulo - que envolve, grosso modo, duas dimensões a respeito da fiscalidade colonial que se articulam. De um lado as práticas de arrecadação fiscal em diferentes níveis da administração fazendária, com dados a respeito do numerário que alimentava as receitas dos cofres metropolitanos, sob o sistema colonial. De outro, sua contraface: os motins, as rebeliões e múltiplas formas de resistência e protestos que acompanharam o cotidiano daquela sociedade. Enunciaremos aqui algumas aproximações ainda precárias - algumas precipitadas - refletindo um primeiro enquadramento do objeto de pesquisa.

1. FISCALIDADE E SISTEMA COLONIAL

Embora de relevância reconhecida, não somam grande número os estudos dedicados à tributação no período colonial. Se, de um lado, obras abrangentes de História econômica como as de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Fernando Novais³ se ressentem de análises mais detidas sobre o tema - cabendo à produção e comercialização dos produtos coloniais suas principais preocupações - por outro, um pequeno conjunto de diferentes estudos temáticos ainda não conseguiu tratar de modo sistemático e abrangente a questão. Pelo menos como ela merece.⁴ Algumas contribuições com temáticas específicas podem ser alinhadas⁵,

³ SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978; Prado Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. 20a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1977; Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 10a. ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970; Novais, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial - 1777-1808*. São Paulo: Hucitec, 1979.

⁴ Entre aqueles que se pretendem genéricos podemos destacar Dorival Teixeira Vieira em *A política financeira*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. 4a. ed. Tomo 1 (A Época colonial), 2o. vol. Rio de Janeiro: Difel, 1977, pp. 340-351; Dom Oscar de Oliveira em *Os dízimos eclesiásticos do Brasil- nos períodos da colônia e do império*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1964; Maria Bárbara Levy em *História financeira do Brasil colonial*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979; Myriam Ellis em *Comerciantes e contratadores do passado colonial - uma hipótese de trabalho*. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. no. 24. São Paulo, 1982, pp. 97-122; Augusto Viveiros de Castro em *História Tributária do Brasil*. 2a. ed. Brasília: ESAF, 1989; Frederic Mauro. O papel econômico do fiscalismo no Brasil Colonial (1500-1800). In: *Nova História e Novo Mundo*. São Paulo: Perspectiva, 1969. pp. 193-205 e Mauro de Albuquerque Madeira. *Letrados, Fidalgos e contratadores de tributos no Brasil colonial*. Brasília: Coopermídia, Unafisco/Sindifisco, 1993.

⁵ Ver Maria Thereza Schorer Petrone em *Considerações sobre a tributação do açúcar e aguardente paulista, 1765-1851* In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 5, São Paulo: EDUSP, pp. 23-30, 1968; José Antônio Gonsalves de Melo. *A finta para o casamento da rainha da grã-bretanha e paz da Holanda (1664-1666)*. In: *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, no. 54. Recife, 1981, pp. 9-62; M. A. Galvão. *Dízima da Chancelaria. Reflexões sobre a História e Legislação desta renda, e sua arrecadação até 1855-56; e legislação que regula sua aplicação e percepção*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1858.

ressalvando-se desde já que o período da economia mineradora no século XVIII concentra o maior número desse tipo de trabalho, dada a importância que a fazenda então assumiu⁶.

A fiscalidade no contexto da historiografia brasileira é uma pálida sombra que se espalha ao lado de monumentos erguidos em devoção ao comércio e à produção colonial. Se num primeiro plano ela não aparenta ser tema tão relevante como aqueles, não faltam entre eles evidentes redes de articulação. A dificuldade de reconhecer sua importância, aliada à patente carência de estudos, podem ter, no entanto, algumas explicações. De um lado, mais recentemente, a historiografia que revisou o sentido da colonização esteve, como é natural, preocupada com a dinâmica do sistema, suas forças de transformação, de aceleração da acumulação primitiva, através das quais os mecanismos da colonização moderna contribuem para a transição do capitalismo comercial na Europa Ocidental. Ora, sob esse quadro essencialmente dinâmico, parece uma preocupação secundária tratar de mecanismos econômicos identificados com as forças de conservação, como aqueles que operavam para suprir as receitas do Estado absolutista, que em última análise eram aplicadas na política de distribuições de favores (mercês, graças, ordens e hábitos) a grupos sociais da 'velha ordem'. Nesse quadro de tensões de todo o tipo, tratava-se de conviver com uma das expressões mais elementares das contradições do mercantilismo português, apontadas por Francisco Falcon: se suas manifestações mercantilistas operam uma transferência de rendas dos setores mais produtivos para os mais estagnados, por outro, no que se refere aos negócios e à produção, a

⁶ Entre eles, Antônio Luiz de Bessa, *Tributação em Minas Gerais: período colonial*. In: *História Financeira de Minas Gerais*. Pref. de Francisco Iglesias. Belo Horizonte: Secr. de Estado da Fazenda, 1981, 2vs.; Charles Boxer com sua clássica *A Idade de Ouro do Brasil*; *Dores de Crescimento de uma Sociedade Colonial - 1695-1750*. São Paulo: Nacional, 1963; Kenneth Maxwell, *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Potugal, 1750-1808*. Trad. de João Maia. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 317 pp.; Fernando Resende *A tributação em Minas gerais no século XVIII*. In: *II Seminário sobre a economia mineira - História Econômica de Minas Gerais/ A Economia Mineira dos Anos Oitenta*. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, pp. 112-148, 1983; Gilberto Guerzoni Filho. *Tributação das entradas na capitania de Minas Gerais (1776-1808)*. In: *Estudos Ibero-Americanos*, v. 5, n. 2, pp. 219-250, 1979, sem esquecer dos pioneiros João Pandiá Calógeras com *As Minas do Brasil e sua Legislação* Rio de Janeiro: [s.n.], 1904, 3v. e Manuel Cardoso em *Alguns Subsídios para a História da Cobrança do Quinto na Capitania de Minas Gerais, até 1735*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.

intervenção política favorece a acumulação do capital⁷. Sendo assim, a contrapelo desse movimento tendencial, em outras palavras, a fiscalidade cuidava de sangrar a parcela produtiva do capital em circulação para os setores que retardariam o projeto de afirmação burguesa. Numa atmosfera ainda mais ampla, outros complicadores afastam-nos do interesse temático pela fiscalidade. Por parte da historiografia atual tem-se uma negligência para com o tema devido aos efeitos desfavoráveis dos impostos, “numa reação, talvez inconsciente à ênfase excessiva que os historiadores liberais do século XIX haviam emprestado à ação deste fator”⁸.

Superada por ora essa incipiente discussão, visitemos alguns aspectos de uma História fiscal cujo sinuoso percurso parte de isenções e privilégios iniciais para alcançar a mais insuportável sobrecarga.

A primeira fase da colonização e quase todo século XVI representou nitidamente um momento em que a política fiscal se reveste de um sentido político, ainda disciplinador, sujeita à necessidade objetiva de facultar o povoamento. Os primeiros povoadores dispõem de isenções fiscais e, à maneira de estímulo, muitos agentes particulares dispersos por vários recantos conseguem arrendar o direito de cobrar impostos em nome de Sua Majestade. Não era diferente de outras regiões do império colonial português como África, Ilhas e Oriente, vivendo-se no início da colonização uma espécie de “*negligência salutar*” tributária por parte da metrópole, que também concedia isenções e distribuía favores fiscais com generosidade⁹. Afinal, mais do que obter rendimentos imediatos, naquela conjuntura de intensas disputas, a colônia deveria, prioritariamente, estar resguardada. Fundadas sob o signo da guerra, as cidades são verdadeiros fortes para repelir possíveis e reais invasores e assegurar as conquistas, engenhos são obrigados por lei a estarem providos de muitas armas e Tomé de Souza é fidalgo “mui experimentado na guerra de África e Índia”¹⁰.

Uma vez que a organização inicial das unidades produtivas envolvia enormes gastos, o Estado procurava compensar, não gravando as empresas com impostos convencionais. Assim, ao lado de uma exigência fiscal mínima - o *dízimo*

⁷ FALCON, Francisco José Calazans. *A Época Pombalina - Política Econômica e Monarquia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982, pp. 86-87.

⁸ WILSON, Charles. Taxation and the decline of empires: an unfashionable theme. *Economic History and the Historian*. Londres, 1969. Apud Evaldo Cabral. *Olinda Restaurada: Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 158

⁹ OLIVEIRA, A. Águedo de. As finanças portuguesas dos séculos XVI e XVII relacionadas com a expansão civilizadora no oriente. In: *Orçamento do Estado da Índia (1574) feito por mandado de Diogo Velho, vedor da fazenda da Índia*. Lisboa: s.e., 1960, pp. 191-458.

¹⁰ ACCIOLI, Ignácio & AMARAL, Braz do. *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*. 6 vols. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940, v. 1, p. 296.

pago à Ordem de Cristo - garantia aos donatários o privilégio das marinhas do sal, das moendas e engenhos, possibilitando ainda que recebessem o *dízimo* daqueles para quem cediam lotes. Cabia-lhes ainda uma *redízima* de todas as rendas e tributos da Ordem de Cristo e da Coroa. A montagem dos negócios coloniais (doações de terras e montagem de engenhos, extração do pau brasil) contava com outras exigências tributárias bem leves, concedidas durante a fase de instalação da produção açucareira. A princípio, deveria o açúcar pagar 10%, ao sair do Brasil, e mais 20%, ao entrar em Portugal. No entanto, os produtores e senhores de engenho mereceriam durante 10 anos isenção aduaneira, ao final de que passariam a pagar apenas *meios-direitos*. Tais vantagens se prendiam naturalmente à perspectiva de atrair capitais para a instalação da produção¹¹. O Rei concedeu ainda aos moradores das vilas criadas completa isenção de todas as *fintas, talhas, pedidos* e outros tributos, com exceção dos *dízimos*. Certamente, em circunstâncias onde a carga tributária era tradicionalmente tão pesada, a idéia de ficar isento de quase todos os impostos deveria servir de estímulo decisivo para animar a instalação dos colonos.

Superada a fase que, em recente artigo, Luis Felipe de Alencastro, chamou de “aprendizado da colonização”¹², em que os agentes da colonização não se combinavam, nem entre si, nem com o mercado a que deveriam atender, o Brasil cai nas mãos dos administradores fazendários. A lógica da conquista cede lugar à lógica econômica. Lentamente, às diretrizes fiscalistas somam-se àquelas de caráter militar, sobretudo a partir da montagem da administração fazendária, em fins do séc. XVI e início do XVII.

“Os engenhos que em número vão crescendo”, como disse nosso primeiro provedor-mor da fazenda do Brasil em 1578¹³, motivam o ânimo fiscal do Rei, que passou então a restringir o direito tributário dos particulares, para, através da fazenda real e das câmaras, cobrar diretamente de seus súditos. As instâncias metropolitanas vão se sobrepondo à fiscalidade que ficava em mãos dos capitães donatários. O ‘*Deve e o Haver*’ entre Portugal e Brasil muda de figura: se até ali a América pertencia ao rol das despesas da metrópole, adiante integraria - competindo ao longo do século XVI e boa parte do XVII com os mercados asiáticos - uma de suas mais importantes e vitais receitas. Ambrósio Brandão, cuja autoria é atribuída aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, em 1618 marcaria esta passagem: “Todo o Brasil rende para a fazenda de sua majestade sem nenhuma despesa, que é

¹¹ Consultar a este respeito Frédéric Mauro. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Estampa, 1989, 2 vols.

¹² “O aprendizado da colonização”. *Economia e sociedade - Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, 1, 1992, pp. 135-62.

¹³ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *O Rio de Janeiro no Século XVI*. p.125.

o que mais se deve de estimar”¹⁴. Sugestivamente, na documentação que traduzia o pensamento da política colonial apareceriam doravante com frequência expressões reveladoras do papel econômico do Brasil para o equilíbrio português: “*o Brasil é a jóia mais rara da Coroa...*”, a se repetir - com variações - até a emancipação.

Nesse sentido, à medida que os núcleos populacionais progredem e se firmam, amparados pela estabilização de algumas atividades produtivas, a fiscalidade do rei ganha novas tintas, atingindo atividades de produção e circulação e alcançando de modo freqüente e brutal as populações coloniais. Tratava-se de contribuir incessantemente para o dote de casamento de reis europeus, despesas com canhões e fortalezas, verbas para reconstruir edificações no reino arrasado pelo terremoto, recursos para financiar guerras em que se envolvia Portugal, recursos para, ao contrário, celebrar a paz, pagamento de despesas para professores, empréstimos forçados à Real Fazenda, Bula da Santa Cruzada, manutenção das viúvas e enjeitados no reino... Para assegurar essas receitas a longa teia do fiscalismo se espalhava pelo território perseguindo inquietas boiadas, fugazes veios de ouro, escuras grotas de diamantes, ‘*canoas*’ sob rios, prostitutas pelas ruas de Salvador, frangos, frangões e porcos pelas ruas das cidades, escravos que os mercados recebiam, o vinho que as tabernas consumiam. Regimentos, alvarás, ordens, provisões do conselho Ultramarino se multiplicavam prodigamente em todas as direções.

Conforme a conjuntura e a urgência na necessidade de se fazer receita - situação muito comum em decorrência de guerras ou defesa militar, no reino ou nas colônias -, tributos iam sendo aplicados. Novos impostos com freqüência amparavam obras para sustento de presídios, fortes e guarnições¹⁵. No Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1641, criara um novo imposto para atender ao soldo da infantaria e despesas com as fortificações: o *subsídio grande dos vinhos*, imposto de importação que recaía sobre o vinho importado (5\$600 por pipa da Ilha da Madeira e 2\$800 de Portugal). A Câmara instituiu em 1645 tributos sobre gêneros exportados: 80 rs. por arroba de açúcar branco, 40 rs. sobre açúcar mascavado, 50 rs. sobre couro de rês, 2 rs. sobre arroba de fumo, sendo esta renda destinada à manutenção das frotas de comércio e construção de galeões para a defesa marítima da cidade. A Câmara, anos mais tarde (1681), introduz o imposto sobre a aguardente, com uma taxa de 1\$200 sobre cada barril importado para a capitania. Desta arrecadação, 800 rs. eram destinados para a infantaria da guarnição da Colônia de Sacramento e 400 rs. para a conclusão das

¹⁴ BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. *Diálogos das Grandezas do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1977. p.138.

¹⁵ AZEVEDO, Thales de. *Povoamento da Cidade de Salvador*, Salvador: Itapoã, 1969, pp. 380-381.

obras da Carioca. Em 1694, a capitania da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco foram gravadas com uma contribuição de 10 mil cruzados para atender às despesas da disputa pela Colônia de Sacramento, lançando-se em decorrência tributos sobre o sal, o azeite de peixe e o contrato das baleias. Os exemplos poderiam se multiplicar *ad nauseam*.

O Estado português estende para as relações colônia-metrópole a fiscalidade que praticava no reino, repetindo, aqui, o vasto e desordenado acúmulo de exações fiscais que conheciam na península. Contudo, se na aparência eram os mesmos tributos e os mesmos direitos reais, desta vez a fiscalidade deveria se constituir em um vigoroso instrumento de transferência da riqueza colonial. Se na aparência o estatuto do Brasil era de *domínio ultramarino*, na realidade sua condição era *colonial*. A fiscalidade preserva sua função tradicional de atender às despesas do Estado com a defesa, justiça e outras necessidades, mas torna-se um voraz instrumento de exação das riquezas geradas no pólo colonial. A complexidade de sua organização, a abrangência de suas fontes de receita, a hierarquia de seus agentes não deve esconder uma fiscalidade com tal sentido. Sob essa aparência desordenada das receitas, as despesas para as quais se destinavam eram bem arrançadas: mercês e comendas para a nobreza, donativos eclesiásticos, gastos com o luzimento da realeza. E, mesmo quando parecia negar essa sua feição espoliativa, uma vez que parte considerável desses recursos recolhidos na colônia era aplicada em gastos na sua própria defesa, funcionava justamente para reforçar seu caráter primordial: a preservação do mercado sob os termos do 'exclusivo comercial' diante das permanentes ameaças externas à soberania.

Nas alfândegas coloniais, direitos de importação e exportação eram recolhidos: impostos sobre as vendas do açúcar, imposições do vinho; do azeite de peixe; da aguardente; do azeite doce; 1% sobre remessa de ouro das Minas; direitos sobre comércio de escravos (com a África, com Minas); passagem (gado) e entrada (pessoas, secos e molhados) entre as capitanias; dízima da alfândega. Nada deveria circular pelos mares e terras sem contribuir para os direitos reais.

A produção, quando não esteve cercada por ávidos contratadores, seria gravada diretamente pela fazenda sob diversas formas: impostos sobre a produção açucareira; dízimos pessoais; quinto do ouro e diamantes (e suas sucessivas formas de cobrança). Tudo que a terra gerasse mereceria retribuição ao Rei e a Deus.

A essa lógica somavam-se impostos de caráter regional, adotados apenas em certas áreas e decorrentes de atividades econômicas específicas ali desenvolvidas. Pode-se aqui lembrar o tributo sobre o fumo ou o quinto dos couros e gado em pé, arrecadados na capitania de Rio Grande de São Pedro do Sul;

imposto para reforma do cais de Viana do Castelo (cobrado na Bahia); quinto sobre as benfeitorias holandesas (Pernambuco); imposto para água da carioca (Rio de Janeiro); imposto nas canoas “que iam para o sertão” (Pará e Maranhão); direitos do cacau, do anil, café e canela (Pará).

Aos intermináveis tributos somavam-se contribuições de caráter extraordinário. Lembremos aqui algumas delas, tomando ainda como exemplo o Rio de Janeiro. A Câmara é instada pelo governador-geral a contribuir com um donativo para o dote da infanta D. Catarina, que casava com Carlos II da Inglaterra. Valor: 26.000 cruzados por ano, a serem pagos durante dezesseis anos. Para atender e este donativo adotam-se taxas de 4% sobre o açúcar, e 2% sobre todas as importações. Em 1664, impõe-se à Câmara 123\$000 anuais para pagar propinas aos ministros do Conselho Ultramarino e, em 1670, sofre a imposição pela metrópole de uma contribuição de 400.000 réis para os serviços das missões religiosas nas conquistas ultramarinas. Entre todos, foram os impostos dessa natureza que mais se destacaram, ao menos no plano das tensões sociais, uma vez que motivaram freqüentemente situações de confronto e resistência durante seu recolhimento, que partiam de dificuldades econômicas e, não raro, de questionamentos à sua legitimidade. Sob esse caráter de *extraordinário*, uma primeira classificação poderia dividi-los entre aqueles cuja receita se dirigia para o reino e aqueles voltados para despesas coloniais. Aqui aplicados, mas destinados a Portugal, lembrá-riamos: o real donativo para casamento da infanta portuguesa com o rei inglês (1662); real donativo para a paz da Holanda (1662); donativo voluntário para o dote da rainha (1727); donativos voluntários para reedificação de Lisboa (1755) e, outro mais tarde, para reconstrução do palácio da Ajuda. Cobrados aqui para amparar despesas da colonização estariam: o donativo para estabelecimento do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, a contribuição para Nova Colônia de Sacramento, a contribuição para o resgate da cidade do Rio de Janeiro (1711), o subsídio literário para financiar o salário de professores no Brasil.

As Câmaras Municipais, por seu turno, não eram menos tímidas no lançamento de tributos. Alguns deles são: *Subsídios*, *Direito do talho*, sobre os peixes do mar, *Direito de açougagem*, que incidia sobre as reses abatidas, *Direito de aferições*, pago pela aferição dos pesos e medidas utilizados no comércio, *Rendas do ver* (possivelmente apareceu em meados do século XVII), imposto sobre as lojas e vendas ao que parece pago proporcionalmente ao fluxo comercial, sendo seu pagamento entregue a contratadores ¹⁶. Além disto, as Câmaras intervinham sempre que havia necessidade de alguma contribuição extra, definindo a forma de

¹⁶ RUSSEL-WOOD, A. J. R.. O governo na América portuguesa; um estudo de divergência cultural. *Revista de História*, São Paulo, v. 55, n. 109, pp. 25-79, 1977.

atendê-la. Dois exemplos: na Bahia, 1652, o governador estipulou que as Câmaras deveriam estabelecer *donativos* e direitos para pagar o sustento do presídio; em Minas as Câmaras decidem a forma como deveria ser pago o *subsídio voluntário* para a reconstrução de Lisboa. Havia ainda, a cargo das Câmaras, impostos indiretos (licenças e registro anual dos artesãos, vendeiros e açougueiros, taxa para inspeção anual de pesos e medidas, multas, taxa para construção civil, foros de sesmarias do Senado) e diretos (fintas ou cobranças municipais diretas para atender a despesas específicas¹⁷). Tais fintas de incidência local, ou municipal multiplicariam-se - sempre devidamente autorizadas pelo Rei, após consulta ao Conselho Ultramarino e ao procurador da fazenda - destinadas a consertos de pontes, construção ou reforma de igrejas e cadeias, perseguição a quilombos (Minas Gerais) ou “finta alimentária”, utilizada para sustentação dos estudantes de medicina que iam à metrópole aprender o ofício.

Aliada à fiscalidade dos poderes temporais, a tributação eclesiástica completava o quadro do enorme contingente de obrigações que pesava sobre a população. Neste sentido, destacava-se - como apontamos anteriormente - o *direito sagrado do dízimo* (o “divino tributo”) e as taxas para realização de missas e liturgias, conhecidas como *conhecenças*. As instâncias eclesiásticas também recorreram a expedientes fiscais, a fim de garantir sustento material à suas atividades. Nas cidades maiores onde havia Misericórdias, desde o século XVII o reino autorizou que cobrassem dízimo sobre frangos, frangões e mais aves, cordeiros, leitões, cabritos e ovos para os enfermos ali tratados. Outros tributos, como as obras pias também alcançavam seus cofres. Em sua ação, a Igreja teria ainda concorrido decisivamente para o sucesso da política fiscal, entrelaçando lentamente suas mãos com o poder temporal em atividades de convencimento e coerção espiritual da população sobre a importância no pagamento dos tributos reais. Utilizando inúmeras pastorais e sermões ao longo do século XVIII, ameaçam de excomunhão aqueles que sonegassem o quinto real e os dízimos. Buscava fazer valer entre os grupos sociais na colônia as recomendações de São Paulo na Epístola aos Romanos: “*É também por isso que pagais impostos, pois os que governam são servidores de Deus, (...). Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto a quem é devido, a taxa a quem é devida, a reverência a quem é devida, a honra a quem é devida*”¹⁸.

A política econômica metropolitana foi ainda pródiga na adoção de mecanismos garantidores de receita, muito próximos de serem verdadeiros

¹⁷ SOUZA, José Antônio Soares de. A receita e despesa da Comarca do Rio Janeiro, em 1800 e 1801. In: *Revista do IHGB*, no. 238, pp. 337-80.

¹⁸ Epístola de São Paulo aos Romanos, 13, 6.

instrumentos fiscais. Entre eles, mecanismo de extrema importância neste sentido foi o sistema de contratos. Segundo Myriam Ellis, “A Coroa proporcionava a particulares a sociedade temporária com a Fazenda Real, para a exploração do comércio de um produto.”¹⁹. Muitos dos monopólios (Pau-Brasil, Pesca da Baleia - 1603-1798, Tabaco - 1642-1820, e Sal - 1658-1801) foram entregues a contratadores particulares. A forma de estabelecimento e regulamentação destes *estancos* deveria garantir rendas permanentes aos cofres metropolitanos. Diferente modalidade desses contratos foram aqueles firmados com particulares para cobrança de tributos em nome da fazenda real. Uma nebulosa atmosfera cercava suas práticas, com contratadores inadimplentes acusando catástrofes naturais, e uma multiplicação de dívidas jamais pagas à fazenda real. O Estado metropolitano se debateu permanentemente com problemas advindos dos contratos. Contudo, eles eram de certa forma inevitáveis, uma vez que na sua origem está uma dificuldade insuperável: a estrutura administrativa fazendária era incapaz de atender a toda multiplicidade de fontes de receita que avidamente precisavam captar. A solução foi delegar a particulares que, se de um lado cuidam das cobranças, de outro negociam permanentemente os compromissos de pagamento acertados previamente com o Estado.

É ainda tarefa muito difícil estabelecer uma classificação definitiva dos tributos e direitos coloniais, pelo seu excessivo número e pela complexidade da legislação, mas pode-se ensaiar enquadrá-los a partir de alguns padrões.²⁰

1- Quanto ao destino dos recursos:

- para as despesas locais (defesa, construção de pontes, cadeias, igrejas, obras em geral);
- para despesas do reino.

2- Quanto à jurisdição:

- contratadores;
- câmaras municipais;
- fazenda do reino;
- conselho ultramarino;
- igreja.

¹⁹ ELLIS, Myriam. Comerciantes e contratadores no passado colonial: uma hipótese de trabalho. In: *Revista do IEB*, n. 24, São Paulo, pp. 97-122, 1982.

²⁰ Uma tentativa nesse sentido chegou a ser feita por José Maria A.M. DIAS. *Algumas Indicações ao Estudo da História Tributária do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/EIAP/CPG, 1977. 112 pp.

3- Quanto à abrangência de sua cobrança:

- regionais, limitando-se a uma ou mais capitanias;
- genéricos, envolvendo todas elas e mesmo outras colônias no ultramar.

4- Quanto à esfera econômica:

- comércio;
- produção;
- ofícios.

5- Quanto à frequência:

- ordinários;
- extraordinários.

O certo, porém, é que a tributação no período colonial (guardadas as diferenças regionais) se estruturava em diversas camadas justapostas. A iniciativa da propositura do imposto poderia caber a qualquer instância, seu lançamento, no entanto, dependia de autorização régia (obrigação a que a coroa se resguardou com enorme atenção, punindo severamente aqueles que ousaram se sobrepor a ela) e a competência de sua execução se distribuiu em vários níveis. De qualquer forma, qualquer que fosse sua natureza, abrangência ou frequência, o direito de lançamento de tributos esteve sempre nas mãos da Coroa, mesmo que a iniciativa partisse de alguma autoridade - fazendária, militar ou judicial, câmara municipal, igreja ou paróquia - que administrou rigidamente a aplicação dessas rendas.

2. PROTESTOS, RESISTÊNCIAS E REVOLTAS ANTIFISCAIS

Mas nem sempre a colônia teria sido uma arca de riquezas, generosa e disponível. A fiscalidade colonial revela assim sua outra face, ainda mais obscura na historiografia, que marcou o cotidiano da vida social no Brasil: freqüentes protestos contra os impostos apareceram em simples palavras, manifestações individuais de resistência e, finalmente, revoltas, alimentadas quase sempre pela crise econômica.

A aplicação de cada novo tributo foi acompanhada de descontentamentos e insatisfações. Ordens régias e bandos de governadores quase sempre são seguidos de grande alvoroço. O protesto antifiscal demonstra, em primeiro plano, talvez mais que qualquer outro tipo de contestação, as tensões de ordem política, social e econômica nas relações colônia-metrópole. Protestos de rua, petições de câmaras,

súplicas de moradores às câmaras, reclamações e representações ao Rei, recusa de pagamento, obras de sátira, pasquins e “papéis sediciosos”, rumores e “vivas”, indignação por cobranças violentas, sonegação, contrabando, falsificação de cunhos para marcação de barras de ouro, emissão de recibos falsos, o protesto tomava as formas mais diversas. Eles diferenciam-se a partir de dois determinantes básicos: aqueles em que a ampliação da carga tributária era insuportável diante de uma alegada miséria absoluta nas condições materiais, e aqueles que condenam a legitimidade de determinado imposto, contra a intromissão do poder público temporal, em razão de uma noção de bitributação ou mesmo do reconhecimento de que não cabia ao grupo seu pagamento.

É bem longa a crônica das hostilidades e das revoltas antifiscais no Brasil colônia. Sem procurar ainda o enquadramento definitivo destes protestos, podemos visitá-los brevemente.

a) Rio de Janeiro

A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro assiste ao longo do século XVII a intensificação dos protestos antifiscais. Desde 1620, comerciantes já contestam o imposto de 5\$000 rs. sobre a entrada e saída de embarcações do porto, que causava também grandes descontentamentos. A Câmara solicita sua revogação ao recém-empossado governador, Francisco Fajardo²¹. Pouco tempo mais tarde, em 1625, diante de uma determinação do governador-geral de estender à capitania do Rio de Janeiro o imposto de 80 rs. sobre cada caixa de açúcar exportado (cobrado para os cofres da Fazenda Real), a Câmara já prevendo problemas, se exalta com essa autoridade. Alegava que, diante das dificuldades econômicas, o povo já enfrentava problemas demais para conseguir pagar as imposições para as obras da água da carioca (refere-se ao *imposto sobre o vinho* criado em 1617 para a canalização de água do rio carioca para o centro da cidade). E perguntava: “*como aquiesceria a estoutra [imposição] com tanto dano seu?*”. Vai além a Câmara, encaminhando ao Rei uma petição para que suspendesse o imposto, enquanto pactua com o governador sua revogação temporária²².

Enquadrados em uma tensa cronologia, novos protestos eclodem em 1642 contra uma *finta* ou *donativo* lançado para pagar despesas com soldos atrasados da infantaria. Diante do anúncio há um amotinamento com realização de uma grande assembléia diante da Igreja da Candelária, reunindo o prelado, camaristas, “os homens notáveis da cidade e grande concurso popular” - segundo Vivaldo Coaracy.

²¹ COARACY, Vivaldo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. R.J.: José Olympio, p. 53.

²² *Ibidem*, p. 66.

Decidem não contribuir com o imposto e a Câmara encaminha ao governador a decisão, argumentando a pobreza da população e o exagero do tributo, uma vez que a guarnição da cidade era pequena (“era apenas de trezentos homens como bem se sabia”). Ainda mais que um ano antes (1641) havia sido lançado o *subsídio grande dos vinhos* (imposto de importação que incidia sobre os vinhos, conforme a procedência), justamente para pagar os soldos da guarnição. Há réplica do governador e tréplica da câmara. O imposto acaba não sendo pago²³.

A crise política que transbordaria nos anos de 1660-61 faz esses primeiros ensaios parecerem obras menores. Nos últimos meses de 1660, os tributos lançados pelo governador Salvador Correa de Sá e Benevides inauguram uma sucessão de protestos. Em outubro, diante da fraca receita com um imposto duramente negociado com a Câmara, o governador arbitrariamente lança um outro suplementar, desta vez sem consulta. Esse imposto (direto) previa uma finta geral para a população e um taxa predial para os moradores da rua Direita e arredores. Considerado sem legitimidade para aplicar tal finta - um direito apenas dos monarcas - e já desgastado sob uma conjuntura econômica crítica, as insatisfações com o governador aumentam. Acusavam ainda a elevação de vários outros tributos, como o *subsídio dos vinhos*, a má distribuição no pagamento do donativo e a ampliação desnecessária do contingente da infantaria de 350 para 500 homens. O protesto possuía outros ingredientes decisivos como a prepotência deste governador, os desgastes causados pela sua vinculação com os jesuítas contra a escravidão indígena, a conjuntura de baixa nos preços do açúcar, aliada à epidemia e mortes de escravos e a forte oposição de grupos políticos aliados do poder.²⁴

Com a partida de Salvador Côrrea para São Paulo em outubro de 1660, a fim de reconhecer a situação das minas de ouro em território paulista, Tomé Correia de Alvarenga permanece governando em seu lugar. Poucos dias depois é realizada a primeira manifestação entre os descontentes na ponta do Bravo, na freguesia de São Gonçalo, sob a liderança de Jerônimo Barbalho. Reclamam das vexações causadas por Salvador Correia e de arbitrariedades contra os oficiais da câmara. Os conspiradores redigem um manifesto, apresentado ao então governador:

²³ *Ibidem*, pp. 112-3.

²⁴ A respeito da revolta e sua conjuntura deve-se consultar o recente estudo de Miguel Arcanjo de SOUZA, *Política e Economia no Rio de Janeiro Seiscentista: Salvador de Sá e a Bernarda de 1660-61*. Rio de Janeiro: UFRJ, IFCS, (dissertação de mestrado em História do Brasil), mimeo, 1994. 235 fls. C.R. BOXER. *Salvador de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*. São Paulo: Companhia Editora Nacional-EDUSP, 1973 e VIEIRA FAZENDA. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. In: *Revista do IHBG*. t. 88, v. 142, 1920.

“Capítulos que propõem o Povo deste Recôncavo desta cidade que se ajuntou na ponta chamada do Barbalho ao Senhor Governador Tomé Correia de Alvarenga (...)

Em primeiro lugar protesta o dito Povo que são muito leais vassalos a el Rei Nosso Senhor Dom Afonso que Deus guarde e mui obedientes ao Senhor Governador Tomé Correia de Alvarenga e mais ministros reais (...)

1- Que em nenhum caso querem que governe esta praça e mais distrito o governador Salvador Correia de Sá e Benevides pelas muitas fintas, tributos e tiranias com que tiraniza este cansado Povo destruindo suas fazendas (...)”²⁵

Apresentam em 2 de novembro um protesto formal a Tomé Correia de Alvarenga com vários desses capítulos e outras exigências, entre elas redução do número de soldados e abolição imediata da finta. O governador interino envia procuradores para conversações com os insatisfeitos. Diante da dificuldade de acordo, líderes da revolta cruzam a Baía de Guanabara e, atraindo uma multidão, tomam às 5 da manhã o prédio da câmara. Destituem o governador Salvador Corrêa de seu cargo retomando o tema dos capítulos: “*magoados, queixosos e oprimidos das vexações, tiranias, tributos, fintas, pedidos, destruições de fazendas, que lhe havia feito o Governador Salvador Corrêa de Sá e Benavides...*”²⁶. Diante dos vereadores e tabeliães, lavram um auto, removendo de seus cargos o governador e vereadores. Nomeiam o fidalgo e cavaleiro da Ordem de Cristo, capitão Agostinho Barbalho Bezerra, filho do antigo governador Luis Barbalho, que, reticente em aceitar tal incumbência, é ameaçado de morte pela chusma caso não assumisse, “*para que governasse na guerra como no político, até Sua Majestade prover o que mais fosse de seu real serviço*”²⁷

A turba substitui todas as autoridades locais por elementos de sua confiança, entre os *homens bons* da cidade. A primeira medida do governo então instalado é a revisão das exigências fiscais que motivaram a revolta:

“que por nenhum acontecimento consentissem os ditos oficiais da Camara neste povo, tributos nem fintas sem expressa provisão de Sua Majestade, por evitar os tumultos do povo e alterações, que esta cidade tem experimentado...”²⁸.

Reforçava-se ainda mais o caráter restaurador (ou conservador) que aparentemente possuía esta revolta. Desejavam afastar um governador despótico

²⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa. Reservados. Fundo Geral, caixa 199, n. 47.

²⁶ Auto de 8 de novembro de 1660. cit. por Vieira Fazenda. *Op. cit.*, p. 497.

²⁷ *Ibidem.* p. 497.

²⁸ Correição de 3 de fevereiro de 1661. *Ibidem.* p. 499.

que sustentou uma prática fiscal iníqua, “*pela exorbitância, como pela desigualdade com que foi lançado, sem ordem de sua Majestade*”²⁹.

No entanto, algumas medidas titubeantes do novo governador, já em seus primeiros dias, incomodam a massa organizada e ansiosa que, logo, também o depõe a 8 de fevereiro de 1661, passando a Câmara a exercer o governo.

A revolta dura até abril de 1661, com o governador Salvador Corrêa de Sá e Benevides comandando a resistência em São Paulo, onde permanece. A repressão dali organizada desarticula o movimento, sentencia vários envolvidos à prisão, degredo e decapita Jerônimo Barbalho (também filho de Luiz Barbalho Bezerra e irmão de Agostinho), ficando sua cabeça exposta na cidade. Em carta a Sua Majestade, uma fiel autoridade da colônia, Francisco Barreto, comentaria:

“Entende-se que com o exemplo de uma cabeça que cortou, e desengano da pouca permanência que a experiência mostrou podia ter aquele governo intonso, (sic) como tão violento em tudo, se não atreverão seus êmulos a novo movimento: e se conservará o povo em sossego”³⁰.

Alguns anos depois (1666), em longa petição ao rei, os moradores do Rio continuam protestando contra a sobrecarga fiscal que atingia a população, uma situação considerada injusta por parte de um Rei para com aqueles que já haviam até ali acudido inúmeras vezes as necessidades do Império (guerra contra os holandeses, restauração de Angola). A queixa deriva das dificuldades de cumprir o total de 26.000 cruzados por ano (para esse montante aceitaram-se taxas adicionais de 4% sobre o açúcar e 2% sobre as importações) que vinham sendo cobradas desde 1662, com duração prevista para dezesseis anos, para contribuição das despesas da paz com a Holanda e dote da Infanta D. Catarina, que casava com Carlos II da Inglaterra. As condições para perpetuação do imposto eram insustentáveis, com os moradores “tão perdidos e impossibilitados, que não podem acudir às necessidades de suas casas e famílias”³¹, pedindo ao Rei a suspensão desta contribuição *voluntária*. Inclemente, o máximo que as negociações com a Coroa alcançaram foi a dilatação do prazo para 24 anos e o lançamento de um imposto de 5% sobre as rendas provenientes de aluguéis, propriedades, escravos e produtos da terra ³². A mesma Câmara, em 1671, dirigindo-se ao Rei, implora que seja suspensa a contribuição de 400.000 rs., imposta no ano anterior para os serviços das missões religiosas nas conquistas ultramarinas. As reclamações iam se acumulando, pois,

²⁹ Correição de 22 de dezembro de 1660. *Ibidem*. p. 49.

³⁰ *Documentos Históricos*, Biblioteca Nacional, v. 4, no. 136, p. 417.

³¹ COARACY, Vivaldo. *Opcit*, p.178.

³² *Ibidem*.

além da argumentação de pobreza de seus moradores, alegam que estes já conviviam com dificuldades até para pagar o donativo para o dote³³.

De todo modo, a rebelião de 1660-61 deixara à mostra algumas contradições que vinham marcando de modo recorrente as relações entre colônia e Metrópole. Na Representação de 2 de julho de 1666, acima referida, emitida pela câmara e moradores da cidade do Rio de Janeiro, numa clara porém sutil advertência sobre aqueles que cercam o Rei, lembram a origem divina de seu poder como obrigação para o cumprimento da justiça, mesmo em seus domínios mais distantes:

“... que pela glória de seu trono, felicidade e amparo de seus vassalos, pede, e clama seja servido dar eficazes providências na escolha de homens para o governo desta terra, levando à consideração de Vossa Majestade pesar os inconvenientes de uma autoridade sem limitação na distância de mais de mil léguas do Trono, onde não devem chegar os nossos clamores e gritos da nossa dor, e se por ventura tocar as nossas lágrimas o Paternal Coração de Vossa Majestade, a que aflições e perseguições não ficamos expostos, debaixo de uma autoridade regida por paixões e caprichos, que pelo interesse da Justiça e Serviço de Vossa Majestade, sustentado por parentes e amigos poderosos que rodeiam o Trono Augusto em que Deus colocou Vossa Majestade”³⁴.

b) Bahia

A capitania da Bahia, ao longo do período colonial, atravessaria também graves protestos antifiscais, tendo como epicentro a cidade de São Salvador, mas espalhando-se por outras regiões do recôncavo. As primeiras resistências situam-se, até onde foi possível detectar, durante a ocupação holandesa no nordeste, com a insatisfação popular em virtude dos excessivos impostos lançados na Bahia para sustentação das tropas militares e construção de quartéis, particularmente em 1638³⁵. Em outro instante, os baianos protestam contra o imposto de 4 vinténs, ou 80 rs., sobre a canada (3 lts) de azeite de peixe lançado pela Câmara municipal para construção de 3 quartéis. Aqui a crise social decorre também das expropriações de alguns imóveis urbanos pelos militares. Nesta reclamação “do Povo da cidade da Bahia” (*circa* 1658), protestam ainda contra a iniquidade na

³³ *Ibidem*, pp. 188-9.

³⁴ *Ibidem*, p. 27.

³⁵ ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios*, p. 234. cf. o subcapítulo “fardas atrevidas”.

cobrança da *vintena*, “por se não cobrar com igualdade por respeitos particulares, porque só paga o povo o que lhe cabe e os poderosos o que querem.”³⁶

Mas foram as primeiras décadas do século XVIII que ofereceram expressivas demonstrações da tensão latente em torno da fiscalidade na Bahia. Desde 1710, a população pobre ameaçava iniciar um motim pressionando violentamente a Câmara, o procurador do Senado e o Juiz ordinário, contra a falta crônica de sal, artigo indispensável para os conservação dos mantimentos da cidade, como a carne, o peixe e couros.

Esta iminente tensão acaba explodindo no ano seguinte, com a notícia do lançamento de novos tributos para financiar os cruzeiros contra os piratas que agiam nas barras de Salvador - ataçados pelo ouro das Gerais - incidindo sobre as mercadorias importadas, que nas Alfândegas passam a pagar 10% *ad valorem*, e sobre os escravos que vinham da Costa da Mina (3 cruzados por cabeça) e de Angola (6 cruzados por cabeça), além do aumento do preço do sal de 480\$ rs. para \$720 rs.³⁷. O motim foi liderado pelo comerciante João de Figueiredo da Costa (“o Maneta”) com a participação de marinheiros, soldados e oficiais do Terço, aos gritos de que não queriam mais tributos.³⁸

Segundo a narrativa de Ignácio Accioli e Braz do Amaral em suas *Memórias Históricas e políticas da Bahia*³⁹, o tumulto começa em outubro de 1711 quando se reúnem na praça do Palácio, “pessoas do comércio”, “um considerável número de pessoas da classe mais ordinária”, misteres; todos instados pelo Juiz do Povo que ordenara então que o sino da Câmara dobrasse sem parar.

As negociações com o governador geral recém-empossado Pedro de Vasconcelos e Souza, caminham mal. “O Maneta”, exige a suspensão do novo tributo e a redução do preço do sal para 480 rs.. O governador é evasivo e sugere que remetam petições a Lisboa. A escalada de violência se precipita na cidade e as casas de dois afortunados são invadidas e saqueadas. Em uma delas, a do negociante “de grosso trato” e contratador do sal Manoel Dias Filgueiras, arrombam o armazém e abrem “as pipas e todas as mais vasilhas que encerravam diversos líquidos, fazendo-os correr pelas ruas”. A turba nomeia um Juiz do Povo,

³⁶ Cit.em ACCIOLI, *Op. cit.* pp. 114-6, vol. 2, grifo nosso. Cf. também ARAÚJO, Emanuel. *O Teatro dos Vícios*, pp. 295-6.

³⁷ LAMEGO, Alberto. “Os motins do “maneta” na Bahia”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. n. 55, 1929, p. 357-8. Estas e outras revoltas da Bahia colonial estão sumariamente lembradas no texto “Tumulto de 1682 na Bahia” publicado pelos *Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia*, v. 3, pp. 65-71.

³⁸ AZEVEDO, Thales de. *Op. cit.*, pp.351-52.

³⁹ ACCIOLI, *Op. cit.* vol. 2, pp.152-4.

destrói os depósitos de sal, saqueia outras casas de negócios e cerca o Palácio do Governador.

A multidão só é detida quando o Arcebispo (note-se que não se trata de uma autoridade qualquer) “recorreu às armas da religião”. Com uma âmbula contendo os santos óleos e acompanhado de cônegos e irmãos da confraria do Sacramento da Sé, promove uma verdadeira procissão de pacificação, conseguindo dispersar os tumultos. Mas, logo logo, se reúnem novamente para pressionar o governador que, ao final da tarde, capitula, aceitando todas as exigências e, ainda, concedendo um perdão generalizado. Só então, na hora das Ave-Marias, o sino da Câmara silencia, tranquilizando a multidão que se dispersa.

A mesma praça assistiria a novos tumultos, 44 dias depois. Uma multidão persegue o governador até encontrá-lo na casa de D. Lourenço de Almada, presidente da Junta de Comércio, onde exige que expedisse um comboio para socorrer na “restauração do Rio de Janeiro, ocupado pelos franceses”. Diante da alegação do governador de falta de recursos, a população indica ‘o mapa da mina’, sugerindo que “lançasse mão do dinheiro dos particulares que estava guardado no convento de Santa Teresa e Colégio dos Jesuítas, obrigando-se a tomarem a seu cargo a maior despesa da expedição”. O governador, (re)“conhecendo que nada aproveitavam razões com gente de tal qualidade”, acaba por concordar e ordenar à Câmara que regulasse a contribuição. No amanhecer do dia seguinte, seus oficiais, “receosos do progresso do tumulto, estabeleceram *com o povo* a contribuição montando à grande soma a subscrição dos homens de negócio” (grifo nosso). Pergunta-se: o povo na Bahia tomava os rumos da fiscalidade colonial, invertendo a ordem natural da política fiscal?

Mas logo chega a notícia do resgate do Rio de Janeiro aos franceses e tudo acaba sendo em vão. Alguns poucos envolvidos são punidos, a Câmara volta a insistir na extinção do Juiz do Povo (o que ocorre por ordem régia de 25.2.1713), responsabilizado mais uma vez pelos tumultos.

Do outro lado do Atlântico o governador cai em desgraça junto ao Conselho Ultramarino. Segundo o julgamento de seus ministros, agira com excessiva condescendência, sendo duramente reprovado pelos conselheiros que recomendam ao Rei sua substituição. Tamanha inabilidade levava-o a proceder com “extraordinária diferença” entre um e outro levante: “em ambos não tivera o governador a indústria necessária para pôr em execução as reais ordens”⁴⁰. Ao contrário de castigar aqueles que se levantaram contra os impostos, havia perdoado

⁴⁰ Parecer do Conselho Ultramarino. cit. por LAMEGO. *Op. cit.*, p.363.

os líderes do levante, quando deveria tê-los punido sumariamente como se recomendava:

“... faltara o governador a resolução de prender os cabeças e enforcá-los, quando entendesse que isto era necessário, para comprimir o motim, e nunca deveria convir que não se impusessem os impostos, ainda que não tivesse forças para executar quando estas não faltariam, se puxasse pelos Terços e gente de guerra dos navios e as armas em palácio e em outros sítios, para conter o povo pelo medo”⁴¹.

O governador errara novamente ao sentenciar vários presos nos protestos voltados para acudir o Rio de Janeiro invadido. Afinal, segundo os conselheiros, esta ‘desobediência’, “nascera do zelo do serviço de Sua Majestade”⁴².

Havia no fundo deste problema outra diferença, vinculada à composição social destes protestos. Isto sim verdadeiramente inquietava a Coroa. A desastrosa política do governador invertera completamente os termos da ação metropolitana: em uma revolta antifiscal de caráter popular aliviara a repressão, chegando a conceder o perdão, atitude que estava fora de sua alçada (sua autoridade só permitia que determinasse sumariamente o enforcamento), em outro protesto (quase imediato), que possuía o ‘louvável’ intuito de defender a praça “melhor e mais importante de todo o estado do Brasil”, prendera elementos envolvidos. Ou, como bem melhor argumenta o parecer do Conselho Ultramarino:

“... na primeira alteração, não concorreram as pessoas de principal qualidade, mas somente o povo humilde e ignorante, incitado por pessoas da mesma qualidade, que conceberam cegamente, [por] medo de muitos e vários tributos, que o rumor popular havia espalhado, que lhe mandavam lançar”⁴³.

Em 1714, “por se achar incompatibilizado com os moradores”, o governador é substituído por D. Antonio de Noronha que, corajosamente, consegue aplicar novos impostos, ameaçando com a prisão e com o “último suplício no mesmo dia” qualquer desobediência que surgisse ⁴⁴. Reafirmando sua autoridade, o Rei anula o perdão que fora concedido pelo antigo governador e o concede novamente para as duas rebeliões. Contudo, admitia: “... como S. Mag., naquela cidade, não tinha forças e meios suficientes para conter um povo tão grande e licencioso, que resiste a novos tributos, os quais são sempre violentos e maus de

⁴¹ *Ibidem*, p. 364.

⁴² *Ibidem*, p.363.

⁴³ *Ibidem*, p.365.

⁴⁴ *Ibidem*, pp.358-359.

sofrer aos povos os mais obedientes e bem morigerados...”⁴⁵. O novo governador restabelece, no mesmo ano, como seu primeiro ato de governo, o *imposto da dízima* e, para evitar “que a sua administração não deixasse de ser inquietada por algum tumulto”, enforca logo 2 réus que aguardavam a “pena última”. Parecia estar mais de acordo com a política do Conselho Ultramarino. Porém também não teria muita sorte. Um dos enforcados escapa vivo do patíbulo quando o travessão que sustentava a corda se quebra. É protegido pelo manto da Irmandade da Misericórdia mas imediatamente morto à estocadas pelo diligente carrasco. Tem início nova onda de protestos reunindo o povo irritado e a Irmandade ultrajada.

O desenrolar da “Revolta do Maneta” trouxe elementos bastante elucidativos para a discussão. Note-se que o levante tem início com simples boatos - o temido “rumor popular” - de que se lançariam novos impostos, logo após a chegada e a posse de Pedro de Vasconcelos no governo. Mesmo sendo falsa a notícia (como o próprio governador explicaria em carta ao Secretário de Estado), o motim transcorreu sem qualquer possibilidade de intervenção das autoridades, uma vez que os militares dele também participavam ativamente: “pois com o tumulto andavam misturados... oficiais, soldados destes dois Terços, eu não podia valer-me para o fim da quietação daqueles mesmos que via amotinados...”⁴⁶. Por outro lado, essa resistência empurra os colonos da Bahia para uma contestação bem mais profunda do que as aparências sugeriam: romper com a soberania portuguesa. Os consagrados “pasquins insolentes”, tão próprios dos protestos na Bahia colonial, “ameaçavam reconhecer vassalagem a outro Senhor se não fosse suspensa a execução dos novos tributos”⁴⁷.

A mesma Bahia que é sacudida pelos motins em 1710-11 atravessa de modo intranquilo o resto do século XVIII, sempre que o momento exigiu o lançamento de novos tributos. Apresentando uma inegável continuidade (embora sob determinantes bem diversos), não se deve descartar a importância do tema da resistência fiscal presente fortemente na Conjuração Baiana em fins do século. Ainda um ano antes da ‘Revolução dos Alfaiates’, uma representação anônima enviada à Rainha já demonstrava o descontentamento com os tributos, que reduziam o povo “a uma penúria geral de tudo”⁴⁸. Um dos boletins sediciosos desta revolta se opõe aos direitos que são cobrados por ordem da Rainha de Lisboa. O “Aviso ao clero e ao Povo Bahiense indouto” começava justamente assim:

⁴⁵ *Ibidem*. p.365.

⁴⁶ Carta do governador Pedro de Vasconcelos ao secretário de Estado Diogo de Mendonça. apud LAMEGO, *Op. cit.* p.359-1.

⁴⁷ Carta do governador Pedro de Vasconcelos ao Rei. apud LAMEGO, *Op. cit.*, p. 360.

⁴⁸ TAVARES, Luis Henrique Dias. *História da Sedição Intentada na Bahia em 1798*. São Paulo: Pioneira, 1975, p.171.

“considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os títulos de imposturas, tributos e direitos que são cobrados por ordem da Rainha de Lisboa...”⁴⁹.

C) Minas Gerais

Nas Minas Gerais - onde o século XVIII é pródigo neste tipo de protesto - muito cedo se contesta o direito ao pagamento de direitos reais. Os levantes que transcorrem entre 1715 - quando no Morro Vermelho (Vila Nova da Rainha) os “povos” se insurgem contra o direito das *entradas* - até 1720 - nos protestos contra o *quinto real* liderados por Felipe dos Santos - expressam nitidamente um momento em que a autoridade metropolitana encontrava-se ainda incapaz de agir com sua desenvoltura habitual. É uma época em que se aceitam *fintas* com um caráter de oferta voluntária ao Rei. É a época em que as condições estruturais e políticas do aparato administrativo ainda não haviam sido capazes de exercer plenamente a legítima cobrança do direito do quinto. As negociações então pareciam sempre ser favoráveis aos mineiros.

A crônica dos primeiros levantes contra a opressão fiscal nas Minas Gerais ainda está para ser pesquisada mais detidamente. A primeira ofensiva de peso da administração ocorreria a partir de 1715 com o governador Dom Braz Baltazar da Silveira, buscando ampliar a cota global da arrecadação do quinto. Não tem sucesso. As “juntas” que promove em reuniões com as elites locais de Vila Rica, Vila do Carmo e Pitangui recusavam sempre qualquer aumento. Diante de insistências mais determinadas da parte do governador, sua casa era cercada e ameaçada.

Muito pouco se faria até 1719, quando se anunciou o projeto de instalar em Minas uma casa de fundição e moeda. Daí em diante, as resistências seriam mais ostensivas, em grande parte por confrontar autoridades confiantes nos recursos militares e judiciais introduzidos na região e rebeldes igualmente convictos de seus direitos. Em Pitangui, as instâncias judiciárias - como o juiz ordinário - e militares - como o capitão-mor - são atacadas por grupos liderados por Domingos Rodrigues do Prado, “costumado a seduzir os povos para não pagarem o quinto”⁵⁰. O levante se espalha mais tarde para Ouro Preto, em Vila Rica, onde “se

⁴⁹ ACCIOLI, *Op.cit.* v.3, p.110.

⁵⁰ J.J. Teixeira Coelho. Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais (1780). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. VIII, 1903, p. 466. Essa preciosa *Instrução* mereceu recentemente publicação em volume próprio com bem cuidada edição com introdução do professor Francisco Iglésias e revisão paleográfica e atualização ortográfica do original (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. 304 pp. Coleção Mineiriana. Série Clássicos)

confederam alguns homens livres”, invadindo a casa do Ouvidor⁵¹. Caracterizando o espaço de negociação que os “sediciosos” esperavam contar, encaminham propostas para acertarem a paz. Pedem que não se tratasse mais da instalação da casa de fundição e moeda, asseguram ao Rei 30 arrobas de ouro anuais, solicitam a diminuição do imposto de *entrada* dos escravos para uma oitava e meia, pedem que a Câmara não cobrasse pelo calçamento das ruas e que não forçasse os povos a sustentar as Companhias de Dragões, dentre outras exigências. Após a repressão, sempre violenta, seu líder é enforcado e esquartejado e as casas dos envolvidos queimadas. A truculência do Conde de Assumar fecha uma página importante na História da cobrança dos impostos na capitania⁵².

Manifestações de resistência fiscal atravessariam o século, mediadas pelas constantes “súplicas” das Câmaras de toda a capitania contra a *capitação e censo de indústria* (1735-51) e a vexação que causavam. Se os anos 15-20 foram de estruturação do aparelho fiscal nas áreas de mineração, os anos 30 assistiram sua extensão para o “sertão”. As imagens são fortes: homens levados à miséria e mulheres empurradas para a prostituição a fim de cumprir a exigência do imposto. O “sertão” das minas onde se criava gado amotina-se em 1736 contra o quinto cobrado de seus escravos e da população forra. No norte da capitania, em torno do Rio São Francisco e Rio Verde, vários motins interligados eclodem em 1736 contra a *capitação*⁵³. O movimento que começa sob a liderança do potentado rural Domingos do Prado Oliveira envolve camadas mais baixas da população.

Tudo começa quando um juiz-cobrador é cercado e atacado na barra do rio das Velhas. Depois disso os desdobramentos se aceleram:

“...foi fama constante que se amotinou um grande corpo de gente armada, que seriam sessenta, no sítio da capela das almas, arrombando portas, e convocando o povo com alaridos, e violentando aquelas pessoas, que os não queriam acompanhar, ameaçando-as, que no caso que não quisessem lhe haviam de lançar fogo as casas, e

⁵¹ VASCONCELLOS, Diogo Pereira R.. Memórias sobre a capitania de Minas Gerais (1806). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, v. VI, 1901, pp. 182-3.

⁵² A respeito de Dom Pedro de Almeida Portugal, terceiro Conde de Assumar, no governo da capitania ver a introdução da professora Laura de Mello e Souza ao *Discurso Histórico-Político*, atribuído ao governador (Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1994. Coleção Mineiriana. Série Clássicos).

⁵³ Estes motins mereceram estudo da professora Carla Maria Junho Anastasia. *A sedição de 1736: uma Análise Comparativa entre a Zona Dinâmica da Mineração e o Sertão Agro-Pastoril do São Francisco*. Dissertação de mestrado em Ciência Política. UFMG, 1982. ex. mimeo. e Potentados e bandidos: os motins do São Francisco. In: *Revista do Departamento de História da UFMG*, 9, 1989, pp. 74-85. Ver também “Motins do Sertão”, que reúne uma pequena parcela da documentação gerada pela revolta, In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, vol 1, Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1896.

outros insultos, tudo em ordem a impedir ao dito juiz, na consideração de que ia na diligência da cobrança da real capitação...”⁵⁴.

Pediam mais: “Diziam não queriam que se tirasse devassa onde nunca se tirou nem cobrasse direito algum real onde só se devia dízimo a Deus”. As autoridades contra-argumentam, estranhando ali a presença de membros da elite e ameaçando:

“...não me posso persuadir a crer o que se diz de serem os tais fomentadores das pessoas de distinção, que os abnegam nas suas fazendas, e vizinhanças; pois estes tenho por fiéis, e leais vassallos de sua Majestade e prontos a concorrerem com os direitos que por suas reais ordens se lhe impõe, e que não quererão perder o que tem com a infâmia de rebeldes”⁵⁵.

Tratada inicialmente como “quimeras do sertão” pelo ilustrado *‘loco tenente’* Martinho de Mendonça de Pina e Proença, supondo serem simples boatos divulgados pelos proprietários da região a fim de criar um clima de instabilidade que afastasse a nova forma de cobrança, a realidade dos fatos logo desmente essa impressão. Cedo percebe que estava diante de poderosa resistência de potentados rurais, criadores de gado, produtores de farinha, profundamente articulados com a Bahia através do comércio interno. Um enorme contingente militar é deslocado para a região, ficando seu comando nas experientes mãos de responsáveis pela repressão aos motins de 1719 e 1720, como João Ferreira Tavares. A trajetória da revolta é espantosa, pela violência empregada pelos amotinados (incêndios de casas, fazendas e plantações, morte de pessoas que se recusaram a participar, ataque às forças legalistas), pelo contingente envolvido (negros, mulatos, brancos, carijós, índios, potentados, padres) e pelas vilas tomadas. Em poucos meses, porém, a ocupação militar do sertão vai avançando e as dissimulações dos principais líderes, entre eles Domingos do Prado de Oliveira e vários familiares seus, não conseguem evitar que sejam presos.

As resistências fiscais nas Minas do ouro não parariam aí. Um de seus componentes mais determinantes foram as normas conflitantes da Igreja e do Estado a respeito do pagamento do quinto, mesmo sob o Padroado. Nas décadas iniciais de ocupação da capitania os padres pregam ardorosamente contra o direito do *quinto* e em defesa do *dízimo*. Aos poucos, resolvidos os embates a este respeito entre poderes temporais e espirituais, sucessivas pastorais e sermões buscam disciplinar os fiéis para o pagamento do *quinto*, lançando mão de um argumento

⁵⁴ IHGB, Arquivo do Conselho Ultramarino . nº 1.1.24.

⁵⁵ IHGB, Arquivo do Conselho Ultramarino. *Idem*.

decisivo: a excomunhão. Mesmo assim, a execução da tributação eclesiástica na região passaria por momentos difíceis, sobretudo quando os cristãos - revelando contrariedade com os efeitos da bitributação - decidem descontar do pagamento do *dízimo* aquilo que foram obrigados a pagar com *côngruas* e *conhecenças* para sustentação dos cultos divinos e manutenção dos padres⁵⁶.

Para complicar o quadro, a participação violenta dos militares na cobranças fiscais, já sob o governo de Luis da Cunha Meneses, gera insatisfações, denunciadas nas *Cartas Chilenas*. O fisco, como sempre, recaía “contra aqueles que ao Erário só devem ténues somas”⁵⁷. Na década de 70, acumulam-se representações das câmaras contra a iniquidade na aplicação da *derrama*, diante de uma organização fazendária exemplar e complexa como até então a colônia não conhecera.⁵⁸

3. “VEXAÇÕES” versus SUAVIDADE: OS ESTREITOS LIMITES DA FISCALIDADE COLONIAL

Como se vê, o lançamento de impostos era o recurso predileto utilizado para atender à novas despesas ou cobrir compromissos dos cofres públicos. A colônia seria afinal a retaguarda fiscal (e não apenas comercial) da metrópole: câmaras tributam fatias do comércio para pagar soldos atrasados (a defesa, este sorvedouro de verbas nos tempos coloniais) e realizar obras (são nossas *talhas* medievais), criam-se impostos para dotes, guerras... repartidos entre as regiões, prósperas ou não. A fiscalidade assume usos múltiplos, sendo o nervo imediato para a sobrevivência material da administração colonial e a condição para o exercício do governo em suas diferentes esferas, da manutenção de precárias pontes municipais à construção de suntuosos palácios, aquedutos e obras pias no reino.

Tributar exigia, contudo, precaução política. E não apenas porque os cofres da metrópole dependem cada vez mais destas receitas, mas porque o direito de lançar impostos pelo Estado (apesar de ser uma de suas primeiras atribuições)

⁵⁶ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder* - irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. Ática, 1986, p. 91. Este autor citando o Cônego Raimundo Trindade, transcreve: “*Declarou pecado mortal o não pagamento do quinto ou qualquer fraude que levasse o contribuinte a não pagar esse imposto ou pagar menos que o devido por lei*”.

⁵⁷ “*O pobre, porque é pobre, pague tudo, / e o rico, porque é rico, vai pagando / sem soldados à porta, com sossego*”. Tomás Antonio Gonzaga cit. por Araújo, E. *O Teatro dos Vícios*, p. 297.

⁵⁸ Um esforço para interpretação de conjunto desses motins, com a marca da instabilidade que caracterizou os primeiros tempos da capitania, contraposta à realidade da segunda metade do século, quando as revoltas são surdas, disseminadas e cotidianas, encontra-se em Laura de Mello e Souza. *Tensões sociais em Minas na segunda metade do século XVIII*. In: NOVAIS, Adalberto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura, 1992, pp. 347-366.

ainda está em constituição ao longo da Época moderna.⁵⁹ O padre Raphael Bluteau, em seu *Vocabulário* (1713) lembrava: “Todas as leis obrigam os povos a pagar tributos, e justo é, que os que logram o fruto do bom governo, se mostrem devedores ao cuidado de quem governa. O que importa é que com os tributos não fiquem oprimidos os súditos. Os tributos hão de ser como as velas, devem levar o navio e segurá-lo, não afundá-lo com o peso”⁶⁰.

Não obstante quaisquer precauções, a condição colonial introduziria novas dimensões às tensões decorrentes da legitimidade da fiscalidade real. O Estado metropolitano pareceu sempre temeroso e profundamente inseguro diante da necessidade de cobrança de impostos na colônia. Efetivamente, várias linhas da documentação recomendam zelo e precaução ao tratarem desse delicado tema. Na aplicação da derrama de 1763 em Minas Gerais, o rei adverte ao governador: “estas derramas são de consequência assaz forte, e por este motivo confia Sua Majestade que Vossa Excelência não só auxilie quanto couber no possível os mineiros, tratando-os com toda urbanidade e amor...”⁶¹. Quando o desembargador e ouvidor geral da comarca do Serro Frio trata do lançamento de uma finta para manutenção das crianças expostas, reclama:

“porém estas providências que são as de uma finta lançada ao povo, podendo executar-se com muita suavidade, quando são dadas a tempo, fazem-se muito pesadas quando de uns para os outros anos se amontoam as dívidas (...) tendo a satisfação delas sobra a parte mais fraca do povo a vista da extraordinária multidão de pessoas privilegiadas e isentas de pagar semelhantes fintas, que há nesta comarca, assim como em todas as mais destas minas...”⁶²

D. Fernando José em carta de 1801 é também cauteloso ao recomendar ao governador da Bahia:

“...fixastes os novos impostos que se poderiam lançar, sem maior vexame dos meus vassallos...”, sugerindo cuidado: “promover lenta e sucessivamente algumas

⁵⁹ Poderíamos ir muito longe nesta discussão, onde se encontram as linhas de força da formação dos Estados modernos com a criação de impostos de caráter nacional e permanente, contrapostas ao direito tradicional de que impostos deveriam ser temporários, e jamais servir para sustentar as despesas da monarquia (uma vez que esta deveria viver de seus próprios recursos). Por ora preferimos não nos enredar nesta teia. Uma importante contribuição para essa discussão é o artigo de A. Guery. *Le Roi dépensier - le don, la contrainte, et l'origine du système financier de la monarchie française d'ancien régime*. In: *Annales E.S.C.*, 39^e année, no. 6, 1984, pp. 1241-1269. A esse respeito ver também ELIAS, Norbert. *La dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy, 1975 (cap. VI - “La sociogenèse du monopole fiscal”, pp. 149-179).

⁶⁰ *Vocabulário Português e Latino*. Coimbra: Companhia de Jesus, 1713. Verbetes “Tributo”.

⁶¹ Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, Livros de Cartas Régias (1765-1807). Carta Régia ao Conde de Valadares(4/11/1767).

⁶² Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Serro Frio- Minas Gerais, cx. 17, l.1, fl 180.

alterações dos mesmos impostos ... em benefício ... dos meus vassallos ... que podem prosperar com uma taxaço bem entendida e produtiva, e que só hão de sofrer daquela que, ou for opressiva ou desigual...⁶³

Mas o que deveria temer o Rei (e seus funcionários), se ordenava que executassem um direito que tradicionalmente possuía?

No Portugal Filipino, afirma o historiador português António de Oliveira, acreditava-se que o imposto, quando injusto, quebrava a harmonia com Deus, propiciando a ira divina (num certo “providencialismo tributário”). Por isto, as armadas portuguesas teriam sido destroçadas, ocorreram tempestades, grassava a peste, a metrópole perdera Pernambuco para os holandeses.⁶⁴ No entanto, os impostos, quando se tornavam “vexosos” ou injustos, não animavam apenas crenças e mitos: eles legitimavam na cultura popular o recurso extremo à rebelião. Para esse autor, o Estado deveria no âmbito de sua política financeira cuidar para não “empobrecer vassallos através de tributos”. E afirma: “O peso dos impostos, com efeito, não se pesa apenas na balança da casa da moeda. O peso mais pesado, que desequilibra o fiel entre o povo e o rei é o que se coloca no prato da injustiça”⁶⁵.

As revoltas antifiscais que se espalham por quase todas as regiões de Portugal em 1637 e 1638, são a prova disso. Partindo de Évora, atingindo o Alentejo, Algarve, Serra da Estrela, Porto e Bragança, elas têm vários fatores conjunturais envolvidos: a guerra da Espanha contra a Holanda, crise das importações do Brasil, diminuição das rendas fiscais. Sendo a década de 30 em

⁶³ Citado por ACCIOLI, *Op. cit.* v. 3., p.176

⁶⁴ Esse julgamento a respeito dos efeitos malditos propiciados por impostos injustos aparece com muita frequência. O conselheiro do Conselho Ultramarino António Rodrigues da Costa chega a utilizá-lo em um de seus pareceres mais famosos onde discute o perigo dos excessos fiscais praticados no Brasil: “... O senhor D. João II fez um pedido ao reino para o casamento de seu filho o príncipe D. Afonso ... e como o pedido foi excessivo, e os povos não deviam esta contribuição, porque só são obrigados aos casamentos das filhas do Rei, e não dos filhos, se atribuiu a iniquidade deste tributo o sucesso funesto que teve aquele casamento, morrendo aquele príncipe da queda de um cavalo...”. Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. In: *Revista do IHGB*. Tomo 7, vol 7, 1845.p. 480.

⁶⁵ O lugar da fiscalidade nos protestos populares, sua dimensão e real complexidade aparecem de forma bem acabada nos trabalhos do historiador português António Oliveira, dedicados à época da dominação dos Felipe (1580-1640) em Portugal *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*. Lisboa: Difel, 1990. Utilizamos aqui de modo mais recorrente o artigo “Fiscalidade e Revolta no Período Filipino”. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986, pp. 71-105. (Separata da revista “Primeiras Jornadas de História Moderna”, p. 81. Estudo econômico que amplia a perspectiva sobre essas “alterações”, para cuja explicação não é suficiente a recusa aos tributos e sim o quadro conjuntural de carestia e fome, é o de Joaquim Romero Magalhães, 1637: motins da fome. *Separata de BIBLOS*. nº 52. Coimbra, 1976. Faculdade de Letras/Universidade de Coimbra, pp. 319-333. À página 320: “não é no documento régio ou na execução do arrolamento que está o impulso para as alterações, mas na crença no que se julga vir a acontecer, na grande ruína de que se suspeita.”

toda a Europa uma conjuntura de depressão econômica, a situação é bastante conhecida: as necessidades fiscais encontram a resistência popular. Porém, há elementos novos de análise colocados em cena e a fiscalidade, mais do que apenas simples motivo de protesto, é capaz de articular em torno de si uma vasta rede de tensões que deságuam na revolta. Para ampliar a base social da tributação em um contexto de crise, sem “vexar os povos”, a administração recorre aos impostos indiretos (o *real da água*, *meias anatas* e ao aumento do *cabeção das sisas*) alcançando as classes privilegiadas, reunindo ricos e pobres contra o governo de Espanha.

O recurso a esse exemplo reinol parece válido uma vez que é justamente quando os impostos se tornam “vexosos aos povos”, agredindo direitos considerados tradicionais, que se legitimam as revoltas. Quando o soberano ‘exagera’ nas exações fiscais, quando as cobranças são violentas e socialmente desiguais. Nesses momentos se “acende a fagulha da revolta”⁶⁶. A melhor síntese dessa discussão encontra-se na reflexão de um dos conselheiros do conselho Ultramarino que, em 1732, com sua lucidez cortante, desmascara:

“...Os povos do Brasil estão gravemente tributados... A este encargo tão grande [refere-se aos direitos alfandegários], se ajuntou de novo a contribuição de sete milhões para as despesas dos casamentos de suas altezas; e esta quantia é tão excessiva, que nunca nem a metade dela coube nos cabedais da nação portuguesa, ... nem os portugueses souberam nunca pronunciar sete milhões.... É sem dúvida que os povos do Brasil gemem com este novo tributo, e é contra a verdade dizerem o vice-rei e governadores que foi voluntário neles, e ofereceram com grande gosto ... e como este tributo há de durar anos, que não é possível cobrar-se só em um ... vem a se repetir as feridas sobre a primeira; e assim cada ano se fará mais aborrecido o governo, e a paciência muitas vezes ofendida degenera em furor.”⁶⁷

Mas, é impossível deixar de perguntar: não obstante cuidados e recomendações, poderia ser diferente em se tratando de uma colônia sob o mercantilismo? Em se tratando de um Estado que necessita atender às despesas crescentes de setores sociais parasitários?

Aliado à essas contradições que transparecem nas relações colônia-metrópole, o fiscalismo torna-se cada vez mais voraz conforme a economia portuguesa vivia dificuldades, conjugando os fracassos da política do império

⁶⁶ Tomo esta expressão emprestada de RUDÉ, George. *Ideologia e protesto popular*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 28.

⁶⁷ Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. In: *Revista do IHGB*. Tomo 7, vol 7, 1845.p. 480. Grifo nosso.

colonial - quando vai se acentuando em suas práticas mercantilistas a dependência dos tributos - com o sufocamento econômico determinado pela concorrência com as potências européias. A época pombalina assistiria à confirmação desta vocação: “dos rendimentos dos contratos reais, das arrecadações do fisco, nas minas, nas alfândegas, dependia quase tudo no Portugal setecentista”⁶⁸.

4. CONCLUSÃO

Os limites da estrutura da política fiscal na colônia eram fronteiriços, na medida que, ao empurrarem as condições materiais de vida da população para próximo dos limites suportáveis, propiciavam a eclosão de um único protesto possível: a rebelião. Ao mesmo tempo, a elaboração da resistência e a crítica aos impostos proporcionam um reconhecimento em termos elementares da condição colonial e seus limites.

Contudo, a fiscalidade *per se* não é capaz de explicar, isoladamente, o fenômeno dos motins nem sequer a formulação dessa consciência no Brasil. Afinal, ela tão somente despertava uma imensa cadeia de insatisfações relacionadas, em última análise, às limitações impostas pelo pacto colonial.

Em síntese, o contraste de grupos privilegiados, a prática de contrabando tácito de autoridades, corrupção consentida, prevaricação, mal uso das receitas públicas por oficiais fazendários, preços extorsivos dos gêneros básicos controlado por atravessadores, violência nas cobranças por contratadores e militares, tropas sem ração, armas e fardas pela sonegação das consignações praticadas por esses mesmos contratadores, gerando terror, pânico diante das invasões e dos saques, falta de gêneros básicos, peste e a ausência de representatividade política, ativavam uma recusa que desaguava muitas vezes na contestação.

Veja-se a Representação do povo da cidade da Bahia (*circa* 1658), quando reivindicavam equidade e justiça tributária, pedindo que não se dessem “do dinheiro do Povo ajudas de custo nem celeiros a oficiais”⁶⁹, ou que não se retirasse *tenças* para Igreja dos rendimentos dos contratos de pesca da baleia, “porquanto o que se diminui nas tenças fica faltando para o dito efeito [manutenção dos fortes] e caindo de novo sobre o Povo toda a falta que há.”⁷⁰. Referente ainda à luta por uma equidade, pedem neste documento:

⁶⁸ FALCON. *Op. cit.*, p. 449.

⁶⁹ ACCIOLI. *Op.cit*, p.115.

⁷⁰ *Idem*. p.115.

“... que todos os tributos, fintas, contribuições e pedidos que se lançaram naquele povo para sustento de guerra daquele presidio (...) se não isentem deles as pessoas privilegiadas ricas e poderosas, nem por respeitos particulares, porquanto a contribuição há de ser geral e não particular, por ser comum o dano que houver...”⁷¹.

O que significava dizer: isenções de uns, maior peso sobre os outros.

Entre outros exemplos disso teríamos a insatisfação que eclode em Pernambuco - durante o domínio holandês - contra os impostos necessários para sustentar as tropas pagas na defesa colonial. Parecem revelar a capacidade de reconhecer de modo fragmentado algumas limitações da condição colonial, que exigia uma eficiente defesa: “para a gente da terra, a fiscalidade escorchante derivava em grande parte do número excessivo de oficiais(...)”⁷².

Essa estrutura sobre a qual se praticava a fiscalidade obedecia desta forma a uma tendência quase natural de proporcionar contestações, não apenas por desconhecer qualquer espaço para ouvir a voz dos grupos taxados, mas, ainda, porque estes tinham sempre suas condições econômicas prejudicadas já que os ricos e privilegiados sempre conseguiam escapar dos impostos exigidos. Em inúmeras situações confirma-se aquilo que já se supunha acontecer: os novos impostos, ou seu aumento, geralmente deixavam de fora os grupos dominantes, refratários ao aumento (e muitas vezes ao próprio pagamento) das imposições. Graças à instrumentos de pressão, muitos deles sustentados pelos privilégios típicos da sociedade de Antigo Regime, os lançamentos fiscais atingiam com especial força o grupo formado por oficiais mecânicos, pequenos comerciantes e os empobrecidos e excluídos.

Por sua vez, a ‘distância colonial’, garantindo o despotismo de autoridades escoltadas no afastamento e na demora com relação ao centro de poder, agravou nos momentos de tensão a tendência à imagem da administração venal e do Rei traído. Ampliava-se, pelos limites estruturais do sistema colonial, o espaço para legitimidade do protesto:

“...O perigo interno, que tem os Estados, e nasce dos mesmos vassallos, consiste na desafeição e ódio que concebem contra os dominantes, o qual ordinariamente procede das injúrias e violências com que são tratados pelos governadores, da

⁷¹ *Idem.* p.116.

⁷² Um capitão anônimo, indignado com os exageros fiscais na capitania e, tanto mais, com as isenções da elite que resistia a pagar o imposto de 1 cruzado por caixa de açúcar, como foi estabelecido para todo o Estado do Brasil através de Carta Régia, diria, bastante irônico: “isto havia de ser, pensionarem-se os mimosos da fortuna” MELLO, Evaldo Cabral de *Op. cit.*, pp. 140-141.

iniquidade com que são julgadas as suas causas pelos ministros da justiça, e da dificuldade, trabalho, despeza e demora de que necessitam para recorrer à côrte, para se queixarem das sem-razões que padecem, e injustiças que lhes fazem, e de lhes ser preciso remirem as vexações que lhes fazem, ou conseguirem as suas melhoras a peso de ouro; e também nasce muito principalmente do encargo dos tributos, quando entendem que são exorbitantes, e se lhes fazem intoleráveis, se persuadem que não houve causa justa e inevitável para se lhes imporem.”⁷³

É a esta conclusão que se chega: a lógica era duplamente perversa, pois, além das dificuldades materiais, não dispunham de elementos de barganha para buscar resolvê-las. A representatividade política dos colonos fora exígua e tortuosa. Desde sempre, toda sorte de dificuldades se antepunham ao envio de procuradores das câmaras para o reino, a fim de representar causas de interesse de grupos locais, pedidos de representação às cortes eram invariavelmente vetados e, a concessão do título de cidadãos para certas câmaras, nunca deixou de ser duramente negociada. A luta pela representatividade foi - isso sim - travada pelo correio marítimo, no vai-e-vem atlântico dos paquetes e fragatas.

Somado a tudo isso e, seguramente a origem de todos os males, o mercado colonial, estruturalmente deprimido graças às pressões do ‘exclusivo comercial’, com reduzida possibilidade de acumulação, era alcançado pela cobrança de impostos que se tornavam, neste quadro, verdadeiramente escorchantes.

De um lado, um povo “em miserável estado”, vitimado e esgotado pelas fragilidades estruturais decorrentes do sistema colonial e, de outro, uma monarquia cada vez mais ávida, em busca de luzimento, acabam por provocar uma fórmula explosiva...Se a recusa ao pagamento de impostos num plano mais longínquo impõe limites às próprias condições de reprodução do Estado português, essas tensões e revoltas acabam por demonstrar capacidade de oferecer novas concepções da ordem política e social, gestadas em dois ritmos: o primeiro é aquele que indis põe os grupos coloniais - com seus múltiplos arranjos ocasionais - com as autoridades responsáveis pelo lançamento dos tributos (quase sempre governadores, provedores e intendentes), respeitando-se, no entanto, o lugar do Brasil na ordem colonial. O segundo, mais intenso, questiona o domínio metropolitano e o próprio direito real da cobrança tributária, revelando que a contestação à soberania portuguesa integrou o programa de diversos dos motins:

⁷³ Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. In: *Revista do IHGB*. Tomo 7, vol 7, 1845. p 477.

“(…) se vão aumentando as perturbações, e inobediências naqueles povos cada dia mais, que se põem em perigo aquele estado de se perder não só externamente com a invasão dos inimigos exteriores mas internamente com as sedições e tumultos daqueles vassallos (...)”⁷⁴

Assim, a recorrência e a clareza com que se manifestam nessas rebeliões propostas como justiça e equidade fiscal (conceitos modernos a que Adam Smith daria acabamento), recusa a impostos ilegítimos (desligado daquilo que chamaríamos hoje de ‘fato gerador’), protesto contra “vexações” de determinados tributos opressivos (em instantes de profunda crise), propostas sobre a administração financeira dos recursos públicos, reclamações contra impostos para sustentação das forças militares, acabam por desenhar um programa político (decerto que desarticulado) que revela não apenas a capacidade de elaboração política de propostas como reconhecimento de limitações estruturais colocadas pelos fundamentos que sustentavam o sistema colonial. A ameaça de rompimento com a metrópole e recurso à vassalagem de um outro Estado nacional pareceu representar esse avanço qualitativo da consciência da condição colonial. Reconhece-se a existência nesses instantes de contestação, de noções básicas em torno da legitimação de direitos tradicionais, obrigações sociais e funções econômicas próprias entre os setores das comunidades, deparando-se com uma “economia moral” das populações coloniais, que as exigências do mercantilismo desrespeitam a todo momento⁷⁵, ameaçados pela fiscalidade e seus agentes identificados como “violadores dos privilégios comunitários”. Para Roger Chartier, em sua análise dos protestos antifiscais na Europa do século XVIII, estas revoltas “tem alicerces numa cultura de costumes profundamente enraizada”...“a revolta é assim justificada por um direito popular”⁷⁶.

Por fim, ousaria chamar a atenção em particular para os motins do Maneta na Bahia de 1711, pelo seu duplo e inquietante conteúdo: de um lado o protesto

⁷⁴ Arquivo Histórico Ultramarino. códice 253, fl. 65v-66. Parecer à consulta do Conselho Ultramarino de 9-12-1712. Este parecer já prenuncia alguns dos postulados da política colonial a respeito das revoltas coloniais que aparecem cristalizados no famoso parecer de Antonio Rodrigues da Costa de 1732: “A dois gêneros de perigos estão sujeitos todos os Estados, uns externos, outros internos: os externos são os da força e violência que poderão fazer as outras nações; os internos são os que poderão causar os naturais do país, e os mesmos vassallos.

Ainda se pode considerar terceira espécie de perigo, qual é mais arricada, e nasce dos dois primeiros: que é quando a força externa se une com a vontade, e força interna dos mesmos vassallos e naturais...”. Consulta do Conselho Ultramarino a S.M., no ano de 1732, feita pelo conselheiro Antonio Rodrigues da Costa. In: *Revista do IHGB*. Tomo 7, vol 7, 1845. pp. 475-482.

⁷⁵ A respeito da noção de “economia moral” a inspiração vem naturalmente de E. P. Thompson. La economia “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase - estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Grijalbo, 1989, pp. 62-134.

⁷⁶ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*. Lisboa: Difel; Brasil: Bertrand, 1990, pp. 199-200.

popular contra o fisco, de outro a solidariedade com os habitantes do Rio de Janeiro. Ora, o que pode estar por trás disto? Um percurso emblemático onde de um lado luta-se contra as imposições da metrópole e, em seguida, dedica-se a auxiliar os moradores da mesma colônia. Revelam talvez nestas duas diferentes ações uma identidade colonial (vislumbrada na solidariedade com o Rio de Janeiro) e uma recusa popular à ampliação das exigências metropolitanas (a revolta contra o imposto). É como se a história da consciência do “viver em colônia” ainda tateasse no escuro.

ARTIGO

MINAS GERAIS DE 1750 A 1850: BASES DA ECONOMIA E TENTATIVA DE PERIODIZAÇÃO***CARLA MARIA C. ALMEIDA****Mestre em História - UFF****1- APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA**

O presente texto é uma pequena síntese de algumas reflexões que venho desenvolvendo para a elaboração de minha dissertação de mestrado. Tal dissertação tem como proposta analisar a forma e o funcionamento das unidades produtivas mineiras entre os anos de 1750 e 1850, período considerado pela historiografia tradicional como de “decadência” e “estagnação”. Elegemos o termo de Mariana como espaço a ser trabalhado devido às especificidades de sua localização que nos parecem privilegiadas para a análise. Mariana nesse período tinha parte de seu território situado na região denominada Metalúrgica-Mantiqueira, caracterizada pela predominância das atividades mineradoras e, a outra parte, localizada na Zona da Mata, tradicionalmente conhecida como uma região propícia às atividades agropastoris.

Nosso objetivo central é tentar perceber as alterações dessas unidades produtivas no tempo, com vistas a demonstrar que o declínio da mineração não provocou transformações bruscas ou profundas na estrutura produtiva estabelecida. O que houve foi uma reestruturação econômica onde as atividades mercantis de subsistência passariam a ocupar o lugar de atividade nuclear permanecendo, no entanto, a mesma lógica de funcionamento verificada no período de auge minerador. Dessa forma, achamos que as noções de “decadência” ou “estagnação” não cabem para definir a economia da região.

* Uma síntese deste texto foi apresentada no “VI Encontro Regional de História” - ANPUH-RJ.

As fontes privilegiadas foram os inventários *post-mortem* que nos possibilitaram ter uma visão do movimento desta sociedade se desenrolando no tempo e, conseqüentemente, de suas alterações e permanências.

Embora a historiografia revisionista tenha aberto novos caminhos para a compreensão da economia mineira dos séculos XVIII e XIX, algumas questões nos parecem ter necessidade urgente de serem respondidas para que se possa ter uma noção clara do caráter e do funcionamento dessa economia. Formulamos estas questões da seguinte maneira: teriam as atividades agropastoris estado ausentes da região de Mariana na época de auge da mineração? Se não, qual o peso dessas mesmas atividades no conjunto da economia? Em que tipo de relações de produção estavam assentadas? Com o declínio da mineração, a economia da região poderia ser caracterizada como “decadente”? Se sim, em que constituiria tal “decadência”? E se não, que tipo de estrutura produtiva sustentou essa economia? Seria ela muito diferente daquela montada no período de auge minerador? Estas são algumas das indagações que a dissertação tenta dar conta e que serão neste texto tratadas de forma introdutória.

2- PROBLEMAS DA PERIODIZAÇÃO

Considerando que a tentativa de compreender a economia mineira aqui pretendida abarca um espaço de tempo relativamente grande um século, metodologicamente tornou-se necessária uma divisão do mesmo, com vistas a uma melhor apreensão dos seus movimentos, ou das suas transformações fundamentais.

Chamou-nos a atenção para a pertinência de tal procedimento Pierre Vilar que, ao tratar da produção de bens como um índice do desenvolvimento econômico na perspectiva do historiador, assim argumenta:

“Dado que, teoricamente, qualquer análise de ‘desenvolvimento’ é uma análise a longo prazo, obalanzo quantitativo será o resultado, para qualquer produto e para o conjunto, de vários ciclos breves de expansão e de recessão. Mas se se decidiu (por outros motivos) pelo estudo de um período longo, convirá talvez dividi-lo em períodos médios suficientemente homogêneos na sua estrutura para permitir cálculos globais quantitativos não desprovidos de significado. Uma investigação cronológica deste gênero seria já por si só interessante.”¹

Inicialmente pensava-se em estabelecer uma periodização baseada unicamente na evolução do tamanho da riqueza. Para isso, construímos uma tabela (tabela I) com o monte-mor médio de cada ano estudado.

¹ VILAR, Pierre. *Desenvolvimento Econômico e Análise Histórica*. Editorial Presença, 1982, p. 40.

Os valores dos montes médios em mil-réis (Tabela 1) sugeria uma periodização que comportaria um primeiro subperíodo de auge econômico (ou reflexo do auge) que iria de 1750 a 1770; um segundo em que a economia entraria num processo de “acomodação evolutiva”, 1780 a 1820; e um último subperíodo que presenciaria uma recuperação econômica, 1830 a 1850. Ao se converter os valores para libra - o que é necessário devido à grande instabilidade do mil-réis durante o século XIX -, o movimento da economia se revelou bastante distinto. Analisando os valores em libra, a primeira impressão é que a economia apresentava um crescimento negativo constante, que se aprofundaria irremediavelmente a partir de 1780, só dando algum sinal de recuperação no último ano em questão. O gráfico I demonstra claramente este movimento. Estaria assim corroborada a tão difundida tese da decadência.

No entanto, tomando-se outros fatores como indicadores do crescimento econômico, a impressão de decadência fica cada vez mais relativizada e, com alguns ajustes, aquela primeira periodização pode ser retomada.

Mais uma vez é Pierre Vilar quem indica o caminho quando aponta a análise do “número dos homens” e da “produção dos bens”, como fundamentais para a verificação do “crescimento” de uma economia².

² VILAR, Pierre. *Op. cit.*, p. 34.

TABELA I

Evolução do monte-mor médio nas U.P. de Mariana**(em mil réis e em libras)**

Erro!	Mil-réis	Libra	Crescimento
1750	5.075,045	1.427,579	100
1760	3.734,742	1.050,560	- 26,4
1770	4.415,222	1.241,975	- 13
1780	2.338,017	657,670	- 53,9
1790	1.553,452	436,976	- 69,4
1800	2.258,324	635,252	- 55,5
1810	2.007,632	599,780	- 58
1820	2.573,165	552,181	- 61,3
1830	4.923,217	467,705	- 67,2
1840	3.731,065	481,925	- 66,2
1850	6.761,293	808,574	- 56,6

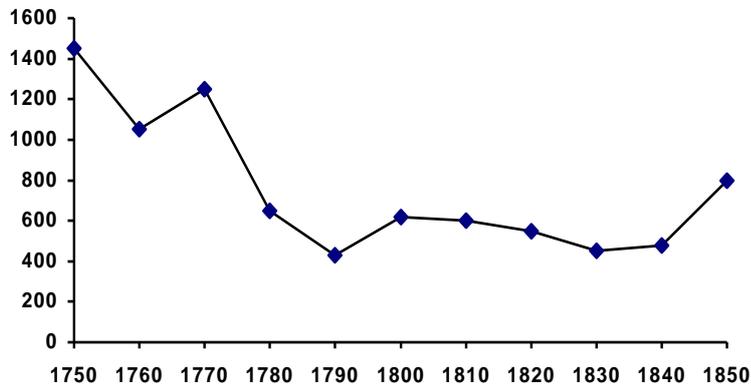
Fonte: Inventários do I e II Ofício - C.S.M.³

Em uma sociedade pré-estatística como Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, a avaliação dessas variáveis torna-se mais complicada. No nosso caso resolvemos tomar como índice de crescimento da produção o tamanho do rebanho presente nos inventários, já que as informações sobre o volume da produção agrícola são muito desencontradas. Como indicativo do crescimento populacional tomamos o número de pessoas livres por inventário.

³ A conversão para libra foi feita usando a tabela de flutuações cambiais do real no século XIX elaborada por Kátia Mattoso. Para o século XVIII usamos referência feita por Mircea Buescu, dizendo que o valor do real ficou constante durante todo o século, “à razão de 3,555 réis por libra esterlina-ouro”. BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 106. MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. 3^ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 254. Para a construção tanto da tabela I quanto do gráfico I foram excluídos dos cálculos dois inventários, um de 1790 e outro de 1850, que distoavam sensivelmente de todo o conjunto. No primeiro, o inventariado Domingos Pires era detentor de uma fortuna de 88:685\$076 (oitenta e oito contos, seiscentos e oitenta e cinco mil e setenta e seis réis). No segundo caso, o Padre Francisco Ignácio de Siqueira Fadim possuía uma fortuna de 124:792\$102.

GRÁFICO I

Evolução do monte-mor médio em libras (1750-1850)



Tanto a população quanto o rebanho apresentam, no geral, um crescimento positivo (Tabela II). Além disto, os índices de crescimento do rebanho muito mais elevados que os da população nos sugerem que esta produção se destinava cada vez mais ao mercado.

O quadro que se esboça até aqui é o de uma economia com os índices de crescimento da população e da produção em ascensão, mas com os rendimentos decrescentes (ver gráfico II). Tal aparente contradição é em parte desfeita se observarmos o comportamento dos ativos que compõem a riqueza, particularmente das dívidas ativas.

GRÁFICO III

Crescimento da população, do rebanho e do monte-mor médio

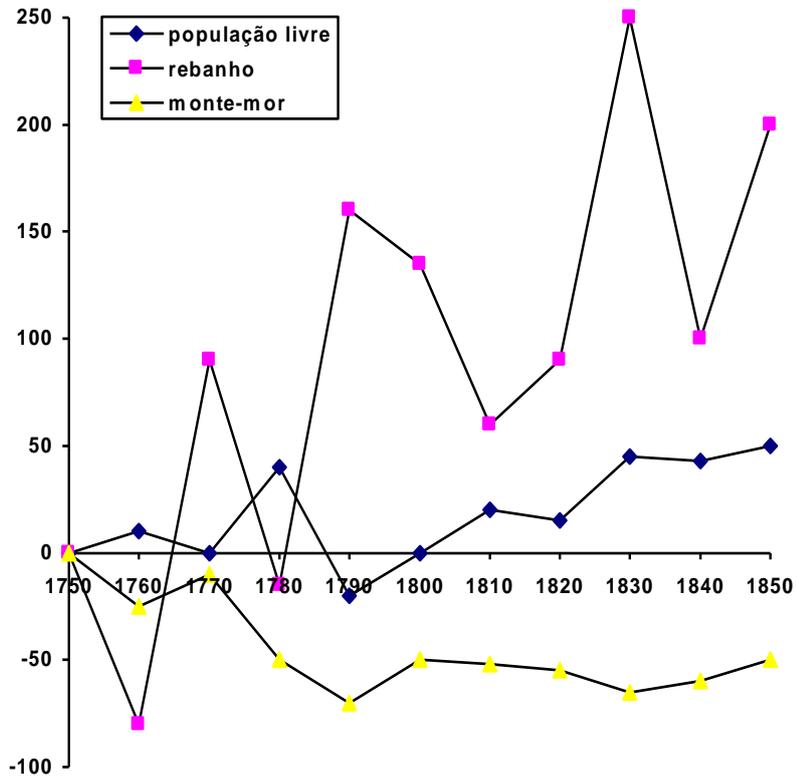


TABELA II

Crescimento da população livre e do rebanho

Erro ! Indic ador não defin ido.	livre			Reban ho		
	Pop .					
data	tota l	médi a	crescimen to	tota l	média	crescimen to
	1750	60	5	100		
				101	7,8	100
	1760	49	5,4	8	1,4	-82
		49	4,9	-2	14,6	87
	1770		6,7	34	6,5	-17
	1780	101	4	-20	20,7	165
		85	5,3	6	18,3	135
	1790		5,8	16	12,6	61
		165	5,5	10	15,2	95
	1800		6,9	38	26,7	242
		328	6,7	34	15,4	97
	1810		7,2	44	23,3	199
		343				
	1820					
		368				
	1830					
		247				
	1840					

1850	296			100		
				4		

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

TABELA III**Evolução do monte-mor médio com e sem as dívidas ativas (em libras)**

! Indicador não definido.	Monte com dívidas		Monte sem dívidas	
	data	monte medio crescimento%	monte medio	crescimento%
	1750	1.427,579 100	743,304	100
	1760	1.050,560 -26,4	783,300	5,4
	1770	1.241,975 -13	421,498	-43,3
	1780	657,670 -53,9	312,780	-57,9
	1790	436,976 -69,4	289,100	-61,1
	1800	635,252 -55,5	536,928	-27,8
	1810	599,780 -58	379,642	-48,9
	1820	552,181 -61,3	476,978	-35,8
	1830	467,705 -67,2	391,991	-47,3
	1840	481,925 -66,2	373,370	-49,8
	1850	808,574 -43,4	735,097	-1,1

Fonte: Inventários I e II Ofícios - C.S.M.⁴.

Ao se analisar a tabela III nota-se que, quando excluídas as dívidas ativas do montante da riqueza de todos os anos em estudo, a queda percentual do monte-mor é significativamente menor (excetuando-se os anos de 1770 e 1780), principalmente a partir de 1790, o que nos leva a argumentar que a queda do monte-mor médio é em grande parte provocada pela diminuição das dívidas ativas no conjunto da economia (ver gráfico III).

O gráfico IV permite visualizar que o percentual de 52,6% que as dívidas ocupam na fase de 1750-1770 cai para somente 22,63% nas décadas finais do período, enquanto que os bens imóveis, o rebanho e principalmente os escravos, passam a ter uma maior importância na composição da riqueza. Ou seja, embora a riqueza média dessa economia esteja em retração, a sua capacidade de liquidez é cada vez maior, o que, por si só, já sugere uma situação de dinamismo muito mais que de decadência.

Além disso, levando-se em consideração que há um aumento de instrumentos de trabalho indicadores de uma tentativa de auto-suficiência nos inventários (Tabela IV), chegamos à conclusão que as unidades produtivas em Minas Gerais reagiram à crise da produção aurífera buscando uma independência cada vez maior do mercado no que diz respeito a sua auto-reprodução, ao mesmo tempo em que se rearticulavam internamente para fornecer produtos de subsistência para o mercado inter e intra provincial. Todos estes dados sugerem que, na economia mineira voltada para a produção de artigos de subsistência que se estabeleceu de forma gradativa a partir de 1780 e definitivamente nos anos da década de 1810, a parte do sobre-trabalho apropriada pelo capital mercantil é cada vez menor. Ou seja, a economia exportadora do ouro era muito mais dependente do mercado para se auto-reproduzir do que a produção de artigos de subsistência. Podemos concluir daí que as atividades voltadas para o mercado interno, embora gerando graus de riqueza menores que as exportadoras, têm muito mais independência do capital mercantil e, portanto, maior capacidade de resistência frente às conjunturas de crise da economia mundial.

⁴ As observações feitas na nota 3 a respeito da construção da tabela I também se aplicam aqui.

GRÁFICO III

Evolução dos montes médios (com e sem dívidas ativas)

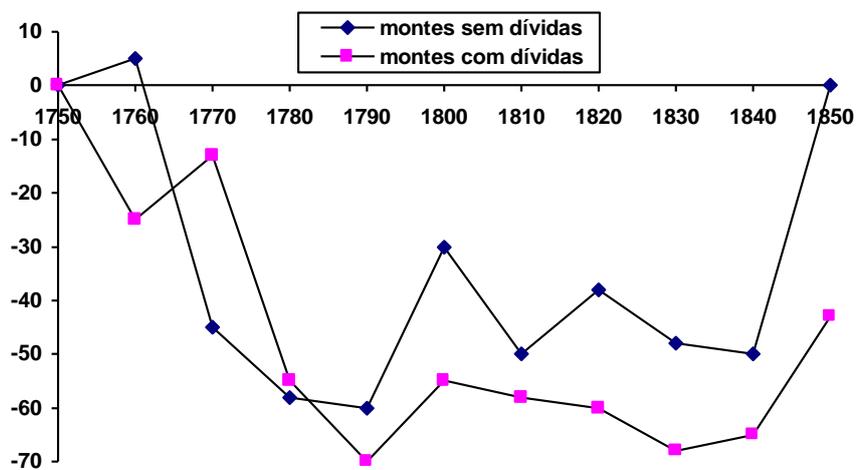


GRÁFICO IV

Composição da riqueza nas U.P. de Mariana (1750-1850)

(dívidas, escravos, imóveis e rebanho)

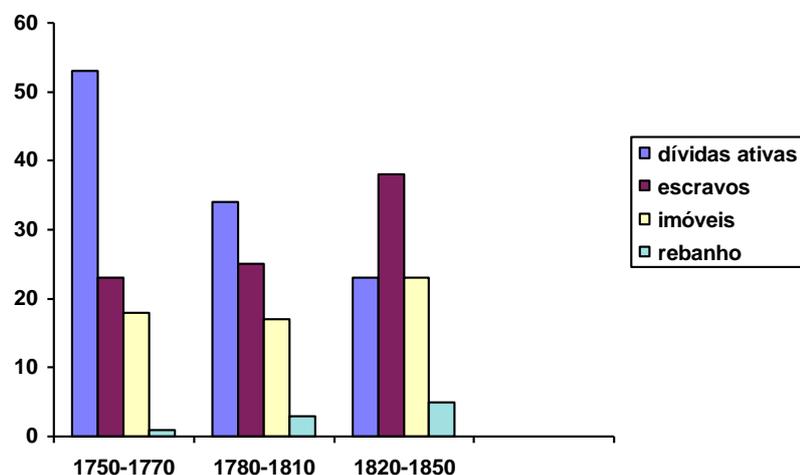


TABELA IV

Percentual de U.P. com presença de tear, roda de fiar, tenda de ferreiro e alambique

data	tear %	roda %	tenda %	alambique %
1750-1770	5	-	10	5
1780-1810	32	15	7	6
1820-1850	33	15	12	19

Fonte: Inventários dos I e II Ofícios - C.S.M.

Kenneth Maxwell já demonstrou que o governo português se mostrava cada vez mais preocupado com essa tendência à “substituição de importações” na colônia e principalmente em Minas Gerais o que, evidentemente, ia de encontro aos interesses da coroa em relação ao Brasil.

“O governador de Minas, Antônio de Noronha, comunicou em 1775 que muitos estabelecimentos fabris existiam na capitania, todos em situação de notável crescimento. Seu desenvolvimento, observou ele, ameaçava fazer os habitantes independentes dos gêneros europeus. Lavradio também chamou a atenção para o crescimento das manufaturas brasileiras, estabelecendo a maior parte dos particulares nas suas próprias fazendas, fabricas e teares com que se vestiam a si, e á sua familia e escravatura, fazendo pannos e estopas, e diferentes outras drogas de linha e algodão, e ainda de lã, e como não tinham tempo certo de vir fazer os seus pagamentos, e já dependiam menos d'aquello a quem eram devedores...”⁵.

Outro dado importante para se constatar o dinamismo da economia mineira nesse período tradicionalmente considerado como de “decadência” é a presença cada vez mais evidente de produtos mineiros no comércio carioca. Segundo Fragoso, entre 1829 e 1832, mais de 88% das porcadas e 45% das tropas que entraram no Rio de Janeiro eram provenientes de Minas Gerais⁶.

Entre os viajantes e contemporâneos — mesmo aqueles que insistem na “decadência” da região - são muitos os relatos do efervescente comércio mineiro com outras províncias. Saint-Hilaire fala da grande fabricação de doces no município de São Bartolomeu, que não só eram comercializados em Vila Rica, como ainda remetidos para o Rio de Janeiro⁷. Também dá notícias da movimentação das tropas que partiam para o Rio carregadas de toucinho e queijo e voltavam trazendo sal⁸.

John Mawe, que andou pelo Brasil de 1807 a 1811, fez várias referências às ligações comerciais do Rio com Minas, enfatizando, principalmente, a exportação de açúcar em lombo de burros e a importação de sal e ferro⁹.

Cunha Matos, em sua corografia histórica datada de 1837, afirma que o comércio mineiro “achava-se em estado muito florescente”, embora suspeitasse que a

⁵ MAXWELL, Kenneth. *A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil - Portugal, 1750-1808*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.86.

⁶ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de Grossa Ventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p.141.

⁷ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p.83.

⁸ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p. 49.

⁹ MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978, p. 143.

balança comercial pudesse estar desfavorável à província, por ser sabido que seus habitantes eram devedores à praça do Rio de Janeiro e a outras de beira-mar¹⁰.

Aires de Casal dá mostras da diversificação da economia mineira que exportava, dentre outros produtos, sola, couros, algodão, tabaco, café, frutas, açúcar, queijos, carne de porco, rapaduras, pedra sabão, pedraria, salitre, marmelada.

“Quase tudo é conduzido à metrópole em bestas, das quais se encontram comboios de cem, e maior número, repartidas em réguas de sete cada uma, e governada por um homem: levando de retorno sal, fazendas secas, e molhados.”¹¹

Quem mais enfatizou o dinamismo do comércio mineiro foram os viajantes Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius, que chegam a dizer que Vila Rica tinha o comércio mais animado do interior do Brasil, principalmente com a capital do império mas também com outras províncias.

“Entre todas as cidades no interior do Brasil, nenhuma é tão animada como Vila Rica. Daqui partem estradas para São Paulo, passando por São João d'El-Rei; por Minas Novas, para a Bahia; por São Romão, Tejuco, Malhada, para Paracatu, Goiás e Mato Grosso; porém nenhuma é tão movimentada, com o vaivém de tropas, como a estrada que leva ao Rio de Janeiro, sede do governo, distante setenta léguas. Quase que todas as semanas, ou cada mês do ano, seguem grandes caravanas, carregadas com os produtos da região: algodão, couros, marmelada, queijos, pedras preciosas, barras de ouro, etc. O comércio com o mais longínquo sertão, que vai até Goiás e Mato Grosso, não é tão extenso, de fato, como o de São Paulo e Bahia; entretanto, expande-se além do Rio São Francisco, quase que por toda a capitania, e abastece-a não só com as mercadorias européias adquiridas no Rio de Janeiro, mas, também, com os produtos das imediações, como, por exemplo, os aqui fabricados: artigos de ferro, chapéus de feltro, louça de barro, queijo, milho, feijão, marmelada, carne de porco e tocinho; este é empregado em vez de manteiga e banha, e constitui grande artigo de comércio da província.”¹²

Após estas considerações optamos por uma periodização que conjugasse o comportamento de vários índices (como o crescimento demográfico, crescimento da produção e dos rendimentos), aliados a fatores históricos conjunturais que influíram sensivelmente na conformação da economia, por exemplo, a transferência da corte

¹⁰ MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.2, p. 78.

¹¹ CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976, p. 166.

¹² SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich P. von. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981, v.1, pp. 205-206.

portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 e o conseqüente alargamento do mercado para produtos de subsistência.

Dessa forma, ficou assim estabelecida a periodização:

1º subperíodo: 1750-1770

2º subperíodo: 1780-1810

3º subperíodo: 1820-1850

2.1 - 1750-1770 - Auge minerador

Com a morte de D. João V subiu ao trono português em 1750 D. José I e, com ele, Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal. Muitas foram as mudanças políticas e econômicas levadas à frente por Carvalho e Melo, todas visando ao objetivo maior (por muito tempo sigiloso) de tirar Portugal da condição de “colônia” da Inglaterra¹³. No bojo dessas transformações, em 1750 foi feita uma reformulação no sistema tributário e fiscal da produção de ouro. Em dezembro daquele ano entraram em vigor as sugestões feitas pela população de Minas Gerais em 1734 ao Conde de Galveias para o recolhimento do quinto. Tais sugestões previam uma contribuição mínima de 100 arrobas de ouro anuais. No caso de não serem atingidas, seria lançada mão da derrama. A derrama consistia em um imposto local *per capita* que seria cobrado pelas câmaras municipais para complementar a quota prevista. Para tanto, em cada “cabeça de comarca” foram criadas Casas de Fundação que tinham o objetivo de recolher o ouro¹⁴.

Chamamos este período de auge minerador porque, apesar de a produção do ouro ter atingido seu ponto máximo entre 1735-1739¹⁵, no decênio de 1750 a quota de 100 arrobas fora até excedida, na década seguinte a média anual caíra para 86 arrobas, mas somente entre 1774-1785 é que a queda seria de fato brutal: 68 arrobas de média anual¹⁶. Segundo Maxwell:

“No fim do decênio de 1760 (...) todo o sistema luso-brasileiro começava a sofrer uma transformação. Teve início quase imperceptivelmente nos primeiros anos da década e adquiriu impulso até alcançar repercussões de proporções catastróficas. A produção das

¹³ São referências fundamentais para a compreensão da política pombalina e das relações Portugal-Inglaterra-Brasil neste período: FALCON, Francisco J. C. *A Época Pombalina*. São Paulo: Ática, 1982; NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: HUCITEC, 1983 e MAXWELL, Kenneth., *Op. cit.*

¹⁴ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p.30.

¹⁵ PINTO, Virgílio Noya. *O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-Português*. São Paulo, 1979. apud. MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do Ouro: a Pobreza Mineira no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

¹⁶ MAXWELL, Kenneth. *Op. cit.*, p. 65.

minas brasileiras, que um governador da Bahia, otimista, predissera no início do século XVIII que seria ‘tão constante que será impossível esgotá-las enquanto o mundo existir’, tinha começado a declinar. A exaustão do ouro aluvional e o fracasso na busca de técnicas aprimoradas para enfrentar as crescentes complicações e dificuldades de exploração, em uma economia tão dependente do ouro brasileiro em setores específicos, tinham de produzir conseqüências de amplo alcance.’¹⁷

Sendo assim, apesar de decrescente, a produção aurífera ainda era suficientemente importante para manter a mineração como atividade principal e conservar a sua estrutura produtiva intacta, pelo menos até 1770. Acreditamos que só em meados do decênio de 1770 esse declínio começa a provocar uma rearticulação econômica intencional que poderá ser percebida a partir de 1780. De fato, houve até um crescimento das unidades produtivas com atividades de mineração entre 1760 e 1770 que, de 40% em 1760, passam a representar 87,5% do total das U.P. no ano de 1770, provavelmente em resposta ao incentivo governamental de ocupação de novas áreas em busca de novos veios auríferos, como já foi visto no capítulo anterior.

Como sugere a citação acima, no contexto mais geral da economia a crise advinda do declínio da produção aurífera teve um caráter muito mais amplo. Ao que tudo indica, as conseqüências deste processo foram muito mais drásticas para os grupos comerciais (ingleses sobretudo), cujo canal de troca era inteiramente dependente do ouro em barra, do que para a estrutura produtiva mineira que, lentamente, se rearticulou internamente. São significativos os dados apresentados por Maxwell demonstrando que em meados dos anos da década de 1760 os rendimentos dos direitos de entradas — “um dos mais sensíveis índices do volume de comércio entre a principal região de mineração e o mundo exterior” — decaem bruscamente, o quinto já vinha decrescendo e, no entanto, as receitas geradas pelos dízimos se mantinham estáveis¹⁸. Portanto, excetuando-se o ouro, as demais produções mineiras seguiam seu ritmo normal, não havendo uma desarticulação econômica geral da capitania como pretendem alguns. Ao mesmo tempo, a redução do comércio português com a Inglaterra foi quase “catastrófica”, chegando o valor das exportações inglesas a cair pela metade entre 1760-70¹⁹.

Embasada por uma visão metropolitana da colônia, é provável que a tese da “decadência” tenha se originado da confusão entre estes dois processos. Ou seja, estendeu-se para Minas Gerais do século XVIII a profunda crise que se abateu sobre os grupos econômicos dependentes do ouro mineiro para seu intercâmbio comercial.

¹⁷ *Idem*, p. 65.

¹⁸ *Idem*, pp. 65, 279 e 289.

¹⁹ *Idem*, p. 66.

2.2 - 1780-1810 - Acomodação evolutiva: rumo à auto-suficiência

Referindo-se às conseqüências do processo de declínio da produção aurífera sobre a economia portuguesa, Maxwell argumenta:

“O término da idade do ouro teve tanto aspectos positivos quanto negativos, pois a recessão produziu uma alteração no ambiente em Portugal que abriu importantes possibilidades ao governo do país. Posta diante da decadência geral das reexportações coloniais e do conseqüente declínio da capacidade de importar, mas com a demanda interna sustentada pela exportação de alguns produtos metropolitanos e coloniais, a substituição de importações era uma solução pragmática natural. A recessão antecipou e acompanhou o celebrado desenvolvimento ‘industrial’ de Pombal.”²⁰

Processo semelhante ocorreria na colônia, principalmente em Minas Gerais. A administração pombalina fora muito flexível em relação ao desenvolvimento de atividades paralelas à produção aurífera, o que facilitou o início de um processo de substituição de importações. Com a diminuição da sua capacidade de importação, a capitania tornou-se cada vez mais inclinada à auto-suficiência. A Inconfidência Mineira foi uma prova clara desse processo. Embora esteja fora do nosso alcance e objetivos analisar as características e o significado dessa insurreição, é indispensável considerar que ela pôs em evidência as contradições latentes entre uma economia regional auto-suficiente e as diretrizes neomercantilistas do Ministério dos Domínios Ultramarinos pós-Pombal.

Os anos de 1780 a 1810 podem ser caracterizados como o período em que a economia mineira deixou de ter a mineração como atividade principal e as atividades agropecuárias passaram a ser seu eixo central. O gráfico V nos permite visualizar como, nesse momento, as unidades produtivas com atividades de mineração decaem em relação às atividades agropecuárias e no período seguinte têm seu papel ainda mais reduzido no contexto da economia. Entre 1750 e 1770, aquelas representavam 61,9% das U.P. e no segundo subperíodo somente 34,2% (Tabela V). Ainda assim retêm, entre 1780-1810, mais da metade da mão-de-obra escrava (51,8% - ver tabela VI).

Além disso, houve neste período um grande crescimento de alguns tipos de produção manufatureira (ou, como quer Libby, protoindustriais²¹), principalmente têxteis. Como já foi visto na tabela IV, o número de U.P. com presença de tear sobe de 5% no período de 1750-1770 para 32% entre 1780 e 1810 e, com roda de fiar, de 0 para

²⁰ *Idem*, p.68.

²¹ LIBBY, Douglas Cole. “Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX”. *Revista do Departamento de História*. B.H., FAFICH-UFMG, nº 9, 1989, pp.149-160.

15%. Isto em um momento de proibição da produção de panos imposta pelo alvará de 5 de janeiro de 1785! Só ficavam fora dessa lei os panos grossos para vestir escravos e para ensacar mercadorias²². Douglas Libby dá notícias de um “Inventário de teares de Minas Geraes em 1786” descoberto recentemente no Arquivo Público Mineiro, em que foram arrolados mais de mil teares. Predominava a produção de panos grosseiros sendo que uma parte desta era comercializada. Embora os estudos sobre este arrolamento ainda não estivessem concluídos, Libby calcula que esses teares empregavam mais de 30.000 fiandeiros²³. Pela Lista Nominativa de Catas Altas, constatamos que 34,4% dos chefes de domicílio deste distrito se dedicavam a algum tipo de atividade ligada à “indústria têxtil” (de 352 chefes de domicílio, 74 eram fiandeiras, 13 tecedeiras, 2 rendeiras, 15 costureiras e 17 alfaiates). Portanto, a “indústria têxtil” era já neste momento bastante significativa no contexto da economia mineira.

²² *Idem*, p.150; MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*, p.99.

²³ LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*, p.150.

GRÁFICO V

Percentual dos tipos de unidades produtivas (por subperíodos)

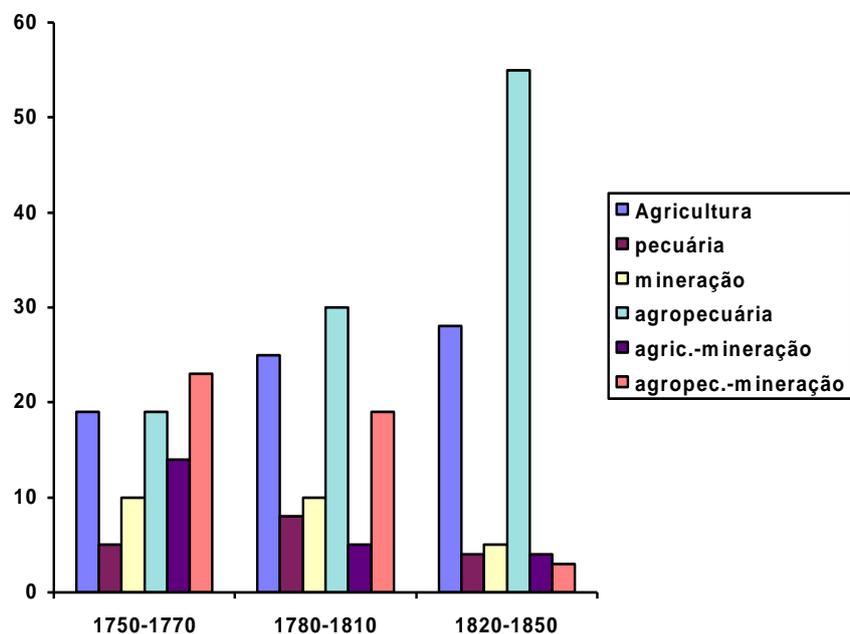


TABELA V

Percentual das U.P. c/ e s/ atividades de mineração *

Subperíodos	U.P. c/ mineraç ão		U.P. s/ mineração	
	Abs	%	Abs	%
1750-1770	13	61,9	8	38,1
1780-1810	26	34,2	50	65,8
1820-1850	21	15,0	119	85,0

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

* U.P. c/ mineração inclui: mineradoras, agrícolas-mineradoras, agropecuaristas-mineradoras e pecuaristas-mineradoras.

U.P. s/ mineração inclui: agrícolas, pecuaristas e agropecuaristas.

TABELA VI

Percentual da pop. escrava presente nas U.P. c/ e s/ mineração

Erro! Indicador não definido.	U.P. c/ mineração		U.P. s/ mineração	
	Abs	%	Abs	%
Subperíodos				
1750-1770	267	75,0	89	25,0
1780-1810	425	51,8	396	48,2
1820-1850	224	16,1	1170	83,9

Fonte: Inventários do I e II Ofícios - C.S.M.

Libby propõe que se pense a noção de “flexibilidade das economias escravistas coloniais” desenvolvida por Celso Furtado para compreender o processo de diversificação econômica ocorrido em Minas²⁴.

Segundo Furtado, em conjunturas internacionais favoráveis à comercialização dos produtos coloniais, a produção era ampliada extensiva e ilimitadamente até o ponto onde o permitisse a disponibilidade de terras e mão-de-obra; já em situações de diminuição da demanda externa, corresponderia uma também diminuição no ritmo da produção dos produtos da agroexportação havendo um deslocamento do excesso de mão-de-obra para setores da produção de subsistência. Esse processo de retração daria possibilidade às unidades produtivas de sobreviverem às crises e de manterem intactas suas estruturas por longos períodos. O ritmo normal de funcionamento seria retomado logo que uma nova conjuntura favorável surgisse²⁵. Em Minas Gerais, essa retração foi provocada pelo esgotamento do ouro de fácil extração e não por uma conjuntura desfavorável à comercialização do metal. Nesse caso, não tendo a região encontrado um outro produto exportável capaz de substituir o ouro, a retração momentânea se transformaria em “estagnação” e “decadência”.

Douglas Libby argumenta que essa tendência secular das economias escravistas de se voltarem para a produção de artigos de subsistência nos momentos de crise, visando a preservar as estruturas coloniais, em Minas surtiria outros efeitos. Para ele, o que houve na região foi “um processo gradual de adaptação e acomodação que modificou estas mesmas estruturas”, tornando a região um caso original de economia

²⁴ *Idem*, p.155.

²⁵ FURTADO, Celso. *Op.cit.*.

escravista não-exportadora²⁶. Portanto, ao invés de se falar em estagnação, seria melhor pensar em termos de um processo de “acomodação evolutiva”²⁷.

Embora concordando com as considerações de Libby, preferimos entender que, mais do que uma modificação das estruturas coloniais, o que houve em Minas foi um processo de fortalecimento de um tipo de estrutura produtiva peculiar já existente desde os primórdios da colonização. A expressão “acomodação evolutiva” nos parece perfeita para se referir ao período da economia mineira que vai de 1780 a 1810. O termo será por nós utilizado para caracterizar uma economia que não está, nem num processo de crescimento acelerado, nem de decadência absoluta, mas sim, de rearticulação interna que, por razões específicas da região, acabou possibilitando um novo tipo de dinamismo econômico.

A tendência à diversificação econômica presente nas unidades produtivas desde o período áureo da mineração seria, entre 1780 e 1810, definitivamente consolidada. Nesse primeiro momento o objetivo era se auto-suprirem e comercializarem seus eventuais excedentes nos mercados locais — que não eram desprezíveis visto que Minas Gerais ainda tinha um grande contingente populacional herdado da “idade do ouro”²⁸. Além disso, em um contexto de receitas decrescentes e da decorrente diminuição da capacidade de importar, o isolamento da capitania tornava favorável a comparação dos custos de qualquer produto local com os importados²⁹. Com a chegada da corte portuguesa em 1808 e a conseqüente criação de um novo mercado, a produção se dinamizou e passou a ser também endereçada à comercialização na praça do Rio de Janeiro.

2.3 - 1820-1850 - Economia mercantil de subsistência³⁰

A tendência de retraimento das U.P. para o autoconsumo em momentos de crise, proposta por Furtado e retomada por Libby, em Minas Gerais, acabou acelerando um processo de diversificação econômica já iniciado no período minerador. Impulsionado pela existência de uma demanda interna relativamente grande e pelo surgimento de novos mercados, esse processo conduziu a produção no sentido de uma

²⁶ LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*, p. 155.

²⁷ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no Século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 14 e 22. O autor usa a idéia de “economia de acomodação para se referir a MG em todo o século XIX. Achamos que o termo se encaixa melhor a este subperíodo, especificamente.

²⁸ LIBBY, Douglas Cole. “Novas considerações sobre a protoindustrialização mineira dos séculos XVIII e XIX”. *Revista do Departamento de História*. B.H., FAFICH-UFMG, nº 9, 1989” p.156.

²⁹ MAXWELL, Kenneth. *Op.cit.*, p.112.

³⁰ Mais uma vez tomamos emprestada uma expressão de Douglas Libby para nos referir à economia mineira deste terceiro subperíodo. LIBBY, Douglas Cole. *Op.cit.*

economia mercantil de subsistência, que tinha na mão-de-obra escrava o seu sustentáculo.

A produção de artigos de subsistência sempre foi uma característica das U.P. mineiras. Mesmo no primeiro subperíodo, quando a extração de ouro era o eixo central da economia, as U.P. dedicadas só à mineração eram minoria. A tabela V nos mostra que elas nunca ultrapassaram os 10% do total. Na exploração aurífera eram mais comuns as unidades produtivas que desenvolviam paralelamente algum tipo de cultivo e criação (23,8% do total de U.P. e 41,6% das mineradoras), muitas vezes associados à produção caseira de fios, panos, telhas, panelas, móveis, etc.

Concordamos com Alcir Lenharo quando diz que a economia regional não viveu um “interregno” entre o declínio da mineração e o posterior período de “reconversão à agropecuária”, como quer Gorender. Se aceitamos a concomitância entre as atividades de subsistência e a mineração, é preciso considerar que aquelas seriam beneficiadas com a transferência de recursos provenientes da crise desta última³¹.

Esta produção tão diversificada, inicialmente voltada quase que exclusivamente para o abastecimento das próprias U.P. e para o mercado local, foi sendo cada vez mais endereçada aos mercados mais distantes. Uma prova deste fato é o aumento do número de inventários com presença de tropas — principal meio de transportar a produção para longas distâncias — que de 3% no primeiro subperíodo, passou para 17% entre 1780-1810 e alcançou 18% no período final em estudo, o que também corrobora as afirmações de Lenharo a respeito das fazendas mineiras funcionarem como intermediárias³². Muitas vezes, as fazendas se dedicavam à produção, compravam o excedente local, transportavam e colocavam os produtos à venda nos mercados consumidores. Dessa forma, apropriavam-se de uma grande parte do excedente produzido regionalmente.

Mesmo que o Rio de Janeiro já fosse um mercado significativo para as produções mineiras antes de 1808³³, não resta dúvida que a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro foi o principal detonador do desenvolvimento mercantil dessa produção; afinal, junto com a família real, aproximadamente 10.000 pessoas aportaram na capital do império³⁴. Não só Minas Gerais, mas também outras províncias se viram incentivadas a abastecer esse novo mercado:

³¹ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 36.

³² *Idem.*, p.37.

³³ Esta idéia é defendida por em: FRAGOSO, João Luís R. *Op. cit.*, 1992.

³⁴ LAPA, José Roberto do Amaral. *O interior da estrutura*. Comunicação apresentada ao I Congresso Brasileiro de História Econômica. (mimeo), USP, S.P., 1992, p. 7.

“Com a transmigração da corte forma-se um mercado consumidor, cujo poder aquisitivo justificava a montagem de um sistema de abastecimento que cobre consideráveis distâncias desde os seus fornecedores que se distribuem por Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, de onde desciam gado em pé, porcos galinhas, carneiros, toucinho, queijos, cereais, tecidos grosseiros de algodão, incluindo ainda São Paulo e Santa Catarina, que mandavam milho, feijão, arroz, trigo, cebola e farinha de mandioca.”³⁵

Além da formação de um novo mercado consumidor para os produtos mineiros, a vinda da família real provocou uma série de transformações que tornaram mais atraente produzir para o mercado interno. A principal delas foi a construção ou o melhoramento de estradas que ligavam a capital ao interior do país. A proibição colonial de abertura de novos caminhos foi posta de lado e, o que já ocorria de fato foi, então, oficializado.

(...) “o Príncipe Regente deu início a uma série de medidas que visavam a dotar a Capital de uma infra-estrutura mínima de transportes, que permitisse sua articulação com as regiões do interior do país. Ainda em 1809, uma estrada de 121 léguas foi aberta entre Goiás e o Norte, de modo que as notícias da queda de Caiena pudessem chegar por ela. Diversos projetos permitiram que Minas voltasse a se ligar à Bahia com regularidade. Recursos mais adequados de comunicação instalaram-se de Minas ao Espírito Santo. Acompanhando o curso do rio Doce, abriu-se uma estrada com fins de condução do gado de Minas ao Espírito Santo. Também para a regularização do abastecimento de carne bovina abriu-se nova ligação entre Minas e Campos dos Goitacazes. A criação desses projetos isolados ganharam uma diretriz comum com a Carta Régia de 4 de dezembro de 1816. Dava ela diversas providências para a abertura de estradas no interior de Minas, nas proximidades do Espírito Santo.”³⁶

A partir do “Mappa dos Generos exportados pelas Recebedorias d’esta Província de Minas Geraes” relativo ao segundo semestre do ano de 1839, encontrado no Relatório do Presidente de Província de 1840, montamos a tabela VII. Por ela podemos perceber a diversidade da produção mineira e a rentabilidade dos artigos de subsistência.

Além da lucratividade, outro fator que encorajava os produtores a se dedicarem aos produtos de subsistência era o fato dessa produção não estar tão sujeita às crises do mercado internacional. Mesmo nos momentos de dificuldades a reprodução dos membros da fazenda estaria garantida. Além disso, eventualmente, alguns produtos caracteristicamente de subsistência, podiam se tornar exportáveis. O presidente da província de 1844 alerta para a desvantagem dos produtos coloniais no mercado

³⁵ *Idem.*, p. 5.

³⁶ LENHARO, Alcir. *Op.cit.*, p. 59.

internacional. Falando das disparidades nas trocas dos produtos coloniais com outras nações nas quais estes estariam “na proporção de 1 para mil ou para dez mil”, diz o presidente:

“Por isso nada póde o governo recomendar nem propôr com segurança a respeito desses chamados generos coloniaes, mas unicamente que tratemos das cousas uteis ao nosso uso, muito embora se tornem ainda generos de exportação.”³⁷

³⁷ Relatório do Presidente da Província - Minas Gerais - 1844.

TABELA VIII

Gêneros exportados pela província de Minas Gerais

2º semestre de 1839

	Gêneros	Volume	Imposto (mil-réis)
	algodão em rama	588 arrobas	56:448
	algodão em caroço	95 “	1:368
	Açúcar	2.938 “	132:210
	Azeite	15 barris	900
	bezerros curtidos	72	2:592
	Café	103.251 arrobas	4:646:295
	Chapéus	87	5:220
	Chicote	2.492	7:476
	Colchas	332	12:748,8
	couros de veado	1.408	42:242
	doce, qualquer	59 arrobas	8:850
	farinha de mandioca	14 alqueires	3?4
	farinha de milho	408,5 “	9:804
*	farinha de trigo	10 arrobas	750
	Fubá	17 alqueires	306
	Fumo	53.035 arrobas	3:302:100
	Mantas	603	10:854
	marmelada ordinária	3.039 arrobas	91:170
	pano de	493.639 varas	2:369:467,2

algodão		
Pólvora	4 arrobas	960

continuação na página seguinte

	Gêneros	Volume	Imposto(mil-réis)
	queijos	218.654	1:311:924
	sabão	8 arrobas	480
	selas ou selins	84	20:160
	meias de sola	5.923	284:304
	tabaco	2 arrobas	240
	toucinho	80.599,5 “	3:868:776
	Arroz	87,5 alqueires	7:875
	couros de boi	1903	182:688
	feijão	1348 alqueires	80:880
	gado cabrum	108 cabeças	6:480
	gado cavalari	564 cabeças	790:500
	gado muar	126 cabeças	226:800
	gado lanígero	2:9?? “	215:568
#	gado vacum	21:0?? “	12:484:100
	galinhas	34:029 “	326:678,4
	Lã	18 arrobas	6:912
	mano...(?)	2 alqueires	
	milho	791,5 “	113:74?
	poaya	39	28:080
	porcos em pé	10:249 cabeças	2:459:760

SOMA:	33:127:023,8
-------	--------------

Fonte: Relatório de Presidente da Província - 1840. SOMA: soma geral que está na tabela original

* gêneros “sujeitos a 3 por 100”

gêneros “sujeitos a 6 por 100”

? não foi possível identificar

Os números em negrito não se tem certeza de serem exatos

ARTIGO

TIRANIA E FLUIDEZ DA ETIQUETA NAS MINAS SETECENTISTAS**IRIS KANTOR*****Escola de Sociologia e Política de São Paulo**

“Por debaixo do brilho roncava uma insatisfação medonha. (...) A festa de todos era o sempre cozido colonial de música, teatro e religião. As procissões melodramáticas desciam as abas das cochilhas pisando chão empedrado pela escravaria, mexendo no movimento ritmado dos seus imperadores e imperatrizes, símbolos, alegorias, bulha de tios, e fogos de artifício menos miríficos as vezes que a dramaticidade física das imagens. (...)Passeavam, rezavam, mapiavam, nem se imaginando decadentes ali.”

Mário de Andrade

Este trabalho procura problematizar a adaptação e os conflitos gerados em torno dos códigos de etiqueta nas cerimônias públicas realizadas em Vila Rica ao longo do século XVIII.

Incrustada entre os leitos dos rios e as encostas das montanhas, a sociedade do ouro foi definindo sob a aparente fluidez social uma ordenação mais formal sem conseguir, no entanto, dissimular a ebulição social. Assim a descreveu Sérgio Buarque de Holanda: “O que de tudo ressalta é a estrutura movediça que se desmancha em partes, e se recompõe continuamente ao sabor de contingências imprevisíveis”¹.

Perseguindo a história do fenômeno da etiqueta na vida colonial encontrei as primeira pistas no capítulo “Metais e Pedras Preciosas”, publicado na História

* Mestranda em história - USP.

¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. tomo I, vol. 2, São Paulo: Difel, pp. 259-310.

Geral da Civilização Brasileira. Ali, são descritos os atropelos de um governador que tomou a dianteira do bispo na procissão, violando as regras mais comezinhas de precedência. Essas violações ocorriam com frequência e geraram uma documentação que nos permite explorar a prática da representação pública nas cidades coloniais.

Este trabalho compõe-se de três recortes, que exponho a seguir:

1- Breve caracterização geral das festas no Antigo Regime, onde procuro pensá-las como acontecimentos constituintes do processo de consolidação dos Estados Monárquicos europeus. Neste caso destaco as peculiaridades do modelo português e colonial.

2- Em um segundo momento, faço algumas considerações relativas aos padrões de mobilidade social na sociedade mineira que a distinguem de uma estrutura social típica do Antigo Regime. A presença de segmentos nativos nos postos públicos evidenciam certas ambigüidades constitutivas da sociedade escravista, apontando para a reflexão sobre a prática social das leis e dos costumes.

3- E, por fim, utilizo alguns documentos que revelam tensões sociais crônicas presentes no cotidiano e que se exprimiram nas desavenças constantes em torno das regras de etiqueta nas festas públicas na Vila Rica setecentista.

* * *

Na transição do período medieval para a época moderna, as festas públicas ganharam um novo significado político, passando a ser instrumento de legitimação das monarquias nacionais. Segundo Burckhardt, a partir do Renascimento a festa pública perdeu a característica exclusivamente eclesiástica². As apresentações dos mistérios e dramas bíblicos cederam lugar aos desfiles de figuras mascaradas e alegorias mitológicas, compondo um espetáculo onde predominava o virtuosismo cênico. Na Itália renascentista desenvolveu-se uma verdadeira ciência da produção do evento festivo. Importantes artistas, como Brunelleschi, Serlio e Leonardo da Vinci, dedicaram-se ao trabalho de ornamentação das festividades.

² BURCKHARDT, Jacob. *A Civilização do Renascimento na Itália*. Brasília: UNB, 1991. pp. 245-259.

As festas públicas na Europa recuperaram antigas tradições romanas dos cortejos e entradas triunfais de imperadores e generais vitoriosos. Secularizando os motivos, elas contribuíram para a consolidação do processo de centralização monárquica, pois reiteravam simbolicamente o contrato político implícito entre o rei e as cidades governadas³. Tornaram-se um meio de promover o reconhecimento da soberania real, ancorando no imaginário coletivo a associação entre o corpo físico e natural do rei e o corpo político e social do reino. Essa natureza pedagógica fazia da festa barroca um evento eminentemente teatral. Cada movimento, composição de vestuário, posição espacial, fazia parte de um código rígido de representação dos papéis sociais. As festas barrocas davam visibilidade às distinções hierárquicas presentes na sociedade de corte, marcando os distanciamentos entre os diversos segmentos sociais. Elas encenavam a ordem hierárquica do mundo social como uma ordem natural e universal, faziam com que todo o cosmo participasse do drama metafísico dos seres humanos. Criavam uma atmosfera de “ensueño” em que ficção e realidade, vida e sonho se confundiam. Através das alegorias e figurações plásticas apresentavam os mistérios e os arcanos da sabedoria celeste. Tratava-se de um grande espetáculo coletivo onde não havia lugar para o indivíduo, “a pessoa era sacrificada ao estado ou à classe, a alma à convenção, o individual ao típico”⁴. Cega às individualidades, a etiqueta é antes uma forma de controle e de regulação da estrutura social.

É curioso observar que as festas monárquicas constituíram uma experiência cênica inédita na tradição ocidental. Elas propiciaram o estabelecimento da “ilusão teatral”⁵. Ou seja, as atividades festivas, muitas vezes, confundiam-se com o teatro. A civilização barroca é teatral, uma época de tipos que se estandartizam, no vestuário, nos gestos e até na linguagem⁶. Mas, ao contrário da “Commedia dell’Arte”, em que prevalecia a capacidade de improvisação dos personagens, a festa barroca era conduzida com o máximo de previsibilidade. Como o teatro, as festas possuíam um ritmo de *perpetuum mobile*, marcado pelo movimento frenético e sucessivo das cenas, “um balé ilusionista” como definiu Otto Maria Carpeaux⁷. Carpeaux descreve a atmosfera teatral da corte: “Cada entrada do rei, cada festa, do coroamento ao enterro, é uma representação solene. A corte é um balé ao redor do rei, e os movimentos desse balé são regulados pelas leis da etiqueta espanhola. Esta etiqueta é a muralha impermeável, pela qual o rei está separado de todos os outros homens. O rei barroco está colocado numa cena que é o ‘teatro

³ REVEL, Jacques. *A Invenção da Sociedade*. Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1990. p.109

⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Capítulos de Literatura Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1992. p.221.

⁵ FRANCASTEL, Pierre. *A Realidade Figurativa*. São Paulo: Perspectiva, pp.216-249.

⁶ FRANÇA, Eduardo de Oliveira. *Portugal na Época da Restauração*. São Paulo, FFLCH-USP, 1951. pp.38-43.

⁷ CARPEAUX, Otto Maria. “O Estado Barroco”. *Estudos Avançados*. 4/10, 1991. p.7-36.

mundi’, o ‘gran teatro del mundo’: o mundo gira em torno dele”⁸. A posição do rei, no centro da ação dramática, definia as hierarquias sociais, consagrando o pacto simbólico da realeza. A etiqueta dava os paradigmas da boa convivência na sociedade estamental, garantindo a ordem. Os menores gestos, as medidas, as distâncias, o ter ou não chapéu na cabeça, o sair de frente para o rei, as palavras, o tom com que elas deviam ser pronunciadas. Enfim a etiqueta barroca distribuía hierarquias

No caso ibérico e, mais especificamente, no português, não é possível afirmar que a festa pública tenha secularizado os seus motivos. Pelo contrário, o que se observa é a intensificação dos traços religiosos. A política do Padroado Régio e o projeto da reforma tridentina da Igreja Católica transformaram as festas públicas em eventos de popularização do catolicismo moderno, meio de difundir os sacramentos e o culto aos santos. Pode se dizer que nas festas públicas realizadas sob a iniciativa real a dimensão religiosa e o aspecto temporal se interpenetravam. Affonso Ávila⁹ sugere que a festa barroca na península ibérica concretizava o ideal de Estado Cristão, fusão dialética do temporal e do espiritual, onde a aliança entre o Estado e a Igreja era integrada em um rito piedoso e formal.

O relato da festa do Triunfo Eucharístico (ocorrida em 1733) fornece um exemplo desse procedimento ideológico: diz o autor que a publicação do panegírico confirma a missão histórica portuguesa, que consistia em “dilatar a Fé entre as gentes barbaras e remotas de todo mundo”¹⁰. Nada mais justo que em Vila Rica, em pleno “século da redenção”, fosse levantada a bandeira da “Cristandade Lusitana”, transformando suas ruas em um “Theatro da Religião”.

As festas portuguesas da época moderna caracterizavam-se por um padrão lúdico da experiência religiosa que se exprimia no primado dos sentidos e nas atitudes de exteriorização da fé. Foram estes os elementos que melhor se aclimataram à sociedade colonial, onde, por força da colonização, desaguiam tradições culturais (africanas e indígenas) que reforçaram o aspecto lúdico da vivência religiosa. Taunay observou o desconcertante arranjo entre o paganismo e o catolicismo escrevendo: “tudo isto formava a mais heterogênea e estrambótica associação...”¹¹.

⁸ *Idem, ibidem.*

⁹ ÁVILA, Affonso. *Resíduos Seiscentistas em Minas*, Belo Horizonte, Centro de Estudos Mineiros, 1967. p.14.

¹⁰ ÁVILA, Affonso. *Op. Cit.* p.159.

¹¹ TAUNAY, Affonso. “Aspectos da Vida Setecentista Brasileira...” In: *Annaes do Museu Paulista*. Tomo 1, São Paulo, 1922. p..343.

A historiografia sobre Minas enfatiza o aspecto fluido da sociedade nos primeiros tempos de desbravamento. Nas Minas haveria ainda maiores possibilidades de mobilidade social, do que resultaria uma formação social onde o valor pecuniário era um critério modificador da estrutura social herdada da metrópole. Lá prevaleciam os critérios discriminadores da “pureza de sangue”. O problema da tolerância com os indivíduos de cor nos cargos públicos foi um foco de atenção entre os conselheiros ultramarinos. Em 1725, D. João V proíbe os mulatos de serem eleitos vereadores e juizes ordinários e ordena que todos os candidatos a cargos deveriam ser brancos e casados com mulheres brancas¹². Um documento compilado por Lima Júnior refere se à questão nos seguintes termos:

“Ponderando o Conselho que, achando-se hoje, as vilas da Capitania das Minas Gerais, tão numerosas como se acham, e que sendo uma grande parte das famílias de seus moradores de limpo nascimento, era justo que somente as pessoas que tivessem essa qualidade fossem eleitas, para servir de vereadores e andar no governo. (...) porque se a falta de pessoas capazes fez a princípio necessária a tolerância de admitir os mulatos ao exercício daqueles ofícios, hoje, que tem cessado esta razão, se faz indecoroso que eles sejam ocupados por pessoas em que haja semelhante defeito”¹³

O historiador Russel Wood também destaca que estas proibições não levavam em conta a escassez crônica de candidatos para os cargos na Câmara e nas ordenanças. A partir da década de 1740, a ascensão dos nativos mestiços teria se tornado irrefreável¹⁴, e as autoridades metropolitanas oscilaram entre a repressão formal e a indiferença. Segundo Charles Boxer, a legislação que impedia os mestiços de ocuparem cargos públicos foi inútil, pois era “a riqueza e não a cor a permanecer como critério principal”¹⁵. Em 1733, o governador de Minas, Gomes Freire de Andrada, recebeu ordens para fazer um inquérito sigiloso sobre o número de negros e mulatos libertos ocupando postos nas milícias. Uma troca de correspondência entre o governador e a Coroa discutia as vantagens e desvantagens da concessão de alforrias¹⁶. Em 1759, o mesmo governador permitia que os cavaleiros mulatos tivessem o direito de usar espada à cinta¹⁷. Nas recomendações ao seu irmão, que viria a substituí-lo no governo, alertava: “as pessoas, que servem

¹² O problema da ascensão social dos indivíduos mestiços foi tratado por vários historiadores, entre eles : Augusto de Lima Junior, F.Teixeira Salles e Caio C. Boschi. O estudo de Caio C. Boschi, *Os Leigos e o Poder*, analisa o processo e revela as formas de controle e neutralização da “força mestiça”.

¹³ LIMA JUNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Itatiaia, 1978. p. 77.

¹⁴ SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*, Belo Horizonte, Universidade de Minas Gerais, 1963. pp.36.

¹⁵ BOXER, Charles. *A Idade do Ouro do Brasil*. São Paulo: Cia Nacional, 1969. p. 187.

¹⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. *Os Desclassificados do Ouro*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p.107.

¹⁷ BOXER, Charles. *Op. cit.* p. 187.

nas Camaras de Minas, são de hierarquia a que os sobe, ou abaixa o seu cabedal”¹⁸. As críticas mais contundentes ficaram expressas nas Cartas Chilenas, nas quais “Critilo” destila todo o seu preconceito em relação à ascensão social dos grupos nativos aos cargos públicos:

“Os postos, Doroteu, aqui se vendem,
E, como as outras drogas que se compram,
Devem daqueles ser, que mais os pagam.”¹⁹

“É também, Doroteu, contra a polícia
Franquearem-se as portas, a que subam
Aos distintos empregos, as pessoas
Que vem de humildes troncos. Os tendeiros,
Mal se vêem capitães, são já fidalgos;”²⁰

Algumas hipóteses quanto à inserção dos nativos na burocracia local foram levantadas pelo historiador Fritz Teixeira Salles. Em seus trabalhos avaliou que a conjuntura de apogeu da extração do ouro, entre 1720 e 1740, teria propiciado a ascensão de novos grupos sociais e, em particular, dos elementos mestiços. O auge da economia mineradora coincidiu com a multiplicação de irmandades e ordens terceiras, as quais, por sua vez, promoveram uma estratificação social calcada na diferenciação étnica. Os pré-requisitos para a admissão nos quadros das associações religiosas eram a origem étnica ou a categoria social dos postulantes. Um caso de litúgio ocorrido entre negros e brancos na Irmandade do Rosário do Alto da Cruz, em 1733, indica o aprofundamento da segmentação étnica naquele período. A Irmandade do Rosário do Alto da Cruz abrigava até então irmãos brancos e negros. Depois do conflito verificou-se a retirada dos irmãos brancos daquela associação que passou a ser uma entidade de negros²¹.

Mapeando as tensões sociais resultantes do processo de estratificação social é possível perceber as dificuldades de vigência das leis portuguesas na colônia. Sua aplicação criava ambigüidades típicas da sociedade escravista e que, no limite, apontam à formação de uma sociedade híbrida de estamentos e classes²².

¹⁸ ANDRADA, Gomes Freire de “Instrução e Norma...”, In: *R.A.P.M.* ano IV, 1899, p.730.

¹⁹ GONZAGA, Tomás Antonio. *Cartas Chilenas*. Introdução e notas de Afonso Arinos de Melo Franco, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. p. 210

²⁰ *Op. cit.* p. 250

²¹ SALLES, Fritz Teixeira. *Associações Religiosas noCiclo do Ouro*. Belo Horizonte, p. 34.

²² MELLO E SOUZA, Laura de. *Op. cit.* p. 147. Neste trabalho a historiadora sugere que a especificidade da formação social escravista estaria no fato dela se apresentar definida nos extremos, rigidamente hierarquizada na sua porção superior e inferior, mas mais fluida na camada intermediária.

Na literatura produzida pelas academias literárias mineiras aparecem os indícios dessa discussão em torno dos critérios de estratificação social vigentes. Duas concepções de nobreza surgem constantemente: a típica do Antigo Regime, baseada na tradição jurídica portuguesa, que excluía todos aqueles que não fossem descendentes de portugueses (brancos e católicos); e uma outra, mais ampla, ditada pelos requisitos do mérito pessoal, uma nobreza de espírito que não estaria referenciada na condição de nascimento, mas no talento individual. Alvarenga Peixoto deixou registrado, em versos, a defesa da meritocracia:

“A herdada nobreza
aumenta, mas não dá merecimento,
dos heroes a grandeza
deve-se ao braço, deve-se ao talento;
e assim foi que, acalcando seu destino,
deu leis ao mundo o cidadão de Arpino”²³

Compreender o sentido que adquiriu o privilégio hierárquico na sociedade colonial pressupõe reconhecer a herança da tradição ibérica, na qual, segundo Sérgio Buarque de Holanda, identificamos a existência, complementar e alternada, de um duplo critério: o do privilégio hereditário e o do mérito pessoal. Uma ambivalência cujo efeito mais perverso foi o desencontro entre a realidade e a legalidade. Explicando as mazelas de nossa cidadania, o historiador constatou que, na sociedade brasileira, as hierarquias nunca precisaram ser completamente abolidas para que se instituísse o princípio das competições individuais. Os novos grupos em ascensão jamais precisaram instituir uma nova escala de valores, mas adotaram o modo de agir e pensar das classes aristocráticas²⁴.

Conforme a legislação portuguesa, as festas públicas deveriam seguir um esquema cerimonial rígido. Em 1727, o governador D. Lourenço de Almeida recebia uma carta régia fixando o protocolo de precedência nas cerimônias e funções públicas. Em função de contínuos dissabores, a ordem régia prescrevia a seguinte ordem nas cerimônias públicas: os governadores deviam ficar à direita dos ministros políticos e à esquerda dos oficiais militares; os oficiais deviam assentar-se seguindo-se aos tenentes-generais, “guardando-se nisto a mesma ordem que sempre se praticou nas igrejas”²⁵.

²³ Alvarenga Peixoto “Canto Genetiliaco”. In: *Vida e Obra de Alvarenga Peixoto*, editado por Rodrigues Lapa, Rio de Janeiro, INL/MEC, 1960. p. 26.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Jose Olympio Editora, 1982.

²⁵ Agradeço ao colega Carlos Versiani a cópia do documento que pertence ao *Arquivo Público Mineiro*, códice 7, Ordem régia de 12/02/1727.

Nas instruções de Gomes Freire de Andrada para o governo da capitania recomendava-se o cuidado necessário com as formalidades no tratamento dos eclesiásticos: “fareis entrar cada um por sua vez na casa do docel, sendo preferidos e fazendo-os entrar primeiro, que vós entreis os ecclesiasticos...”²⁶; sugeria inclusive que o corpo da Câmara e os cônegos fossem acompanhados até “a escada e a porta que vai da casa dos tenentes generaes para os subalternos”²⁷. Nas advertências que “Critilo” faz ao despótico governador, o “Fanfarrão Minésio”, ele o acusa pela degradação dos costumes durante as cerimônias públicas:

“Em outro tempo, amigo, os homens sérios
Na rua não andavam sem florete;
Traziam cabeleira grande e branca,
Nas mãos os seus chapéus. Agora, amigo,
Os nossos próprios becas teem cabelo,
Os grandes sem florete vão à missa,
Com a chibata na mão, chapéu fincado,
Na forma em que passeiam os caixeiros.
Ninguém antigamente se sentava
Senão direito e grave, nas cadeiras
Agora as mesmas damas atravessam
As pernas sobre as pernas.(...)
Pois corre, Doroteu, à paridade,
Que os costumes se mudam com os tempos.
Se os antigos fidalgos sempre davam
O seu direito lado a qualquer padre,
Acabou-se esta moda: o nosso chefe
Vindica os seus direitos.”²⁸

Freqüentemente a quebra das regras de etiqueta resultava em conflito jurídico entre as autoridades locais, as quais requeriam a arbitragem real através de petições. A partir de uma perspectiva conservadora, as Cartas Chilenas procuram alertar quanto à necessidade do cuidado com a aparência exterior e comportamento dos governantes. Diz “Critilo”: “O gesto, mais o traje nas pessoas, faz o mesmo que fazem os letrados”²⁹. Em *Memórias do distrito diamantino* Joaquim Felício dos Santos notou que uma das mais aguerridas polêmicas do tempo dizia respeito aos perigos da etiqueta, que deveria ser observada sob pena de incorrer em crime de

²⁶ “Instrução e norma que deu o conde de Bobadela a seu irmão...”, In: *R.A.P.M.*, IV, p. 729.

²⁷ “Instrução e norma que deu o conde de Bobadela a seu irmão...”, *Op.Cit.* p. 732.

²⁸ GONZAGA, Tomaz Antonio. *Cartas Chilenas*, p. 205.

²⁹ GONZAGA, Tomaz Antonio. *Op.Cit.*, p. 15.

lesa-civilidade³⁰. O comportamento em público deveria servir à sinalização das diferenças de classes. Tudo concorria para que a exibição visual se confundisse com a posição na estrutura social. Não sem motivo, uma das reivindicações dos inconfidentes de 1789 era a democratização do uso de sedas e cetins³¹. Nos autos de devassa ficou documentado o desejo de abolir as leis indumentárias:

“(...) que os nobres não haviam de vestir senão das fazendas próprias do paiz, e que os de inferior qualidade vestiriam das que quizessem, e deixava-se-lhes esta liberdade na esperança de que estes seguiriam o exemplo daquelles...”³².

Uma petição dirigida ao Rei, em 1774, assinada pelo provedor da Fazenda juntamente com o ouvidor e o intendente de Vila Rica, registra a acusação de transgressão da lei cerimonial cometida pelo governador Antonio Carlos Furtado de Mendonça, durante a novena de Nossa Sra. da Conceição, realizada na Igreja de Antonio Dias. Segundo o documento, o governador teria determinado a mudança do ritual litúrgico, obrigando o padre a incensar o seu próprio filho, o que rompia com a ordem de precedência tradicional. Os clérigos acusavam o governador de intervir em assuntos de jurisdição exclusiva da Igreja:

“Não obstante aquellas Sagradas determinaçoens de V. Magestade procurou o sobredito governador, com os factos expostos dezattender-nos, e aniquilar o decoro que nos he devido, e isto em hua materia das cerimoniaes da Igreja, em que elle não tem a menor jurisdição, e em senão devera intrometter...”³³.

Os magistrados preocuparam-se em justificar a interrupção das visitas à casa do governador, alegando que o gênio ardente e imoderado do mesmo já teria causado sucessivas “dezações” públicas. Receando os perigos a que se viam expostos com a quebra dos costumes, invocavam inúmeras leis e ordens régias que prescreviam “na forma de estilo” os procedimentos do cerimonial. Consideraram uma transgressão formal da lei o fato de o governador ter tomado o lugar da Câmara diante do pátio nas procissões do Corpo de Deus. As disputas de

³⁰ SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976. p. 85.

³¹ Em artigo “1789: A Idéia Republicana e o Imaginário das Luzes”, a Profª.Dra. Maria Lúcia Montes mostrou a síntese perversa e paradoxal que as concepções políticas iluministas sofreram em Minas na época da inconfidência. O projeto político dos inconfidentes não ampliava a cidadania. A ilustração à brasileira continuava concebendo a ordenação da vida social e política de forma a que a *diferença* - e não a *igualdade* - parecesse um dado *da natureza*, daí a indistinção entre liberdade e privilégio (texto apresentado no seminário realizado pela Fundação João Pinheiro em Belo Horizonte, maio de 1992). A nota procura relativizar o impacto das idéias de democratização do vestuário.

³² *Autos de Devassa da Inconfidência Mineira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação/Biblioteca Nacional, 1937. vol. IV, p.171.

³³ “Violencia de um governador” (1774) *R.A.P.M.* vol VI, 1901, pp.185-188.

precedência nos cerimoniais públicos trazem à tona as tensões entre as autoridades metropolitanas e eclesiásticas. Nas Cartas Chilenas encontra-se referência aos “maus modos” do governador em relação ao Bispo:

“Chega enfim o dia suspirado,
O dia do festejo. Todos correm
Com rostos de alegria ao santo templo,
Celebra o velho Bispo a grande missa,
Porem o sábio chefe não lhe assiste
Debaixo do espaldar, ao lado esquerdo:
Para a tribuna sobe e ali se assenta”³⁴

Mesmo não sendo religiosamente cumpridas, as regras de etiqueta eram motivo de preocupação das autoridades. Em 1820, um requerimento enviado à Secretaria d’Estado dos Negocios do Reino notificava que o Juiz de Fora de Vila Rica teria deixado de observar as regras básicas de etiqueta, abstendo-se de acompanhar o governador e a Câmara até a saída da capela de Nossa Sra. do Carmo durante as festividades³⁵.

* * *

Os documentos apresentados neste trabalho fornecem pistas para a investigação do processo de estratificação social ao longo do século. Como fluidez e hierarquia se articulavam na sociedade mineira setecentista ? Os conflitos em torno das regras de etiqueta nos cerimoniais públicos revelam o processo de ascensão social de grupos nativos. Os critérios da cor, da riqueza e da honra procuravam definir uma estrutura social num meio movediço e em permanente ebulição social.

Reconstruir o universo das regras de etiqueta na sociedade mineira colonial significa compreender a prática cotidiana dessa etiqueta tirana, incumbida de marcar distâncias sociais, diferenciar costumes, regulamentar o porte de jóias de ouro e prata, controlar o uso dos tecidos e das rendas bordadas, induzir o escravo a andar a pé e descalço e fazer com que o branco, mesmo criado, nunca carregasse embrulhos na rua, mas se fizesse seguir por um negro de ganho³⁶.

³⁴ GONZAGA, Tomaz Antonio. *Op.Cit.*, p. 203.

³⁵ R.A.P.M. “Sobre honras a que tem direito nas solemnidades publicas o Governador e Capitão General”. vol IX, pp. 579-580.

³⁶ BASTIDE, Roger. “Estudos Afro-brasileiros” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, xcvi, 1944.

ARTIGO

HISTÓRIA URBANA DE MARIANA: PRIMEIROS ESTUDOS**CLÁUDIA DAMASCENO FONSECA****Mestranda - UFMG**

Este artigo é resultado de pesquisa em andamento sobre a gênese e a transformação da paisagem urbana de Mariana, desenvolvida no Programa de Mestrado em Geografia Humana da Universidade Federal de Minas Gerais.

O objetivo da pesquisa é explicar a configuração atual da cidade de Mariana, a razão, o significado de determinadas formas urbanas verificadas, o porquê da permanência de alguns elementos e da descaracterização ou supressão de outros. As respostas para essas questões deverão ser encontradas através da consideração dos dinamismos sócio-culturais da cidade, do estudo de sua evolução e das etapas de seu desenvolvimento.

Para que se possa reconstituir a história do *espaço*, das formas urbanas de Mariana, é necessário recorrer a fontes diversas, sendo que as cartográficas, assim como outras formas de representação do espaço, são particularmente importantes.

1. CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Este tipo de estudo pode ser classificado tanto como História Urbana, quanto como Geografia Histórica Urbana ou “Geografia Urbana Retrospectiva”, como no caso do célebre ensaio de Aroldo de Azevedo¹. De fato, tendo o *espaço* como o objeto que é analisado em relação à variável *tempo*, a pesquisa pode se inserir tanto no seio da História, quanto da Geografia, uma vez que as interfaces

¹ AZEVEDO, Aroldo de. “Vilas e cidades do Brasil colonial: ensaio de geografia urbana retrospectiva.” In: *Anais da Associação Brasileira de Geógrafos*. vol. IX, tomo I, pp. 83-168. 1957.

entre as duas são extensas e precariamente definidas². Portanto, mais importante que tentar enquadrar este estudo dentro dessa ou daquela área do conhecimento, é procurar definir melhor seu objeto e seus métodos.

A propósito de uma definição de história urbana, de seu objeto, Maria Stella Bresciani escreveu:

“Nada mais definido e aparentemente mais ambíguo em termos conceituais do que a palavra cidade. A permanência material no tempo faz com que os aglomerados humanos possam remontar através de seus resíduos arqueológicos até, por que não, às primeiras aglomerações de moradias. As noções de abrigo e de defesa conjugam-se na imagem da arte/astúcia do homem vencendo os obstáculos para assegurar sua existência frágil num ambiente decididamente hostil (...)”.

“A opção pela idéia de uma vida urbana diferenciada da vida do campo coloca em destaque a noção de *artifício*, da arte do homem distinguindo-o definitivamente dos outros seres do mundo animal, e remete para a concepção de *arte* como transposição de uma idéia em uma *obra*, como algo intrínseco ao campo da racionalidade e da industriabilidade. Esta opção orienta várias vertentes de estudos historiográficos e urbanísticos que acompanham a *permanência* e a *transformação* das cidades através dos tempos”.

“Esses estudos podem focalizar a vida política, a corte, as instituições públicas e seus edifícios, o mercado e a vida comercial, buscando definir aquilo que chamamos de espaço público e lugar de sociabilidade; podem também privilegiar as atividades econômicas e suas configurações geograficamente sediadas nas cidades, refazendo a rede urbana e a regionalização em torno dos centros econômicos em suas trocas com o mundo agrícola. Podem, ainda, uma vertente adotada sobretudo por urbanistas, recortar as *formas* urbanas desde as aglomerações mais primitivas, orientando-se pelas coordenadas do espaço e da técnica.(...) Em todos a noção de crescimento evolutivo ou de desenvolvimento constitui o pressuposto teórico que faz com que a(s) cidade(s) seja(m) considerada(s) um fato histórico, sempre o mesmo, um fenômeno cujas transformações (materialidade e função) constituem o objeto de pesquisa dos estudiosos.”³

² FERRO, Gaetano. *Sociedade Humana e Ambiente no tempo; temas e problemas da Geografia Histórica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

³ BRESCIANI, Stella. “Permanência e ruptura no estudo de cidades.” In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (org.) *Cidade e História - Anais do Seminário de História Urbana*. Salvador, 1992. p. 11.

Raquel Rolnik também procurou definir e delimitar o objeto desses estudos. Para ela, o ponto fundamental que articula a especificidade da *História Urbana*, o que a distingue da *história das civilizações urbanas* ou das histórias *na cidade*, é o seu foco sobre a *configuração espacial*, sobre as mudanças físicas verificadas na cidade ao longo do tempo:

“Reconhecer esta especificidade pode significar, dentro de uma leitura do processo de transformação ou da temporalidade, reconhecer um certo papel do espaço dentro desse processo... (...) Quando a variável espaço entra na história, coloca-se uma questão ao mesmo tempo teórica e metodológica. Porque o espaço, a configuração física, esta materialidade é uma *variável histórica* e uma *variável teórica*. *Porque o espaço pode ser uma fonte, da mesma forma que um arquivo... (...) ele funciona como uma fonte na medida em que se lê, na história da organização do espaço da cidade, as formas de organização do trabalho, as formas de relação social, etc.* (grifos nossos).

A cidade, por excelência, produz e contém documentos, ordens, inventários. Isso caracteriza historicamente o seu processo de formação. A arquitetura urbana também cumpre esse papel de escrita, de texto, que se lê da mesma maneira que se lê um processo, um relato de um viajante. O espaço é, portanto, uma fonte, uma das fontes essenciais ou um tipo de notação fundamental para quem trabalha com história urbana.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista teórico, em que se trabalha com essa questão do urbano em transformação e em movimento, existe uma idéia para além de funcional entre os homens e os grupos sociais e esse espaço. A noção que se pode usar para se tentar pontuar essa questão é a noção de território, ou de territorialidade.”⁴

Para a autora, esta noção de território se contrapõe à de espaço abstrato: o território é o espaço real vivido, ele depende do sujeito para existir. As relações entre os indivíduos configuram-se espacialmente, e a cidade se constitui dessas relações, que não são puramente formais:

“Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção dessa territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar onde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de

⁴ ROLNIK, Raquel. “História urbana: história na cidade?” In. FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. de F. (org.) *Cidade e História - Anais do Seminário de História Urbana*. Salvador, 1992. p. 27.

memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que seu grupo teve, e que a história de seu grupo naquele espaço teve.”⁵

Segundo Rolnik, portanto, a arquitetura e o espaço urbano, ao mesmo tempo em que se constituem registros históricos concretos, estão carregados de aspectos subjetivos, de valores, de memória, de teorias, de ideais.

Mas, estas duas formas correlatas de encarar a cidade, em 1938, já eram desenvolvidas por Lewis Mumford:

“A cidade é um fato natural, da mesma forma que uma gruta, um ninho, um formigueiro. Mas ela é também uma obra de arte consciente que engloba, numa estrutura coletiva, numerosas formas de arte mais simples e mais individuais. O pensamento toma forma na cidade; e as formas urbanas, por sua vez, condicionam o pensamento. O espaço, assim como o tempo, são de fato engenhosamente reorganizados dentro da cidade; nas linhas e nos desenhos das muralhas, na disposição dos planos horizontais e de edifícios verticais, na utilização ou na descaracterização das formas naturais...(...) A cidade é um instrumento *material* de vida coletiva ao mesmo tempo que um *símbolo* desta comunidade de objetivos e de acordos, nascida em circunstâncias tão favoráveis. Ao lado da linguagem, ela é talvez a maior obra de arte do homem”.⁶ (grifos nossos)

Do mesmo modo, nesta pesquisa, procuramos analisar a história das formas urbanas de Mariana segundo duas abordagens complementares, baseadas no modo de análise urbana proposto por Aldo Rossi.

A) A cidade como Artefato

“a forma de uma cidade é sempre a forma de uma época da cidade, e na forma de uma cidade, numerosas épocas coexistem”⁷

Esta primeira abordagem desenvolvida por Rossi vê a cidade como uma *variável histórica*, um fato concreto, como um “artefato” que se constrói ao longo do tempo e que conserva traços de suas fases anteriores, mesmo se de maneira descontínua.

⁵ ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*, p. 28.

⁶ MUMFORD, Lewis. “The Culture of Cities.” Apud ROSSI, Aldo. *L'Architecture de la Ville*. Paris: L'Équerre, 1991. p. 250.

⁷ ROSSI, Aldo. *Op. cit.* p. 50

Pela consideração desse espaço concreto, dos traços e vestígios que subsistiram de outras épocas e pela consulta de outras fontes históricas - epigráficas, bibliográficas, iconográficas - é possível reconstruir diversas “geografias do passado”, descobrir *como* se deu a construção das formas urbanas de Mariana através do tempo, estabelecendo uma periodização de sua evolução.

Este modo de análise urbana é fundado numa pesquisa dos conteúdos sociais e na observação científica e baseia-se, principalmente, nos trabalhos dos geógrafos-historiadores franceses Marcel Poëte, Pierre Lavedan e Jean Tricard.

A teoria de Poëte e de Lavedan, seu seguidor, está construída em torno do “fenômeno das permanências”. Segundo essa teoria, as cidades crescem, modificam-se, mas os motivos originais de seu aparecimento ficam inscritos na sua construção. Elas conservam seu “*locus*” e continuam a se conformar a orientações e sentidos determinados por “*fatós urbanos*” (elementos formais da cidade - traçado das vias, edifícios - que persistem no meio de um conjunto em transformação) mais antigos. A permanência mais significativa é a do plano da cidade, das ruas, que persistem sob diferentes fachadas. A persistência de edifícios públicos e monumentos também é importante, na medida em que esses elementos agem como polarizadores e condicionantes de expansões e modificações na trama urbana.

O estudo da morfologia urbana, a teoria das permanências e a consideração dos fatores geográficos são etapas em direção ao conhecimento da estrutura, do *significado* da forma da cidade. Mas, para Tricard, os estudos urbanos devem partir não da descrição morfológica, mas dos *conteúdos sociais*. A questão da propriedade da terra urbana é fundamental para a compreensão da gênese e do crescimento da cidade e está diretamente ligada às influências sociais e históricas. A formação e evolução dos traçados dos lotes, antes de participarem na determinação das tipologias arquitetônicas e, conseqüentemente, da constituição da paisagem urbana, contam a história dos proprietários da terra, das classes às quais o desenvolvimento da cidade esteve estritamente ligado.

Sabe-se que, no período colonial, as instituições Igreja e Estado eram umbilicalmente ligadas, e suas atribuições até se confundiam:

“(...) o rei muito legitimamente entrava na instituição e organização do governo eclesiástico. Além disso, conforme o regime político, os bispos, por seu lado, intervínham em matérias temporais e civis...”⁸

A questão do traçado urbano e o aspecto fundiário nos núcleos brasileiros do período colonial são resultado dessa parceria institucional. Entretanto, em Mariana, nos estágios embrionários de arraial de Nossa Senhora do Carmo, (assim como em outras aglomerações de mineradores), a ação da Igreja, no que diz respeito às regulamentações urbanísticas, foi muito mais determinante do que a do poder civil. Suas constituições eram bastante rígidas e explícitas, quanto à localização dos edifícios religiosos, exigindo recuos laterais e frontais, origem dos largos e praças que estruturavam o espaço urbano. Os terrenos junto aos edifícios e capelas eram muitas vezes aforados aos interessados em habitar próximo a eles, o que significava maiores recursos para a conservação dos templos e, até mesmo, justificava sua construção naquele local, pois, segundo a constituição 693 do Arcebispado da Bahia, estes nunca deveriam ser erguidos “*em lugares ermos, desabitados*”.⁹

Quando da elevação da vila à categoria de cidade, essa atuação *conjunta* pode de fato se verificar. Na construção da nova estrutura urbana para receber a sede do Bispado, a ação do Estado se deu mais explícita e objetivamente, enquanto que a Igreja continuava impondo suas condições. Pela Ordem de 2 de maio de 1746, o rei concedia terras

“ para se fazerem casas conforme a planta com frente para a rua e quintais no fundo, elegendo-se sítio para praça espaçosa, demarcando-se ruas, que fiquem direitas, com bastante largura sem atenção a conveniências particulares, ou edifícios, que contra esta ordem se acham feitos no referido sítio dos pastos; porque se deve antepor a formosura das ruas, e cordeadas estas, se demarquem sítios, onde se edifiquem os edifícios públicos...”¹⁰

Por sua vez, o primeiro bispo de Mariana, Dom Manuel da Cruz, não satisfeito com o aspecto da cidade, envia carta às autoridades civis, exigindo melhoramentos e ampliações da estrutura urbana:

“Esta cidade está muito no seu princípio e para as ruas novas que se vão fazendo e que são muitas tem vindo ordem de S. Maj. para serem bem reguladas; e como aqui

⁸ VASCONCELLOS, Diogo. *História do Bispado de Mariana*. Belo Horizonte: Biblioteca Mineira de Cultura, 1935.

⁹ MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: Terra de Quem?* São Paulo: Edusp/Nobel, 1991. p. 40.

¹⁰ VASCONCELLOS, Diogo. *Op. cit.*, p. 26

corriam várias demandas a respeito de águas e de datas de terras vizinhas à cidade em que se querem fazer ruas, mandou S. Maj. nesta Frotta se remetessem as tais demandas para Lisboa, para lá se resolverem; peço a V. Revma. proteja tudo o que for para aumento dessa cidade; pois nela mostra S. Maj. ter gosto pelas apertadas ordens que tem mandado para este efeito”.¹¹

Segundo Waldemar de Moura Santos, o bispo

“inspirou, exigiu e obteve a aprovação do plano de toda a parte urbana da cidade, que, segundo opinião de historiadores de nota, foi discutido e sabiamente orientado pelo dinâmico bispo”.

B) A cidade como “*locus*” da imaginação e da memória coletivas

“A História é o campo de batalha onde os homens tentam penosamente fazer coincidir o mundo novo com as imagens exaltantes que os incitaram a modificar o mundo antigo”¹²

A segunda abordagem histórica proposta por Rossi também leva em conta a estrutura material da cidade, mas se preocupa fundamentalmente com a visão da cidade como uma *síntese de um conjunto de valores*, como o “*locus*” da memória e da imaginação coletivas:

“Ao mesmo tempo em que os fatos se inscrevem na memória, fatos novos aparecem e se constituem como formas na cidade. É desta maneira concreta que as idéias atravessam a história da cidade, imprimindo-lhe a sua forma”¹³

Através desta abordagem, procuramos determinar as idéias, os “*pensamentos subjacentes às atividades humanas*”¹⁴ que modificaram ou preservaram elementos e formas de Mariana, em busca da *cidade ideal*. Para explicar sua paisagem atual é necessário levar em conta os valores, motivações e teorias que estiveram por trás de cada atitude, de um passado remoto ou no presente, que procurou construir ou descaracterizar seus elementos.

¹¹ SANTOS, Waldemar de Moura. *Lendas marianenses*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1967. p. 99.

¹² STAROBINSKI, Jean. Apud. PIMENTEL, Thais Velloso C. *A Torre Kubitschek; Trajetória de um Projeto em 30 Anos de Brasil*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, 1993.

¹³ ROSSI, Aldo. *Op. cit.* p. 171.

¹⁴ GUELKE, Leonard. “Uma alternativa idealista na Geografia Humana.” In: CHRISTOFOLETTI, A. *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1985. Cap. 9. pp. 195-212.

Para Rossi, a cidade, vista como arquitetura, possui dois componentes essenciais: a área residencial e os elementos “singulares” ou “primeiros”, que são os logradouros públicos e os edifícios que funcionam como nós de agregação e polarização, que participam de forma permanente na evolução da cidade. Os elementos singulares podem ou não coincidir com aqueles considerados *monumentos*, pois estes são pontos fixos dentro da dinâmica urbana, são mais fortes que as leis econômicas, enquanto que os elementos singulares não o são de forma imediata. Somente alguns deles chegarão a ter o valor de monumentos, seja devido ao seu valor intrínseco, seja devido a uma situação histórica particular.

Essa questão, portanto, diz respeito, diretamente, à questão da viabilidade da preservação do patrimônio histórico: um determinado elemento formal da cidade só se torna monumento, e permanece como tal, se estiver relacionado à história, à vida e às aspirações e necessidades da comunidade, e é fácil perceber como tem sido difícil acomodar satisfatoriamente “estilos de vida” modernos¹⁵, novas formas de lazer e de habitação nos espaços das cidades históricas.

“(…) é possível pensarem-se os processos de transformação a nível político, os processos de transformação a nível estético ou os processos de transformação a nível econômico numa perspectiva de história urbana(…)”.

“Vários trabalhos adotam essa perspectiva quando mapeiam agentes sociais e políticos e seus movimentos de produção e transformação. E, na hora de mapeá-los, referenciam-se às configurações, às materializações ao longo do espaço. Ao mesmo tempo em que se faz a história do pensamento urbanístico, faz-se também a ponte entre uma história de mentalidades e as territorialidades formuladas. São territorialidades vividas em territorialidades concretas e existentes; ao mesmo tempo, também são imagens projetivas que se descolam do real e se apresentam enquanto projeto.”¹⁶

As intenções e valores, individuais e coletivos, as teorias sobre a cidade e as diferentes percepções do espaço e de suas potencialidades, em cada época, orientaram as ações, empreendidas pela população ou pelas instituições. Estas são informações essenciais para que se possa apreender o significado das formas urbanas de Mariana, e também podem ser lidas nos documentos escritos, desenhados e cartografados, executados ao longo do tempo. Mas, segundo Leonard Guelke,

¹⁵ A esse respeito, ver FISCHER, Mônica. *Mariana: Os Dilemas da Preservação Histórica num Contexto Social Adverso*. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1993. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Urbana)

¹⁶ ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*, p. 29.

“(...) a paisagem cultural, como um registro da atividade humana sobre a terra, propicia um guia inestimável para se compreender os valores das pessoas que o elaboraram. Esse registro é mais valioso do que questionários ou respostas subjetivas fornecidas, porque ele é um registro de ação, não simplesmente de intenção. Ele espelha as prioridades políticas, econômicas e sociais das sociedades que o criaram, indo além da retórica política e institucional”.¹⁷

Em síntese, o que se pretende na pesquisa é, por um lado, conhecer a forma pela qual a cidade de Mariana foi se construindo *concretamente*, é determinar a seqüência da criação de ruas, bairros, da construção de igrejas e edifícios públicos. Estas informações objetivas podem ser colhidas diretamente de *fontes históricas* - bibliográficas, cartográficas, iconográficas - e comparadas à realidade atual, permitindo verificar as permanências e as transformações de elementos formais da cidade.

Por outro lado, a análise desses mesmos documentos nos auxilia a recuperar um aspecto ainda menos evidente de sua história urbana: a *razão*, o *porquê* dessas determinadas formas. Sabe-se que, dentro do panorama das aglomerações coloniais mineiras, Mariana apresenta alguns aspectos formais bastante peculiares. Somente o fato de ter sido construída segundo um traçado regular, já no século XVIII, em oposição à trama urbana espontânea do arraial primitivo, torna a cidade merecedora de um estudo mais aprofundado do que os que foram realizados até o presente. Que *ideais* urbanísticos de ordem, de higiene, de tradição ou de modernidade guiaram as intervenções verificadas em Mariana, em cada época de sua evolução?

Determinar esses valores subjetivos - lê-los nas entrelinhas dos textos, na concepção formal e funcional de um plano urbanístico, nas cores e nos elementos colocados em destaque nas representações cartográficas e pictóricas - ou seja, as percepções, teorias e intenções, de ordem prática ou estética, de quem executou essas representações, parece ser uma tarefa mais árdua, e talvez mais questionável do que a primeira, na medida em que se constitui, em muitos casos, em uma interpretação pessoal do pesquisador. Mas, para enfrentá-la, com embasamento e argumentações consistentes, contamos, mais uma vez, com o auxílio da História -, das Mentalidades, das Artes, do Pensamento Urbanístico.

¹⁷ GUELKE, Leonard. *Op. cit.*

2. FONTES HISTÓRICAS UTILIZADAS

Existe um número razoável de obras que tratam, direta ou indiretamente, de aspectos da história urbana de Mariana. A cidade mereceu, também, vários registros cartográficos, pictóricos e fotográficos, em épocas diversas.

Isso se deve, evidentemente, à posição de destaque que a cidade ocupou, em seus primórdios, como a principal vila da Capitania e, principalmente, como sede do novo Bispado criado para Minas Gerais, razão pela qual se deu, em 1745, a elevação da Vila de Nossa Senhora do Carmo à categoria de Cidade de Mariana. Mas o número significativo de relatos existentes é devido, também, ao esforço de vários historiadores, muitos deles nascidos em Mariana ou em cidades próximas. Entre outros, citamos Augusto de Lima Júnior, Waldemar de Moura Santos, Diogo e Salomão de Vasconcellos. Este último dedicou alguns de seus volumes à história dos templos, ruas e edifícios públicos da cidade. A obra do cônego Raimundo Trindade, “Instituições de Igrejas no Bispado de Mariana”, também é de grande utilidade nesta pesquisa, auxiliando a desvendar questões de localização e do patrimônio fundiário dos templos erigidos na cidade.

A) Fontes bibliográficas

O levantamento das fontes históricas bibliográficas foi realizado no Arquivo Público Mineiro, na Seção Mineiriana da Biblioteca Pública de Belo Horizonte, na biblioteca da 7a D. R. da Fundação Nacional Pró-Memória - IPHAN, em Belo Horizonte, no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana e no Centro de Documentação do Laboratório de Pesquisa Histórica do ICHS (Instituto de Ciências Humanas e Sociais), em Mariana.

Segundo o objetivo e a profundidade de seus conteúdos, essas fontes podem ser classificadas da seguinte forma:

- Obras sobre a História de Minas Gerais, ou de todo o Bispado de Mariana, que fazem referências a aspectos formais da cidade;
- obras que tratam da história social e econômica de Mariana, fazendo referência a seus aspectos formais;
- obras que tratam *especificamente* de aspectos formais da cidade;
- obras literárias que citam ou descrevem a paisagem urbana e “sentimental” da cidade.

A lista acima indicada reúne apenas as *fontes secundárias*. Além destas, foram levantadas, também, fontes primárias impressas de extrema importância nesse estudo, e que deverão ser analisadas, como os relatos descritivos e críticos dos viajantes do século XIX, as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, que regulamentavam rigidamente a construção de capelas e igrejas no período colonial, principalmente quanto à sua localização e implantação, ou as “Posturas da Câmara da Vila do Carmo (1725/1789)”.¹⁸

Sabemos do amplo leque de informações valiosas, relativas a construções, embelezamentos e melhoramentos urbanos, aspectos fundiários e outros, que interessam sobremaneira a esse estudo, e que podem ser encontradas na enorme quantidade de *fontes primárias* não impressas existentes no Arquivo da Câmara Municipal de Mariana¹⁹ (que se encontra hoje no ICHS), no Arquivo Público Mineiro e em outras instituições.

Alguns desses documentos são citados nas obras de historiadores acima referidas. Entretanto, tendo em vista o pequeno tempo disponível para esta pesquisa, não podemos ter a pretensão de consultar todas as fontes existentes, que são realmente numerosas. Somente o Arquivo da Câmara de Mariana compreende aproximadamente 600 códices ou livros²⁰, que ainda não foram totalmente organizados e que são de difícil leitura, muitos documentos apresentando avançado estado de deterioração. Fica claro, portanto, que esta pesquisa não pretende esgotar o assunto, que deverá ser retomado em estudos posteriores.

B) Fontes Cartográficas

Segundo José Honório Rodrigues,

“É com a cartografia do século XVIII que se inaugura uma nova fase. Ela deixa de ser obra de pilotos e descobridores para tornar-se obra científica de exploradores. As figuras centrais desta reforma são os padres Diogo Soares e Domingos Capassi (...) A obra científica iniciada pelos dois sábios jesuítas vai ser continuada pelos exploradores e demarcadores de limites, de regra engenheiros, matemáticos, geógrafos e astrônomos”.²¹

¹⁸ POLITO, Ronald (org.). *Guia e tipologia dos documentos de Mariana*. Separata. Laboratório de Pesquisa Histórica do Dep. de História do ICHS/ UFOP, Mariana, 1989.

¹⁹ POLITO, Ronald. *Op. cit.*

²⁰ POLITO, Ronald. *Op. cit.*, p. 7.

²¹ RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Apud. TOLEDO, Benedito Lima de. *O Real Corpo de Engenheiros na Capitania de São Paulo*. São Paulo, João Fortes Engenharia, 1981. p. 36

A necessidade de se precisar os limites entre o Brasil e as terras pertencentes à Coroa espanhola fez com que Portugal enviasse à colônia, a partir de 1729, expedições de cartógrafos e engenheiros militares, “*cujos trabalhos, de grande rigor científico para a época, abriram uma nova era na cartografia brasileira e serviram, em boa medida, de fundamento para a celebração do famoso tratado de Madri, em 1750.*”²²

A ação desses engenheiros militares não se limitou, entretanto, aos levantamentos e às expedições demarcatórias. Suas atribuições eram bastante diversas, e incluíam projetos arquitetônicos e urbanísticos. Um desses profissionais, o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, atuou bastante em Minas Gerais, tendo trabalhado em Ouro Preto, em várias obras, e também no Rio de Janeiro, onde projetou o Pátio do Carmo, atual praça XV. E, mais importante nesse estudo foi a execução por Alpoim da planta nova da cidade de Mariana, encomendada pelo rei em 1745, para que a sede do novo Bispado tivesse uma aparência digna do nome da rainha - regular, ordenada, bastante diferente do arraial decadente, arruinado e castigado pelas inundações do Ribeirão do Carmo, segundo relata Diogo de Vasconcellos.²³

Caio Boschi cita as referências de um plano conservado no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que talvez se trate daquele primeiro plano executado por Alpoim, a “*Planta em que se mostra a obra a fazer para evitar a inundação das ruas da cidade de Mariana pelo rio que ali corre*”.²⁴

A busca pelos documentos cartográficos foi realizada em instituições de Minas e outros estados: Arquivo Público Mineiro, Instituto de Geografia Aplicada -IGA e Arquivo do IPHAN (7^a D. R.), em Belo Horizonte; Arquivo da Casa Setecentista, em Mariana; Mapoteca do Itamaraty e Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro.

Até o momento, os planos urbanos da cidade que puderam ser localizados e reproduzidos são os seguintes:

- “Plãta de Mariana” - fim do séc. XVIII, escala aproximada de 1/1500 (Arquivo Histórico do Exército, RJ.):

²² TOLEDO, Benedito Lima de. *Op. cit.* p. 16

²³ VASCONCELLOS, Diogo de. *Op. cit.* p. 25

²⁴ BOSCHI, Caio. *Fontes primárias para a história de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979, p. 49

- “Mappa de Mariana” - período entre 1796-1803, mapa pictórico e arquitetônico, sem escala (Mapoteca do Itamaraty, RJ.);
- “Município de Mariana” - 1921, escala aproximada de 1/20.000 (“Álbum Chorographico de Minas Gerais”, IGA, BH);
- “Planta Cartográfica da Cidade de Mariana” - 1920, escala aproximada de 1/1500 (Arquivo da Casa Setecentista, Mariana);
- “Município de Mariana” - 1939, escala 1/100.000 - inserto “Mariana” e seus distritos, escala 1/20.000 (Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte)
- “Planta Cadastral de Mariana” - 1974, escala de 1/2000, 1/4.000 e 1/10.000 (IPHAN/ Prefeitura Municipal de Mariana/ Fundação João Pinheiro);
- “Mariana” - 1990, escala de 1/5000 (CEMIG- Prefeitura Municipal de Mariana).

A análise dos planos urbanos da cidade, executados em diferentes épocas, é extremamente importante nesta pesquisa. Ela auxilia, por um lado, a completar e confirmar dados bibliográficos referentes à ocupação das ruas, à construção de edifícios, permitindo executar mapas-síntese que refletem a realidade das formas urbanas da cidade em cada fase de sua história. Por outro lado, trata-se de documentos que refletem também visões subjetivas da cidade, percepções de espaço bastante diferenciadas. Algumas vezes são indicados elementos formais de maneira idealizada, refletindo uma intenção em adotar certos modelos urbanísticos que nem sempre puderam ser concretizados na cidade. Em alguns casos, portanto, as formas representadas não correspondem à realidade objetiva, mas às imagens projetivas de quem executou o documento.

Um exemplo disso é o mapa militar mencionado acima. Nele, as ruas são de uma ortogonalidade perfeita, algumas quadras de mesmas dimensões e formas, os traçados dos lotes são regulares e simétricos, aspectos que, em sua maioria, não estão de acordo com o que se construiu verdadeiramente na cidade, talvez, no caso das ruas, por dificuldades técnicas de realizar medições e alinhamentos.²⁵

Segundo Nestor Goulart Reis Filho, no fim do século XVII e na primeira metade do século XVIII, o governo português adotou uma série de procedimentos

²⁵ SERRA, Geraldo. *O Espaço Natural e a Forma Urbana*. São Paulo: Nobel, 1987. (Coleção Espaços)

para fundação de vilas e cidades no Brasil, que foram consolidados no período Pombalino,

“... de modo a constituir uma linha de suporte técnico para uma sólida política urbanizadora. (...) A implantação dessa rede de vilas obedeceu a determinados padrões de regularidade, que permitiam atender a objetivos simultaneamente civis e militares.”²⁶

Segundo o autor, nas “Cartas de Criação de Vilas” que eram elaboradas, prescreviam-se normas para o traçado de ruas, praças, para os traçados dos lotes dentro das quadras e mesmo para a construção dos edifícios:

“No exemplo ideal, os edifícios tinham todos a mesma altura, as mesmas dimensões de portas e janelas e os mesmos tipos de ornamentos, como se fossem partes de um edifício maior.

Assim, as normas de controle estabelecidas pela administração pombalina não se limitavam às regularidades de traçado da arquitetura e do sistema viário. Em alguns casos, levavam à formação de conjuntos urbanos, cuja importância ainda não foi devidamente reconhecida”.²⁷

Portanto, da mesma forma que em algumas outras cidades da colônia, os alinhamentos harmônicos de fachadas em Mariana, dos quais o autor da “planta do Itamaraty” parece tanto se orgulhar, devem ter sido um produto das regulamentações urbanísticas portuguesas, da procura por uma *cidade ideal*, regular, ordenada.

C) Outras fontes iconográficas

Além das cartográficas, existem outros tipos de representação do espaço de Mariana que constituem, também, documentos valiosos, tanto para se conhecer a forma concreta que a cidade apresentava à época de sua execução, quanto no que diz respeito às impressões e valores de seus autores.

No museu de mobiliário da Cúria, na rua Direita, existem alguns quadros que mostram aspectos da paisagem de Mariana. Das três aquarelas do Padre Viegas, realizadas em 1809, duas representam a antiga casa e chácara episcopal,

²⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. “Notas sobre o Urbanismo Barroco no Brasil.” *Revista Barroco*. Belo Horizonte, (15), 1990/1992 p. 230

²⁷ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Op. cit.* p. 230.

destacando os bem cuidados jardins de influência francesa. A terceira, o “Prospecto da Cidade de Mariana”, trata-se de uma vista “à vol d’oiseau”, tomada do nascente, mostrando também a chácara e o Seminário em primeiro plano, seguidos da massa uniforme do casario, quebrada pelas silhuetas destacadas das igrejas.

O óleo sobre tela de N. Altarilla, pintado em 1947, representa a cidade praticamente do mesmo ângulo que a aquarela descrita acima. Entretanto, o artista parece ter acreditado ser mais importante destacar a parte nova da cidade, do outro lado do ribeirão, onde a fábrica, lançando nuvens de fumaça, parece ser o símbolo do esperado ressurgimento econômico, que principiou nas primeiras décadas desse século, com a construção do ramal férreo e com a instalação da luz elétrica. A “industrialização” da cidade devia representar o orgulho e a esperança dos marianenses de então, depois dos mais de cem anos de estagnação econômica que se seguiu ao fim do período áureo da mineração.

No arquivo da Casa Setecentista existe outro documento iconográfico, de grande interesse para esta pesquisa: uma litogravura de J. Martins Braga, datada de 1824. Trata-se também de uma visão panorâmica da cidade, mas desta vez tomada de sua parte nova (porção norte), mostrando desde Sant’ana até São Gonçalo - uma perspectiva semelhante à do mapa do Itamaraty. O documento é particularmente importante, pois mostra a ocupação ao longo do ribeirão do Carmo: percebe-se que, como na maior parte das cidades coloniais, a aglomeração dava as costas para o curso d’água. As fachadas principais das casas são voltadas para a via pública, e são os fundos de parcelas que estão junto ao ribeirão e aos córregos.

Os registros fotográficos da cidade também contêm informações valiosas. No arquivo da Cúria há vários álbuns que documentam principalmente as festas religiosas ocorridas na cidade, mas em várias fotografias pode-se perceber bastante bem alguns aspectos de sua paisagem urbana. Talvez o documento mais valioso seja uma fotografia aérea, tirada em 1934, por ocasião da inauguração do Seminário Maior, com o intuito de mostrar seus terrenos, localizados na parte sul da cidade. Sabe-se também da existência de outros documentos interessantes que estão em coleções particulares.

3. CONCLUSÃO

A pesquisa é norteada por uma preocupação com a preservação do patrimônio histórico e artístico das cidades mineiras.

No nosso modo de entender, para que se possa compreender algumas intervenções urbanas prejudiciais ao acervo de Mariana, nas fases mais recentes de

sua história, é fundamental procurar perceber como e porque o espaço foi construído daquela determinada forma e, por que razões, em nome de que valores e ideais de cidade, ele foi mantido ou modificado em cada fase de seu desenvolvimento.

Esperamos que, ao findar dessa investigação, as respostas que procuramos fornecer possam contribuir para a proposição de medidas de preservação mais consistentes e capazes de tornar a questão do patrimônio relevante para a população e para os administradores, mais viável portanto.

ARTIGO

**UMA UTOPIA PARA O PASSADO:
a Inconfidência Mineira nas leituras das
Cartas chilenas (1845-1940)****JOACI PEREIRA FURTADO****Doutorando em História - USP**

No tempo em que a política mineira era uma planície onde campeavam velhas raposas, circulava nos covis uma frase tão cínica quanto reveladora do pragmatismo com o qual as elites geralistas se destacaram no jogo do poder. Costumavam dizer que “o que importa não é o fato, mas a versão”¹ - talvez antecipando o que a moderna historiografia reconheceu somente após superar o positivismo.

Mas o ditado ajusta-se bem ao caso que examinaremos aqui. Trata-se da história da interpretação das *Cartas chilenas*, poema satírico atribuído a Tomás Antônio Gonzaga. Assinadas com o pseudônimo “Critilo”, as “cartas” descrevem os desmandos de Fanfarrão Minésio, “governador de Chile”, num irônico disfarce associado ao período da administração de dom Luís da Cunha Pacheco e Meneses, mais tarde conde de Lumiares, que governou a capitania de Minas Gerais de 1783 a 1788. Saltando a querela da autoria, que se arrastou pelo menos até há 40 anos atrás, assinalamos que o poema foi impresso gradualmente nos anos de 1826, 1845 e 1863 - atingindo neste último sua forma mais completa, com 13 “cartas” mais a “Epístola a Critilo”, o que se repetiu em nosso século nas edições de 1940, 1942, 1944, 1957, 1972 e 1995.

Os primeiros comentários sobre o panfleto surgiram em 1845, na edição de sete epístolas satíricas promovida pela revista carioca *Minerva brasiliense*. Incorporado ao patrimônio da história da literatura brasileira ainda no século XIX, o poema não passou despercebido a críticos e historiadores, que constituem a

¹ Segundo Gilberto Dimenstein, a frase é de Gustavo Capanema, que teria sido plagiado por José Maria Alckmin: “‘Eu inventei a frase e todos dizem que é sua’ - reclamaria Capanema. Veio a resposta genial [de Alckmin]: ‘Você tem mesmo razão. O importante é a versão e não os fatos’”. Cf. DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder*; bastidores da imprensa. São Paulo, Summus, 1990. p. 53.

maioria dos intérpretes que este trabalho abordará em seguida, adentrando pelo século XX até o ano de 1940.

Nosso objetivo aqui é apresentar de forma bastante abreviada as relações que tais leitores estabeleceram entre as *Cartas chilenas* e a Inconfidência Mineira. Sintonizados com a sugestiva sentença da velha guarda da política mineira, cabe acrescentar que, de fato, o significado do texto, sobretudo o literário, não é neutro ou unívoco, não o precede, nem está previamente definido. Plurívoco, aberto, polissêmico, o texto é, como potencial de leitura, um pretexto. E a leitura, “enquanto acto, nunca é inocente, o que não significa que seja culpada, mas que a verdade do texto é a sua leitura”².

Entre as leituras das *Cartas chilenas* e a Inconfidência, durante o período explicitado acima, há algumas janelas que nunca se fecham ao mesmo tempo, permitindo que, por uma ou por outra, o poema vaze para dentro do fato histórico e vice-versa. De modo que se Critilo não é um propagandista da sedição, é sempre uma vítima da vingança do governo colonial, cuja ira provocada pelos ataques a Cunha Meneses se fez sentir na repressão à conjura.

Porém, mais recorrente e significativa é a indigitação de Joaquim Silvério dos Reis como o principal responsável pelo revide às agressões do panfleto. Reconhecendo-se no Silverino da “carta” VIII³, que trata das fraudes e violências fiscais das quais o contratador era um dos maiores beneficiados, Silvério teria aproveitado sua denúncia para um acerto de contas com Gonzaga - a quem acusou como líder do movimento. Indisposto com o ex-ouvidor e membro da Junta da Real Fazenda, Silvério teria entrevisto a mão do inimigo magistrado nos versos que o difamavam. E se em termos de autoria o delator errou na mira, como querem Tito Lívio de Castro e Lindolfo Gomes⁴, ele não se teria enganado ao se sentir alvejado por Critilo.

De forma que as *Cartas chilenas* adentram pela Inconfidência, saltando a janela da tragédia, onde se debruça a estigmatizada figura de Silvério dos Reis, que os leitores em questão apedrejam com adjetivos que vão de “infame” a

² BARTHES, Roland & COMPAGNON, Antoine. Leitura. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. Trad. Teresa Coelho. Lisboa, Imprensa Nacional, 1987. v. 11, p. 200.

³ GONZAGA, Tomás Antônio. Cartas chilenas, em que o poeta Critilo conta a Doroteu os factos de Fanfarrão Minésio, governador de Chile. In: _____. *Poesias - Cartas chilenas*. Rio de Janeiro, INL, 1957. p. 263-4.

⁴ CASTRO, Tito Lívio de. As “Cartas chilenas”. In: _____. *Questões e problemas*. São Paulo, Empresa de Propaganda Literária Luso-brasileira, 1913. p. 43. GOMES, Lindolfo. *A autoria das ‘Cartas chilenas’*. Juiz de Fora, Typographia Brasil, 1932. p. 18.

“torpíssimo”, passando pela previsível analogia com Judas⁵. Como que numa decorrência natural de seu caráter já bastante depreciado, ao qual agora se soma a ira cega da vingança, o denunciante da conspirata constitui-se num álibi sedutor para se explicar a incriminação de Gonzaga no levante abortado. Ativista ou apenas complacente com a trama conspiratória, satirista disfarçado ou somente cantor de Marília, Gonzaga pagaria caro o ódio que despertara em Silvério pela suspeita de ser o autor do pasquim que o vergastava⁶.

Quando falamos em “janela da tragédia” referimo-nos ao apelo dramático que o episódio da conjuração mineira encerra. As reuniões secretas na calada da noite - “Atrás de portas fechadas / à luz de velas acesas” (Cecília Meireles) -, a invocação da elástica idéia de liberdade - “essa palavra / que o sonho humano alimenta: / que não há ninguém que explique / e ninguém que não entenda!” (Cecília Meireles) -, as esperanças depositadas no país esboçado por alguns conjurados, o desejo frustrado de emancipação, a traição que decreta o infortúnio de todos, a fantasmagórica figura do embuçado, as prisões e o conturbado processo das devassas, a estranha morte de Cláudio Manuel da Costa, o gesto vicarial de Tiradentes, o jogo teatral das sentenças, a brutal e espetacular execução do alferes, o sofrimento do degredo, a morte de Alvarenga Peixoto exilado de sua Bárbara Heliadora, o fim do idílio de Gonzaga/Dirceu e Maria Joaquina/Marília - tudo isso lapida uma das lentes através das quais as *Cartas chilenas* são percebidas no cenário da Inconfidência, como se elas inexoravelmente integrassem o drama que passa pela perfídia de Silvério, até chegar ao 21 de abril. Em outros termos, se para esses intérpretes da sátira esta não explica a conjura, não é menos verdade que a conspiração oferece referenciais para que se compreenda as chibatadas de Critilo, contra as quais, através da repressão ao conluio, reagiriam os governantes coloniais - como acreditam Teófilo Braga e Camilo Castelo Branco⁷ -, Joaquim Silvério dos Reis - conforme Tito Lívio de Castro, Afonso Arinos e Alberto Faria - ou o próprio Cunha Meneses - que, segundo Lindolfo Gomes, teria caluniado Cláudio e Gonzaga em Lisboa e advertido o visconde de Barbacena⁸.

⁵ CASTRO, T. L. de. *Op. cit.*, p. 42-3. FARIA, Alberto. Cryptonimos das “Cartas chilenas”. In: _____. *Accendalhas; litteratura e folk-lore*. Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurillo, 1920. p. 16.

⁶ CASTRO, T. L. de. *Op. cit.*, pp. 42-4. FARIA, A. *Op. cit.*, p. 16. Idem. Tropologia das “Cartas chilenas”. In: *Op. cit.*, p. 177. FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Introdução. In: GONZAGA, T. A. *Cartas chilenas; precedidas de uma epístola atribuída a Cláudio Manuel da Costa*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. pp. 79-81.

⁷ BRAGA, Teófilo. *A arcadia lusitana*. Porto, Chardron, 1899. p. 610. Idem. *Historia da litteratura portugueza; Filinto Elysio e os dissidentes da Arcadia*. Porto, Lello & Ir., 1901. p. 540. BRANCO, Camilo Castelo. *Curso de litteratura portugueza* (1876). In: FERREIRA, José Maria d’Andrade. *Curso de litteratura portugueza*. Lisboa, Mattos Moreira, 1875. pp. 248-9.

⁸ GOMES, L. *Op. cit.*, pp. 29-31.

Outro ponto de passagem entre a leitura do panfleto e o movimento conspiratório, que no entanto não veda necessariamente o anterior, é a idéia de que as *Cartas chilenas* e o governo de Fanfarrão Minésio estariam entre as causas da tentativa de independência em Minas. Perdendo aquele papel um tanto passivo de denúncia e indignação castigadas, o poema assume agora feições mais agressivas, de incitação à revolta, de defesa de interesses já brasileiros, de testemunho da exploração e opressão reinóis, de justificativa da conjura. Aqui a perspectiva se inverte: é a Inconfidência que invade o libelo, como consequência dos fatos que relata ou dos propósitos do poeta.

Joaquim Norberto de Sousa Silva, por exemplo, na sua *História da conjuração mineira*, insere a redação do pasquim na pauta dos conciliábulos⁹, embora numa obra anterior tenha negado qualquer sintoma de anticolonialismo em Critilo¹⁰. Nas demais leituras, Cunha Meneses surge como o responsável pela planejada rebelião que Barbacena reprimiu. O governo de Minésio ganha cores sombrias, carregadas da tirania e do padecimento que as “cartas” documentam ao mesmo tempo que atacam. A Critilo é atribuído um espírito heróico, ciente de sua brasilidade humilhada pela prepotência metropolitana. Seu poema, que João Pedro da Veiga Miranda muito singularmente chama de “o Evangelho para a libertação da Colonia”¹¹, seria peça preciosa da “historia da liberdade brasileira”, segundo Luís Francisco da Veiga, porque registraria

“os factos praticados por um governador modelo, que provocou uma memoravel, mas abortada revolução, prodromo muito significativo do movimento liberal que 33 annos mais tarde nos outorgou a independencia [...]”¹²

E ainda que não se atribua a Cunha Meneses a culpa pela reação dos colonos, seu governo e sua figura não escapam ao autoritarismo e à antipatia que as *Cartas chilenas* lhes atribuem, conforme verificamos em Artur Mota e Haroldo Paranhos¹³.

⁹ SILVA, Joaquim Noberto de Sousa. *História da conjuração mineira*. Rio de Janeiro, INL, 1948. t. 1, p. 70.

¹⁰ Idem. Notícia sobre I. J. de Alvarenga Peixoto e suas obras. In: PEIXOTO, Inácio José de Alvarenga. *Obras poéticas de...* Rio de Janeiro, Garnier, 1865. p. 104.

¹¹ MIRANDA, João Pedro da Veiga. *O pamphletario d’O primeiro reinado*; memoria historica commemorativa do centenario do nascimento de Luiz Francisco da Veiga. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1936. p. 15.

¹² VEIGA, Luís Francisco da. Epilogo. In: GONZAGA, T. A. *Cartas chilenas*; (treze) em que o poeta Critillo conta a Dorothéo os factos de Fanfarrao Minezio governador de Chile. Rio de Janeiro, Eduardo & Henrique Laemmert, 1863. pp. 215-6. (Grifo no original).

¹³ MOTA, Artur. *Historia da litteratura brasileira*. São Paulo, Nacional, 1930. v. 2, pp. 334-6. PARANHOS, Haroldo. *Historia do romantismo no Brasil*. São Paulo, Cultura Brasileira, 1937. v. 1, pp. 203-10.

Na verdade, para a quase totalidade desses intérpretes do panfleto, o governador não era apenas politicamente insuportável - embora não fosse uma exceção entre os administradores da colônia, de acordo com alguns leitores¹⁴. Tratava-se também de uma pessoa repulsiva. A tal ponto que a opção pela autonomia seria realmente inevitável¹⁵. Numa permanente paráfrase das *Cartas chilenas*, seus intérpretes não nos deixam outra escolha a não ser o repúdio a Cunha Meneses. Assim, uma avalanche de palavras e expressões depreciativas inunda as referências a Fanfarrão Minésio: cercado por uma corte de “intrigantes, bajuladores e ladravazes”, ele é sempre um “déspota”, um “monstro infame” cujos “abusos e vícios” prestaram tema à sátira, “opressor e imoral”, de uma “dureza brutal”, “doido”, “infamíssimo”, “antipático”, “vaidoso”, “ridículo”, “leviano”, “burlesco”, “inepto”, “orgulhoso”, “figura balofa”, “desprezível”, “ignorante”, “bruto fidalgo”, “energúmeno”, “nefasto”, “desregrado”, “violento”, “prevaricador”, “louco”, “venal”.

Portanto, mesmo que a conjuração não esteja no horizonte de Critilo, em seus leitores ela é onipresente - seja pela intrincada rede de inimizades que desaguaria na conspirata, seja pelo conteúdo contestatório da sátira ou pelo ambiente opressivo que retrata, seja por tudo isso ao mesmo tempo. Nem José Veríssimo, para quem o pasquim “jamais deixa perceber o menor sentimento de desgosto da metrópole e do regime colonial”¹⁶ - embora o crítico literário creia na vindita¹⁷ -, permanece imune a alguma forma de associação entre o panfleto e a fracassada rebelião mineira.

¹⁴ ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 6. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1960. t. 2, p. 436. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Historia geral do Brasil*; antes da sua separação e independência de Portugal. 3. ed. São Paulo, Melhoramentos, s/d. v. 4., p. 425. FRANCO, Caio de Melo. *O inconfidente Claudio Manoel da Costa*; “O parnazo obsequioso” e as “Cartas chilenas”. Rio de Janeiro, Schmidt, 1931. p. 20.

¹⁵ VEIGA, L. F. da. *Op. cit.*, p. 16. MIRANDA, J. P. da V. *Op. cit.*, pp. 121-36. VEIGA, José Pedro Xavier da. As “Cartas chilenas” (estudo bibliográfico). *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ouro Preto, 2(2):403-24, abr.-jun. 1897. ROMERO, S. *Op. cit.*, p. 433. PERIÉ, Eduardo. *A litteratura brasileira nos tempos coloniaes...* Buenos Aires, Eduardo Perié, 1885. p. 215. VARNHAGEN, F. A. de. Biographia de brasileiros distintos ou de individuos illustres que serviram no Brasil, &c. Ignacio José de Alvarenga Peixoto. *Revista trimensal de historia e geographia*, Rio de Janeiro, 13:515, 1850. SILVA, Inocêncio Francisco da. *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1858. v. 19, p. 260. MACEDO, Sérgio D. T. de. As “Cartas chilenas” - Inconfidencia Mineira - Thomaz Gonzaga. In: _____. *A literatura no Brasil colonial*. Rio de Janeiro, Brasília Editora, s/d. p. 93. CASTRO, T. L. de. *Op. cit.*, p. 34. FRANCO, C. de M. *Op. cit.*, pp. 171, 235.

¹⁶ VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*; de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). 3. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1954. p. 135.

¹⁷ *Ibidem*, p. 137.

De um modo ou de outro, todos são tributários do mito da Inconfidência forjado ao longo do século XIX¹⁸. É ele que se interpõe entre o poema e esses leitores, constituindo-se numa espécie de trilho fora do qual torna-se difícil circular pela obra, irrecorrivelmente condenando as *Cartas chilenas* a serem lidas no âmbito daquilo que se erigiu como o momento da fundação da nacionalidade brasileira. Em outras palavras, aqui nos deparamos com a ditadura hermenêutica do contexto sobre o texto - aquela que cassa à obra a liberdade de expressão em nome da crítica literária ou do conhecimento histórico. Isto posto, não é de admirar que se vislumbre em Critilo uma utopia da qual certamente ele estava longe de compartilhar.

¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um herói para a República. In: *A formação das almas; o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. pp. 55-74.

ARTIGO

**OS ANARQUISTAS E A QUESTÃO DA MORAL
(BRASIL - 1890/1930)****JARDEL DIAS DE CAVALCANTI****Bacharel em História - UFOP****1 - INTRODUÇÃO**

O núcleo anarquista encerra a concepção de um *modus vivendi* que se estende a uma ampla área de relações não redutíveis ao campo político. Os anarquistas, tanto no âmbito da produção como fora da esfera do trabalho (na organização familiar, nas formas de lazer, nas relações pessoais, nas práticas condenáveis como alcoolismo, a prostituição, o carnaval e o futebol), procuram instituir um comportamento coletivo e uma moral social pela qual se unem à sorte de seus semelhantes.

O que podemos ver é que os anarquistas tentaram propor ou impor aos seus militantes um padrão moral que tendia a orientar a ação do grupo para a realização dos seus fins e ideais. Tal padrão ordena-se em torno de um conjunto de regras que governa (ou pretende governar) o comportamento de cada militante.

E é em via imprensa que os anarquistas fazem divulgar sua preocupação com o comportamento dos operários, divulgando sua concepção sobre determinados temas como o amor livre, a emancipação feminina, a recriminação às práticas como o futebol, os bailes, o alcoolismo e a prostituição.

Constatamos que o discurso libertário veiculado na imprensa é marcado por uma certa moralização que se traduz na defesa dos padrões familiares de modelo sexual burguês (castidade pré-conjugal, fidelidade, exaltação da maternidade) e na censura às formas de lazer e vícios (o carnaval, o baile, o álcool e o fumo), sendo estes últimos vistos como práticas imorais, sinais de degeneração, que visam enfraquecer e entorpecer a classe operária, desviando-a do cumprimento de sua função histórica e revolucionária.

Dentro desse propósito (educação, organização e moralização do operariado) os anarquistas propuseram, desde o fim do século passado até meados dos anos trinta deste, formas de instrução, de relações afetivas e de lazer para a classe operária, na tentativa de regular toda a sua conduta e fundar a sua moral social.

Cumprir notar, porém, que essa preocupação dos anarquistas em fundar uma nova moral, em oposição à burguesa (que estaria, segundo os libertários, assentada em uma prática repressiva e autoritária), encontra-se permeada de contradições na medida em que esta tentativa de moralização da classe operária em muito se assemelha ao discurso moral burguês que se pretende combater. É o que poderá se verificar nos tópicos que se seguem.

2 - AS PRÁTICAS CONDENÁVEIS

2.1 - O baile e o carnaval

Os anarquistas usualmente promoviam grandes encontros voltados especificamente para a divulgação de suas idéias. Com a intenção de atingir um número cada vez maior de trabalhadores e trazê-los para a causa da revolução, esses grandes encontros envolviam, além de discursos doutrinários e palestras libertárias, recreações de caráter mais lúdico (futebol e bailes após as conferências).

Porém, a partir do Segundo Congresso Operário (1908) começa-se a interditar os bailes e os jogos nos encontros promovidos pelos anarquistas. Condenação, esta, feita não só em nome da moral como também do utilitarismo: “(...) *o baile só serve para manter os sentidos excitados, não é ginástico, nem higiênico, nem moral.* (...)”¹

A preocupação dos anarquistas com as festas expressa o direcionamento que se quer dar à vida dos operários. O lazer só tem sentido para os libertários quando serve para fins educacionais ou morais da classe operária. É o que se pode ver no artigo *Festa dos Trabalhadores* publicado no jornal *O Panificador*: “(...) *Entendo que essas festas devem ser sempre educativas e morais, advindo daí um grande EXEMPLO de instrução para os depravados e anti morais.* (...)”²

Os anarquistas, ao condenarem como prática imoral pelas tentações que desperta a aproximação de corpos diferentes, acabam por aceitar a moral burguesa,

que condena a dança diante da ameaça que representa o contato físico dos jovens. É bastante ilustrativo o artigo que *A Terra Livre* publica em fevereiro de 1907, que condena nos bailes esse “recíproco roçamento”, em que o impulso sexual é visto como impuro (como na doutrina cristã) e o desejo da e pela mulher é relacionado ao fantasma da prostituição:

“(...) Quando começa o baile assiste-se à cena mais repugnante deste mundo, capaz de nausear as próprias meretrizes. A orquestra entoa as primeiras notas (...) e todos aqueles espasmados mancebos correm como em busca da mais bem feita, para satisfazerem a ânsia e a apertar nos braços, de lhes revelar todo o seu desejo de posse, pois daquele amplexo, daquele enlace libidinoso, daquele recíproco roçamento, daquelas cócegas, não pode resultar senão a excitação do sentindo de ambos. Então ele alí está o homem, não para conhecer e conquistar a alma, uma companheira, mas para gozar a fêmea, corrompê-la e abandoná-la à prostituição. (...)”³

Também o carnaval é condenado de forma veemente pela imprensa anarquista. A imagem que ela faz do carnaval é a do lugar da degradação do indivíduo, da imoralidade, da perda da dignidade, do momento do abandono da família e seus valores, do desgaste das energias e do salário em atividades nocivas e inúteis, que promoveriam o embrutecimento do operário.

É com forte apelo moral que os artigos condenavam o carnaval como festas da prostituição e da orgia, em que correm perigo tanto as jovens virgens como as mulheres casadas. O que se deseja, com todo esse apelo, é que os operários criem um dia um carnaval com a devida assepsia moral, sem práticas viciosas, com respeito aos valores da família, sem a corrupção dos costumes.

“(...) o que nos faz combater o carnaval, é em ser o mesmo atualmente uma festa em que predomina somente a prostituição. Festa essa que sem a devida educação moral, os indivíduos a transformaram de uma festa popular em festórios da prostituição. (...)

Faremos o carnaval sim, com a moral devida, com o respeito mútuo, de uns para com os outros, respeitando mulheres alheias, e jovens virgens.(...)”⁴

Há aqui um discurso marcadamente puritano, que vê o carnaval como o lugar da perdição, onde a corrupção e o vício triunfam sobre a moral que se espera como padrão de comportamento das pessoas durante o carnaval.

¹ A Terra Livre. 05/fev./1907.

² O Panificador. set./1921.

³ A Terra Livre. 23/fev./1907.

⁴ A Voz do Povo. 17/fev./1920.

Os libertários acabam, dessa maneira, refletindo na sua crítica o mesmo conteúdo moral das instituições dominantes, que viam os “hábitos operários no escasso tempo de lazer como vícios”⁵.

2.2 - O Alcoolismo

Também o álcool foi insistentemente combatido pelos libertários e o imenso número de artigos reprimindo o seu uso, publicados na sua imprensa, o comprova. Para atacar com veemência o vício, conferências intermináveis são realizadas, livros são lançados e divulgados pela imprensa operária e até o “teatro social” é usado como veículo de combate ao álcool.

Muitas vezes, esse ataque que os anarquistas desfecham contra o alcoolismo acaba por se encontrar com o discurso burguês, que recrimina o uso do álcool por debilitar física e moralmente o operário, que é, afinal, responsável “pelo enriquecimento da nação” e que se perderia, desta forma, como força produtiva, pois, “o alcoolismo foi, é, e será, o grande mal destruidor das energias capazes de impulsionarem o progresso do país”.⁶

Ao criar o estigma do alcoólatra como criminoso, a imprensa libertária assume a mesma visão que a classe burguesa tem do problema, isto é, a do operário alcoolizado como um criminoso em potencial.

“(…) com frequência 66,74 vezes por cento o alcoolismo tem contas com o código penal (...) pode-se até dizer que todo alcoólatra está em potencial criminalidade: é um irresponsável nocivo, de quem a família e a sociedade deve precaver-se. (...)”

Se em lugar de as passar (as poucas horas de descanso) na taverna ou em outros antros de vícios, se as passásseis nas associações discutindo e trocando idéias uns com os outros sobre os assuntos que vos interessam mais de perto. (...)”⁷

Os anarquistas, assim, reafirmam os valores burgueses do “aconchego do lar” que o trabalhador troca pela taverna, pelos “antros de vícios” e marginalidade.

⁵ DECCA, Maria Auxiliadora de. *Cotidiano dos trabalhadores na república* - São Paulo - 1889/1940. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Tudo é História) p.57.

⁶ RODRIGUES, Edgard. *O anarquismo na escola, no teatro e na poesia*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992. p. 219.

⁷ A Voz do Trabalhador. 19/jan./1933.

2.3 - O Futebol

Tanto como os vícios e outros jogos, também o futebol não escapou à crítica dos anarquistas. Para eles, o futebol era uma prática que degrada e embrutece os operários, roubando-lhes as energias e o tempo que deveriam ser empregados na militância política.

Atacando o futebol como esporte parasita, posto que as formas de evasão do cotidiano e a atividade lúdica de nada servem para os anarquistas, eles tentam criar uma noção de divertimento instrumental e moralmente sadio:

“(...) é um jogo para parasitas e ociosos que precisam exercitar os músculos em um trabalho inútil, desprezando ao mesmo tempo o trabalho útil e os que o fazem.(...)”⁸

Mas o gosto pelo futebol crescia entre os trabalhadores independente, dos sindicatos, que o chamavam “esporte burguês”, apontando-o como o “ópio” capaz de minar a união e a organização da classe operária. Em alguns momentos houve uma aceitação do futebol, na medida em que a sua difusão se subordinasse à eficácia da pregação libertária. Caso contrário, acusavam os trabalhadores de se desinteressarem da organização sindical, de se sujeitarem aos elementos culturais burgueses, de se sujeitarem à “ordem burguesa”.

Os anarquistas, diferentemente dos comunistas (que propunham a criação de uma federação de futebol organizada pelos sindicatos), mantiveram, ao longo dos anos, a sua ferrenha oposição ao futebol, vendo-o sempre como aliado do capitalismo, por desviar a atenção dos operários de suas lutas sindicais.

Não seria o futebol que os anarquistas apoiariam, já que sempre que apoiavam atividades recreativas só o faziam visando a um fim educativo ou a uma maior integração da classe operária. As críticas às atividades recreativas eram uma constante na imprensa libertária, que tendia a identificar tais práticas com o abandono e a despreocupação dos operários com a luta social.

2.4 - A Prostituição

Outro problema que preocupa os libertários e que também se torna uma constante nas suas denúncias veiculadas pela imprensa é a prostituição.

⁸ O Trabalhador Chapeleiro. 01/jan./1909.

Para os anarquistas, a existência da prostituição colabora, no sistema capitalista, para que se mantenha a família burguesa (forma não oficial de prostituição pois que fundada em um contrato comercial). Devido ao fato de as jovens burguesas não poderem participar da iniciação sexual dos jovens, pois elas devem manter-se íntegras para o contrato de casamento (muitas vezes é o pai quem escolhe o homem a quem a filha deve se entregar e não ela própria), devido ainda ao fato das mulheres casadas sofrerem uma série de restrições sexuais, o burguês vai buscar satisfação de seus instintos nas jovens de classe social inferior.

Mas, ao atacar o problema da prostituição, os anarquistas muitas vezes acabam fazendo a defesa de uma moralidade familiar que se assemelha à que funda a família burguesa:

“(…) É nas hospedarias espalhadas pela cidade que centenas de vítimas vão entregar o corpo à devassidão desregrada dos que fogem ao primeiro dos deveres do homem que é constituir família. (...)”.⁹

E é esta visão que muitas vezes acaba por marcar o discurso veiculado pela imprensa anarquista: a preocupação com a moral familiar com o comportamento dos seus militantes, que refletem o medo de que os operários abandonem a causa revolucionária por influências das práticas viciosas, como é o caso da prostituição.

3 - A EMANCIPAÇÃO FEMININA

Outro tema freqüente na imprensa anarquista é a análise da condição da mulher na sociedade. Combatendo o mito da mulher-passiva, alguns anarquistas se levantaram propondo a emancipação da mulher dos papéis que lhe são atribuídos socialmente, apresentando, assim, uma outra figura feminina, simbolizada pela combatividade e independência.

O que a imprensa anarquista contesta é a condição da mulher como serva do homem, vendendo-a, antes, como um ser humano que deveria desenvolver-se livremente, tendo o homem não como senhor mas como seu companheiro.

Para os libertários, a educação da mulher é o instrumento que a transforma num ser dócil e sem direitos, objeto de libidinagem, pronto para satisfazer a vaidade do homem, isto sendo possível devido ao pacto entre a família (com seu caráter formador) e a sociedade interessada em perpetuar a sua submissão.

⁹ A Tribuna do Povo. 18/mar./1909.

O que se pretende a partir dessa crítica à situação da mulher é incentivar o desenvolvimento e aproveitamento das suas aptidões, adormecidas em função da sua situação de oprimida pela sociedade machista. Mas para isso é preciso soerguer o “véu do passado”, ou seja, tornar visível que a história das mulheres tem sido a história da dominação que estas têm sofrido através dos tempos. E, nesse contexto, é preciso deixar bem clara uma coisa: suas potencialidades só estão adormecidas em função da opressão que sobre elas tem exercido a sociedade.

O que os anarquistas, preocupados com a libertação feminina, querem também demonstrar é que a condição de dominação da mulher não decorre unicamente das relações econômicas, posto que se verifica também dentro de outras esferas. Por isso, a luta das mulheres deve passar pelo questionamento das relações cotidianas e não só das relações de trabalho.

A militante anarquista Maria Lacerda de Moura¹⁰, radical defensora da causa feminista, não poupa críticas nem aos anarquistas, que se opõem à prática libertária feminina:

“(…) São libertários e sua família legal é burguesíssima; (...) e os homens mais liberais são os mesmos trogloditas quando as suas mulheres resolvem por em prática as suas teorias libertárias. (...)”.¹¹

Essa crítica tem sua razão de ser, já que aparecem, na própria imprensa anarquista, críticas desses à libertação feminina do jugo do lar. Em franca oposição ao discurso libertário feminino, o jornal *A Razão* publica um artigo que se manifesta contrário ao uso de mão de obra feminina e no qual define o lugar da mulher como sendo a esfera privada do lar, reafirmando assim o papel do homem como o único capaz de ser provedor.

A imagem feminina veiculada por alguns jornais anarquistas na imprensa operária, como anotou Margareth Rago no seu livro *Do Cabaré ao Lar*, é a de que elas são românticas, sensíveis, frágeis, ingênuas, ao contrário do homem, dotado de razão, símbolo da força e da coragem, princípio objetivo da humanidade, ativo e poderoso. Daí o fato dos operários, inclusive os anarquistas, se atribuírem o direito sobre as mulheres, vistas como não combatentes devido à sua “natureza feminina”.

¹⁰ Referência obrigatória para se conhecer a vida e o pensamento de Maria Lacerda de Moura é o livro: *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. São Paulo: Ática, 1984.

¹¹ Moura, Maria Lacerda de. *Amor ... e não vos multipliqueis*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1932. p. 48.

Dessa forma, uma parte dos anarquistas acabam definindo o lugar da mulher na sociedade: a esfera sagrada e privada do lar. Estabelecendo-se, assim, na relação política, exatamente o mesmo que acontece no espaço doméstico: a subordinação da mulher ao homem, ou seja, o pai, o marido, o líder deve ser obedecido e respeitado pelas mulheres - já que essas são incapazes de assumir a direção de suas próprias vidas individuais.

Para concluir esse tópico, o que fica evidente nos jornais anarquistas, no que diz respeito à emancipação feminina, é que enquanto alguns anarquistas criticam o modelo burguês e masculino de dominação sobre as mulheres, outros libertários fazem o contrário, reafirmando a diferenciação dos papéis, apelando para a “natureza da mulher” para justificar sua posição subalterna, tentando legitimar a assimetria sexual, contribuindo para que se perpetue a dominação social de que a mulher tem sido vítima desde idos tempos.

4 - O AMOR LIVRE

Outra preocupação presente na imprensa libertária, nas conferências e nos livros publicados por autores anarquistas, é a questão do amor livre. Elaborar-se aí uma nova moral afetivo-sexual para os militantes que tentará determinar a forma de relação entre os sexos.

O que os anarquistas valorizam na união do homem com a mulher é o sentimento de amor livre de qualquer interesse, é a união afetiva em oposição à união social efetiva no casamento civil:

“(…) Amor livre é a plena liberdade de se amar e não a forma hipócrita do casamento em que o homem e a mulher ligados indissolúvelmente pelo casamento civil ou religioso são obrigados pelo preconceito a se suportarem com enjôo.(…)”¹²

Ao afirmar o amor livre, o que os anarquistas pretendem é criticar o casamento tradicional, pois este determina uma situação não só de dominação pelo homem mas de total anulação do amor que esse tipo de relação acaba por determinar. É o que se pode ver no excerto abaixo, em que se critica a hipocrisia a que o sentimento está sujeito nas relações matrimoniais burguesas:

“(…) O matrimônio serve apenas para abreviar a relação do amor, tornar odiosa a união. No lar, a mulher é a escrava, o homem é o senhor; este tem o direito de

¹² A Voz do Trabalhador. 01/ fev./1902.

mandar, aquela o direito de ... obedecer. Como pode existir amor entre uma escrava e um senhor? (...) Por isso se diz: o casamento é a morte do amor.(...)”.¹³

E é pensando assim que os anarquistas defendem o divórcio, pois para eles é somente válida a união conjugal que se estabelece livremente, independente dos interesses econômicos ou de obrigações sociais.

Na sociedade idealizada pelos anarquistas, as pessoas se aproximariam por amizade e respeito, e a família não se fundaria (como na sociedade capitalista) em relações de interesse. A base da família seria o amor e não a relação mercantil. Portanto, se por acaso as relações se alterarem tornando-se insuportáveis, dissolve-se a família e a comunidade ampararia seus filhos.

A anarquista Maria Lacerda vai, porém, mais longe. Ela ultrapassa o simples ataque ao casamento burguês. Ela defende o desaparecimento de uma união monogâmica propondo o que ela chama de “amor plural”, o amor camaradagem, avançando muito em relação à sua época. Para ela, é impossível o amor entre duas pessoas que se oprimem, que vivem uma relação de dependência e de posse. O amor possessivo e exclusivista tem que ceder o lugar ao amor plural - este libertará o homem e a mulher, acabará com a exploração feminina, com as figuras humilhantes criadas pela representação burguesa de mulher como “solteirona” ou prostituta.

É dentro deste espírito que os libertários defendem o “direito ao prazer”, tanto para os homens como para as mulheres. Sendo assim, a virgindade é vista como “ridícula para o homem” e “humilhante para a mulher”.

Assim sendo, podemos constatar que os anarquistas foram os primeiros, no Brasil, a clamar pela liberdade sexual. Entretanto, alguns problemas se apresentam na persecução dos seus ideais. Boris Fausto aponta que as críticas que os anarquistas fazem à violação das normas sexuais de continência por parte dos padres é feita em nome da família. Segundo o mesmo autor “a insistência na temática das relações sexuais proibidas ou perversas não é outra coisa senão a projeção dos impulsos de um grupo marcadamente puritano”.¹⁴

O mesmo caráter puritano se dá quando se discute a exploração do trabalho da mulher, pois o que vemos aí é um apelo ao problema da moral sexual. O discurso libertário, nesse sentido, tem uma atitude paternalista que visa proteger

¹³ O Amigo do Povo, 02/ago./1902.

¹⁴ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e conflito social (18090/1930)*. São Paulo: Difel, 1983. p. 86.

o sexo-frágil física e moralmente dos Don Juans das fábricas. Critica-se o trabalho feminino também por medo da independência que levará as mulheres aos vícios em detrimento do papel doméstico que elas teriam que cumprir:

“(...) As raparigas das fábricas adquirem depressa o sentimento de independência. Prontas para sacudir o jugo impostos pelos pais abandonam as casas e em pouco tempo se iniciam nos vícios de suas companheiras.(...)”¹⁵

“(...) A tendência do sistema fabril foi sobretudo de rebaixar o caráter da mulher, cujo ofício é de cumprir os deveres domésticos. (...)”¹⁶

Outro exemplo da preocupação puritana com a família pode ser visto no 8º Mandamento da Lei do Operário em que o lar aparece como devendo ser preservado de uma possível desonestidade (interesse sexual?) dos companheiros:

“(...) 8º Quando entrar num lar de um companheiro deve curvar o pensamento com reverência aos pés da honestidade. (...)”¹⁷

Aqui também, no caso das contradições que marcam o discurso anarquista, não se pode generalizar, já que a veiculação do discurso libertário está restrito a um pequeno grupo que compõe a sua imprensa, não sendo assim esta a posição de toda militância. Cumpre ressaltar também o difícil trabalho que é reconstituir a história desses militantes, já que o que ficou como documento da classe operária são os registros escritos pelos dirigentes ou por sua “elite” intelectual.

5 - CONCLUSÃO

Constatamos, então, que o discurso moral anarquista é marcado pela contradição. Ao mesmo tempo em que tenta negar a ordem vigente, tal discurso acaba por estabelecer um padrão moral puritano que reafirma os valores da ordem condenada.

Uma parte da historiografia já tentou encontrar as razões que marcam essa contradição. Ângela de Castro Gomes, no seu livro *A Invenção do Trabalhismo*, no capítulo referente aos anarquistas, tenta responder a esse problema da mesma forma que Margareth Rago no seu livro *Do Cabaré ao Lar*. As duas historiadoras referidas acreditam que a imagem moralista veiculada na imprensa libertária é

¹⁵ A Peble. 01/set./1934.

¹⁶ O Gráfico. 16/fev./1919.

¹⁷ *Idem*. 01/jul./1917.

criada com o intuito de os anarquistas construírem uma imagem positiva de si mesmos - imagem esta que se oporia à imagem veiculada pela classe dominante.

Essa análise parece insuficiente. Primeiro, não se pode concordar com a historiadora Ângela de Castro, segundo a qual, o interesse dos anarquistas em fundar jornais está relacionado com a preocupação em se veicular uma imagem positiva de si próprios. Isso parece um equívoco quando sabemos que os jornais libertários tinham como principal preocupação a veiculação da doutrina anarquista, a denúncia (sempre acirrada, diga-se de passagem) da exploração capitalista dos trabalhadores, o ataque aos “aparelhos ideológicos do Estado” como a família, a escola burguesa, a igreja e a imprensa, tanto quanto tentavam organizar a classe operária divulgando o resultados de greves ou incentivando as mesmas, etc.

O que se pode notar é que a preocupação moral dos anarquistas era fortemente marcada pela vigilância do operariado; e o que se queria com isso não era propriamente criar uma “contra-imagem”, como queria também a historiadora Margareth Rago, mas fazer com que as energias e o tempo dos trabalhadores fossem usados, não no lazer e em “vícios degradantes”, mas na persecução de seu ideal de transformação social.

Não se quer com isso negar que os operários sempre tenham sido vistos como extremamente perigosos, que seus hábitos eram considerados vícios e suas recreações consideradas improdutiva. Esse é, de veras, um fato concreto quando temos em mente as perseguições de que foram vítimas os líderes operários no momento de suas ações sindicais, ou a expatriação de que também foram vítimas não só líderes como muitos operários pelo fato de serem ligados à ideologia libertária.

Mas esses fatos por si só não explicam o comportamento puritano dos libertários, de quem se poderia esperar um comportamento menos regrado, já que não eram defensores da ordem burguesa que tanto fizeram por destruir.

ARTIGO

O SOVIETE DE 1905**IVAN ANTÔNIO DE ALMEIDA****Depto. de História - UFOP**

A Revolução Russa de 1905 é um momento privilegiado da história. Pela primeira vez se esboça, de forma nítida, um poder popular, embrião de uma sociedade anti-capitalista. Essa rica experiência de auto-organização foi praticamente esquecida quando a Revolução de 1917 foi aceita, pela quase unanimidade dos pensadores, como o modelo de uma revolução socialista¹. A Comuna de Paris e a Revolução de 1905 pareciam ter sido meros ensaios de uma revolução vitoriosa. A Revolução de 1917 passou a ser o paradigma da revolução socialista.

Hoje, embora me pareça evidente o caráter capitalista da Revolução de Outubro², há uma grande resistência nos meios intelectuais em aceitar essa constatação. Também vive-se na esquerda um entusiasmo em relação à democracia liberal burguesa. Retomar essas experiências revolucionárias, hoje sob uma nova ótica, significa a possibilidade de se voltar a discutir a superação da ordem capitalista, necessidade particularmente sentida em países como o nosso, onde o capitalismo não tem conseguido resolver os problemas básicos da população.

A democracia liberal no Brasil, além de não dar sinais de ultrapassar as portas das fábricas, está desacreditada para a maior parte da população. Embora não haja nenhuma campanha organizada que denuncie o caráter limitado dessa democracia, uma parte significativa da população tem manifestado a sua crítica. Nas pesquisas de opinião, o item “políticos” é o setor mais rejeitado. As eleições têm apresentado índices de abstencionismo, voto nulo e voto em branco que variam de um quarto até um terço dos eleitores. Para a quase totalidade da população, o

¹ Estou usando o termo “socialista” como sinônimo de anti-capitalista.

² Veja-se especialmente o cap.18, em: BERNARDO, João. *Para uma Teoria do Modo de Produção Comunista*. Porto: Edições Afrontamento, 1975.

exercício da democracia não tem representado uma melhoria nas suas condições materiais, pelo contrário, tem significado um empobrecimento rápido e trágico.

Refletir sobre a experiência russa de 1905 é uma oportunidade instigante para discutir alternativas à dupla e contraditória situação em que nos encontramos. De um lado, as forças de esquerda dão loas à democracia liberal como uma nova panacéia - e se beneficiam com ela, à medida em que os integrantes dos partidos dessa “esquerda” se integram ao Estado, através de funções administrativas e da representação política - ao mesmo tempo em que esta forma de democracia está desacreditada junto à população.

A velha e atrasada Rússia, onde todas as mudanças eram lentas e incompletas, sofreu, no final do século XIX, um processo de rápido crescimento industrial, acompanhado de uma surpreendente efervescência cultural. A industrialização russa foi patrocinada pelo Estado que criou uma infra-estrutura, como as estradas de ferro, e investiu maciçamente na produção de ferro e aço e na indústria mecânica. O Estado comprou tecnologia, principalmente alemã, e estimulou os investimentos estrangeiros.

Embora o censo de 1897 indique que apenas 13% da população morava nas cidades, o processo de urbanização era rápido e era alta a concentração operária nas principais cidades. Entre 1895 e 1897, enquanto a população rural crescia 12,7%, a população urbana cresceu 33,8%³. São Petesburgo tinha 820.000 trabalhadores “empregados ativamente”. Destes, 433.000 (53%) eram operários e serventes⁴.

Com o crescimento industrial, a distância entre a sociedade civil, com suas novas classes sociais (operariado e burguesia - embora esta fosse constituída em parte pelos gestores das empresas estatais) e a velha monarquia absoluta, ampliou-se cada vez mais. Salvo o restrito grupo palaciano, era geral o desejo de mudanças. As liberdades da democracia liberal interessavam a praticamente toda a sociedade, destituída de qualquer direito de expressão ou organização.

A partir de 1904 intensificaram-se as manifestações de insatisfação, principalmente em São Petesburgo e Moscou. No meio operário a situação era de permanente tensão. O numeroso operariado vivia na miséria; más condições de trabalho, baixos salários, multas, ausência de pensão por acidentes de trabalho ou aposentadoria, jornadas de 12 horas diárias, seis dias por semana. A organização

³ TROTSKY, Leon. *A Revolução de 1905*. São Paulo: Global Editora, s/d., p. 55.

⁴ *Idem*, p. 257.

sindical era proibida. Em 1904 o governo toma a iniciativa de patrocinar a criação de *organizações que canalizassem as insatisfações dos operários para reivindicações meramente econômicas*, procurando afastá-los da luta política. Para a tarefa, são escolhidos dois agentes da polícia secreta. O que fora destacado para Moscou foi logo desmascarado. O outro, sacerdote e capelão de uma das prisões de São Petesburgo, padre Gapone, vai desempenhar um papel que não estava previsto.

No final do ano de 1904, a organização do padre Gapone, Associação Operária de Fábricas e Usinas, contava com onze “seções operárias”, onde os trabalhadores se reuniam para discutir os seus problemas, ouvir alguma palestra ou ler jornais. Nessas seções era proibida a entrada de militantes de partidos políticos⁵.

No dia 3 de janeiro de 1905, uma segunda feira, os 12.000 operários da fábrica Putilov, uma das maiores de São Petesburgo, iniciaram uma greve que, rapidamente, se estendeu pela cidade. Os operários da fábrica, ligados ao padre Gapone, através dos “círculos operários”, tinham redigido uma petição à direção da fábrica com reivindicações econômicas. Não só não foram atendidos, como quatro operários foram despedidos. A greve que se iniciou foi em solidariedade aos demitidos. A indignação entre os operários da capital foi enorme. Gapone, “procurando salvaguardar seu prestígio e sua função, simulou uma indignação superior à de todos e estimulou os operários da fábrica Putilov a reagir vigorosamente”⁶. Era a primeira greve operária importante da Rússia. Rapidamente a indignação espalhou-se através das “seções operárias” e a greve se estendeu por outras fábricas, até se tornar uma greve geral dos trabalhadores de São Petesburgo. Nas assembleias operárias de fábricas, nas ruas e nas “seções operárias”, discutia-se o que fazer. Era necessário ir além da paralisação. Foi quando surgiu a idéia de se redigir uma *petição ao czar*. Gapone ficou encarregado de entregá-la pessoalmente, apoiado por uma grande e pacífica manifestação. A idéia “uniu, inspirou e entusiasmou; ela deu um sentido, um objetivo preciso ao movimento dos operários”⁷. Gapone foi encarregado de redigir a petição. Foi nessas circunstâncias que os partidos políticos e militantes operários se aproximaram de Gapone. O documento, no início extremamente servil, foi se transformando num documento

⁵ O primeiro grupo social-democrata foi o Emancipação do Trabalho, fundado em 1883. Em 1898 foi fundado o Partido Social Democrata Operário Russo. No seu segundo congresso, em 1903, nascerá a fração menchevique (minoría) e a fração bolchevique (maioría). No início do século foi fundado o Partido Socialista Revolucionário, que desempenhará um papel importante na Revolução de 1917. Também haviam alguns grupos anarquistas, principalmente em São Petesburgo e Moscou. Ainda que tivessem pouca influência, dada a situação de clandestinidade em que esses grupos atuavam, era intenso o debate sobre a natureza da formação social russa. A primeira tradução de *O Capital* foi para o russo. Marx também manteve uma intensa correspondência com os revolucionários russos.

⁶ VOLIN. *A Revolução desconhecida*. São Paulo: Global Editora, 1980, p. 62.

⁷ *Idem*, p. 63.

onde foram contempladas as principais reivindicações operárias em todos os níveis. A situação era paradoxal. O documento pedia simplesmente ao czar que abdicasse dos seus poderes absolutos, e fazia reivindicações econômicas que permaneceriam na pauta das reivindicações operárias por muitas décadas.

As liberdades democráticas reivindicadas compreendiam: a liberdade de palavra, de imprensa, de associação, de religião, inclusive a separação entre Igreja e Estado, além da inviolabilidade da pessoa; igualdade de todos perante a lei, “sem exceções” e anistia; reforma agrária e imposto de renda “direto e progressivo”.

Em relação às questões que envolviam capital e trabalho, solicitava-se que o trabalho fosse protegido por lei; redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias (seis dias por semana) e “limitação das horas extras”; direito de greve, “liberdade de luta entre trabalho e capital” e legislação previdenciária, “lei de seguro e pensões”.

A denúncia do arbítrio nas relações com as chefias, “que as ordens não nos sejam dadas em meio a injúrias”, e a necessidade da melhoria das condições de trabalho dentro das fábricas, “uma renovação das instalações das oficinas”, questões que, para nós, no Brasil, ainda permanecem na ordem do dia, também são reivindicadas⁸.

A negociação direta, “fixação dos salários em comum acordo” e a “arbitragem nos casos de mal-entendidos”, também é exigida⁹.

Sob a arcaica forma de “petição ao czar”, o documento elencava um conjunto de reivindicações que vão marcar a pauta do movimento operário neste século. Meses depois os operários da Rússia serão responsáveis pela criação da organização operária que será a primeira manifestação madura de um novo modo de produção que, até hoje, se gesta no planeta.

O dia para a entrega da petição foi marcada para um domingo, dia 9 de janeiro (velho calendário), menos de uma semana depois de iniciada a greve na fábrica Putilov. A mobilização foi feita através das “seções operárias”. Dia e noite fazia-se a leitura da petição, “Logo que o recinto estava repleto, fechava-se a porta e a petição era apresentada: os operários assinavam uma folha especial e evacuavam a sala, que se enchia imediatamente de nova multidão que aguardava

⁸ Ver as reivindicações operárias em ALMEIDA, Ivan Antonio de. *Construindo a identidade operária - a história da Comissão de Fábrica da ASAMA*. São Paulo, dissert. de mestrado, PUC/SP, 1992.

⁹ Todas as citações foram retiradas da íntegra da petição publicada por VOLIN, *Op. Cit.*, pp. 64-69.

pacientemente sua vez na rua, e a cerimônia recomeçava. Isso continuava assim em todas as seções até meia-noite ou mais”¹⁰. A leitura do documento terminava com um juramento coletivo onde era enunciada uma maldição, que se tornou profética, “se por acaso o tzar, ao invés de nos acolher, opuser contra nós os fuzis e os sabres, então, meus irmãos, que a desgraça caia sobre a sua cabeça! Nesse caso, não teremos mais tzar! Nesse caso então, que seja maldito para sempre, ele e toda a sua família!”¹¹.

Finalmente, chegou o dia. De todos os lados da cidade, desde o amanhecer, uma imensa e silenciosa multidão, composta principalmente de operários (muitos com suas famílias) movimentavam-se em direção ao Palácio de Inverno onde deveria estar o tzar, “a marcha foi pacífica, sem canções, cartazes ou discursos. As pessoas vestiam suas roupas de domingo. Em algumas partes da cidade levavam ícones e estandartes eclesiásticos”¹². Por toda parte encontraram barreiras formadas por tropas. A polícia atirou na multidão. Mesmo assim, a multidão afluía “sem cessar em direção à praça, ocupando e engarrafando as ruas próximas”¹³. No final da tarde os mortos e feridos, homens, mulheres e crianças, somavam milhares. Nunca se soube o número¹⁴. Durante a noite os cadáveres foram transportados por trens e enterrados em valas comuns nos bosques próximos à capital. Quanto ao tzar, sequer se encontrava na capital.

Ao que parece, tratou-se de um plano dos setores palacianos mais conservadores para “dar uma lição nos operários”, já que durante a preparação do ato não houve nenhuma intervenção da polícia, apenas uma tímida proclamação do juiz de São Petesburgo, proibindo a realização da manifestação¹⁵. O resultado, no entanto, foi o inverso do que se pretendia. A lenda do tzar, - a massa camponesa, durante séculos, representava o tzar como o “paizinho”, autêntico representante de Deus na terra - desfez-se sob os golpes de sabre e a metralha dos fuzis.

Durante o massacre os operários ainda tentaram se defender, mesmo desarmados, levantando barricadas em vários pontos da cidade. Mais uma lição aprendida. As reivindicações operárias só seriam atendidas pela força das armas. Essa é a grande *diferença entre a ditadura e a democracia liberal burguesa*. Enquanto a primeira não oferece opções aos trabalhadores, a não ser impor-se pela

¹⁰ VOLIN, *Op.cit.*, p. 71.

¹¹ VOLIN, *Op. Cit.*, pp. 71-72.

¹² TROTSKY, *Op. Cit.*, p. 89.

¹³ VOLIN, *Op. Cit.*, p. 73.

¹⁴ Segundo a lista entregue pelos repórteres ao ministro do interior no dia 13 de janeiro eram aproximadamente 4.600 os mortos e feridos. Número aproximado às baixas da guerra russo-japonesa (1904-1905) na Manchúria.

¹⁵ Durante a reunião do Conselho de Ministros o massacre não foi discutido, “por não estar na pauta”.

força das armas, a democracia liberal oferece canais de expressão e participação para amplos setores da sociedade, isolando os trabalhadores e criando a ilusão de participação, ilusão renovada a cada eleição. A lição de 1905 foi repetida muitas vezes depois. Hoje parece ser consensual aos diversos setores das classes dominantes que a melhor forma de dominação é aquela que oferece a ilusão da participação aos dominados. É necessário recordar que na Rússia de 1905 nem os sindicatos eram permitidos. É essa circunstância que vai forçar os operários russos a criarem uma forma direta de expressão.

Na segunda feira, 10 de janeiro, ninguém trabalhou em São Petesburgo. Nos dois meses seguintes, greves surdas e espontâneas pipocaram nas principais cidades da Rússia. Foi nesses meses de janeiro-fevereiro que nasceu o primeiro soviete (conselho) de representantes operários, organismo permanente de representação e poder operário¹⁶. Seu nascimento foi praticamente acidental. Poderia ter sido de outra forma, já que se tratava de uma necessidade histórica.

Quem nos descreve a história da sua origem é uma testemunha ocular, Volin, já citado por nós diversas vezes. Volin era um jovem professor de 22 anos que dava aula para operários. Foi através dessa atividade que conheceu Gapone e participou da leitura da petição numa das “seções operárias” às vésperas do 9 de janeiro. Uma semana depois do massacre foi procurado por um advogado, Jorge Nossar, que o conhecera numa das leituras da petição e soubera da sua proximidade como os operários. Como Nossar era bem relacionado em certos meios burgueses de oposição, que queriam solidarizar-se com os operários em greve, resolveu procurar Volin para, através dele, organizar a distribuição de fundos coletados. O interesse em Volin era porque este não pertencia a nenhum partido e tinha contato direto com os operários.

Depois de um certo tempo, a greve foi cessando, assim como os donativos. Os operários que se reuniam na casa de Volin discutiram a necessidade de continuar o contato com as fábricas, manter uma forma de organização. Foi aí que surgiu a idéia de se formar um Conselho de Representantes Operários (Soviete). Volin foi convidado a presidí-lo. Não aceitou. Achava que uma organização operária deveria ser presidida por operários, “os amigos”, no entanto, “não se sentiram suficientemente fortes para poder dispensar um ‘guia’”. Ofereceram, então, o posto de presidente do Soviete a Nossar. Este, como narra Volin, “não

¹⁶ Essa é a diferença entre o soviete e o comitê de greve (ou as comissões de negociação) que tinham sempre um caráter transitório, até acabar a greve ou se concluírem as negociações.

tendo os mesmos escrúpulos que eu, aceitou”¹⁷. A indicação de Nossar representava a persistência do velho nessa nova forma de organização.

De fevereiro a outubro o soviete ampliou sua legitimidade, incorporando novos representantes de fábricas e chegou a editar um jornal, o *Isvestia* (As notícias). Perseguido, o soviete teve que interromper quase totalmente suas reuniões, só retomadas durante o movimento revolucionário de outubro.

Por volta de setembro começaram a ocorrer reuniões populares nas universidades, principalmente em São Petesburgo e Kiev. Em 1905 existiam na Rússia umas trinta universidades e escolas superiores para ambos os sexos. Os estatutos dessas escolas eram resultado das reformas de Alexandre II (1855-1881) e garantiam às universidades uma autonomia bastante significativa. Os tzares Alexandre III e Nicolau II tentaram reduzir essa autonomia, mas desistiram diante da resistência dos estudantes e professores.

Uma greve de tipógrafos, por reivindicações específicas da categoria, desencadeou um movimento que resultaria numa greve geral política em toda a Rússia. No dia 7 de outubro inicia-se a greve dos ferroviários. No dia 9 a greve já se estendia por toda a Rússia, com as palavras de ordem: jornada de 8 horas, anistia, liberdades civis e assembléia constituinte. No dia 17 a greve era geral. Nessa situação foi possível ao soviete sair da clandestinidade e assumir o papel de coordenador do movimento. No dia 13 o soviete reuniu-se no Instituto Tecnológico de São Petesburgo com cerca de 30 a 40 participantes e tirou a palavra de ordem “greve geral”. Sua representatividade foi se consolidando, à medida que as fábricas em greve foram mandando seus delegados. No dia seguinte já eram cem os delegados operários. Havia também representantes dos partidos revolucionários.

Segundo Trotsky, que passou a fazer parte do soviete, este “mais parecia um conselho de guerra que um parlamento”, “a mínima tendência para a retórica era firmemente refreada pelo presidente, com a severa aprovação dos assistentes”¹⁸.

No dia 17 de outubro, ao mesmo tempo em que o governo fechava e ocupava todas as escolas superiores de São Petesburgo, o czar proclamava um *manifesto constitucional*. O manifesto contemplava a maior parte das reivindicações políticas dos grevistas. A greve começa a declinar. O soviete decreta o encerramento do movimento no dia 21 de outubro. Encerrada a greve, fizeram-se manifestações em frente às prisões pela anistia. No dia 22, o governo publica o

¹⁷ VOLIN, *Op. Cit.*, p. 93.

¹⁸ TROTSKY, *Op. Cit.*, p.123.

decreto de anistia. A reação dos setores ultra-conservadores do governo e da sociedade foi a organização de *pogrons* que, segundo Trotsky, teriam vitimado de três mil e quinhentos a quatro mil judeus e militantes operários e deixado mais de dez mil feridos e mutilados, em mais de 100 cidades¹⁹.

Em São Petesburgo não ocorreu nenhum pogrom. Os operários evitaram a violência se armando de todo o tipo de recursos, “todas as usinas e oficinas que tinham algum tipo de acesso ao ferro e ao aço começaram, por iniciativa própria, a fabricar armas brancas. Com vários milhares de martelos forjaram-se punhais, picaretas, chicote de arame e clavas de ferro”²⁰. As tipografias em greve só imprimiam o jornal do soviete e os jornais social-democratas. Os trabalhadores se recusaram a imprimir qualquer folheto que visasse a estimular os pogrons.

Nos dias 26 e 27 de outubro, estoura uma revolta de marinheiros no porto de Kronstadt, sufocada pelo governo no dia 28. O soviete reage e declara uma nova greve geral política acompanhada de comícios de protesto. O governo cede, não julgando os revoltosos de Kronstadt através de cortes marciais, como havia ameaçado. No dia 7 de novembro o soviete encerra a greve geral. O soviete procurava evitar um confronto direto com o governo, por reconhecer que não dispunha de força militar para vencê-lo.

Durante a greve de outubro os operários desencadearam, independente da orientação do soviete, a luta pela redução da jornada de trabalho para 8 horas diárias. O método era o da *ação direta*. Cumpridas as 8 horas, era detonado o apito que encerrava a jornada de trabalho. Finda a greve os operários tinham conquistado a redução da jornada para 9 horas de trabalho em todas as usinas do Estado e em diversas empresas privadas. A luta pelas 8 horas ganhou popularidade no meio operário.

Nesses últimos meses do ano também foi registrada uma intensa agitação no campo. No mês de agosto foi realizado em Moscou o primeiro Congresso de Camponeses. O segundo Congresso que se realizou na mesma cidade no dia 6 de novembro e aprovou um programa que incluía a transferência de toda a terra à propriedade comunal, “àqueles que a trabalham”²¹.

¹⁹ *Idem*, p. 146.

²⁰ *Idem*, p.148.

²¹ *Idem*, p. 201.

De 11 a 16 de novembro foi sufocado um novo levante de marinheiros, em Sebastopol, no mar Negro. Os marinheiros sublevados exigiam a convocação de uma assembléia constituinte.

No dia 14 de novembro foram detidos em Moscou os funcionários da União Camponesa, formada no segundo Congresso Camponês. No dia 26 é preso Nossar, presidente do soviete de São Petesburgo, que continua a atuar na clandestinidade, através do seu comitê executivo, que fora eleito por voto secreto, por 302 deputados operários. Trotsky é seu novo presidente.

Em dezembro continua a repressão. O soviete decreta nova greve geral no dia 7. Trinta e três cidades respondem ao apelo (contra trinta e nove em outubro). No terceiro dia de greve em Moscou começam a surgir grupos armados que se chocam com a polícia e as forças armadas durante nove dias. O número aproximado de vítimas do Levante de Moscou é de mil mortos e o mesmo número de feridos.

Segundo Trotsky, entre o Domingo Sangrento e a convocatória da primeira Duma de Estado²² em 27 de abril de 1906, o governo czarista foi responsável pela morte de mais de 14.000 pessoas, execução de 1.000, 20.000 feridos e prisão ou desterro de mais de 70.000 pessoas. O autor (e participante ativo dos acontecimentos) conclui que “o preço não foi excessivo, levando em conta que o que estava em jogo era a própria existência do czarismo”²³.

A Revolução Russa de 1905 preparou a Revolução de 1917. O mito do czar estava comprometido. O domínio ideológico tinha se quebrado. O governo, ao não fazer nenhuma concessão significativa e reprimir com violência a insatisfação, criou um distanciamento fatal em relação à sociedade civil. As forças em conflito estavam esboçadas. Restava, praticamente, resolver um problema militar. A auto-organização dos operários criou novos métodos de luta e formas de organização que serão incorporados aos programas dos partidos revolucionários, particularmente dos bolcheviques. Em toda social-democracia a experiência russa de 1905 vai ser objeto de intenso debate²⁴.

Para encerrar, mais duas observações. A organização operária que se criou em janeiro/fevereiro de 1905 não representava ainda uma forma desenvolvida.

²² Esse Parlamento era apenas consultivo e não teve maior significado que o de atender à pressão da comunidade financeira internacional que exigia estabilidade política.

²³ TROTSKY, *Op. cit.* p. 253.

²⁴ Para Rosa Luxemburgo, por exemplo, a greve geral de massas de 1905 prefigura a forma que tenderão a assumir as lutas operárias em todo o continente.

Como vimos, os operários ainda não se sentiam suficientemente auto-confiantes para indicar a presidência do seu soviete a um operário (indicando o advogado Nossar e o militante político Trotsky). A forma de democracia direta também preservava características da representação burguesa. Os deputados operários, uma vez eleitos, falavam em nome dos seus eleitores, ou seja, preservava-se a delegação de poderes. Não era uma democracia direta plena. Essa característica facilitou, mais tarde, em 1917, o aparelhamento dos sovietes pelo partido bolchevique²⁵.

Em 1917, entre fevereiro e outubro, aparece a contradição entre os sovietes formados por deputados que tinham poderes delegados (e recebiam inclusive um salário, nos moldes dos parlamentos capitalistas) e os sovietes, onde havia o exercício da democracia direta, como os Comitês de Fábrica ou os sovietes de bairro. Essas organizações de base estavam sempre à frente do Soviete de Deputados Operários, como no caso da redução da jornada para 8 horas. Em 1917 (tal como em 1905), os Comitês de Fábrica “faziam aplicar as 8 horas, mesmo antes do acordo entre o Soviete e os patrões. Nesse sentido eles se chocavam com o patronato, com o governo e com a indiferença do Soviete e de seus partidos”²⁶. Essa contradição se tornou mais explícita quando os comitês de fábrica se organizaram de forma horizontal, formando o Soviete das Comissões de Fábrica, “a extensão horizontal da ação dos Comitês de Fábrica causou um conflito com os sindicatos. Sua extensão vertical, por sua vez, suscitou uma rivalidade de poderes entre os sovietes dos conselhos de fábrica e o soviete dos deputados. Assim, os sovietes dos Comitês se transformou em um verdadeiro contrapoder operário que organizava sua própria defesa, apoiado nos bairros”²⁷.

Durante a revolução de 1917 essa contradição foi resolvida de forma negativa. Os bolcheviques, uma vez com a máquina do Estado nas mãos, eliminaram toda forma de auto-organização operária, fosse ela direta ou indireta. Ficou, no entanto, a experiência da contradição que, a meu ver, permanece extremamente atual, a contradição entre a representação direta dos trabalhadores e as diversas formas de representação delegada, que vai dos sindicatos aos partidos.

A segunda questão, com a qual pretendo encerrar este texto, é mostrar que a posição dos bolcheviques em relação aos sovietes já era clara em 1905. Era explícita a contradição entre os trabalhadores auto-organizados através dos sovietes e os partidos políticos (aqui simplesmente representados pelo partido bolchevique).

²⁵ O controle do partido bolchevique sobre os sovietes foi o principal motivo do levante dos marinheiros de Kronstadt, sufocado por Trotsky. Veja-se KOLL, Frits e OBERLANDER, Erswin. KRONSTADT, *Documentos de la revolucion mundial*. nº 2, Zero, Madrid, 1971.

²⁶ FERRO, Marc. *Dos Soviets à Democracia*. CECA/CEDAC, 1987, p. 19.

²⁷ *Idem*, p. 22.

A questão “Partido ou Soviete”, já colocada por militantes políticos em 1905, permanece atual. Trotsky, na obra *A Revolução de 1905*, faz clara distinção entre partido e soviete. Em relação aos partidos, esclarece que “tratava-se de organizações *dentro do proletariado* e seu objetivo imediato era ter influência *sobre as massas*”, enquanto que o Soviete “foi, desde o início, a organização *do proletariado* e seu objetivo era a luta pelo poder revolucionário (grifos no original)”²⁸. Lenin, no artigo “Nossas tarefas e o Soviete de Deputados Operários”, faz referência ao “camarada Radin” que “coloca o problema do seguinte modo: Soviete de Deputados Operários ou Partido?”²⁹. Nesse artigo, Lenin não entrará no mérito da questão. Mas ao se referir à relação entre soviete e partido, dirá claramente que os bolcheviques são os únicos representantes do “proletariado consciente”, portadores do pensamento marxista, “a única concepção do mundo verdadeiramente conseqüente e proletária”³⁰, e que seu apoio aos sovietes é somente tático pois,

“sem a união do proletariado e dos camponeses, sem a aliança combativa de social-democratas revolucionários, é impossível o êxito total da grande revolução russa. Será uma *aliança provisória* com fins práticos e imediatos bem definidos; e para defender os interesses fundamentais, os interesses vitais do proletariado socialista, *para defender seus objetivos finais sempre estará o Partido Operário Social Democrata da Rússia*, partido independente e ideologicamente firme nos princípios.”³¹

O aparente sucesso da Revolução Russa de 1917 como uma revolução socialista, encobriu essa discussão. Dentro do país, os grupos que, de alguma maneira, questionavam a estatização dos meios de produção e a ditadura do partido bolchevique, foram sendo paulatinamente eliminados. Mesmo os grupos que faziam essa discussão dentro do partido, acreditando, portanto, que a contradição entre organização operária e partido não era total, foram perseguidos e exterminados³².

Hoje, refletir sobre essas questões é condição necessária para a crítica da democracia liberal e do ex-“socialismo real”.

²⁸ TROTSKY, Leon. *A Revolução de 1905*. São Paulo: Global, s/d, p. 255.

²⁹ LENIN “Nossas tarefas e o Soviete de Deputados Operários” in *1905 - Jornadas Revolucionárias*. Contagem/MG, Editora História, 1980, p. 79.

³⁰ *Idem*, p. 89.

³¹ *Idem*, p. 82, grifos meus.

³² Veja-se, sobre o período, a coletânea de documentos organizada por Oscar ANWAILER, *Democracia de Trabalhadores o Dictadura de Partido, Documentos de la revolucion mundial*, nº 1, Zero, Madrid, 1971.

ARTIGO

CULTURA POPULAR E IMAGINÁRIO POPULAR NO SEGUNDO GOVERNO VARGAS (1951-1954)**LUIZ VITOR TAVARES DE AZEVEDO****CULTURA POLÍTICA E POPULISMO**

Talvez a característica mais marcante da história seja a de possuir, como Jano, uma dupla face, que lhe permite olhar simultaneamente para várias direções e temporalidades, mirando o passado e projetando o futuro. O passado visto não só como o já sucedido, mas também como o que ainda permanece, as tradições, a estrutura mental, a “longa duração”, marcas e resíduos de uma experiência que se mescla com fatores que se processam no devir histórico com toda a sua dinâmica.

Crenças, normas, atitudes são sobrevivências que marcam registros de experiências vivenciadas por sujeitos históricos que atuam em sociedades e constituem uma cultura política¹. Este campo vasto remete também ao que se entende por mentalidade: “conjunto vago de imagens e certezas não conscientizadas ao qual se referem todos os membros de um mesmo grupo”². Este permanente diálogo com o passado proporciona à experiência histórica uma articulação com o presente e a projeção para o futuro, possibilitando a “tridimensionalidade do tempo histórico”.

Muito próxima da abordagem de Laclau quanto ao princípio articulatório classista presente no populismo³, Fernando Mires considera que também em relação às revoluções na América Latina, a dimensão classista se expressa através de múltiplas mediações (religiosas, populares, regionais, culturais, nacionais, etc.), “hasta el punto de que lo particular de una clase deja de ser inmediatamente divisible”. Da mesma forma que no caso do populismo, “la unidad de los más

¹ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986, pp. 306-308.

² DUBY, Georges. *A História Continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/UF RJ, 1993, p. 91.

³ LACLAU, Ernesto. *Política e Ideologia na Teoria Marxista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

diversos movimientos y rebeliones tenía lugar al producirse una ruptura en el interior de los bloques de dominación tradicionales”, dando lugar à personificação de líderes em busca da recuperação de uma ordem antiga⁴.

Fernando Mires retoma a acepção copernicana original do termo revolução (“movimento circular dos corpos celestes”) para afirmar que “la utopia de los grandes procesos tiene su lugar de residencia en un pasado a veces muy remoto ... las utopias que cada revolución genera no son la simple copia del pasado, sino un resultado de la conjugación de los tres tiempos de la historia, o lo que es igual, las revoluciones latinoamericanas correspondem a una realidad tridimensional”⁵.

No caso da experiência populista, a “tridimensionalidade do tempo histórico” se dá na forma de um apelo ao imaginário popular em articulação com o discurso classista potencialmente negador do *status quo* e cujo clímax e colapso se expressariam na inviabilidade de manter a situação de equilíbrio instável entre interesses antagônicos.

É preciso reconhecer que a mitificação e as várias formas de mistificação do poder são uma face do pacto populista, mas que por si só não esgotam sua configuração histórica. O “compromisso populista” pressupõe uma tentativa de acomodação de interesses entre frações de classes dominantes em articulação com setores populares através da canalização de demandas sociais (melhorias nas condições de vida), econômicas (aumentos salariais, extensão na capacidade de consumo)⁶ e também ideológicas (identificação com valores e tradições populares próprios de uma cultura e que funcionam como um sistema de referência à nível do imaginário coletivo).

Numa situação de “compromisso populista”, sempre haverá necessidade de algum tipo de negociação, o Estado não é monolítico e demagógico *in totum*, ele precisa dialogar e ser respaldado pelo povo, classes, grupos, partidos. Da mesma forma, os setores populares não se encontram totalmente impossibilitados de avançar politicamente no sentido de garantir os seus direitos e garantir o cumprimento das conquistas obtidas. Ou seja, a questão popular no populismo não é um caso de manipulação ideológica absoluta, de demagogia pura e simples ou uma resposta irracional com ausência de consciência política.

⁴ MIRES, Fernando. *La Rebelión Permanente, las revoluciones sociales en América Latina*. México: Siglo XXI, 1988, pp. 442 e 446.

⁵ Idem, *ibidem*, pp. 10.e 448.

⁶ WEFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. 2^a- ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p.75.

“REFUNDAÇÃO” DO MARCO HISTÓRICO

Tomando como base artigos da revista *Cultura Política*, Angela de Castro Gomes situa a visão oficial do Estado Novo que considera o “redescobrimento do Brasil” a partir da instalação do regime de 1937, consagrado como o verdadeiro momento da fundação do Estado Nacional. Na periodização proposta pelos articulistas patrocinados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, o Império era referência de nossas tradições centralizadoras sem, no entanto, se constituir em modelo político a ser recuperado no devir histórico. Já a experiência liberal da República Velha com seus vícios oligárquicos, era vista como responsável pela descontinuidade no processo de integração da nacionalidade. Em contrapartida, 1930 seria o marco divisor, apesar do retrocesso do período que se estendeu até 1937, quando concessões como a Constituição de 1934 teriam neutralizado os efeitos impactantes da nossa “Revolução de Outubro”. Portanto, 1937 marcaria o “novo início”, o resgate de 1930. Remetendo a Hannah Arendt, conclui a autora: “é justamente nessas brechas do tempo histórico, presentes nas lendas de fundação, que emergem com mais força os verdadeiros dirigentes políticos”⁷.

Tendo como referência Marshall Sahlins, este estudo situa ainda a dupla lógica que presidiu a trajetória de incorporação da classe trabalhadora no cenário político do pós-1930: uma *lógica material* (interesses nos benefícios da legislação trabalhista que explicam a adesão dos trabalhadores) e uma *lógica simbólica* com ênfase na “reciprocidade” em sua relação com o poder central, e onde a “palavra do Estado” designa a posição desses atores sociais. Diferentemente da República Velha quando a “palavra” estava com o operariado e a lógica prevalecente era a da “solidariedade”, o percurso de incorporação da classe trabalhadora no pós-1930 e principalmente no pós-1942, levou à invenção da ideologia do trabalhismo como a “outorga” pelo Estado do reconhecimento de direitos sociais passando pela montagem do sindicalismo corporativista articulado com a criação do PTB.

No Brasil o pacto entre o Estado e a classe trabalhadora extrapola o cálculo utilitário de custos e benefícios. O “trabalhismo” tomou do discurso das lideranças operárias durante a Primeira República elementos de identificação, incluindo valores e tradições, e deu-lhes novo significado⁸.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), a imagem política tinha como eixo fundamental as tentativas em formar um governo apartidário, de consenso e policlassista na condução da política econômica. Buscando se posicionar

⁷ GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice, 1988, p.213.

⁸ GOMES, Angela C., *Op. cit.*, pp. 23-31.

num ponto equidistante em relação aos partidos (tentativa que fragilizou a constituição de uma base partidária própria de sustentação política), Vargas visava conduzir uma política trabalhista que reinvidicava para o Estado a integração de todos, além de propor a otimização de certas condições básicas de infra-estrutura que garantissem a execução de um plano de desenvolvimento econômico nacional⁹.

Este jogo de ambigüidades foi marcado também pela divisão de sua equipe de governo entre uma Assessoria Econômica formada por técnicos de viés nacional-desenvolvimentista e um ministério mais representativo dos setores conservadores. A própria corporação militar se encontrava dividida entre um setor nacionalista e a ala majoritária desfavorável à politização no ambiente da caserna. Há que se somar as dificuldades, no contexto da Guerra Fria, das novas correlações da política externa. O conflito na Coreia não propiciou ao governo Vargas uma nova estratégia de barganha nos moldes daquela implementada durante a II Guerra Mundial. O governo teve dificuldades também em negociar a ajuda oficial dos EUA, na medida em que a partir de 1953 o governo republicano de Eisenhower passa a direcionar com prioridade os investimentos privados nas economias periféricas. Para Vargas isso significou uma frustração, o governo esperava compensações pela participação do Brasil no último confronto mundial, para assim viabilizar o Programa de Reparamento Econômico voltado para os “pontos de estrangulamento” como transporte e energia¹⁰.

A vitória de Vargas nas eleições de outubro de 1950 pode ser interpretada, dentro do imaginário político, como um outro momento de “refundação” do marco histórico iniciado em outubro de 1930 associado à consolidação final do Estado republicano e aprofundamento do processo de desenvolvimento industrial, o qual atinge um dos pontos máximos em 03 de outubro de 1953 com a Lei 2004 que criou a Petrobrás. O *retorno* de Getúlio, uma espécie de “segundo advento”, foi entendido como uma aspiração popular buscando *retomar* as conquistas trabalhistas e desenvolvimentistas bruscamente interrompidas pela “traição” de outubro de 1945 quando da sua deposição por militares chefiados por Dutra e Góis Monteiro. O momento 1937 fica neutralizado devido ao seu forte conteúdo autoritário, embora as realizações econômicas e sociais do Estado Novo sejam reconhecidas como avanços na *reafirmação* da nacionalidade.

⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina S.. *O Segundo Governo Vargas, 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp.117-118; IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. 2a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, pp.109-138.

¹⁰ LESSA, Carlos e FIORI, José Luís. *Relendo a Política Econômica: as Falácias do Nacionalismo Popular do Segundo Vargas*. 2a ed., Rio de Janeiro: UFRJ-Instituto de Economia Industrial, 1983.

Segundo Mircea Eliade, a idéia de uma *renovação* constante do tempo é um componente básico da estrutura mítica presente em toda parte, mesmo que laicizada, degradada ou camuflada. “Por meios múltiplos, mais homologáveis, o homem moderno esforça-se, também ele, por sair da sua história e viver um ritmo temporal qualitativamente diferente. Ora, ao fazê-lo, reencontra, sem se dar conta disso, o comportamento mítico.” Ao lado do princípio da repetição, encontra-se outra característica do mito: a criação de modelos exemplares para toda uma sociedade, ou seja, a elaboração de uma personagem histórica como um arquétipo¹¹.

Vargas parece unir bem estas duas conotações básicas do comportamento mítico: sua presença como líder nacional é marcante e paradigmática e ao mesmo tempo lança a esperança de um mundo que se renova, regenerado, criado de novo - tomando como base um tempo primordial e iniciador da chamada “era getuliana”. A “Revolução de Outubro de 1930” seria esse tempo primordial, referência básica marcada por uma “revolução pelas armas” inauguradora de uma nova etapa histórica. A vitória de Getúlio nas eleições de outubro de 1950 é a “revolução pelo voto”, a “revolução branca”¹², prova de reafirmação do líder e do desejo em resgatar o percurso histórico varguista.

Tomando como base a consideração de que nenhuma prática social seja redutível unicamente aos seus elementos físicos e materiais, pode-se constatar também que os mitos se renovam porque as situações que eles simbolizam de alguma forma se repetem. Valorizando a dimensão simbólica, Sahlins apresenta uma crítica antropológica à idéia do primado da razão prática e do interesse utilitário. A lógica simbólica implica que a cultura elabora esquemas de significância capazes de constituir, eles mesmos, elementos de utilidade prática¹³.

Para Mircea Eliade, “viver a aventura pessoal como reiteração de uma saga mítica equivale a escamotear o *presente*. Essa angústia perante o tempo histórico, acompanhada pelo desejo obscuro de participar num tempo glorioso, primordial, *total*, denuncia-se, entre os modernos, por uma tentativa por vezes desesperada para quebrar a homogeneidade do Tempo, para ‘sair’ do presente e reintegrar-se num tempo qualitativamente diferente daquele que cria, ao decorrer, a sua própria ‘história’ ”¹⁴.

¹¹ ELIADE, Mircea. *Mitos, Sonhos e Mistérios*. Lisboa: Edições 70, 1989, p. 23. Ver também *O Mito do Eterno Retorno*. Lisboa: Edições 70, 1993.

¹² Arquivo Getúlio Vargas, GV 54.02.20/1 (FGV-CPDOC).

¹³ SAHLINS, Marshall. *Cultura e Razão Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

¹⁴ ELIADE, M., *Op. cit.*, p. 23.

TEMPORALIDADE E IMAGINÁRIO POPULAR

Com o objetivo de explorar aspectos da “sacralização do corpo que trabalha” enquanto manifestação da engrenagem do poder nos anos 30 e 40, Alcir Lenharo busca desvendar os aparatos litúrgico-religiosos que consagraram a política como exercício de dominação. O imaginário cristão projeta a figura de Vargas numa trindade de imagens una e indivisível: “Getúlio ora corresponde à imagem de Pai, que vela e protege pelos filhos, imagem que recebe seu acabamento principal na figura do grande legislador social; ora identifica-se mais com a imagem do Filho, líder que intervém na estória, predestinadamente, o Messias que veio para mudar seu fluxo e afastar outros intermediários; ora corresponde à figura do Espírito a iluminar os caminhos dos seus subordinados para uma nova ordem, amparada por outras luzes. Até mesmo a grandeza futura da pátria parece assemelhar-se ao tempo da escatologia, em que a bem aventurança é finalmente alcançada”¹⁵.

Em muitos aspectos do imaginário popular, a caracterização ritualística da liderança política é marcada também pela presença de elementos míticos e religiosos através do dimensionamento em três temporalidades básicas¹⁶.

No primeiro momento está o *tempo da espera e do apelo*, aquele de expectativa de um líder ou um salvador que traduz um conjunto de esperanças, nostalgias e sonhos. Nas eleições de 1945 a sentença “Ele disse: vote em Dutra” foi o sinal para o apoio das bases getulistas ao candidato do PSD; já durante a campanha presidencial de 1950, os folhetos difundiram largamente o *slogan* “Ele Voltará!”, com a presença de elementos associativos com a tradição cristã da volta do messias para a “salvação nacional” e a continuação da obra iniciada nos anos trinta.

“Getúlio: tão grande quanto a nossa Pátria”.

“Ele disse: Trabalhadores do Brasil! O vosso sofrimento é uma coroa de espinhos cravada em meu coração”.

“Princesa Isabel libertou os escravos em 1888, Getúlio Vargas libertará o povo brasileiro em 1950”.¹⁷

No aspecto discursivo há aqui a indicação precisa dos lugares do destinador (Getúlio) comparado ao que há de mais grandioso (a Pátria) e o

¹⁵ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. 2a ed., São Paulo: Papirus, 1986, pp. 194-195.

¹⁶ GIRARDET, Raul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 72.

¹⁷ Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.08/09.00/53 camp. eleit. (FGV-CPDOC).

destinatário e público-alvo por excelência (Trabalhadores do Brasil), cuja libertação ora é colocada no mesmo plano da libertação dos escravos, ora é comparada à narrativa martirológica cristã (coroa de espinhos). Parafrazeando o Credo Cristão, foram também divulgados panfletos com a “Oração do Getulista”, de forte conteúdo apelativo:

“Creio em Getúlio Vargas, todo poderoso, criador das leis trabalhistas. Creio no Rio Grande do Sul e no seu filho, nosso patrono, o qual foi concebido pela Revolução de 30. Nasceu de uma Santa Mãe, investiu sobre o poder de Washington Luiz, foi condecorado com o emblema da República, desceu ao Rio no terceiro dia, homenageou os mortos, subiu ao Catete e está assentado em São Borja donde há de vir julgar o general Dutra e seus ministros. Creio no seu retorno ao Palácio do Catete, na comunhão dos pensamentos e na sucessão do presidente Dutra por toda a vida. Amém. Viva Getúlio Vargas!”¹⁸

Na documentação referente à campanha presidencial de 1950 aparecem outros panegíricos de exaltação cívico-religiosa, mas também encontram-se homenagens populares na forma de versos jocosos:

“Adivinhe Quem Quiser
O nome dele eu não digo
Você tem que adivinhar
De quem trabalha é amigo
E é nele que vou votar.
É gordinho, é pequenino
Com um sorriso de abafar!
Deus lhe deu lindo destino
E é nele que vou votar.
Seu nome começa com gê
Oh! Ge-Ge! Vem nos salvar
O Povo só quer você
E só em você quer votar.
Do povo no coração
Seu nome gravado está
Do Brasil é redenção...
Quem é ele?! Quem será?”¹⁹

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

Entre as várias razões do porque “ser getulista” ou do “porque Getúlio voltará” aparecem justificativas de fundo histórico associadas às várias realizações durante o primeiro governo, de cunho desenvolvimentista e nacionalista: descoberta do petróleo no Brasil, início da construção da Companhia Siderúrgica Nacional, instalação da Companhia Vale do Rio Doce e da Fábrica Nacional de Motores, construção de estradas de rodagem como a Rio-Bahia, eletrificação da Estrada de Ferro Central do Brasil, amparo à lavoura e criação do Departamento de Obras contra a Seca. Além disso tudo, a mitificação colocava Getúlio governando ao lado dos trabalhadores, “doando” uma “legislação trabalhista das mais perfeitas do Universo, com direito a férias remuneradas e estabilidade no emprego (antes os trabalhadores eram escravos)”. Na questão política, a ditadura de 1937 é explicada “em virtude da situação internacional”, mas com o fim da guerra, Getúlio poderia governar democraticamente.

Todas essas realizações, fruto do significado de “outubro de 1930”, são vistas como uma obra de criação ou de fundação de um Brasil nacional, mas haviam sido abruptamente interrompidas pela deposição de “outubro de 1945”, “a mais tenebrosa noite nacional ... onde os restos mortais da velha república ressurgiram como a Phenix, envoltos em pedaços de carne descomposta (sic) e uniram-se nos que saíram do ostracismo social e econômico transformando-se em falsos salvadores, compenetrados de políticos evidentes, graças à compaixão e complacência de Getúlio Vargas”²⁰. Em seguida à “traição”, Getúlio retira-se para o Getsêmani no seu auto-exílio em Itu, como forma de preparar a rearticulação política de novo quadro que surge em 1945. O tom de chamamento para a sua volta ao poder, destaca a total pertinência do percurso político de Vargas e o que é também importante, sem provocar rupturas radicais:

“Getúlio, onde estás que não respondes? Venha acalmar os nossos desejos e as nossas saudades...Não queremos regimes importados de além-mares, queremos as tuas leis e teu amparo, as tuas idéias são nossas, somos todos CRISTÃOS e DEMOCRATAS”²¹.

A utilização no discurso e na imagética política de elementos religiosos pertencentes ao imaginário popular é um fator importante na tentativa de unir tradição e modernidade, já que ao mesmo tempo em que resguarda os limites de avanço político, mantém o apoio em bases ideológicas seguras. Por outro lado, a eficácia do discurso populista fica condicionada à competência na conciliação entre o “popular” e o projeto “nacional” que se almeja e que de alguma forma rompe com

determinadas formas de dominação vigentes. Isto fica claro no “Padre Nosso Getulista”, também divulgado na campanha eleitoral de 1950:

“Protetor nosso que estais em São Borja, honrado seja o vosso nome; venha a nós a vossa proteção, seja feita a vossa vontade, assim no Sul como no Norte; os direitos nossos de cada dia nos dai hoje; e perdoai-nos as nossas imprudências, assim como nós perdoamos aos nossos persiguidores, e não nos deixeis cair no comunismo, mas livrai-nos do capitalismo. Amém”.

Para Marilena Chauí, *cultura popular* significa “um conjunto disperso de práticas, representações e formas de consciência que possuem lógica própria (o jogo interno do conformismo, do inconformismo e da resistência), distinguindo-se da cultura dominante exatamente por essa lógica de práticas, representações e formas de consciência”²². Ao se constituir num sistema de representação, a cultura popular traduz as várias referências míticas e históricas que estabelecem um encadeamento capaz de situar os indivíduos dentro de uma trajetória com passado mergulhado em um tempo perdido.

Ao estabelecer a perspectiva de tempo tridimensional, onde o diálogo entre uma experiência mítico-histórica (associação entre simbologias religiosas e significados do primeiro governo Vargas) e um projeto político que se pretende desenvolvimentista tendo em vista a modernidade e o futuro - o populismo mostra todas as suas virtualidades em conciliar tempos e estabelecer compromissos entre setores sociais diferenciados.

Em 1950 a temporalidade dominante é a expectativa que marca a volta de Getúlio e onde já aparece a idéia do sacrifício do Messias, tema fundamental no contexto da tradição judaico-cristã. É o próprio Vargas que assim enuncia no rascunho de um “Manifesto ao Povo Brasileiro”, desse mesmo ano:

“Se o meu sacrificio for um bem para o Brasil e para seu povo, levai-me convosco ... Já estou próximo ao fim, e não me arreceio dos riscos que possam trazer as eventualidades duma luta. Seria até um fim digno duma longa existência. É apenas por vós que hesito. É o vosso sacrificio que desejo evitar”²³.

Aqui já entramos na segunda temporalidade, a da *presença* de um líder salvífico, momento em que “o curso da história está prestes a se relizar, mas aquele

²⁰ Idem.

²¹ Idem.

²² CHAUI, Marilena. *Conformismo e Resistência, Aspectos da Cultura Popular no Brasil*. 4ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 25.

²³ Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.04.19/3 (FGV-CPDOC).

também em que a parte da manipulação voluntária recai com maior peso no processo de elaboração mítica”²⁴. Durante esse *tempo da presença*, que é também *tempo das provações*, o posicionamento de Getúlio como líder que deve se sacrificar é recorrente, seguindo a tradição dos heróis civilizadores como Prometeu, que se vêem penalizados por forças superiores que não permitem a revelação ou a doação do progresso aos mortais. Também no caso específico da tradição judaico-cristã, a provação e o sacrifício vicário são aspectos centrais da doutrina redentora encarnada na figura de um “Cristo” que deve padecer em nome de todos como forma de resgate. Parece que esse sentido de apelo a uma identidade redentora está amplamente difundida no imaginário popular, como pode testemunhar esta carta a Getúlio:

“... peço em nome de todos os meus e das mulheres mineiras ardentes admiradoras apresente candidato para o bem do Brazil e dos pobres, que só eu sei que estão sofrendo, volte a governar, vivo na esperança de seu grande sacrifício, e Deus e a Virgem Maria proteja, tenho fé estou resando, volte mais uns annos, todos os mineiros ainda não tiramos seu *retrato da parede* ...”²⁵

A simbologia do retrato pode ser interpretada como um reforço da presença no tempo e no espaço em contraposição à fluidez dos eventos cotidianos. O “retrato na parede” é a presença constante, podendo adquirir o sentido de um verdadeiro ícone ao qual se atribuem valores míticos e religiosos. Durante o Estado Novo, o DIP recomendava que nas repartições públicas o retrato de Vargas tivesse seu lugar de honra, no caso dos gabinetes oficiais a norma era compulsória. No carnaval de 1951, a marchinha de Haroldo Lobo e Marino Pinto, “Retrato do Velho”, gravada por Francisco Alves, exaltava a volta de Getúlio sugerindo a reinstalação dos retratos nas paredes: “Bota no mesmo lugar, o sorriso do velhinho faz a gente trabalhar”²⁶.

Também na documentação referente à Agência Nacional, durante o segundo governo Vargas, foram encontradas várias cartas provenientes em grande parte do interior, muitas de Minas Gerais, com pedidos de retratos e fotografias de Getúlio, inclusive solicitando sua permanência por mais quinze anos no poder:

“Ubá, 14 de fevereiro de 1951

Exmo. Snr. Dr. Getúlio Vargas

²⁴ GIRARDET, R., *Op. cit.*, p. 72.

²⁵ Arquivo Getúlio Vargas, GV 50.01.10 misc. (FGV-CPDOC) (grifos nossos).

²⁶ SEVERIANO, Jairo. *Getúlio Vargas e a Música Popular*. Rio de Janeiro: FGV, 1983, pp. 52-53.

Saudações respeitosas

Primeiramente meus respeitosos cumprimentos. O fim desta é para enviar-lhe o meu abraço e meus sinceros parabens pela volta de V. Excia, pois ha cinco anos esperava ancioso a sua volta! Desejava ir-me pessoalmente mas não me foi possivel pois sou operário e as minhas férias não saíram a tempo, mas eu não podia deixar de enviar-lhe esta missiva com o meu coração cheio de alegria pela volta de V. Excia. Peço-lhe desculpar-me pelos erros pois quem lhe escreve é um simples operário mas que muito o admira e implora a Deus para que V. Excia governe mais quinze anos. Meu respeitável abraço ao senhor e Dna. Darcy.

Despede o grande admirador de V. Excia. Manoel Sebastião; meu endereço Companhia Telefonica Brasileira

Ubá Minas E.F.C.

Dr. peço-lhe desculpar-me estava me esquecendo desejo muito possuir um retrato de V. Excia e de sua Dssma esposa. Desde já agradeço, O mesmo²⁷

A Agência Nacional de Informações vinculada ao Ministério da Justiça foi instituída em 1945 para substituir o famigerado DIP criado em 1939 e subordinado à Presidência da República. Em 1946 foi finalmente consolidada como Agência Nacional, encarregada da divulgação dos atos emanados do governo federal mas sem as características de censura e propaganda ostensiva da congênere estadonovista. Afinal de contas vivia-se um período de ampliação do mercado político e afirmação do sistema pluripartidário, desfavorável ao funcionamento de uma agência fomentadora de uma imagem absoluta do poder executivo.

Essas várias cartas com pedidos de retratos e fotografias de Getúlio geralmente eram atendidas pela Agência Nacional, como forma de compensar a situação de “desarmamento publicitário” vivida nesse governo. O outro meio de divulgação mais explícita dos atos governamentais era basicamente o jornal “Última Hora” e, em menor escala, “O Radical”. Em contraposição se colocava toda a grande imprensa: os Diários Associados de Assis Chateaubriand com “O Jornal” e a pioneira TV Tupi, o grupo Roberto Marinho com “O Globo” e Rádio Globo, além do “Correio da Manhã”, “O Estado de São Paulo”, “Diário de Notícias”, “Diário Carioca”.

²⁷Processo nº 530. Agência Nacional, Série Correspondência Geral. Arquivo Nacional. Lata 200, 1951. Para uma análise da cultura política durante o período 1930-1945, ver FERREIRA, Jorge Luiz, “A Cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, 3(6):180-195,1990.

A prevalecência de uma imagem negativa do governo (corrupção e avanço sindicalista) reflete uma situação de crise política conjuntural fruto da intensificação e polarização do debate político e da desorganização das bases institucionais de apoio. O governo tenta responder a esse quadro utilizando uma imagética compatível com as novas regras do cenário político definidas na Constituição de 1946, mas mantendo os vínculos com a simbologia paternalista montada durante o primeiro governo.

Em meio à crise política que se aguça durante o ano de 1953, não faltaram manifestações de apoio a Getúlio comparando-o com o “Cristo (que) também recebeu muitas pedradas inconscientes e inconsequentes”²⁸ e que teve finalmente o seu momento de Calvário com a passagem para o terceiro tempo, o da *lembrança*: “aquele em que a figura do Salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações”²⁹.

Alçado ao *tempo da glorificação*, Getúlio finaliza seu trajeto com um ato dramático, de forte apelo emocional, conseguindo desarticular toda a coligação oposicionista. Na visão de Oswaldo Aranha, ao exigir de Vargas o “sacrifício altruístico”, “os Pilatos poderão lavar as mãos, mas jamais as consciências”³⁰. Em discurso no Senado em 1974, durante a passagem do vigésimo aniversário da morte de Vargas, o então senador Gustavo Capanema confere ao suicídio um sentido definitivo de missão histórica superior:

“Não lhe restava, como solução para ele honrosa, senão o que ele não queria: a porta estreita da sua imolação. Ele aceitou o holocausto, de alma tranquila e de coração manso, como Sócrates tinha aceitado beber a cicuta”³¹.

MITO E SIMBOLOGIA POLÍTICA

Talvez por ironia da história, o segundo governo Vargas começa com a “cristianização” do candidato do PSD (partido majoritário) nas eleições presidenciais de 1950 e termina com a auto-imolação daquele que havia sido sufragado nas urnas.

O dimensionamento do populismo não prescinde do arcabouço de uma cultura política dentro de um contexto dialógico entre líderes e setores sociais,

²⁸ Arquivo Getúlio Vargas, GV 53.10.07/1 (FGV-CPDOC).

²⁹ GIRARDET, R., *Op. cit.*, p. 72.

³⁰ Arquivo Getúlio Vargas, GV 54.08.00/4 (FGV-CPDOC).

³¹ Arquivo Getúlio Vargas, GV 74.09.05 (FGV-CPDOC).

principalmente as camadas populares, incluindo pressões bem variadas. A eficácia desse tipo de “pacto político” é medida pelo seu grau de envolvimento com o universo de valores e o sistema de representações, capazes de associar os atores políticos a símbolos e imagens míticas de alta pertinência histórico-ideológica.

O segundo governo Vargas, marcado pelo conteúdo de revivalismo mítico (o segundo advento), acionou na própria dinâmica do drama mítico a tragicidade da cena final (o sacrifício vicário), “oblação que se consuma no próprio holocausto”³². Se Getúlio morreu como ato de imolação, a sua trajetória, ou a sua culpa, foi ter assumido o caráter civilizador de um Prometeu punido pelo seu ato heróico de viabilizar o processo de consolidação do desenvolvimento industrial em bases nacionais.

Nesse caso, a comparação entre Vargas e a figura mítica de Prometeu não é gratuita. Com o objetivo de compor uma das fachadas da nova sede do Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, inaugurada em 1945, o ministro Gustavo Capanema encomendou a J. Lipchitz uma escultura em bronze do herói mitológico dominando o abutre. Com estilo modernista, o prédio conhecido hoje como Palácio Capanema, tem o traço original de Le Corbusier, projeto arquitetônico de Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Afonso Reidy, além dos azuleijos de Portinari. Dando prosseguimento ao processo de centralização política inaugurado em 1930, Capanema buscava unir tradição (memória) e materialidade (modernização) como forma de promover o sentimento de identificação de Vargas como líder nacional e mesmo como um autêntico herói civilizador³³.

No mito de Prometeu, o titã ousou desafiar a supremacia de Zeus distribuindo aos mortais o fogo como símbolo de todos os bens culturais da humanidade. Como castigo foi acorrentado nos rochedos escarpados da Cítia onde diariamente um abutre viria comer o seu fígado. Na peça teatral atribuída a Ésquilo, “Prometeu Acorrentado”, a tragicidade carrega um forte componente de virtude sacrificial. Graças ao demiurgo, os homens teriam se beneficiado de tudo que constitui o progresso.

Unir mito e história parece ser um procedimento de muita eficácia política e simbólica na constituição do tecido social. Na medida em que a escultura de Lipchitz apresenta um Prometeu “dominando o abutre” e não apenas sofrendo martírio, presente está a representação da resistência em meio à adversidade.

³² SILVA, Hélio. *1954: Um Tiro no Coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 31.

³³ TEIXEIRA, Osvaldo. *Getúlio Vargas e a Arte no Brasil, a Influência Direta dos Chefes de Estado na Formação Artística das Pátrias*. S.L., DIP, 1940.

Segundo Albin Lesky, na continuação da trilogia de Ésquilo, Prometeu não só se libertaria do rochedo como também teria se reconciliado com Zeus, pressupondo assim uma nova forma moral³⁴ e mesmo, de acordo com Vernant, “um ato de fé na cidade, na democracia, deste novo equilíbrio político entre as categorias sociais antagonistas”³⁵.

Em 12/02/52, menos de dez anos após a inauguração da obra de Lipchitz, Gustavo Capanema, então líder do governo Vargas na Câmara Federal, é desafiado pelo deputado udenista Aliomar Baleeiro a justificar aquela escultura. Capanema no discurso defende a idéia de que sempre haverá o “Prometeu” e o “abutre”, este último significando o espírito de destruição e desesperança, “a negação terrivelmente nietzscheana”. Em oposição Prometeu simboliza a construção, o raciocínio, o idealismo e a esperança - personagem representada aqui por Getúlio Vargas que finalmente irá dominar o abutre³⁶. Na Carta-Testamento atribuída a Vargas, esta alusão à rapinagem fica bem clara: “*Se as aves de rapina querem o sangue de alguém, querem continuar sugando o povo brasileiro, eu ofereço em holocausto a minha vida*”.

Vargas então representa o titã que doa o fogo (“progresso”) e luta contra o abutre (“forças retrógradas” e “interesses externos”), preso no rochedo da nação e aos desígnios fatalistas que o colocam como um mártir que se sacrifica por uma causa que o transcende porque vinculada a um imaginário coletivo que aceita a idéia do sacrifício vicário (tradição judaico-cristã) como via de mitificação e identificação histórica.

Este tipo de referência, presente na forma de arquétipo, e não necessariamente como modelo empírico, remete a um sistema de representação política passível de interpretações diferenciadas. Comparando a vida política com o teatro, Pierre Bourdieu enfatiza a relação simbólica entre significante e significado, entre *representantes* fornecendo uma *representação* e agentes, ações e situações representadas. Atuando como uma forma de capital simbólico, o capital político é “*crédito firmado na crença e no reconhecimento* ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa - ou a um objeto - os próprios poderes que eles lhes reconhecem”³⁷.

³⁴ LESKY, Albin. *A Tragédia Grega*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva, pp. 110-117.

³⁵ VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre os Gregos*. São Paulo: Difel/Edusp, 1973, p. 215.

³⁶ Anais da Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952, vol.IV, pp. 344-354.

³⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, pp. 175, 187 e 188. (grifos do autor).

O palco da crise de 1954 está relacionado com as incongruências da política de compromissos e que também se refletiu no insucesso da composição partidária tentada pelo governo. As pressões do setor operário nas greves de 1953 em São Paulo afastaram do governo parte dos setores industriais e comerciais³⁸. A visão que a elite tinha do populismo deixa transparecer sua preocupação com a presença das massas urbanas no cenário político e a ressurgência do movimento sindical. A revista “Anhembi”, dirigida por Paulo Duarte, no seu primeiro número, publicado em 1950, assim descreve a volta de Vargas:

“No dia 3 de outubro, no Rio de Janeiro, era meio milhão de miseráveis, analfabetos, mendigos famintos e andrajosos, espíritos recalçados e justamente ressentidos, indivíduos tornados pelo abandono homem boçais, maus e vingativos, em grande parte, mas portadores de um título eleitoral, que desceram dos morros embalados pela cantiga da demagogia berrada de janelas e automóveis, para votar na única esperança que lhes restava: naquele que se proclama pai dos pobres, o messias-charlatão que prometia a liquidação imediata das classes exploradoras ... à custa das misérias desta imensa favela que o sr. Getúlio Vargas poderá fazer do Brasil”³⁹.

O quadro político em 1954 estaria, assim, traduzindo o afastamento de interesses dominantes, paralelamente à falta de uma base “trabalhista” de apoio capaz de sustentar o governo. Ou seja, a crise é o resultado das próprias contradições do populismo na dupla face de sua ideologia: “a *desenvolvimentista*, voltada a incentivar a acumulação de capital dentro dos marcos de uma sociedade capitalista, e a *trabalhista*, procurando inserir os trabalhadores dentro desta sociedade em construção”⁴⁰. O governo teria falhado na sua proposta de viabilizar a acumulação com apelos distributivistas na busca de legitimidade e sustentação política.

Nesse momento, a convivência entre o conteúdo personalista da liderança populista no governo, com as práticas políticas pluralistas do sistema partidário no Congresso, não conseguiu superar os impasses da conjuntura. Nessa tentativa de compatibilização, Vargas reconhece novos parceiros políticos, busca atraí-los para um governo conciliador, mas sua “imagem tradicional” de líder carismático impede uma melhor adequação no novo contexto do mercado político. A grande imprensa não o perdoa pelos anos de censura estadonovista, os udenistas divergem das suas

³⁸ MOISÉS, José Álvaro. *Greve de Massa e Crise Política*. São Paulo: Pólis, 1978; BOITO JR., Armando. *O Populismo em Crise. (1953-1955)*. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1976.

³⁹ *Revista Anhembi*. São Paulo, 1950, vol.1, nº 1, p.129.

⁴⁰ FONSECA, Pedro César D. *Vargas: o Capitalismo em Construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 456. (grifos do autor).

práticas estatizantes e “nacionalistas”, o PSD nunca abandonou suas posições conservadoras e o PTB, dividido entre “pragmáticos” e “doutrinários”, se vê mal representado no governo. Praticamente o único sustentáculo de Getúlio era a própria imagem do líder nacional, apesar de todo o desgaste com a campanha da oposição. Na medida em que o discurso oposicionista enfocou toda a ação na figura do presidente e nas diversas modalidades políticas nas quais se expressava o prestígio de Vargas - getulismo, trabalhismo, nacionalismo - ele acabou por dar consistência ao mito que queria destruir, e com isso também evitou que a situação de crise extrapolasse para o campo institucional⁴¹.

Pelo que se depreende do jornal “Última Hora”, o apoio popular como reação à onda oposicionista não veio como esperado. Foram feitas várias tentativas para agregar forças populares e demonstrar o esteio “trabalhista” do governo: em junho de 1954 foi criada a coluna diária “Problemas e Reivindicações”, depois transformada em “Coluna do Trabalhador”; foi constituído um “Escritório Trabalhista” na própria redação do jornal, onde advogados se prontificavam a orientar o trabalhador em assuntos de seu interesse. De qualquer forma, não se repetiu a eficácia da atuação do ministro Alexandre Marcondes Filho nas suas palestras ao pé do rádio durante o período de 1942-1945, “quando a questão da mobilização de apoios sociais tornou-se uma necessidade inadiável ante a própria transformação do regime”⁴².

Não conseguindo romper as correntes do rochedo escarpado, parece que para Getúlio só tinha restado a entronização pela via do martírio, apelo popular de grande reconhecimento no plano do imaginário coletivo. Na análise da “edificação hagiográfica”, Michel de Certeau considera que este tipo de relato dramático marcado pelo tempo das provações (combates solitários) e pelo tempo de glorificações (milagres públicos) marca a passagem do privado ao público. “Como na tragédia grega, conhece-se o resultado desde o início, com a diferença de que lá onde a lei do destino grego supunha a queda do herói, a glorificação de Deus pede o triunfo do santo”⁴³.

CONCLUSÃO

Na perspectiva da cultura popular o reino da necessidade caminha junto com a perspectiva da esperança renovada, o “materialismo animista” não leva ao *desencantamento* do mundo⁴⁴. Qualquer ensejo de *reencantamento* em meio ao

⁴¹ D'ARAÚJO, Maria Celina S., *Op. cit.*, p. 35.

⁴² GOMES, Angela C., *Op. cit.*, p. 277.

⁴³ CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p.273.

⁴⁴ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, pp. 324-326.

quadro de carência material viceja uma identificação positiva com entidades anímicas, forças sobrenaturais, crenças e devoções baseadas no arcabouço do sistema de representação. Para os setores populares vencerem as dificuldades do mundo material e da própria natureza, a fé em poderes simbólicos tanto pode se corporificar em reis, que com um toque curam escrófulas⁴⁵, quanto em líderes populistas doadores de leis trabalhistas. Não faltaram comparações entre a “manhã do 24 de agosto de 1954” e a “noite de São Bartolomeu” quando, no mesmo dia, em 1572, ocorreu o massacre dos huguenotes: dias aziagos, mês de desgostos, experiências traumáticas.

Ao sacrifício de um líder carismático espera-se como resposta sua ascensão ao panteão dos mártires e a devoção a sua memória. O comportamento popular, atendendo a ambos os apelos, respondeu em comoção nacional, levando ao paroxismo a sacralização de sua imagem. Segundo Luiz Eduardo Soares, “a morte foi, para ele (Getúlio), artifício da virtude. Acuado, atingido em sua honra e em seu poder, acusado de trair o interesse comum e o bem público para beneficiar o projeto egoísta, individual, encontrava-se, em agosto de 1954, politicamente morto e, paradoxalmente, desindividualizado - tornara-se mais um. Parecia condenado a descer do Palácio do Catete para fundir-se, virtualmente anônimo, às multidões solitárias. Antecipou-se ao golpe, golpeando-se a si mesmo, atingindo seu próprio corpo. Logrou, pelo suicídio, reviver politicamente e sobreviver aos seus adversários. Voltou a individualizar-se, distinguindo-se como objeto da comoção nacional e ator do novo processo que desencadeou, enquanto agente produtor de fatos significativos e protagonista central de seus desdobramentos, mesmo *in absentia*”⁴⁶.

Acionado o paradigma cultural do sacrifício cristão, o passamento de Vargas estabelece simbolicamente o significado de justiça ao preço mais alto, único caminho na busca da redenção. Quando Pierre Nora considera que a morte de De Gaulle foi um acontecimento que diz “providencialmente mais do que toda a sua vida havia expressado”, é porque para o autor, “o acontecimento testemunha menos pelo que traduz do que pelo que revela, menos pelo que é do que pelo que provoca. Sua significação é absorvida na sua ressonância; ele não é senão um eco, um espelho da sociedade, uma abertura”⁴⁷. Por analogia, a morte de Getúlio revela com mais intensidade os significados de todas as realizações da “era Vargas”, o coroamento, com espinhos, de uma missão consagradora.

⁴⁵ BLOCH, Marc. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁴⁶ SOARES, Luiz Eduardo. *Os Dois Corpos do Presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993, p. 153.

⁴⁷ NORA, Pierre. “O Retorno do Fato”. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: Novos Problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 188-189.

É bom ressaltar que o movimento da sociedade também está refletido na memória histórica, que não deve ser vista apenas como a “urdidura do poder”, resultado da ação exclusiva de protagonistas e elites dominantes. O mito também é construído a partir de uma relação ou interação com a sociedade. Ao atuar no campo das permanências, a cultura política e as tradições populares perpassam o tempo, invadem o presente e não temem o futuro - seu lugar está no imaginário.

COMUNICAÇÃO

Organizaciones obreras, clase obrera y vida cotidiana de los obreros: nuevos conceptos en la historiografía de los movimientos obreros en Europa.***HENRIKE FESEFELDT****Bielefeld - Alemanha**

I. En los últimos veinte años, la historia del movimiento obrero ha sido uno de los temas que más publicaciones ha suscitado por parte de la historiografía europea. Esto se debe sobre todo al desarrollo y la difusión del enfoque historiográfico de la *Historia social*, un enfoque que se dedica fundamentalmente al análisis de los grupos sociales en las sociedades industriales a partir del siglo XIX. En los años sesenta y setenta la investigación sobre la formación de la clase obrera y sobre las estructuras económicas y sociales que formaron la base de este proceso ha sido objeto de trabajo para muchos historiadores. Sin embargo, en los años ochenta ha surgido una corriente criticando la *Historia social* del movimiento obrero. Esta corriente denuncia que la *Historia social* tiende a describir la formación de la clase obrera y de sus organizaciones políticas y sindicales como una sucesión de éxitos en el camino hacia el “progreso”, y que muestra una dependencia teórica con las teorías de la modernización. Los críticos insisten en los costes sociales de la formación de la “sociedad moderna” y exigen la investigación de la vida cotidiana de los obreros como punto de partida para comprender las experiencias y las formas de su acción.

En mi conferencia voy a hablar sobre las tendencias teóricas y metodológicas más recientes en la historiografía del movimiento obrero, centrándome en la discusión de dos corrientes: la *Historia social* y la *Historia de la vida cotidiana*. Me voy a referir a las innovaciones de la historiografía europea en general, aunque pondré un cierto énfasis en lo que se está haciendo en Alemania,

* LPH: Revista de História não se responsabiliza pela revisão ortográfica de trabalhos em língua estrangeira.

en parte porque en este país la discusión sobre la teoría y los métodos se ha producido con mayor insistencia, dejando muy claras las líneas del debate. Antes de empezar tengo que hacer dos observaciones. En primer lugar, cuando hablo de “Historia social”, no me refiero a una subdisciplina al lado de la “historia económica” o la “historia política”, sino a un modelo interpretativo de la historia, que integra el análisis de las diferentes esferas de la realidad social. Para mayor claridad: se trata más de “historia de la sociedad” en su conjunto que de “historia social” de las partes que la componen. En segundo lugar, la historiografía europea sobre los movimientos obreros se centra preferentemente en el siglo XIX y principios del siglo XX, analizando la formación y la organización del movimiento obrero europeo. Tal vez no todos los elementos del debate sean válidos para el análisis del movimiento obrero latinoamericano, que se ha desarrollado dentro de contextos económicos y sociales en parte diferentes. La formación del movimiento obrero europeo se ha efectuado dentro del contexto de la formación de la sociedad de clases en el capitalismo industrial, un contexto que no es del todo comparable a la formación de los movimientos obreros en sociedades integradas en estructuras de dependencia económica dentro de la economía mundial e inmersas hoy en día en una crisis industrial. Sin embargo, espero que la discusión de teorías, métodos y conceptos historiográficos pueda aportar algunas ideas y sugerencias para el proyecto de investigar la historia de la CUT y fomentar el conocimiento sobre los orígenes y el desarrollo del movimiento obrero en Brasil.

II. En prácticamente todos los países europeos la historiografía de los movimientos obreros solamente ha experimentado una difusión más amplia después de la Segunda Guerra Mundial. En los años anteriores, la historia del movimiento obrero había sido escrita en su mayor parte por miembros del movimiento obrero mismo, mientras que el mundo académico mostraba un desinterés prácticamente absoluto por el tema. Parece, que en cuanto se consideraba al movimiento obrero un enemigo de la sociedad capitalista, el esfuerzo por fomentar el estudio de su historia era nulo, ya que el objetivo de la burguesía consistía en evitar la emancipación política de la clase obrera. Solamente después de la Segunda Guerra Mundial, cuando la construcción de los Estados de Bienestar tendió a minimizar el conflicto entre capital y trabajo, y sobre todo con la inclusión de algunos partidos socialistas en la responsabilidad del gobierno, la historia del movimiento obrero se extendió fuera de los medios obreros propiamente dichos.

El peso de la producción historiográfica en un primer momento se centró en trabajos sobre los partidos, sindicatos y asociaciones obreras, es decir en La

historia de las organizaciones obreras. Se describían sus orígenes, su lucha para mejorar la situación de los trabajadores y para conquistar cuotas de poder político, analizando sus programas, sus estrategias electorales y las posiciones políticas que iban adoptando a lo largo de su historia. En el contexto de las revueltas estudiantiles de los años sesenta también se pudo percibir un interés renovado por los debates ideológicos de los partidos obreros sobre los conceptos de la revolución, del reformismo y del revisionismo y también por el análisis de las luchas entre las diferentes fracciones ideológicas dentro de los partidos obreros. Si para algunos historiadores se trataba de describir y legitimizar las razones por las cuales el movimiento obrero había elegido la vía reformista para cambiar las estructuras de desigualdad social, para otro grupo se trataba de buscar y reivindicar la tradición revolucionaria y de lucha de clases del movimiento obrero europeo.

De todas formas, los enfoques conceptuales y metodológicos seguían siendo los de la historia política, investigando la evolución de las organizaciones políticas, su participación en los debates políticos de la época, sus líderes, sus programas y sus ideologías.

III. Este tipo de historiografía representa hoy en día solamente un aspecto lateral de la investigación sobre el tema. Esto es debido a las innovaciones conceptuales y metodológicas que ha supuesto la introducción de la *História social* a partir de los años setenta. El supuesto básico de esta corriente historiográfica consiste en el postulado de no interpretar el acontecimiento político como una esfera autónoma, sino como el resultado de una determinada combinación de estructuras económicas y sociales. Esta idea ha supuesto un cambio fundamental del paradigma historiográfico, ya que se ha empezado a investigar las estructuras económicas y sociales como causa fundamental del cambio social. La investigación se centra en las estructuras económicas y en los grupos sociales sustituyendo la historia política tradicional. El campo preferido de la *História social* ha sido el análisis de los grandes procesos de transformación social relacionados con la industrialización y con la articulación de la sociedad de clases, con la formación de la burguesía y de la clase obrera y con el surgimiento de los conflictos entre ellos. Mediante la aplicación de modelos teóricos y dejando atrás una historiografía meramente descriptiva, se intenta explicar la interdependencia entre las estructuras económicas, las estructuras de desigualdad social y las articulaciones políticas y culturales de los diferentes grupos sociales.

Con la introducción de la *História social*, la história del movimiento obrero ha dejado de investigar las organizaciones obreras para dedicarse a los obreros como grupo social. El objetivo central es averiguar los factores económicos y sociales que han causado la formación de la clase obrera como capa social claramente diferenciada de la clase burguesa, de la pequeña burguesía, del artesanado y de otros grupos sociales. Este proceso se ha entendido como un proceso de formación y de descomposición continua, en el cual ha habido grupos que se integraban en la clase obrera y otros que dejaban de pertenecer a aquella. Se intenta aislar los factores económicos y sociales que diferenciaban a los obreros de otros grupos, y los factores que causaban entre los obreros su creciente homogeneidad y subsiguiente capacidad de organizarse en defensa de sus intereses económicos y políticos. Estas corrientes han surgido en todos los países europeos; en Francia habían sido desarrollados por la escuela vinculada a la revista *Annales*, y en Inglaterra habían sido estimuladas por el estudio de E.P.Thompson sobre *The making of the English Working Class*, publicado en 1963. Este libro describió la formación de la clase obrera sobre la base de varios grupos sociales, como eran los artesanos amenazados por el proceso de proletarización, grupos pertenecientes a la heterodoxia protestante y luchadores por los derechos del hombre, la libertad de asociación y de prensa, grupos que mediante su movilización de protesta social iban formando una clase social. Sin embargo, en este enfoque de Thompson, los factores que han causado la cohesión entre los obreros son los elementos culturales y la experiencia de la protesta; la falta de una integración de los factores económicos ha sido uno de los motivos de la crítica de los puntos de vista de Thompson.

Una de las características de la *História Social* es su insistencia en desarrollar enfoques teóricos para analizar los procesos del cambio social. En gran medida influenciada por las ciencias sociales, sobre todo por la *Sociología* y por las *Ciencias políticas*, se ha definido una *Ciencia Social Histórica*, orientada hacia los métodos del análisis sociológico de grupos y clases sociales. Sobre la base teórica de análisis marxista de las sociedades capitalistas se ha construido un modelo de formación de clases, ampliado por las teorías del sociólogo alemán *Max Weber*. La ventaja de los conceptos marxistas es el hecho de que relaciona y explica los cambios económicos y sociales promovidos por la industrialización y la introducción del capitalismo. Pero su debilidad es la doble función del concepto de clase en Marx. Por un lado se trata de un concepto objetivo para el análisis de grupos económicos y sociales. Por otro lado es un concepto subjetivo, de autodefinition de la clase obrera que implica expectativas teleológicas sobre el desarrollo económico, social y político de las sociedades industriales. Este hecho merma su valor como categoría analítica, porque implica un determinismo histórico: la clase obrera en formación tiene que actuar según algunas pautas definidas, y si no lo hace, es debido a su llamada falsa consciencia.

El concepto de clase de Max Weber permite un análisis más detallado de las clases sociales en el proceso de su formación e interacción. La categoría central del concepto marxista para definir la pertenencia a una clase es la posesión o la privación de los medios de producción. En la teoría weberiana, la pertenencia a una clase depende de la posición del individuo en el mercado de trabajo y de bienes de consumo, una posición que determina sus intereses. Así, por ejemplo, hay que distinguir al obrero con una cualificación artesanal y con medios de subsistencia adicionales - por ejemplo un trozo de tierra - del obrero no-cualificado asalariado. Con este concepto se pueden distinguir las diferencias de intereses dentro del grupo obrero mismo, en dependencia de su definición profesional, su origen regional y su ocupación en sectores industriales y artesanales diferentes. La cuestión central es saber cómo se produjo una cierta identidad de intereses entre las diferentes capas obreras que llevaban a formas de organización conjunta. También hay que tener en cuenta la influencia de lealtades paralelas, como las religiosas, étnicas, generacionales y las de sexo. Mediante esta categoría es posible analizar la estructura de los diversos grupos, que a lo largo del proceso de formación de clase ha proporcionado su base social, pero también es un medio para entender la descomposición de las clases sociales en desarrollo de las sociedades industriales.

Preguntar por los procesos de formación de clase es preguntar por las condiciones que determinaban la capacidad de los obreros de organizarse y defender sus intereses, en vez de describir sus formas de organización. Los historiadores sociales intentan definir los factores que han hecho de un grupo social altamente heterogéneo, como son los obreros, una unidad más o menos homogénea, que ha sido capaz de construir una organización para defenderse. Analizando la introducción de la economía capitalista se puede ver, dónde confluían los intereses económicos de diferentes sectores obreros frente a los intereses del patrono. A la vez, la condición de trabajador asalariado llevaba a la formación de lazos sociales entre los obreros, que eran debidos a su condición obrera. La construcción de barrios obreros dentro del proceso de urbanización, la marginación social que se expresaba mediante el impacto de ciertas enfermedades típicamente obreras, el crecimiento de lazos familiares entre grupos obreros de formación y cualificación diferente, produjo una serie de experiencias comunes. Es de suponer que la acumulación de estos factores sociales aumentó la probabilidad de que el obrero se diese cuenta de que compartía su condición social con otros obreros asalariados. Es decir, no solamente la condición dependiente del trabajador asalariado, sino también su percepción del entorno social pudo ser la causa para la acción colectiva. Solamente cuando estos criterios económicos y sociales diferencian a los obreros claramente de la burguesía y de otros grupos sociales es legítimo hablar de una clase obrera. El paso teórico de este modelo de más difícil comprobación empírica es el de la toma de consciencia del obrero, ya que para verificar ésta hacen

falta fuentes de los obreros mismos, hablando de su percepción de la situación social. Debido a que estas fuentes son muy escasas, los historiadores han recurrido al método de la prueba indirecta.

Estas propuestas conceptuales exigen un proyecto de investigación altamente complejo. Las cuestiones se centran en una diversidad infinita de aspectos, tanto en la vida dentro del trabajo como en la vida fuera del trabajo. Para conocer la estructura interna del estrato obrero hay que analizar factores como la procedencia, la formación profesional, la estabilidad en el empleo, las formas de subsistencia, la evolución de los ingresos y del mercado del trabajo, el tamaño de los talleres y de las fábricas, las posibilidades de ascenso profesional y la movilidad de los obreros. Estas informaciones se consiguen en gran medida a través de fuentes estadísticas, como los registros urbanos, las estadísticas industriales, los censos de población y de migración y los anuarios estadísticos. Así es posible conocer la situación en el mercado de trabajo de los grupos obreros de formación y de sectores industriales diferentes y la mejora o el deterioro de su posibilidad de defender su nivel de vida y su estatus dentro de un sistema de desigualdad social. Fuera de la vida del trabajo se analizan elementos como la localización de la vivienda obrera dentro del espacio urbano, formas específicas de vivir, la estructura de los matrimonios y el aumento del conubio (matrimonios dentro del mismo grupo social), la estructura familiar según el número de hijos, su formación escolar y profesional y las estructuras de la sociabilidad. Con la cuantificación de los datos se puede demostrar, en qué medida los obreros estaban confrontados con condiciones de vida cada vez más semejantes. Sin embargo, la prueba de que se iba formando una conciencia de clase es la parte más difícil, ya que solamente en pocos casos hay fuentes biográficas de los obreros mismos que hablen sobre la percepción de su situación social. Normalmente el investigador intenta lograr una densidad máxima de datos sobre los cambios en las estructuras sociales y los combina con los testimonios obreros accesibles. Otro método es el recurso a fuentes adicionales, como puede ser la prensa burguesa, haciendo una lectura crítica y teniendo en cuenta su percepción específicamente burguesa de la clase obrera. Luego se analiza la movilización sindical o política de los obreros, tomando los conflictos sociales y laborales como una prueba de que había una cierta coherencia y la capacidad para la acción colectiva entre los trabajadores. Los orígenes y las causas de estos conflictos normalmente dan informaciones sobre los intereses concretos de la movilización obrera y su percepción de la situación social. Es decir, la investigación del conflicto social sirve como pieza de unión entre la historia de los obreros y la historia del movimiento obrero. Relacionando los resultados sobre la situación económica concreta de los obreros, sus intereses específicos según industrias, se pueden analizar sus formas de acción, sus objetivos en las luchas, y también las opciones políticas emprendidas. Con esto, la discusión de los

programas políticos y de las fracciones ideológicas dentro del movimiento obrero tienen solamente un lugar secundario, siempre enfocada hacia las estructuras socioeconómicas que los motivan.

La complejidad de este tipo de análisis ha tenido la consecuencia, que en medida creciente se están llevando a cabo estudios regionales y locales. Otro enfoque se concentra en el análisis del desarrollo de grupos profesionales, de obreros de determinadas industrias o del trabajo en empresas especiales. Existe una cantidad de estudios comparativos entre dos o más ciudades o regiones y entre grupos profesionales diferentes. Sin embargo, el enfoque preferido ha sido el del estudio local, ya que dentro de este marco se puede observar la interrelación de los grupos sociales, su cambio estructural y la forma del conflicto social y político. Así por ejemplo se ha podido investigar, en qué medida había una relación entre las organizaciones de los trabajadores urbanos preindustriales y las primeras organizaciones genuinas del movimiento obrero. Se ha visto que en las primeras etapas predominaba un tipo de obrero cualificado, con tradiciones organizativas preindustriales y una cualificación profesional que le proporcionaba una posición de negociación frente al maestro y le habilitaba para la defensa de sus intereses. Pero también la defensa del estatus social era un motivo importante para la movilización de los obreros cualificados que han sido un grupo clave para la construcción de las primeras organizaciones obreras. Solamente a finales del siglo XIX las grandes masas de obreros de fábrica sin cualificar ganaban un peso mayor con la formación de grandes sindicatos de masa. También se podía comprobar que en ciertas regiones ha habido una influencia de lealtades religiosas o étnicas sobre el proceso de formación de clase. En cambio, se ha llegado también a una valoración más positiva del sindicalismo católico, viéndolo como un compromiso entre las lealtades de clase y religión de los obreros.

Dentro de la historia social se han establecido unos campos de investigación especiales. Uno de ellos es el análisis del conflicto social que trata la relación entre determinadas estructuras de desigualdad social y el conflicto colectivo. Abarca sobre todo formas del conflicto preindustrial con niveles de organización bajas, como por ejemplo las protestas y las revueltas populares contra el precio de las subsistencias y el aumento de los impuestos. En cambio, la investigación de la huelga discute el desarrollo del conflicto industrial, con formas más racionalizadas y niveles de organización más altos y pregunta por su importancia como punto de partida de la organización sindical. Un tema de discusión actual es la cuestión si el conflicto industrial tiene como consecuencia necesaria la formación de organizaciones sindicales y patronales, el establecimiento de canales de negociación colectiva para su resolución y la creación de un equilibrio entre los intereses del capital y del obrero mediante la construcción de el

sistema del convenio colectivo dentro de la legislación del estado de Bienestar. Hoy en día parece claro, que el conflicto industrial depende en primer lugar de la coyuntura económica y se caracteriza por fases de una conflictividad industrial alta es períodos de depresión económica. Así, el establecimiento del Estado de Bienestar es más bien un proceso discontinuo, que se lleva a cabo entre fases de una conflictividad reducida y fases más discutidas.

Otra materia de investigación que se ha establecido sobre todo en la historiografía angloamericana se denomina “Industrial Relations” y analiza las estructuras y relaciones sociales que crea el proceso de la producción industrial. Se centra en las relaciones entre obreros e industriales, entre sus asociaciones respectivas, la actuación del estado y las posibilidades de ejercer influencia sobre él. También se analiza el desarrollo del conflicto industrial, orientado a la actuación del estado, tanto respecto a su política económica y legislativa, condicionando así el marco para las reformas de producción, como respecto a su actitud frente a las organizaciones de intereses patronales y obreras. Pero este enfoque no trata explícitamente el proceso de la formación de clases en sus dimensiones sociales y económicas; el proceso del cambio de las estructuras sociales en la sociedad industrial solamente forma una cuestión lateral dentro de este enfoque.

La innovación más importante de la *Historia Social* ha sido el basarse en modelos teóricos que han dejado atrás una historiografía descriptiva y narrativa. Hoy en día prevalecen los enfoques analíticos que intentan explicar las relaciones e influencias recíprocas entre factores económicos, sociales, culturales y políticos en la formación de la sociedad moderna, tratando de aclarar el rol y la importancia específica que ha tenido la clase obrera y su organización dentro de este proceso en relación con otros grupos sociales. Sin embargo, hay que reconocer, que casi todos los estudios han tenido como marco de interpretación implícito el desarrollo de las sociedades industriales modernas. Analizando la emancipación económica y política de la clase obrera, su integración y su creciente participación en la articulación de su voluntad política, junto a la democratización de los sistemas políticos y la organización y nivelación de los conflictos de clase por medidas de previsión social. Este ha sido el proceso identificado como básico en los últimos dos siglos. Es decir, la interpretación de la historia del movimiento obrero ha enfocado un desarrollo de la sociedad dirigido hacia la construcción del Estado de Bienestar, interpretado como proceso modernizador hacia el progreso social.

IV. Precisamente esta línea de interpretación ha sido una de las causas para el desenvolvimiento de una corriente crítica de la *Historia Social del movimiento*

obrero a partir de los años ochenta, una tendencia que ha conducido al desarrollo de nuevos conceptos y métodos. Después de la euforia de las teorías de la modernización de los años sesenta y setenta, basadas sobre el ciclo de expansión industrial y los conceptos del desarrollo mundial, a partir de los años ochenta se ha empezado a insistir sobre los aspectos negativos y los costes del desarrollo. Por un lado es evidente, que el crecimiento industrial de las sociedades europeas solamente ha sido posible a costa de las reservas humanas e económicas del Tercer Mundo, y también en el Primer Mundo se han visto las caras feas de la modernización, como el aislamiento del individuo, el predominio de la tecnología, el consumo de masas, etc.

La historiografía del movimiento obrero ha sido el centro de las críticas. Se le ha inculcado de perderse en modelos teóricos, que no tendrían nada que ver con la existencia real de los obreros, de basarse demasiado en métodos cuantificativos, detrás de los cuales sería imposible percibir la situación de opresión y pobreza del trabajador. Otro reproche es que conforme a su concepción del progreso social, han sido investigados solamente los grupos obreros que habían sido capaces de defender sus intereses a lo largo de la industrialización y que habían logrado conseguir una representación económica y política. En cambio, los grupos marginalizados, como los obreros sin cualificar, los vagabundos, las mujeres y los parados, pero también los grupos que en la industrialización habían sido alienados de sus costumbres populares, de identidades étnicas o regionales, de formas de comunicación tradicionales y de estructuras de comunidad intactas, habían sido silenciados para poder presentar la transformación de la sociedad como éxito y progreso social.

Con el intento de rescatar del olvido la historia de los perdedores y las víctimas del progreso industrial, se ha empezado a desarrollar nuevos conceptos y un cambio del paradigma historiográfico que se conoce como *Historia de la vida cotidiana*. La reivindicación central de esta tendencia es reconocer que la vida del individuo no ha sido determinada exclusivamente por los grandes cambios de la industrialización, sino en primer lugar por el acontecer cotidiano, la rutina del trabajo, la vida familiar, la comunidad vecinal, la lucha por la subsistencia diaria, las fiestas, la sociabilidad y las costumbres y valores tradicionales. Solamente entendiendo la estructura de las formas de vida diaria, así se dice, se puede llegar a entender las posibilidades que tenía el individuo para reaccionar en lo cotidiano frente al cambio de su entorno tradicional. Los historiadores de la vida cotidiana quieren verificar esta pretensión modificando la interpretación del rol del individuo dentro del proceso histórico, dejando de tratarlo como objeto del proceso histórico, dependiente de las estructuras económicas y sociales, sino como sujeto, como centro y creador de la historia.

Esto nos lleva a la investigación de las dimensiones de la vida cotidiana en perspectiva histórica, tratando las estructuras socioeconómicas, las instituciones y organizaciones obreras más bien como aspecto lateral. El centro del debate lo constituyen la vida cotidiana obrera, la cultura obrera y las mentalidades obreras, abarcando materias como las formas de comunicación en el puesto de trabajo, pero sobre todo la vida fuera del trabajo, como las costumbres de nutrición y de consumo, la vivienda obrera, hábitos de ocio, fiestas, sociabilidad, relaciones vecinales, la vida familiar, la relación entre hombre y mujer, la sexualidad y los conflictos de las generaciones. Dentro de la vida diaria, los historiadores intentan percibir estructuras informales de solidaridad y señales de protesta disimulada en contra de los efectos de la racionalización del mundo. Hay una tendencia muy clara hacia la microhistoria; la mayoría de los estudios se centra en el análisis de las fuentes biográficas accesibles y de memorias de obreros, muchas veces en forma de estudios ejemplares de unos individuos, con toda la individualidad que supone este material. Además se han hecho estudios sobre comunidades vecinales, la vida en pueblos pequeños; es decir, se iba reforzando la tendencia hacia la parcelación del trabajo histórico.

Los resultados de esta línea de investigación han sido ambivalentes, pero en parte interesantes. El intento de entender fenómenos sociales como una forma de protesta individual contra la racionalización del mundo de trabajo industrial ha producido una nueva interpretación por ejemplo del consumo de alcohol en el trabajo: no solamente como indicador de la marginalización social, sino como una forma indirecta del sabotaje al trabajo. Lo mismo pasa con el fenómeno del cambio frecuente del puesto de trabajo por los obreros, que no se interpreta como consecuencia de las fluctuaciones del mercado de trabajo, sino como protesta contra las condiciones laborales. La indisciplina de los trabajadores en el trabajo y su resistencia a someterse a un horario de trabajo fijo puede haber sido un intento de mantener los ritmos tradicionales del trabajo, bloqueando los intentos de los fabricantes de someter a los trabajadores a una disciplina del trabajo en la fábrica. En cambio, desde la perspectiva de la *Historia de la vida cotidiana*, las organizaciones obreras aparecían en una luz ambivalente, fuertemente identificados con los grupos sociales capaces de defender sus intereses, distanciándose de los obreros no cualificados, de los trabajadores eventuales y del llamado *Lumpenproletariat*, que en su opinión no eran capaces a la acción colectiva, marginando de esta forma grandes partes de la clase obrera. También es visible que las organizaciones obreras tendían a rechazar tradiciones populares preindustriales, propugnando una idea del progreso social dentro de la sociedad industrial, a veces en contra de la voluntad de los obreros mismos. Es decir, el movimiento obrero mismo ha tenido una actitud disciplinadora, adiestrando a los obreros para los modos de comportamiento de la sociedad industrial. Ejemplos sobre conflictos entre

los líderes obreros y la base social de las organizaciones igual no son la tónica predominante dentro del movimiento obrero, pero nos dan informaciones sobre los valores reinantes entre la cúpula dirigente. En resumen, la investigación de la vida cotidiana tiene la ventaja de demostrar, que los modos de actuación de los obreros no siempre han surgido de cálculos “racionales”, buscando la manera más adecuada de representar sus intereses, sino que ha habido reacciones, que incluso contradecían este fin; una advertencia a la *Historia social* de no infravalorar el factor de las emociones humanas.

Uno de los éxitos más claros del método ha sido la promoción de la *Historia Oral*, investigando las formas de la vida diaria y la percepción del proceso histórico por los contemporáneos. Este método también ha sido una solución del problema de que muchas de las cuestiones discutidas por la historia de la vida cotidiana carecían de una base documental amplia. Otra ventaja de la *Historia de la vida cotidiana* es el valor didáctico de este tipo de trabajo. El gran interés que existe en exposiciones y literatura sobre este tema se explica, porque el espectador puede comparar sus propias experiencias con las de generaciones pasadas, cosa que parece ser más fácil con aspectos de la vida cotidiana que con aspectos de la historia política. La *Historia Social* en cambio trata materias muy abstractas, con lo cual es difícil ilustrar estructuras sociales. Es decir, temas de la *historia de la vida cotidiana* pueden servir para salir de las discusiones académicas y estimular el interés de la población para descubrir sus raíces históricas.

Sin embargo, este concepto historiográfico también tiene una serie de desventajas que han impedido su establecimiento como disciplina independiente. Su defecto más grave es la falta de valor analítico de la categoría ‘vida cotidiana’. Además es imposible hacer una definición de una vida cotidiana que no dependa también de las estructuras socioeconómicas, porque por lo menos el trabajo y su organización, movimientos demográficos y dependencias económicas son el resultado de las estructuras, no de la acción del individuo en su vida cotidiana. Es imposible aislar la vida diaria de los contextos más grandes y hacer una interpretación autónoma. En relación con esta cuestión hay que insistir en que la falta de enfoque teórico del concepto resulta ser uno de sus debilidades más destacadas. La investigación de la vida diaria siempre va a tener una forma descriptiva, ya que relata la vida y los sentimientos de uno o de varios individuos, y su ampliación solamente puede tener una forma aditiva, sin ganar fondo explicativo. Además se da el problema de la representatividad, porque se dan una infinidad de experiencias obreras individuales, y además el concepto no proporciona criterios para hacer una selección de los aspectos importantes y para relacionarlos con otras cuestiones de la época. Lo que está claro, es que la *Historia de la vida cotidiana* no sirve para explicar los grandes procesos de transformación

social, que no tienen raíces en acontecimientos cotidianos, como son la industrialización, la racionalización tecnológica, el surgir de la política de massas y la burocratización. Incluso si se admite que con este concepto se han descubierto aspectos nuevos de la vida obrero, queda un defecto fundamental. El enfoque prioritario en la historia de la vida cotidiana es el choque entre el mundo tradicional, preindustrial y el mundo moderno y racionalizado. Esta perspectiva tiende a infravalorar en una medida inaceptable las líneas de conflicto que han sido mucho más importantes a lo largo de los últimos dos siglos: el conflicto de intereses en el mundo capitalista y las luchas entre los grupos de interés. Además hay que tener en cuenta que uno de los procesos más importantes de este período ha sido la formación y la emancipación de la clase obrera, y que este proceso de emancipación también ha sido el de la emancipación política. Es decir, no se puede dejar aparte la investigación de la esfera política a través de la actuación de organizaciones políticas, para entender la historia del movimiento obrero.

Para resumir, se puede decir que el debate ha tenido frutos positivos. Aunque los historiadores de la vida cotidiana no han podido defender todo el concepto, han provocado una ampliación definitiva de los temas que han sido integrados en la *Historia Social*, reconociendo que la investigación de la cultura obrera, de valores y mentalidades, de la vida cotidiana tienen un peso distinguido sobre las pautas de actuación de los obreros. Estos temas han sido incluidos en la investigación, aunque hay que diferenciar varias áreas. Primero, se puede investigar la cultura del movimiento obrero, refiriéndose a las organizaciones y asociaciones culturales del movimiento obrero, como pueden ser grupos musicales, de teatro, asociaciones deportivas, asociaciones de instrucción y formación profesional, círculos literarios y de recreo. Se puede preguntar, en qué medida este tipo de asociacionismo ha servido para integrar al trabajador dentro del movimiento obrero, dándole una posibilidad de identificarse con él. Otra cuestión es, si este tipo de asociacionismo ha ido adaptando características de la cultura burguesa o pequeñoburguesa, o si ha servido como contra-cultura, para distanciarse de los valores culturales de la burguesía. Sin embargo, la cultura del movimiento obrero solamente abarca los obreros organizados, mientras que la investigación de la cultura obrera es un campo mucho más amplio.

Al mismo tiempo se puede percibir una ampliación del concepto de cultura, dejando atrás la definición acuñada por la burguesía, refiriéndose a la literatura, el arte y la música. Bajo el término de cultura hoy en día se entenden prácticamente todas las dimensiones de la vida diaria: los hábitos de comer y de consumo, las formas de hablar, canciones, formas de sociabilidad y de las fiestas, las formas de vivienda, formas de vida juveniles, la sexualidad, formas de ocio, deporte, educación y religión. Para no perderse en la jungla de las articulaciones

culturales es necesario definir lo que puede ser la cultura obrera, para poder formular cuestiones claras sobre la materia. Para una investigación concreta de manifestaciones culturales se propone aquellas que no pertenecen a la esfera de la economía, de la estructura social y de la política, y que pueden ser analizadas en relación con estas estructuras, manifestaciones que no son sometidas a modificaciones bruscas y por lo tanto se transmiten entre las generaciones, y que son propios a una determinada clase social. Dentro de esta definición cabe la cultura festiva de los mineros alemanes y la historia de las canciones obreras. La función del concepto de la cultura dentro de la Historia Social tiene dos vertientes:

Primero, se puede preguntar, si aparte de factores económicos y sociales había tradiciones culturales que ayudaban a estrechar los lazos entre los diferentes grupos de la clase obrera en formación, o si en cambio a la transmisión de tradiciones y valores de estatus preindustriales podía evitar la incorporación de determinados grupos en la clase obrera.

Segundo, el concepto de cultura puede ser un medio para investigar cómo funcionaba el proceso de concienciación del obrero. Puede que en las manifestaciones culturales se descubran las primeras reacciones respecto a la percepción obrera de las estructuras socioeconómicas, antes de las articulaciones políticas. En este sentido, la cultura sería un enlace entre la historia de los obreros y del movimiento obrero.

V. Para hacer un resumen de la situación actual de la historiografía sobre el movimiento obrero se pueden resaltar las observaciones siguientes:

1. En las últimas dos décadas la historiografía ha visto una expansión tremenda. Ha incluido cada vez más temas y materias de investigación, en parte como reacción a la discusión del tema de la vida cotidiana, que ahora está perfectamente integrado en la Historia Social. Muchos aspectos de la historia social de la clase obrera entretanto casi han adquirido el estatus de disciplinas independientes, como la historia demográfica, la historia de la tecnología, la historia de la movilidad social, la sociología industrial, la historia de la nutrición y del consumo, la historia de la vivienda, la historia de la socialización y de la educación, la historia de la enfermedad.

2. Esta variedad creciente ha aumentado nuestro conocimiento sobre los obreros de una forma extraordinaria. Sin embargo, también se puede notar una tendencia a la dispersión de la investigación, la cara negativa de la dedicación a estudios locales y

sectoriales. La microhistoria es capaz de proporcionar información muy detallada y densa sobre las condiciones de vida y las formas de acción de los obreros, pero tiene la desventaja, que el investigador ya no puede controlar la cantidad de las publicaciones y resultados de investigación. Además, cada estudio local o sectorial resalta unas explicaciones particulares y específicas sobre el proceso de formación del movimiento obrero en una ciudad o en un sector industrial, con lo cual la imagen de esta clase social cada vez es más heterogénea y más difusa. Con todos los esfuerzos de resaltar la variedad de la clase obrera y de obtener una imagen diferenciada, ha de ser posible de definir sus características básicas, para entender las formas de la emancipación económica y política de la clase obrera.

3. También hay que advertir que no hay que sobrevalorar el peso de las estructuras como causas del cambio social. La tendencia de recurrir exclusivamente a las estructuras económicas y sociales a veces hace olvidar, que también hay una esfera política, que se forma en dependencia de las estructuras, pero que puede tener un peso específico dentro del proceso histórico. Las estructuras pueden explicar mucho, pero no todo. Total, la emancipación de la clase obrera ha sido también un proceso político, y este siempre hay que ser el enfoque último. Lo que hay que hacer en la historiografía del movimiento obrero es una síntesis que logre un equilibrio entre el análisis de las estructuras socioeconómicas, los factores y acontecimientos políticos y los elementos culturales.

RESENHA

BIZIÈRE, J.-M. & SOLÉ, J. *Dictionnaire des Biographies. La France Moderne*. Paris: Armand Colin, 1993. 262 p. vol. 3.

MARCOS ANTÔNIO LOPES**Mestrando em História - USP**

Concebido num espírito de praticidade acadêmica, e conveniência editorial, o trabalho de Jean-Maurice Bizière e Jacques Solé tem como objetivo precípua preencher o vazio bibliográfico existente em torno de obras condensadas que reúnem o tradicional catálogo das grandes individualidades. Como se referem os autores “*foi observando, ano após ano, os estudantes que se engajavam nos estudos superiores sem possuir os elementos de uma cultura histórica de base, experimentar as piores dificuldades para adquirir um nível de conhecimentos satisfatórios, que a idéia desta coleção de dicionários se impôs*”; sem cair na exposição estéril de datas e eventos, tampouco na alta especialização das biografias específicas ou mesmo na aridez das antigas e grossas enciclopédias, o *Dicionário* desses dois professores da Université de Grenoble é um convite sedutor à história cultural da França na Idade Clássica e Época da Ilustração.

Produzida dentro de um amplo projeto, programado para seis tomos, que cobre a história da civilização desde a Antigüidade ao século XX, o número 3 é bem equilibrado tanto na linguagem quanto no volume do texto. Os autores oferecem o essencial sobre cada personalidade, abordada com o esforço, aliás bem sucedido, de inseri-la em seu contexto cultural. No caso específico dos grandes escritores e dos autores menores são desenvolvidas pequenas sínteses de suas obras, à maneira de um “quem é quem” na França Moderna. A boa impressão que se tem é que as biografias apresentadas pertenceram a um contexto específico, a uma época marcada por traços que a individualizam em relação a outras, constituindo-se na história de homens que viveram e atuaram em seu próprio tempo. Em outras palavras, cada verbete é sintomático de uma história viva e pulsante, fugindo completamente ao esquema meramente cronológico dos dicionários tradicionais. Além disso, a obra reúne elementos que pertencem a várias esferas da atividade humana. No domínio da história cultural, por exemplo, é possível se deparar com um Duque de Saint-Simon, figura de enorme expressão na sociedade de corte de

fins do século XVII, mas praticamente desconhecida pelos manuais da História Moderna. Nota-se, contudo, pelo menos uma grande ausência: a do moralista Jean de La Bruyère, uma das maiores pérolas da literatura francesa, autor de *Les caractères* ou *les mœurs de ce siècle*, uma ampla coleção de retratos da vida de corte que, explorando preferencialmente os ângulos grotescos dos costumes da corte de Luís XIV, revela aspectos importantes do *ethos* desse meio social.

Certamente que o texto peca bastante por um certo virtuosismo de síntese, que em alguns casos chega ao ponto de uma brevidade quase telegráfica. Entretanto, oferece farto material para a aquisição de uma vasta cultura e para a formação de um quadro histórico habitado por homens de carne e osso, se afastando de um vício historiográfico ainda muito celebrado pelos manuais de História Moderna, o das amplas análises estruturais, que percorrem três séculos inteiros de história, mas deixando nas sombras contextos históricos específicos e realidades regionais importantes. Dessa forma, o *Dicionário* de Bizière e Solé constitui-se numa espécie de “corretivo” contra certas tiranias da *longue durée*.